

Universidade Federal de Santa Catarina

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Terceiro Mundo e Brasil no Sistema Mundial de
Interdependência Complexa

Dissertação submetida à Universidade Federal
de Santa Catarina para obtenção do grau de Mestre em Ciên-
cias Humanas-Especialidade Direito.

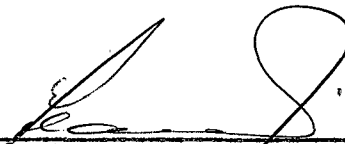
Fernando Noronha

Novembro - 1981

11

Esta Dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas-Especialidade Direito e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação.

Professor Alcides Abreu
Orientador



Professor Paulo Henrique Blasi
Coordenador do Curso

Apresentada perante a banca examinadora composta dos Professores:

Alcides Abreu

Renato de Medeiros Barbosa



Waldemiro Cascaes

— À Universidade Federal de Santa Catarina:

"Acredito que neste momento as Univer
sidades estão precisando de algo especial. Diga
mos, pondo nisso um pouco de humor, que care
cem de uma Associação para Proteção da Curiosi
dade. Isto é, precisamos de paixão para procu
rar coisas novas, e não meramente reproduzir
velhas coisas. As Universidades preservam os
padrões, a dignidade e o mundo cultural da So
cidade onde vivem. Mas elas também descobrem,
elas são a lâmina aguçada com a qual a Socie
dade vai penetrando no desconhecido."

Karl W. Deutsch ("Some Prospects for
World Politics", 1978)

Devo este trabalho

- À afetuosa compreensão e espírito de renúncia de minha esposa e filhos
- Ao estímulo do Prof. Alcides Abreu
- Ao apoio de outros professores e amigos e ainda da CAPES e CNPq

S U M Á R I O

Com base na teoria moderna dos sistemas e considerando "sistema mundial" o conjunto estruturado de interações entre organizações internacionais, Estados e grupos sociais menores, uns deles nacionais e outros transnacionais, pretende-se chegar a uma concepção que permita: 1º - compreender a realidade mundial, fluida, multifacetada, dinâmica e em permanente mutação; 2º - examinar as perspectivas oferecidas aos países desfavorecidos que constituem o Terceiro Mundo, incluindo o Brasil, de se elevarem ao nível de desenvolvimento dos países de velha industrialização.

Começa-se fazendo uma análise dos grandes problemas que mantêm o sistema em estado de tensão, divididos em "desafios naturais" e "sociais". Entre os primeiros, examinam-se as questões suscitadas pelo crescimento exponencial da população, produção mundial de alimentos, crise energética, insuficiência de capital disponível e destruição do meio ambiente. Entre os segundos, estuda-se a transformação nos sistemas de valores, ideologias, formas de vida, etc. ("revolução cultural"), os choques entre Civilizações diversas, a desagregação dos sistemas monetário e econômico estabelecidos após a Segunda Guerra Mundial, o conflito à escala global entre Estados Unidos e União Soviética (chamada "polaridade Leste-Oeste"), o belicismo generalizado e ainda (e mais detidamente) a questão Norte-Sul e a irrupção das empresas multinacionais.

Evidenciada a importância e complexidade dos problemas que urge resolver, analisam-se as teorias dominantes no âmbito das relações internacionais: Escola diplomático-estratégica e teoria da dependência. Demonstra-se que ambas são incapazes de apreender a realidade global e, por isso, opta-se pelas concepções interdependentistas, propondo-se uma teorização do sistema sócio-político-econômico mundial à base do que se designa por "interdependência complexa", que permite abarcar as redes intercruzáveis de interdependência — umas vezes mútua, outras unilateral; umas vezes positiva, outras negativa; umas vezes hierárquica, outras horizontal.

Com base nesta concepção e de um ponto de vista essencialmente terceiro-mundista, distinguem-se três escalões desiguais de Estados: o superior, ocupado pelas superpotências; o intermédio, onde se situam os demais países industrializados e onde vai entrando um ou outro país do Terceiro Mundo; o inferior, onde estão os restantes países, constituindo maioria.

Conclui-se com uma proposta de estratégia brasileira, considerando ao mesmo tempo os aspectos interno e internacional, que, dentro da concepção globalizante da interdependência complexa, não podem ser separados.



A B S T R A C T

Based on the modern systems theory and considering the "World System" the whole structure of interactions among international organizations, States and minor social groups, some of them national and other transnational, it is intended to achieve a conception that should permit: 1. to understand the fluid, multifaceted, dynamic and in permanent mutation world reality; 2. to examine the perspectives offered to the disfavored countries which constitute the Third World, including Brazil, to bring them up to the level of development of the old industrialized countries.

To start with, the big problems which keep the system in a state of tension are analysed, divided into "natural" and "social challenges". Among the natural challenges are the questions which deal with the exponential growth of population, world food production, the energy crisis, insufficient capital availability and destruction of the environment. Among the social challenges are transformations in the systems of values, ideologies and ways of living, etc. (cultural revolution"), the friction among different civilizations, the disintegration of the monetary and economic systems established after World War II, the global scale conflict between United States and the Soviet Union (called "East-West polarity"), the generalized bellicosity and also (and more minutely) the North-South question and the irruption of multinational firms.

Having evidenced the importance and complexity of those problems that need to be solved, the dominant theories in international relations are analysed: the diplomatic-strategic school and the theory of dependency. It is shown that both of them are incapable of explaining the global reality and, therefore, the interdependentist conceptions are chosen; within them, a theorization of the socio-political-economic world system is proposed, called in this study "complex interdependence", which permits the embracing of the intercrossing network of interdependencies -- sometimes mutual, other times unilateral; sometimes positive, other times negative, sometimes hierarchic, other times horizontal.

Based on this conception and from an essentially third-world view, three uneven State ranks are distinguished: the superior, occupied by the superpowers; the intermediate, filled by the other industrialized countries and one or another Third World country; the inferior, made up of the remaining countries, which are the majority.

In conclusion, a Brazilian strategic proposal is offered, taking into account both internal and international aspects, that cannot be disconnected within the complex interdependence globalizing conception.

ÍNDICE

Aprovação	ii
Dedicatória	iii
Agradecimentos	iv
Sumário	v
Abstract	vi
Índice	vii
Nota prévia	xi

INTRODUÇÃO

1. A PROBLEMÁTICA	1
1.1. Brasil, superpotência emergente?	1
1.2. As dificuldades a vencer	4
1.3. O Brasil, o Terceiro Mundo e o sistema internacional	10
1.4. Relações Brasil-África	19
2. DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	20
2.1. Relações internacionais: Visão clássica e visão moderna	20
2.2. Hipóteses de trabalho	26
2.3. Plano de trabalho	29
3. METODOLOGIA	30
3.1. Sistemas e sociedade internacional	30
3.2. Modelos sistêmicos	33
3.3. Modelos sistêmicos formais	34
3.4. Modelos sistêmicos teóricos	42
3.5. Metodologia adotada	46

CAPÍTULO IPARA ONDE VAI O MUNDO?

C A P Í T U L O IIDESAFIOS NATURAIS

	55
1. CRESCIMENTO EXPONENCIAL DA POPULAÇÃO	56
2. PRODUÇÃO MUNDIAL DE ALIMENTOS	59
3. CRISE ENERGÉTICA	62
4. INSUFICIÊNCIA DE CAPITAL DISPONÍVEL	68
5. DESTRUIÇÃO DO MEIO AMBIENTE	70

C A P Í T U L O IIIDESAFIOS SOCIAIS

	73
1. REVOLUÇÃO CULTURAL	73
2. DECLÍNIO DO OCIDENTE	77
3. INTERDEPENDÊNCIA E CONFLITOS INTERNACIONAIS	85
4. DESAGREGAÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL ESTABELECIDO APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	88
5. BELICISMO GENERALIZADO	94
6. POLARIDADE LESTE-OESTE	98
7. POLARIDADE NORTE-SUL	103
7.1. O problema	103
7.2. A tentativa de união dos países do Sul: Movimento dos Países Não-Alinhados e "Grupo dos 77"	105
7.3. A denominada Nova Ordem Econômica Internacional	113
7.4. Conclusão	124
8. A IRRUPÇÃO DOS "PODERES PRIVADOS TRANSNACIONAIS" NO SISTEMA INTERNACIONAL	125
8.1. As multinacionais e a concentração do poder econômico	126
8.2. As multinacionais, como poder independente do poder dos Estados	139

C A P Í T U L O I V

	<u>O SISTEMA MUNDIAL</u>	145
1.	A COMPLEXIDADE DO SISTEMA MUNDIAL	145
2.	A ESCOLA DIPLOMÁTICO-ESTRATÉGICA	147
3.	A ESCOLA DA DEPENDÊNCIA	149
	3.1. Origens: crítica "estruturalista" ao liberalis <u>mo econômico</u>	149
	3.2. Origens (continuação): A contribuição marxis <u>ta</u>	154
	3.3. "Centro" e "periferia"; dominância e dependên <u>cia</u>	156
	3.4. Os países da semi-periferia	160
	3.5. Teoria da dependência e monetarismo neo-li <u>beral</u>	165
4.	A INTERDEPENDÊNCIA COMPLEXA	169
	4.1. Crise e atualidade das escolas diplomático-es <u>tratégica</u> e da dependência	169
	4.2. Limitações das duas teorias	178
	4.3. Tipos, graus e formas da interdependência	181
	4.4. O processo de formação do "sistema de econo <u>mia mundial</u> " e a conseqüente industrialização de alguns países do Terceiro Mundo	186
	4.5. A interdependência complexa nas relações internacionais	194
5.	UMA PROPOSTA DE ESTRATÉGIA BRASILEIRA COM VISTA A UMA NOVA ORDEM INTERNACIONAL	204
	5.1. A visão chinesa do mundo e a estratégia pro <u>posta</u>	204
	5.2. Desenvolvimento autocentrado do Brasil	207
	5.3. O Brasil e a Nova Ordem Mundial	212
	<u>C O N C L U S Õ E S</u>	216

A P Ê N D I C E

BRASIL E ÁFRICA

PARTE I — O MUNDO AFRICANO 235

PARTE II — RELAÇÕES BRASIL - ÁFRICA 243

B I B L I O G R A F I A 249

NOTA PRÉVIA

Uma de nossas primeiras leituras de juventude sobre o Brasil, foi um livro de Stefan Zweig, intitulado Brasil, País do Futuro. A obra impressionou-nos, a ponto de ainda hoje guardarmos o seu nome e o de seu autor; dela nasceu nos o desejo de conhecer este imenso país e foi decerto ela uma das razões inconscientes que nos levaram, vinte anos de pois, a escolher este País como Pátria adotiva.

Hoje continua-se falando, talvez com mais insistência, no Brasil como potência emergente, como país destinado a um papel de primeira grandeza na cena internacional.

Nestas circunstâncias, foi com naturalidade que no final do nosso Curso de Mestrado em Direito, com concentração na área de Diplomacia e Relações Internacionais, nos propuemos a analisar as vias abertas ao Brasil para uma projeção internacional, designadamente no continente africano, onde se situa o país que nos viu nascer e no qual crescemos, sonhando que viria a ser um segundo Brasil.

Iniciado o trabalho, assaltou-nos a dúvida sobre se não estaríamos de novo sonhando. A generalizada crise mundial que alastra desde 1974 e em especial as dificuldades que parecem estar tolhendo o Brasil, a começar por aquilo que se convencionou chamar o "fim do milagre", suscitou em nós a dúvida sobre se a posição de "potência emergente" do Brasil não estaria comprometida. A dúvida levou-nos a fazer um estudo da situação global da sociedade internacional, neste último quartel do séc. XX.

Este estudo global devia ser apenas preliminar daquele outro, sobre a projeção do Brasil no continente afri

cano. Todavia, o que se concebia como mera introdução ao tema da dissertação, foi ganhando proporções tais, que se transformou no núcleo essencial da mesma.

Mas cremos que valeu a pena. Tal estudo "preliminar" foi profícuo, pelo menos de um ponto de vista pessoal, na medida em que forçando-nos a embrenharmo-nos em matérias as mais diversas de ciência política, economia política, relações internacionais e direito internacional do desenvolvimento, fez-nos passar em revisão inúmeras convicções anteriores e corrigir várias delas.

O resultado foi este: Uma dissertação bastante diversa, tanto no enquadramento como nas conclusões, daquela que inicialmente tínhamos em vista.

INTRODUÇÃO

O contexto internacional — com a tomada de consciência de que a ordem internacional não é imutável e de que a relação de forças está evoluindo a favor dos que sofrem a dependência e a exploração — coloca o Brasil face ao desafio de assumir o papel que lhe cabe como a economia de maior magnitude do Terceiro Mundo. Mais do que nunca a história como devenir deve ser vista como um processo aberto.

Celso Furtado (O Brasil Pós-"Milagre", 1981).

1. A PROBLEMÁTICA

1.1. Brasil, superpotência emergente?

Logo nas primeiras linhas do nosso projeto de dissertação de mestrado era feita referência ao Prof. Ray S. Cline, diretor do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais da Universidade de Georgetown (Washington), o qual, traduzindo numa fórmula matemática os fatores que, a seu ver, influem na constituição do poder, colocava o Brasil como a sexta maior grandeza da sociedade internacional (1).

(1) CLINE, Ray S. World Power Assessment 1977 - A Calculus of Strategic Drift. Boulder, Westview Press, 1977. A fórmula seria: $P_p = (C+E+M) \times (S+W)$, sendo P_p o Poder Perceptível; C a Massa Crítica (População + Território); E a Capacidade Econômica; M a Capacidade Militar; S a Estratégia e W a vontade ("Will") de realizar a Estratégia. Aplicando a sua equação de poder, ele atribuía os dez primeiros lugares na escala internacional, aos seguintes Países: URSS (67,5 pontos); EUA (35 pontos); Alemanha Ocidental (27 pontos); França (24 pontos); China (23 pontos); Brasil (20,8 pontos); Japão (17 pontos); Índia (12,8 pontos); México (9,9 pontos); Argentina (5 pontos).

Veja-se sobre a matéria MATOS, Carlos de Meira (geral): A Geopolítica e as Projeções do Poder, p. 130 - 134. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1977.

Em 1977, o general Meira Matos escrevia o seguinte:

À custa dos esforços realizados nos últimos 13 anos, a Revolução Brasileira conseguiu no mundo inteiro o reconhecimento, para o país, do status de potência emergente. Não há como negar a evidência fria dos números e a eloquência silenciosa de um mercado sedutor. Saímos de um produto interno bruto de 35 bilhões de dólares, em 1963, para 130 bilhões de dólares, em 1976; de um per capita de 360 dólares, para o atual, de 1.200 dólares; e, isto, conseguimos suportando o ônus de um aumento de população de 36 milhões de habitantes. Chegamos este ano, mercê de nossa capacidade econômica, à posição de 8º mercado do mundo ocidental.

(...) Pretendemos chegar ao umbral do ano 2000 desfrutando de uma posição de destaque entre as sociedades democráticas mais desenvolvidas do mundo. Nossa meta é persistir no ritmo de desenvolvimento que vem sendo alcançado, de sorte a criar uma sociedade moderna, progressista e humana; uma sociedade em que o homem alcance sua plena realização, possa realizar todas as dimensões de suas necessidades e aspirações.

(...) Há uma realidade que não podemos ignorar em nossa luta pela modernização e crescimento do país. O desenvolvimento de um país grande como o Brasil transborda em poder. Trata-se de um fenômeno inevitável, involuntário mesmo, em alguns casos. Aconteceu com os Estados Unidos, em que pesassem as correntes internas que sempre existiram, contrárias ao desempenho das responsabilidades desse poder. Anteriormente, já havia acontecido com a França e a Inglaterra, templos de liberalismo político.

Nosso desenvolvimento redundará, portanto, no ônus de responsabilidades maiores, no campo da segurança externa. Seremos uma potência mundial, se atingirmos as metas de nosso desenvolvimento para o ano 2000, e isto independe de nossa vocação ou gosto para o poder. Teremos, portanto, de estar preparados, também, para exercer esse poder, protegendo os nossos

interesses, cujas dimensões em termos econômi-
cos e geoestratégicos adquirirão amplitude mun-
dial (2).

Subjacente ao discurso entusiasta do general Meira Matos, está a velha idéia da predestinação do Brasil a ser Grande Potência, a qual parecia irrefragavelmente confirmada durante todos os eufóricos anos que durou o chamado milagre brasileiro. Não havia e não há possibilidade de negar o vertiginoso processo de industrialização do país, muito embora em tese seja possível questionar o seu caráter autônomo ou dependente. Além-fronteiras reconhece-se: "O Brasil, primeiro exportador industrial do Terceiro Mundo, que produz 1,4% da produção mundial e 18,4% daquela dos países em desenvolvimento - China excluída — deve a sua reputação à sua decolagem industrial e a suas perspectivas de crescimento favoráveis a longo termo" (3).

(2) MATOS, C. Meira. Op. cit., p.137, 138 e 143. O mesmo autor em obra anterior (Brasil - Geopolítica e Destino, Rio de Janeiro, J. Olympio, 1975), já enfatizava a "viabilidade brasileira para potência" (cap. VIII), citando extratos de Adolph Berle ("o Brasil deverá encerrar o séc. XX ... com uma posição predominante no mundo latino, europeu e americano"), Tibor Mende (além da China, "há ainda três nações que podem aspirar à condição de potência mundial, com fundadas esperanças; a Europa Ocidental, se progredir no sentido da integração total do Velho Continente, a China [Índia?] e o Brasil"), André Malraux ("o que se passa no Brasil é de importância imensa; o Brasil está em vias de tornar-se um dos países onde o futuro do Mundo será jogado antes do fim do século"), Zbigniew Brzezinski ("o Brasil, obviamente vai se tornar uma importante potência; em certo sentido já o é. Dessa maneira terá que pensar sistematicamente sobre que tipo de novo sistema internacional de seja ajudar a criar... Com o poder vem a responsabilidade ... Penso que há uma tendência favorável ao surgimento de poderes hegemônicos regionais"). O General Meira Matos cita ainda outros brazilianists americanos.

(3) SMOUTS, Marie - Claude. "Nouveaux Centres de Pouvoir et Problématique de la Puissance", in: Revue Française de Science Politique, vol XXX (1980), nº 2, p.231.

Dentro deste quadro geral, é absolutamente natural que no Curso de Pós-Graduação em Direito da nossa Universidade haja sido estruturado um "Projeto África", com o objetivo de "criar um modelo brasileiro para a ação externa do País na África Subsaariana, especialmente nos Países Africanos de Expressão Portuguesa", tendo subjacente a idéia de que

O significado planetário do Brasil está impelindo a assumir crescentes responsabilidades internacionais. Pretende-se, com o projeto, participar do esforço de racionalização do processo de envolvimento brasileiro nos assuntos mundiais (4).

1.2. As dificuldades a vencer

Situemo-nos, porém, no ano de 1974, o primeiro após o "choque do petróleo", com o desfazimento da ilusão de que o mundo podia contar por muito tempo mais com essa energia abundante e barata. Naquele ano, declarou-se abertamente a crise econômica mundial que, aliás, já vinha sendo pressentida (5), mas que só a partir de 1974 assumiu as gravíssimas proporções que ainda hoje persistem, espalhando pelo mundo fora uma mistura de desemprego, inflação e estagnação e caracterizando-a como a maior recessão depois da de 1929/32.

Nesse ano, o Brasil, após o seu impressionante

(4) "Projeto África" (mimeo.), UFSC, 1980, p.26.

(5) "Em princípios da década de 1970, tornara-se evidente que a cornucópia do crescimento econômico estava se transformando numa caixa de Pandora. As vigas sobre as quais repousava o sistema econômico começaram a ruir, para os países industrializados, numa sucessão incomodamente rápida. O sistema monetário mundial, armado de comum acordo pelas potências ocidentais em Bretton Woods quando a Segunda-Guerra Mundial ia chegando ao fim, já havia praticamente entrado em colapso ao entrar o ano de 1971." — TINBERGEN, Jan (coorden.). Para uma Nova Ordem Internacional - 3º Informe ao Clube de Roma, p.28. Rio de Janeiro, Agir, 1978.

esforço rumo ao desenvolvimento, ou seja, logo após o "milagre econômico", exibia uma renda per capita de 850 dólares, correspondente a 18,7% da renda média dos países ricos e ainda inferior à da média geral da América Latina, que era de 888 dólares. Entre 1970 e 1973, o seu PNB havia crescido à fantástica taxa de 11,1% ao ano, a qual, no mundo, só era excedida por alguns países produtores de petróleo (6).

Naquele ano de 1974, os países ricos representavam 27,5% da população mundial e 86,2% do PNB global. Os pobres tinham 70% da população e apenas 10,9% do PNB. O PNB dos ricos crescia à taxa de 3,6% ao ano e o dos pobres à taxa de 5,5%, mas 3,6% de 4.991 bilhões de dólares não eram a mesma coisa que 5,5% de apenas 632 bilhões (7)...

Após 1974, infelizmente, as coisas começaram apresentando outro cariz, a ponto de no Brasil e neste ano de 1981 se prever, pela primeira vez desde há muitos decênios, um decréscimo de 6 ou 8% na produção industrial, com uma consequente redução do próprio PNB!

Atualmente o Brasil está classificado entre os países médios, designados na terminologia adotada pelo Banco Mundial e pela OCDE, por países de industrialização recente ou "newly industrializing countries". Como diz Celso Furtado,

Presentemente, o mercado brasileiro corresponde a aproximadamente uma quinta parte do mercado do Terceiro Mundo, se neste não incluirmos a China, se bem que a população do Brasil não supere 5 por cento da do total. O produto per capita no nosso país é, destarte, cerca de quatro vezes maior do que o dessa metade pobre

(6) São dados do Banco Mundial, extraídos de quadros apresentados por HAQ, Mahbud ul. A Cortina da Pobreza: Opções para o Terceiro Mundo, p.224-227. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1978.

(7) Vide nota anterior.

da humanidade; esse desnível corresponde, aproximadamente, ao que separa o produto per capita dos países capitalistas centrais do Brasil(8).

Com a generalização da crise econômica e o conseqüente "desaquecimento" da economia brasileira, ou o "fim do milagre", de quantas décadas precisará o Brasil para alcançar a renda dos países ricos? E à custa de quantos sacrifícios para a sua crescente população?

Por outro lado, a partir de 1974 o endividamento externo do país começa crescendo em escala nunca imaginada. Em 1964, a dívida externa era de cerca de 3 bilhões de dólares e em 1973 chegava aos 12,57 bilhões. Em 1975 havia saltado para 21,17 bilhões (9). Nos anos seguintes, cresceu de tal forma que representa hoje um quarto do PIB, prevendo-se que neste ano de 1981 as contas fechem com 70 bilhões em dívida(10)!

Após o choque do petróleo de outubro de 1973, segundo Celso Furtado, "a possibilidade de endividamento externo criou a falsa euforia de que tudo continuaria como antes, sendo a turbulência externa um incidente passageiro", mas o que realmente aconteceu foi que

o custo da dívida externa tenderia a crescer mais rapidamente do que as exportações e do que a poupança interna. Entre 1974 e 1978, ou seja, num período em que o preço real do petróleo importado esteve em declínio, o serviço da dívida

(8) FURTADO, Celso. O Brasil Pós-"Milagre", p.22. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

(9) Boletim do Banco Central do Brasil, vol. 17, Nº 5 (maio de 1981), p.157.

(10) Segundo Carlos Plastino, professor da PUC/RJ, em palestra na UFSC no dia 26.10.81.

Note-se que o PIB é superior ao PNB: A este propósito veja-se adiante, capítulo 4, nota 8. Em 1980 o PNB brasileiro foi de cerca de 200 bilhões de dólares.

da -- definido como a adiçãõ das remessas líquidas ao exterior sob forma de dividendos, de juros e de amortizações -- passou de 3,4 para 10 bilhões de dólares, o que significou aumentar a parcela do valor das exportações dedicada a esse serviço de 39 para 73 por cento. Assim, antes mesmo do segundo choque petroleiro, a economia brasileira já se encontrava em situação de ter de dedicar cerca de 5 por cento do seu Produto Interno e três quartas partes das divisas geradas por suas exportações ao serviço de capitais estrangeiros investidos no país(11).

Mas a recessão e a dívida externa não são os únicos problemas que ameaçam a ascensão do Brasil à posição de grande potência, muito embora já fundamentem toda uma política nacional, interna e externa, orquestrada para a satisfação de suas exigências -- e em especial as exigências da dívida externa, pois parece que a própria recessão vem sendo estimulada em função do peso da dívida.

Internamente o Brasil continua debatendo-se com o gravíssimo problema econômico-político-social de sua iníqua repartição de renda, extremamente concentrada em determinadas classes sociais e em processo de progressiva concentração: Assim, dados preliminares do censo de 1980 revelam que do total da população economicamente ativa (43.782.000, dos quais 3.442.000 se declararam sem rendimento), 11%, ou 4.836.000, tinham um rendimento superior a cinco salários mínimos, o que correspondia a 52% da renda total, ao passo que aos 38,6% inferiores, ou 16.892.000 (sem rendimento, ou com renda inferior a um salário mínimo) cabiam 7,1% da mesma renda total (11.a). Ainda que se ponham de lado outras considerações cabíveis (morais, políticas, etc.) isto, do ponto de vista econômico, quer dizer que se o Brasil tem uma população imensa, o seu mercado interno é reduzido. Para alterar este quadro, não basta coragem política, é preciso reunir forças capazes de sustentarem toda uma reconversão industrial (da produção de bens para o consumo de uma elite, para a produção para o consumo das massas) mais uma reforma agrária, uma revisão das previdenciárias e fiscais, etc.,

(11) FURTADO, cit., p.44 e 48-49.

(11.a) Entre os dois extremos, estão 50,4% do total, ou 22.054.000, ganhando entre 1 e 5 salários mínimos, com 41% da renda total. Os 630.000 mais ricos (1,4 % do total) recebem 19% da renda nacional. A renda média da população economicamente ativa era em 1980 de 2,87 salários mínimos: MONTELLIO, Jessé. A População Brasileira (conferência em 22.9.81 na Escola Superior de Guerra), p.12e13. Rio de Janeiro, IBGE, 1981.

etc. É todo um modelo econômico que precisa ser substituído, para ser superada a crise econômica e a dependência de merca dos externos.

Será tudo isso possível?

Será que têm razão todos aqueles cientistas so ciais que negam que o "milagre" brasileiro haja sido real, afirmando que se tratou apenas de um suposto desenvolvimento, servindo apenas os interesses dos países industrializados? Se rá que, como sustenta uma opinião tão respeitada como é a de Immanuel Wallerstein, os chamados "newly industrializing countries" são apenas criações dos poderes econômicos dos países "centrais", como "elemento [novo] que fragmenta as oposições à supremacia do nó central e que impede a polarização destas forças no mundo inteiro", assim garantindo a perduração do sis tema global (12)?

Em outro plano, será que o fato de o Brasil ser um país tropical lhe levanta obstáculos insuperáveis ao de senvolvimento, como pretende uma teimosa opinião já encon trada em Montesquieu (13), que tem encontrado sempre defensores?

(12) Citado por SMOUTS, Marie-Claude. "Nouveaux Centres de Pouvoir", cit., p.234.

(13) Ainda hoje determinadas afirmações de Montesquieu (De l'Es prit des Lois. Paris, Societé les Belles Lettres, 1950, 4 vols.) circulam como idéias feitas, como as seguintes: a de que "nos países frios tem-se pouca sensibilidade para os prazeres; ela será maior nos países temperados e será extrema nos países quentes" (vol. 2º, p.192); "é evidente que os grandes corpos e as fibras grosseiras dos povos do norte são menos capazes de desregulação que as fibras de licadas dos povos dos países quentes; naqueles, a alma é menos sensível à dor. É preciso arrancar a pele de um mos covita para lhe dar sentimento" (ibid.); "existem países em que o calor enerva o corpo e enfraquece de tal maneira a coragem que os homens não são levados a realizar um de ver penoso senão pelo medo do castigo: a escravidão aí choca menos a razão" (vol. 2º, p.224).

Que Huntington (14) e outros cientistas dos países ditos frios ou temperados defendam a posição, admite-se como natural. O caso, todavia, fica mais sério, quando se vê um homem de um país tropical como a Índia, com vários títulos universitários, sustentar que

É nosso propósito mostrar que os climas tropicais (e subtropicais) exercem uma influência desfavorável sobre a produção de energia humana, a agricultura, a indústria e o comércio e que os países tropicais estão permanentemente em desvantagem em relação aos países da zona temperada. Igualmente temos a intenção de demonstrar que o problema climático não pode ser resolvido pelos próprios países tropicais, individualmente ou coletivamente, e que é preciso tomar, para esse efeito, algumas medidas em nível internacional (15).

A principal das medidas que propõe este autor é a instalação de potentes bombas no Estreito de Behring, para a transferência das águas geladas do Oceano Ártico para o Pacífico.

- (14) HUNTINGTON, Ellsworth - Civilization and Climate, 3ª ed. New Haven, Yale Univ. Press, 1948. Sustentava este autor que "um clima quente, monótono e pouco estimulante reduz habitualmente a atividade humana tanto física como mental, sem consideração de raça": Veja-se o autor referido na nota seguinte, o qual cita ainda Myrdal ("De toda maneira, o clima quente e abafado que castiga todo ou quase todo o tempo a Ásia do Sul tende a suprimir no homem o gosto 'pelo esforço'") e afirma que "muitos outros especialistas, como o engenheiro climatologista soviético P. Borisov, o climatologista americano John R. Mather e o pensador indiano Nirad C. Chaudhuri, que estudaram a influência dos climas tropicais sobre a produção de energia humana, chegaram a uma conclusão praticamente idêntica às de Huntington, de Burr ridge, do grupo de estudos americano e de Myrdal".
- (15) BANDYOPADHYAYA, Jayantanuja. "Le Climat: Obstacle au Développement sous les Tropiques", in: Revue Internationale des Sciences Sociales, vol. XXX (1978), nº 2, p.357 - 371 (Paris, UNESCO). O autor tem diversos livros publicados, é diretor de vários centros de estudos e professor de relações internacionais em Calcutá.

fico, o que provocaria a conseqüente circulação das águas do Atlântico para o Ártico.

1.3. O Brasil, o Terceiro Mundo e o sistema internacional.

As indicações que antecedem parecem evidenciar que o Brasil continuará fazendo parte, por muito tempo mais, do mundo dos "pobres", ou seja, daquele conjunto de países que se convencionou chamar "Terceiro Mundo" (16). Os seus interesses por conseguinte, são solidários com os interesses dos restantes países do Terceiro Mundo.

O "mundo dos pobres" é, afinal, o Sul, abrangendo dois terços da humanidade, ocupando quase toda a Ásia, toda a África e toda a América Latina, ou seja, aqueles continentes que sofreram a dominação político - colonial das potências eu

(16) A expressão "Terceiro Mundo" difundiu-se rapidamente a partir do livro editado por G. Balandier (Le "Tiers Monde", Paris, P.U.F., 1956), no qual se informa que ela foi primeiro usada, em 1955, por Alfred Sauvy; este ter-se-ia inspirado na brochura Le Tiers État, do abade de Sieyès, publicada às vésperas da Revolução Francesa, com a sua famosa trilogia: "Que é o Terceiro Estado? Tudo. que tem ele sido até ao presente, na ordem política? Nada. Que exige ele? Vir a ser qualquer coisa".

O despertar dos povos da Ásia e da África tem um marco significativo na Conferência de Bandung, em 1955, a primeira conferência internacional de povos de côr na história da humanidade. Os 29 países ali representados já reuniram mais de metade da população do Glôbo e todos, dez anos antes, ainda eram colônias ou semi-colônias. Bandung foi a primeira conferência dos "povos mudos do Mundo", na expressão do anfitrião, o Presidente Sukarno, de quem são também as seguintes palavras, citadas por Maurice Crouzet (L' Époque Contemporaine — vol.VII da Histoire Générale des Civilisations, p.742. Paris, P.U.F., 1969):

"Durante numerosas gerações os nossos povos não tiveram voz no mundo (...). Fomos aqueles a quem nenhuma atenção era concedida, aqueles cuja sorte era decidida por outros segundo os seus interesses, com primazia sobre os nossos e que nos faziam viver na pobreza e na humilhação".

ropéias e que, após a independência, nunca conseguiram liberar-se do poder industrial, do poder financeiro e do poder cultural dos países industrializados.

Não é lícito duvidar-se de que a industrialização do Norte se deveu em larga medida ao "financiamento" de capital obtido junto dos povos que hoje constituem o Terceiro Mundo. O domínio dos mares a partir do séc. XVI garantiu aos europeus o monopólio do comércio mundial; este monopólio provocou o enriquecimento da Europa, em termos nunca dantes vistos no mundo. Portanto, não é errado afirmar-se que foram os brocados e sedas orientais, especiarias, canela e outros produtos exóticos, juntamente com os metais preciosos extraídos no Novo Mundo e os novos gêneros produzidos nas colônias de plantação e em cujo consumo a Europa se iniciava, como o açúcar, que, todos juntos, permitiram ao Norte fazer a primeira grande acumulação de riqueza (ou acumulação de capital), que foi condição essencial para a sua industrialização (17).

(17) Um cientista social do mundo árabe, Anpuar Abdel-Malek, designa tal acumulação como "Mais-Valia Histórica", descrevendo assim a sua formação:

- a) a primeira corrente de invasões, saque, penetração e ocupação chegou à zona islâmica árabe a partir do séc. IX, desde as Cruzadas até o militarismo Sionista;
- b) a segunda corrente, mais humanamente aniquiladora, chegou ao continente africano, com a hemorragia subsequente causada pelo tráfico de escravos, a qual teve tanta influência na potencialidade da África contemporânea;
- c) a terceira corrente destruiu as civilizações e sociedades indígenas da América Central e do Sul, subjugadas pelos impérios hispânico e português, nascidos do mar;
- d) a última corrente chegou ao Sul da Ásia, principalmente ao subcontinente da Índia, alastrando posteriormente ao Sudeste e por último à Ásia Oriental.

Assim se iniciou uma época histórica que se prolonga por onze séculos, na sua maior extensão, e por cinco séculos no seu sentido mais específico, durante a qual Europa e Ocidente lo

Durante o período de industrialização do Norte, em que cada um dos países em processo de industrialização se fechava sobre si mesmo, adotando regimes aduaneiros protecionistas, foram ainda os países do Sul, submetidos à exploração colonial direta (Ásia, África) ou indireta (América Latina) que proporcionaram a cada uma das potências do Norte além de mercados para as suas indústrias nascentes, também as fontes de aprovisionamento de matérias-primas, inclusivé o petróleo, tudo a preços unilateralmente fixados no Norte, assim possibilitando o vertiginoso distanciamento entre os dois mundos.

Nos nossos dias, é ainda o Sul que tem vindo acolhendo as empresas do Norte, tanto industriais, como comerciais, bancárias, seguradoras, transportadoras, de "mídia", etc., que estendem pelo mundo fora a sua rede de filiais, considerando, como empresas privadas capitalistas que são, exclusivamente a lógica da busca do lucro máximo (para a empresa, ou para quem a controla, não decerto para o país de implantação).

Neste aspecto das relações internacionais, cuja característica essencial tem sido a assimetria e a desigual

graram destruir os centros de poder do Oriente e, em sentido mais amplo, os da Ásia, África e América Latina e também conseguiram acumular, nos Estados da então nascente burguesia ("nacional") do Ocidente, a riqueza de nossos três continentes, tanto a sua riqueza material como o seu potencial humano e cultural. Este processo de acumulação maciço, prolífero, este saque profundo dos três continentes durante séculos e séculos de dominação, tem sido ignorado, por estranho que pareça, pelos principais pensadores da ideologia do progresso no Ocidente ("Plusvalia Historica", in Revista Mexicana de Sociologia, nº 2/79, p.393 — Universidade Nacional do México).

dade(18), a maior e mais recente novidade é ainda o desafio que nos últimos anos os "pobres" lançaram aos "ricos" — o

(18) Immanuel Wallerstein, respeitado professor de sociologia e diretor do Centro Fernand Braudel para o Estudo de Economias, Sistemas Históricos e Civilizações da Universidade do Estado de Nova Iorque, em Binghamton, dá a todo esse período histórico o nome de "Economia - Mundo Capitalista" ("capitalist world - economy") que constituiria o que chama um "sistema histórico concreto". É interessante a tese central de Wallerstein, desenvolvida em duas obras fundamentais (The Modern World-System, Nova Iorque, Academic Press, vol.I, 1974; vol.II, 1980 e The Capitalist World-Economy, Cambridge University Press, 1979), que infelizmente só conhecemos através de referências feitas por outros autores e pelo que consta de dois estudos do próprio Wallerstein: "The Three Stages of African Involvement in the World-Economy", in: GUTKIND & WALLERSTEIN (editors), The Political Economy of Contemporary Africa, p.30-57 (Beverly Hills/Londres, Sage Publ., 1976) e "Les États dans le Vortex Institutionnel de l'Économie-Monde Capitaliste", in: Revue Internationale des Sciences Sociales, vol. XXXII (1980), nº 4, p.797 a 805 (Paris, UNESCO).

Nesta última revista, Wallerstein sintetiza assim a sua tese: "A economia-mundo capitalista constitui um destes sistemas históricos. Na minha opinião, nasceu na Europa, no séc. XVI. É um sistema fundado sobre a vontade de acumular capital, o condicionamento político do nível de preços (dos capitais, da produção da mão-se-obra) e a polarização contínua das classes e das regiões (centro/periferia) no tempo. Este sistema desenvolveu-se e ampliou-se até englobar o mundo inteiro nos séculos ulteriores. Atualmente atingiu o ponto em que, como consequência de sua evolução contraditória, assumiu o aspecto de uma longa crise".

No outro estudo citado, Wallerstein esclarece, entre outros pontos, que a "economia-mundo capitalista" provoca a emergência de três zonas de atividade econômica (centro, semiperiferia e periferia), não só com termos de troca de sinal entre elas, mas também com persistentes desequilíbrios no comércio de mercadorias, existindo em tais zonas uma multiplicidade de estruturas políticas (mais fortes no centro e mais fracas na periferia).

Para Wallerstein, é errado falar-se em "expansão da Europa", porque o que houve realmente foi uma "expansão do modo capitalista de produção".

qual, de resto, só poderá ser entendido na totalidade de suas implicações, se considerado dentro de um sistema mundial extremamente complexo e integrado, no qual nenhuma nação, nem mesmo a mais poderosa, poderá controlar todos os elementos, internos e externos, de que dependem a sua segurança, paz, progresso e, inclusive, a sua própria sobrevivência.

Até o sistema internacional de equilíbrio bipolar, que tem caracterizado a organização internacional desde a Segunda Guerra Mundial, parece estar perdendo importância, perante a nova estrutura em formação, baseada no antagonismo entre um Norte que pretende manter o seu padrão de vida e o seu ritmo de expansão econômica e um Sul deserdado, que ganha a cada dia maior consciência de que só poderá aspirar a condições de vida mais justas e mais humanas se conseguir convencer ou mesmo coagir o Norte a aceitar uma completa reformulação da atual ordem internacional. O próprio Estado moderno, supostamente soberano, terá de sofrer profunda remodelação, à medida em que a humanidade se for unificando, ganhando consciência da interdependência de todos os povos e da necessidade de um sentimento de solidariedade universal, como única solução para enfrentar problemas comuns que ameaçam a nossa própria sobrevivência.

Há evidente exagero em afirmações como a de que "o Terceiro Mundo é a futura ordem internacional", feita em livro recente, extremamente lúcido e vigoroso, de Mahbub ul Haq (19), Diretor do Departamento de Política de Planejamento e Revisão do Programa, do Banco Mundial; esse exagero, todavia, não diminui a certeza de que o mundo do futuro, agora em formação, será totalmente diverso do passado e de que o Terceiro Mundo terá uma ação determinante na modelação das novas estruturas.

(19) HAQ, Mahbub ul. A Cortina da Pobreza: Opções para o Terceiro Mundo. São Paulo, Cia Ed. Nacional, 1978.

Se o sistema mundial atual for mantido, com todos os seus conflitos e todas as suas contradições, ele possivelmente auto-destruir-se-á e, ao mesmo tempo, destruirá provavelmente o mundo. Se apesar de tantos relatórios apontando para a catástrofe nada tem sido possível fazer (ou, se algo foi feito, consistiu apenas em ir emendando os fios que se quebram dessa espada de Dâmoacles que pende sobre nós, mas sem conseguir afastá-la de nossas cabeças), é porque, na verdade, para se fazer alguma coisa significativa seria necessário começar pela transformação do próprio sistema atual — e isso uns não querem, porque lhes não convém, enquanto aos outros falece a coragem de tentar, ou nem sequer dispõem de forças para dar o primeiro passo.

Aliás, a tarefa de transformação do sistema atual não está ao alcance de nenhum país, ou de qualquer grupo de países. Terão de ser movimentadas forças fantásticas e, de qualquer forma, é operação que não pode ser feita de um dia para o outro. A transformação de um sistema internacional só resultará de um longo processo, com interação de uma grande multiplicidade de fatores — econômicos, tecnológicos, científicos, ideológicos, políticos, geográficos, diplomáticos, etc. — e de atores: Estados, organizações internacionais, forças transnacionais, empresas multinacionais, etc. A conjuntura internacional atual, com a divisão bipolar entre os países industrializados capitalistas e comunistas, pode ser favorável a algumas mudanças em benefício do Terceiro Mundo, com a condição de que não sejam feitas precipitadamente, o que poderia causar em algum dos dois blocos militares uma sensação de insegurança, que jogaria tudo a perder. Os países produtores de petróleo deram em 1973 um bom exemplo de como proceder, sem que, contudo, seja possível esquecer que eles dispunham de um produto insubstituível (20).

(20) Por ocasião do embargo de 1973 a diversos países, entre eles a Holanda, um jornal humorista francês ilustrou bem

Por outro lado, não é possível esquecer-se que se atualmente são as multinacionais as principais responsáveis por uma longa série de males para os países em desenvolvimento, elas são também as controladoras do comércio internacional (21) e ainda (e mais importante) que são elas as depositárias do progresso tecnológico acumulado no mundo industrializado. Portanto, fechar as fronteiras às multinacionais significa quase sempre optar pela estagnação, como aconteceu em Angola, após a independência; abrir-lhes as portas, é permitir um surto de desenvolvimento desequilibrado e quase sempre contrário aos interesses e necessidades mais prementes da maioria da população...

Onde encontrar o ponto de equilíbrio? Ou será que esse ponto não existe e que teremos de considerar os países que se libertem das multinacionais como heróis isolados, sacrificando-se, sofrendo na própria carne as dificuldades do subdesenvolvimento e do ostracismo econômico, até que se lhes vão juntando tantos outros países, que seja abalado o sistema mundial de que se nutrem as multinacionais e que aliás, elas ajudam a modelar?

a diferença entre a importância do petróleo e a dos outros produtos objeto do comércio mundial, publicando uma charge, acompanhada de frase cujo sentido era o seguinte: "A Holanda adota represálias: Proibida a exportação de tulipas para os árabes!".

- (21) Se, como se verá infra, capítulo 3, nº 8.1, o comércio mundial está cada vez mais sob o controle das multinacionais, já era de se esperar que, como conclui estudo recente das Nações Unidas, uma proporção crescente do comércio entre os próprios países do Terceiro Mundo consista em transações efetuadas através das filiais de multinacionais, proporção que na América Latina representa cerca de 35% do total: Transnational Corporations in World Development: A Reexamination, United Nations, Center of Transnationals, Abril de 1978, cit. por: PETRAS, James "Neofascismo: Muerte y Resurgimiento de la Posición Política", in: Revista Mexicana de Sociologia, nº 2/79, p.410 (México, UNAM).

De resto, se há países do Terceiro Mundo que muito pouco ou nada beneficiam com as multinacionais (e são talvez a maioria, mas são também os mais pobres e, por isso, com menor peso no jogo internacional), outros há que têm colhido benefícios palpáveis, como é o caso dos dez países que a OCDE e o Banco Mundial definem como países de industrialização recente (Brasil, México, Argentina, na América Latina; nos outros continentes, países como a Coreia do Sul, Formosa, Cingapura e Hong-Kong). Poder-se-á exigir, ou de qualquer forma poder-se-á pretender que eles contribuam para acender uma fogueira que poderá no mínimo chamuscá-los? Afinal, no seio do sistema capitalista (ocidental) não são as multinacionais, atualmente, os mais poderosos agentes de desenvolvimento econômico?

Por último, será bom não esquecer que as multinacionais sabem capitalizar politicamente em seu proveito as dissensões que sempre existem no âmbito interno de qualquer país (22): A conhecida ação das multinacionais, e em especial

(22) James Petras, no trabalho citado na nota anterior, sustenta tese interessante (p.409 a 413):

O surgimento do neofascismo em países do Terceiro Mundo com antecedentes históricos e estruturas sociais internas diferentes, sugere que há um fator comum externo que opera conjuntamente com os processos internos para produzir o fenômeno comum que conhecemos, com o termo genérico de "neofascismo".

(...) A expansão do capital imperial tem sido na atualidade muito além dos sistemas de enclave de plantações e mineração do passado e agora abarca a totalidade das atividades econômicas que cobrem o país inteiro: manufaturas, serviços, comunicações, finanças, etc.. A extensão do controle e os lucros por meio de contratos de administração, tecnologia e vendas, aumentaram tremendamente nos anos recentes.

De maneira paralela a este processo global de acumulação, surgiram países selecionados como objetivos específicos para investimentos em grande escala

da I.T.T., na revolução chilena de 1973 é bom exemplo. Como diz Arghiri Emmanuel, "quaisquer que hajam sido as intervenções estrangeiras no Chile, Allende ainda estaria vivo e no poder se ele se tivesse contentado em nacionalizar a Anaconda e não houvesse tocado no capital nacional" (23). Da mesma maneira, no Brasil, a Revolução de 1964 não teria acontecido se o governo além de investir contra os capitais estrangeiros, limitando a saída de lucros e determinando que lucros reinvestidos passassem a ser considerados capital nacional, não houvesse assustado os grandes proprietários rurais com as Ligas Componesas e a

la e a longo prazo; países cujas políticas e práticas facilitam o crescimento sem impedimentos do capital, com um máximo de garantias políticas. Na maior parte dos casos, estes são os regimes neofascistas, ou aqueles que mais se aproximam do modelo. Parece completamente claro que os regimes neofascistas têm sido os mais eficientes para criar um clima de investimentos que conduza a um fluxo de capital externo e a longo prazo.

(...) O neofascismo surge como causa e consequência da acumulação do capital à escala mundial. Bloqueadas pelos nacionalistas ou pelas organizações militantes dos trabalhadores, as multinacionais unem-se a oficiais militares reacionários, homens de negócios locais e pequena burguesia conservadora para derrubar os regimes populistas e purgar em profundidade a sociedade civil de toda oposição, estabelecendo em seu lugar o Estado neofascista. Em muitos casos, a evolução do neofascismo é facilitada pela presença do capital multinacional e suas exigências de controles mais severos e expansão.

(...) No nível internacional, nos fóruns e nas tentativas de criar blocos regionais, os Estados neofascistas têm funcionado efetivamente para debilitar ou minar a solidariedade do Terceiro Mundo. O Chile retirou-se e como consequência ficou debilitado o impulso nacionalista do Pacto Andino(...).

(23) EMMANUEL, Arghiri. "Les Sociétés Multinationales et le Développement Inégal", in Revue Internationale des Sciences Sociales, vol. XXVIII, nº 4 (1976), p.840 (Paris, UNESCO).

iminente reforma agrária, nem houvesse alarmado os comandos militares no episódio dos marinheiros e com a reunião dos 2.000 sargentos no Automóvel Clube.

1.4. Relações Brasil - África

Se as considerações até aqui expostas estiverem certas, parece que uma projeção do Brasil, como importante potência mundial em futuro mais ou menos próximo, não poderá ser concebida por um alinhamento com as estruturas da atual ordem internacional. Estas proporcionar-lhe-iam um lugar de mero caudatário das atuais potências ricas, sem conseguir libertar-se facilmente da condição de "país em desenvolvimento".

Parece que o Brasil terá de optar por um alinhamento decidido ao lado dos demais países da América Latina e do Terceiro Mundo em geral. Aqui, parece, estará fazendo consciente opção pelas posições que irão marcar o mundo do futuro. Com a sua população, as suas dimensões continentais, os seus recursos, o seu potencial industrial, o Brasil poderá conquistar rapidamente a liderança do mundo em desenvolvimento e talvez fazer a balança das forças mundiais pender para o lado daqueles que lutam por reformas institucionais fundamentais, como único meio de reduzir as gritantes desigualdades internacionais atuais.

Não há dúvida de que este alinhamento agradaria totalmente aos países africanos. Todavia, resta saber se corresponderá aos interesses fundamentais brasileiros, ainda que sejam apenas conjunturais.

Era este tema, o das relações Brasil-África, a quele que inicialmente nos propunhamos examinar, nesta dissertação. A necessidade que sentimos de previamente fazer um estu

do global da situação mundial, infelizmente frustrou esse objetivo: Veja-se supra, págs. xi-xii (Nota Prévia).

Todavia, em Apêndice à dissertação vamos tentar colmatar a lacuna, alinhavando rapidamente os tópicos que nos parecem essenciais sobre as bases de uma cooperação afro-brasileira.

2. DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

2.1. Relações internacionais: Visão clássica e visão moderna.

Propomo-nos nesta dissertação analisar a sociedade internacional, ou com mais precisão (como ao longo do trabalho se verá) o sistema mundial, como ele se apresenta atualmente e nas perspectivas por ele oferecidas nos decênios mais próximos, dando ênfase à situação dos países desfavorecidos que constituem o Terceiro Mundo, para verificar quais são as possibilidades que se oferecem a estes países, ou a alguns deles, de se elevarem ao nível daquela minoria de sociedades ditas afluentes.

Se nos ativermos apenas à leitura dos jornais, obteremos uma imagem caótica da vida internacional, que seria composta de guerras e revoluções, alianças que se fazem e desfazem, atentados políticos, assassinatos, competições entre Estados disputando mercados, territórios, aliados, lutando cada um contra todos os demais, como condição de conservar e reforçar a sua independência e de progredir num mundo que seria regido pelas "leis da selva".

Esta visão caótica, anárquica, era também a traduzida nas teorias das relações internacionais em voga até à Segunda Guerra Mundial e que mesmo atualmente ainda têm bastantes defensores: Morgenthau, Aron, Kissinger... Pode ser

considerada a visão clássica ou tradicional.

Na expressão de Arnold Wolfers, que se situa dentro dos seus quadros, "a cena [internacional] é ocupada por um conjunto de Estados, cada um exercendo plena autoridade sobre a totalidade do território, dos homens e dos recursos que se encontram no interior de suas fronteiras. Cada Estado constitui uma unidade fechada, impermeável e soberana, completamente separada de todos os outros Estados" (24). Fundava-se esta visão tradicional "na noção de soberania do Estado e no seu corolário lógico, a [noção] de anarquia internacional: não reconhecendo nenhuma autoridade superior à sua, os Estados estão uns em relação aos outros no estado de natureza, e a crise de segurança que daí resulta obriga-os a viver num clima de antagonismo e de rivalidade", escreve Arend Lijphart (25).

A visão clássica enfatizava o domínio da política internacional, ou seja, das relações entre Estados, colocadas sob o signo do conflito e da guerra; a obra fundamental de Raymond Aron, sintomaticamente, tem por título Paix et Guerre entre les Nations (26); a obra fundamental de Hans Morgenthau porta o título de Politics among Nations. The Struggle for Power and Peace (27). É dentro desta visão clássica que cabem

- (24) WOLFERS, Arnold: "The Actors in International Politics", in William Fox (dir. publ.), Theoretical Aspects of International Relations, p.100 (University of Notre Dame Press, Ind., 1959), cit. por J. Henk Leurdijk, "De la Politique Internationale à la Politique Transnationale: Un Changement de Paradigmes?", in Revue Internationale des Sciences Sociales, vol. XXVI, nº 1 (1974), p.59 (Paris, UNESCO).
- (25) LIJPHART, Arend. "La Théorie des Relations Internationales: Grandes Controverses et Controverses Mineures", in: Revue Internationale des Sciences Sociales, vol. XXVI (1974), nº 1, p.15.
- (26) ARON, Raymond. Paix et Guerre entre les Nations. Paris, Calmann-Lévy, 1962 (2ª ed.).
- (27) MORGENTHAU, Hans J. Politics among Nations. The Struggle for Power and Peace. Nova Iorque, Alfred Knopf, 1974 (5ª ed.).

teorias como a do equilíbrio de poderes, a de segurança coletiva e a de governo mundial (28), todas inspiradas, diz-nos Lijphart, pelas "noções gêmeas de soberania e de anarquia internacional": Segundo a teoria do governo mundial, "uma vez que a anarquia é responsável pela tensão internacional, é preciso concluir um contrato social internacional para estabelecer um governo mundial soberano e único"; a teoria do equilíbrio de poderes "pretende, pelo contrário, que a luta pelo poder entre os Estados soberanos tende a instaurar um equilíbrio que, longe de alimentar uma tensão perpétua, favorece em grande medida a ordem internacional"; quanto à teoria da segurança coletiva, "segundo a qual seria desejável que os Estados se engajassem formalmente a adotar medidas coletivas contra todo agressor, pode-se considerar que ela aceita em parte o contrato social: a anarquia internacional não é abolida, mas simplesmente atenuada, e não se atenta contra as soberanias nacionais respectivas" (29).

Nos últimos 20 anos, a concepção clássica, com a sua visão da sociedade internacional como composta exclusivamente de Estados, todos independentes, iguais e soberanos, passou a ser contestada (30). Adotando-se uma ótica própria das

(28) Vejam-se, neste sentido, Lijphart (cit., p.15) e Leur dijk (cit., p.59). Lijpart (p.20-21) afirma mesmo que as polémicas entre realistas e idealistas se inscreviam no interior do paradigma tradicional, mas citando em contrário Klaus Knorr e James Rosenau (Contending Approaches to International Politics, Princeton Univ. Press, 1969), para os quais "adira-se à escola realista ou à escola idealista... podem-se utilizar indiferentemente os métodos tradicionais ou os métodos científicos."

(29) LIJPHART. op. loc. cit.

(30) Um dos precursores da nova orientação foi Karl W. Deutsch, nos seus primeiros estudos, publicados em 1957, sobre a integração política nas regiões do Atlântico Norte: Veja-se a sua obra fundamental, The Analysis of International Relations, 2ª ed., p.242 e segs. (Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1978).

Por outro lado, o pressuposto da desigualdade dos

ciências sociais e afirmando-se a inexistência de diferenças fundamentais entre os processos de política internacional e de política interna, negaram-se todas as premissas da concepção tradicional: Os Estados (e as organizações constituídas por Estados) não seriam os únicos sujeitos ou agentes da vida internacional; os Estados não seriam todos da mesma maneira "iguais e soberanos"; as relações entre eles não teriam o caráter anárquico, ou, no conceito rousseauiano, do "estado de natureza".

Adotando uma abordagem sistêmica (veja-se adiante, nesta Introdução, o nº 3, sobre metodologia), a nova orientação tem sido considerada uma verdadeira ruptura epistemológica, uma revolução científica (31). Se a orientação clássica pode ser chamada "visão interestadual" das relações internacionais, pelo papel que atribui aos Estados, a orientação moderna poderá ser designada por "sistêmica", "transnacional" ou da "interdependência": Da interdependência, na medida em que enfatiza os laços que, numa perspectiva mundial, unem os Estados, já que a paz, a segurança e o progresso de cada um deles dependem cada vez mais de todos os outros. Transnacional, na

Estados, que já estava implícito nas teorias marxistas do imperialismo, na década de 50 já havia começado sendo posta em dúvida, a partir de parâmetros econômicos, por Raul Prebisch e os demais economistas reunidos à sua volta na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina, das Nações Unidas): vide infra, cap.4, nº 3.1.

- (31) Assim, por exemplo, Lijphart (cit., p.12), fala em "revolução científica, no sentido em que Thomas S. Kuhn emprega esta expressão (...). Resumida em poucas palavras, a teoria de Kuhn consiste em que, nas ciências da natureza, os períodos de prática normal alternam com revoluções científicas. A prática científica normal é guiada por um paradigma, ou seja, por uma concepção, um modelo ou uma teoria universalmente aceitos, sobre os quais se edifica, segundo um processo cumulativo, o saber científico. As revoluções científicas são 'fases de mudança de caráter não cumulativo que acarretam a substituição total ou parcial do paradigma antigo por um novo paradigma, incompatível com aquele'".

medida em que, se continua a reconhecer no Estado o agente por excelência da política internacional, já não o considera ator único; como afirmam Nye e Keohane, entram no âmbito das relações transnacionais "os contatos, coalizões e interações entre Estados que escapam à autoridade dos órgãos centrais de política externa dos governos", sendo "agente influente", acrescentam, "todo indivíduo, toda organização gozando de uma certa autonomia, dispondo de recursos consideráveis e tendo relações políticas com outros agentes para lá das fronteiras dos Estados" (32). Será sistêmica, por último, quando com base na teoria geral dos sistemas, define seja uma "sociedade transnacional", como sendo "um sistema de interações, num domínio determinado, entre agentes societais pertencentes a sistemas nacionais diferentes" (33), seja um "sistema mundial", que é "a soma dos processos relacionais que se estabelecem tanto no seio dos Estados como para além das fronteiras nacionais" (34).

- (32) NYE, Joseph S. & KEOHANE, Robert O. "Transnational Relations and World Politics: An Introduction", in International Organization, vol.25, nº3 (1971), p.331, 344-345, cit. por Lijphart, cit., p.18.

Posteriormente estes autores publicaram obra fundamental, que ainda tentámos obter, mas sem sucesso: Power and Interdependence - World Politics in Transition, Boston, Little Brown and Co., 1977).

- (33) KAISER, Karl. "Transnational Politics: Toward a Theory of Multinational Politics", in International Organization, vol. 25, nº4 (1971), p.802, cit. por Leuridijk, cit., p.63.

- (34) BURTON, John W. "Pour une Approche Systémique des Relations Internationales", in Revue Internationale des Sciences Sociales, vol. XXVI, nº 1 (1974), p.24. Segundo este autor, "a comunidade internacional forma um sistema de interações de que os Estados são os elementos. Mas um Estado não constitui verdadeiramente um sistema (salvo na acepção corrente de forma particular de governo): é uma zona geográfica que está submetida à autoridade jurídica de um poder central e onde se entrelaçam um certo número de sistemas de ordem política, econômica e social. Esta distinção é importante porque dos sistemas em questão uma parte está confinada nas fronteiras nacionais, ao passo

Outras designações que se costumam atribuir à orientação moderna, são as de "corrente científica" e "behaviouralista", as quais, todavia, são também aplicadas a propósito de uma ou outra das subdivisões existentes dentro da concepção moderna, não tendo, portanto um significado único.

Tal como acontece com a orientação clássica, a moderna também apresenta subdivisões. Fundamentalmente, poderá ser subdividida em duas correntes, que é possível designar por correntes "crítica" e "científica" ou "behaviouralist". A primeira, com forte influência marxista, gerou a teoria chamada da dependência (vide infra, cap. 4, nº 3); a segunda está na origem de várias teorias da interdependência (cap.4, nº4).

A teoria da dependência enfatiza a desigualdade existente nas relações internacionais, considerando a ordenação vertical do sistema, pelo que nas suas relações mútuas uns Estados seriam sistematicamente beneficiados e os outros sistematicamente prejudicados. As teorias da interdependência, pelo contrário, insistem sobre as relações horizontais (ditas de "interdependência").

Dentro da visão clássica das relações internacionais, a corrente de longe dominante é a do equilíbrio de poderes. Têm ela servido para explicar quer o sistema internacional de "Equilíbrio de Poder" nascido após as convulsões da Revolução Francesa e das guerras napoleônicas, com o Congresso de Viena de 1814/15, quer a atual conjuntura internacional, dita de "Sistema Bipolar", a que alguns acrescentam o quali

que os outros as transcendem. Considerado numa ótica sistêmica, o Estado não é uma entidade autônoma. As organizações de estudantes, de cientistas, de turistas, os grupos religiosos, os comerciantes constituem outros sistemas de interações".

ficativo de "Flexível" (35). Pode-se afirmar que os seus alicerces básicos são o estudo da diplomacia (com a respectiva história) e o jogo político-estratégico. Por isso, acredita-se que lhe sirva melhor a designação de corrente ou escola "Diplomático-Estratégica", que é a que se vai tornando corrente em França e que supomos haver sido cunhada por Pierre Hasner (36); nesta dissertação, será este o nome pelo qual a designaremos (vide cap. 4, nº2).

Equilíbrio bipolar, dependência, interdependência, são as concepções que influenciam nos nôssos dias o estudo das relações internacionais e que constituem o substrato da presente dissertação. Será dentro dos quadros das concepções modernas que procuraremos as soluções a que nos propomos, uma vez que consideramos a teoria geral dos sistemas como a mais adequada para o estudo de qualquer sistema social, ainda que se trate do sistema mundial (infra, nº3 da presente Introdução).

2.2. Hipóteses de trabalho

O nosso objetivo é averiguar se o atual sistema mundial impede ou não que os países ditos em desenvolvimento progridam até níveis equiparáveis aos dos países já desenvolvidos.

Realizaremos o nosso trabalho dentro da orientação moderna da teoria das relações internacionais e, por conseção

(35) KAPLAN, Morton A. & KATZENBACH, Nicholas B.. Fundamentos Políticos do Direito Internacional, p.62. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.

(36) Vejam-se os estudos de diversos autores, na Revue Française de Science-Politique, vol. XXX, nº 2 (1980), p.220, 223, 247.

guinte, aceitaremos que o sistema mundial atual é caracterizado pela interdependência de todas as suas partes componentes. Por "partes componentes" do sistema, não consideraremos apenas os Estados e as organizações internacionais; consideraremos "partes" também os subsistemas menores (como empresas multinacionais, associações com finalidades as mais diversas, porventura até indivíduos), que gozem de certa autonomia (como, aliás, acontece com os próprios Estados) e que disponham de recursos, ou força, suficientes para influir no sistema mundial.

Para alcançarmos o nosso desideratum, nortearemos o estudo pelas seguintes hipóteses de trabalho:

1. As relações de interdependência mundial não jogam todas no mesmo sentido. A interdependência mundial é complexa: Pode ser horizontal (entre partes com a mesma força e poder) e vertical ou hierárquica (entre partes desiguais); pode ainda ser mútua ou simétrica (se cada uma das partes em relação depende da outra) e unilateral ou assimétrica (se só uma das partes depende da outra); pode, finalmente, ser positiva (se o que favorece uma parte também favorece a outra) ou negativa (se o que é favorável para uma parte é prejudicial para a outra).

2. Logo, não reflete a realidade mundial na sua totalidade, a teoria elaborada pela escola diplomático-estratégica, que tem como pressuposto, ainda que só implícito, a interdependência horizontal dos Estados, que afirma serem os únicos atores das "relações internacionais". Esta teoria só chegará a resultados exatos naqueles casos em que realmente exista tal interdependência horizontal.

3. Dentre a multiplicidade de variáveis que influenciarão num sentido ou noutro cada uma das partes componentes do sistema, importa identificar ("mapear") aquelas capazes

de produzir maiores mudanças. Tais variáveis serão necessariamente as ligadas aos problemas fundamentais do sistema mundial, como ele se apresenta na atualidade.

Logo, é o estudo dos problemas fundamentais (no sentido de que são aqueles que mais pesarão sobre o mundo do futuro) que nos permitirá identificar tais variáveis. Por outro lado, a análise destes problemas confirmará a interdependência mundial.

4. Naqueles espaços geográficos integrados no sistema capitalista (um dos subsistemas do sistema mundial), o desenvolvimento econômico-social está subordinado à lógica empresarial, isto é, ao objetivo de obtenção do maior lucro possível.

Esta subordinação impede que os grandes problemas mundiais sejam considerados do ponto de vista do bem de todas as partes componentes do sistema capitalista: O sistema caarakterizar-se-á pela competição, em detrimento da cooperação, multiplicando as interdependências negativas. Por outro lado, será inevitável a acumulação de riqueza numas regiões (países "desenvolvidos") em detrimento das demais (países "em desenvolvimento"), com reforço das relações de interdependência negativa e criação de laços de interdependência vertical.

5. Entre os países industrializados prevalecem os laços de interdependência mútua e horizontal, que umas vezes são positivos e outras vezes negativos. Entre os países industrializados e os países em desenvolvimento, predominam os laços de interdependência vertical e negativa, os quais quase sempre são unilaterais. Entre os países em desenvolvimento são poucos os laços de interdependência, que quando existe é, em regra, horizontal, podendo ser positiva ou negativa e sendo raras vezes mútua.

6. A própria evolução do sistema capitalista mundial, na sua busca incessante de produção a custos menores, impulsionará a industrialização de novas regiões.

Logo, não será inteiramente exata a teoria da dependência, para a qual o sistema capitalista mundial seria caracterizado pela bipartição dos países em dois grupos, um deles dominando o outro, sem a possibilidade de o segundo se soltar das amarras da dependência.

Ela será, todavia, exata em parte, na medida em que o processo de industrialização, fazendo cessar muitos laços de interdependência vertical, unilateral e negativa, favorece aos países industrializados, alimentará as forças opostas ao processo de desenvolvimento. Este fato reforçará a hipótese de que a interdependência mundial é realmente complexa, sendo constituída pelo entrelaçamento dos vários tipos de interdependência: horizontal ou vertical, mútua ou unilateral, positiva ou negativa.

7. Os países em desenvolvimento poderão compensar em parte a sua situação de dependência vertical através da união de suas forças, mas só conseguí-lo-ão se reforçarem os laços de interdependência entre eles existentes e se cada um conseguir no âmbito interno um grau de coesão suficiente para que as forças externas não utilizem em benefício próprio as dissensões existentes.

2.3. Plano de trabalho

Considerando os objetivos propostos, iniciaremos o nosso trabalho tentando identificar os grandes problemas com que se defronta o sistema mundial, como caracterizados na hipótese 3. A análise de cada um destes problemas permitir-nos-á testar as relações de interdependência concretas e verifi

car que constrações sofrem os países do Terceiro Mundo, frustando ou dificultando os seus propósitos desenvolvimentistas. Dedicaremos a esta matéria a parte mais extensa da dissertação: Os três capítulos iniciais.

No capítulo seguinte, procuraremos analisar e comparar as grandes teorias dominantes sobre relações internacionais (escola diplomático-estratégica e escola da dependência), para a seguir analisarmos a versão interdependentista que designamos por "interdependência complexa".

Seguir-se-ão as conclusões, encerrando um tanto apressadamente (que o tempo é curto) a dissertação, no ponto em que ela deveria haver sido iniciada...

3. M E T O D O L O G I A

3.1. Sistemas e sociedade internacional

Qualquer ação humana dirige-se sempre a outros indivíduos ou grupos, isto é, como se afirma na sociologia moderna, toda ação é interação; se a sociedade, qualquer sociedade, é um conjunto de indivíduos, ela será também um sistema de interações.

Como escreve Walter Buckley,

A interação comunicativa entre indivíduos, ao lado das suas concepções de si mesmos e da situação ambiental, constitui um sistema, cujas forças propulsoras são variamente analisadas e descritas. Os teóricos falam em função de: barganha e troca de coisas e acontecimentos recompensadores (teoria da troca); cooperação normativa ou sujeição a expectativas estabilizadas (teoria do consenso); manutenção da congruência de relações em condições de mudáveis matrizes interpersonais (modelos de Newcomb e Secord e Backman); comunicação de informação, instrução ou motivação numa reunião de mentes intencionais (modelo

de Ackoff); superestimação de recompensas ou estratégias de jogo (teoria dos jogos e da estratégia); ou encarecimento do eu na apresentação do indivíduo diante de auditórios no palco da vida (modelos dramaturgicos). Cada um deles diz respeito a um ou mais de um aspecto importante da dinâmica do sistema; algumas metáforas são mais frouxas, menos amplas ou mais estáticas do que outras.

... Seja qual for a metáfora ou a conceptualização empregada, estamos lidando com um sistema de componentes interligados, que só podem ser definidos em função das inter-relações de cada um deles em um processo de desenvolvimento em curso, que gera fenômenos emergentes (37).

Observe-se, todavia, que os sistemas não se constituem a partir de interações concretas, que se agrupariam em redes, ainda que complexas. Qualquer interação processa-se no interior de um quadro pré-estabelecido que constitui já um sistema, como Maurice Duverger faz questão de ressaltar:

Cada uma das interações particulares comporta um elemento de inovação que tende a retocar o sistema existente, o qual, portanto, se modifica constantemente em função delas. Mas a parte de mudança a cada instante é em si mesma fraca em relação à parte do sistema já constituído. Portanto, a abordagem deve ser macrossociológica: A análise é essencialmente dos sistemas que condicionam as interações particulares, sendo este condicionamento muito mais importante do que a modificação constante dos sistemas por cada nova interação (38).

Um "sistema" será, segundo Jacques Lesourne, "um conjunto de elementos ligados por um conjunto de relações [interações], de modo que qualquer modificação em um elemento pro

(37) BUCKLEY, Walter. A Sociologia e a Moderna Teoria dos Sistemas, p.183-184. São Paulo, Cultrix-USP, 1971.

(38) DUVERGER, Maurice. Sociologie de la Politique, p.14. Paris, PUF, 1973.

voca modificações em outros" (39); ou, segundo Duverger, "um conjunto estruturado e coordenado de interações sociais que se comportam como uma entidade" (40); ou ainda, de acordo com Buckley, "um complexo de elementos ou componentes direta ou indiretamente relacionados numa rede causal, de sorte que cada componente se relaciona pelo menos com alguns outros, de modo mais ou menos estável, dentro de determinado período de tempo" (41).

Um sistema social, ou sociocultural, terá por característica diferenciadora dos sistemas mecânicos e orgânicos o fato de não manter uma estrutura específica, fixa e antes "criar, elaborar ou mudar a estrutura como pré-requisito para permanecer viável como sistema operante" (42); será um sistema aberto, em permanente interação com o meio, ou, ainda usando a terminologia de Buckley, um "sistema adaptativo complexo" (43).

(39) LESOURNE, Jacques, Les Systèmes du Destin. (Paris, Dalloz, 1976), cit. por COLARD, Daniel: Le Mouvement des Pays Non-Alignés, p.114. Paris, La Documentation Française, 1981.

(40) DUVERGER, cit., p.295.

(41) BUCKLEY, cit., p.68.

(42) BUCKLEY, cit., p.20.

(43) Cerca do ano 500 antes de Cristo, Heráclito já pregava que "nada é, pois tudo se está fazendo" (no depoimento de Platão) ou que "nada é constante" (segundo Aristóteles). Dizia ele: "O sol é novo cada dia"; "não se pode pisar duas vezes nos mesmos rios, pois as águas novas estão sempre fluindo sobre ti"; ou "pisamos e não pisamos nos mesmos rios: somos e não somos"; "as coisas pares são coisas inteiras e não inteiras, o unido e o separado, o harmonioso e o discordante. O uno é feito de todas as coisas, e todas as coisas provêm do uno" — RUSSELL, Bertrand. História da Filosofia Ocidental, vol. 1º, p.51-53. São Paulo, Camp. Ed. Nacional, 1957.

A sociedade internacional é um desses sistemas abertos, "adaptativos complexos", caracterizado pelas interações de organizações internacionais, Estados e diversos grupos sociais menores, uns deles nacionais e outros transnacionais. Estes grupos menores normalmente exercem a sua influência através dos governos dos países onde estão implantados, mas o mundo está agora entrando numa era em que muitos desses grupos menores, sobretudo as grandes empresas multinacionais (44), estão ganhando verdadeiro status de membros de direito da comunidade internacional.

Como abordar o estudo dessa realidade fluida, multifacetada, em permanente mutação, que é o "sistema internacional"?

3.2. Modelos sistêmicos

Procurando ordenar a profusão de dados aparentemente caóticos que constituem a realidade social, as teorias sistêmicas modernas construíram uma série de modelos — uns de natureza formal e outros de natureza teórica, para retomarmos a classificação de Duverger:

Os primeiros são esquemas convencionais sem relações diretas com os elementos concretos que tendem a explicar. Alguns poderiam ser comparados a armários de arrumação ou a quadros de classificação, se não se tratasse de esquemas dinâmicos procurando incluir evoluções e mudanças; frequentemente são elaborados segundo modelos cibernéticos. Outros são construídos segundo

(44) Quanto às empresas multinacionais, veja-se infra, cap.3, nº 8. Os grupos menores de natureza transnacional são divididos por Charles Zorgbibe (Les Relations Internationales, 2ª ed., p.171 e segs; Paris, PUF 1978) em "forças de opinião" (Internacional Socialista, Conselho Ecumênico das Igrejas, etc.) e em "poderes privados transnacionais" (empresas multinacionais e centrais sindicais internacionais).

raciocínios matemáticos: Têm um caráter lógico e simbólico. Pelo contrário, os modelos teóricos constituem uma generalização a partir da observação de elementos concretos por métodos empíricos, que serve de base a uma abstração. Correspondem pouco mais ou menos ao que Max Weber chamava os "tipos ideais".

A distinção não é rigorosa. Como se disse, todo modelo formal tem necessariamente relações com a realidade, pois que é construído a fim de explicá-la e de agir sobre ela. Como conseguir isto, se ele fosse produto só de pura imaginação? Inversamente, todo modelo teórico comporta um grau de generalização e de abstração que o afasta da realidade concreta e o conduz para uma certa formalização (...). Cada um dos dois tipos de modelos compreende elementos do outro. A sua diferença está na diferença das proporções entre estes elementos. Os modelos que chamamos formais afastam-se mais da experiência e são mais dominados pelo raciocínio teórico; os modelos que chamamos teóricos baseiam-se essencialmente na experiência, sendo neles a formalização menos avançada e menos convencional(45).

3.3. Modelos sistêmicos formais

Entre outros, são de natureza formal os conhecidos modelos políticos globais de David Easton e de Karl Deutsch, bem como o ainda mais conhecido "modelo geral" de Talcott Parsons, ou ainda o modelo adaptativo complexo de Buckley.

Easton considera o sistema político como uma "caixa negra", de que se ignora o que se passa lá dentro. Esse sistema está em relação com o seu "meio". O meio compreende primeiro os outros sistemas incluídos na sociedade global estudada: sistema econômico, sistema cultural, sistema religioso, etc.. Compreende a seguir os aspectos não sociais desta sociedade global: sistema ecológico, sistema biológico, sistemas psicológicos, etc.. Compreende finalmente os sistemas ex

(45) DUVERGER, cit., p.295-296.

teriores à sociedade global, ou seja, os sistemas internacionais: econômicos, políticos, ecológicos, psicológicos, biológicos.

As relações entre o sistema político estudado e o seu meio, definem-se por duas categorias de elementos: os "inputs", que emanam do meio e impulsionam o sistema, e os "outputs", que traduzem a reação do sistema sobre o meio, em réplica aos "inputs". Os "outputs" provocam uma retroação do meio, que faz nascer novos "inputs" deste, aos quais respondem novos "outputs" do sistema e assim sucessivamente, num circuito cibernético, fechado, sem começo nem fim, em constante movimento (46).

Deutsch formulou não um, mas dois modelos, sendo o primeiro essencialmente um "sistema de decisão política" e sendo o outro o que poderíamos chamar um "sistema geral", baseado, aliás, segundo as suas próprias palavras (47) no modelo de Talcott Parsons.

O seu sistema de decisão política foi formulado em livro famoso (48). É ele equiparado a um servomecanismo do tipo daquele que dirige um míssil para o alvo: Tanto em política interna como externa, qualquer governo procura alcançar determinados fins, guiando a sua conduta em função do conjunto de informações de que dispõe no momento de iniciar a sua ação

-
- (46) Para a sumária descrição do modelo de Easton (A Systems Analysis of Political Life, Wiley, 1965 e A Framework for Political Analysis, Prentice-Hall, 1965) baseamo-nos em Duverger, cit., p. 280 e 319 a 324.
- (47) DEUTSCH, Karl W.. The Analysis of International Relations, 2ª ed., p.14. Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, 1978. Existe tradução da 1ª edição: Análise das Relações Internacionais, ed. Universidade de Brasília, 1978.
- (48) DEUTSCH, Karl W. Os Nervos do Governo - Análise de Modelos de Comunicação e de Controle Político. Rio de Janeiro, Bloch, 1971.

e corrigindo-a depois, a cada momento que passa, em função da distância que ainda o separa dos fins a atingir, dos resultados reais alcançados, quando comparados com os previstos e de todas as ações empreendidas ao longo do processo para alcançar os fins visados.

A eficácia deste sistema cibernético depende de quatro elementos: O primeiro, é o peso da informação recebida; o segundo, o tempo de resposta (ou seja, o atraso desta em relação à informação recebida); o terceiro, é o ganho conseguido através de operações corretivas, em resposta às novas informações que vão sendo recebidas; o último, finalmente, é a aptidão do governo para predizer e antecipar os novos problemas que surgirão, tal como na trajetória de um míssil se deverá considerar a posição de seu alvo móvel no momento do cálculo e a posição que terá no momento em que for atingido.

Vê-se, assim, como neste modelo o problema fundamental consiste nas informações com base nas quais serão tomadas as decisões, ou corrigidas as anteriores. Segundo as próprias palavras de Deutsch,

Todo auto-controle envolve a contínua mistura, combinação, análise e seleção do conteúdo de três fontes de informação. Uma é a corrente de mensagens proveniente do mundo externo; a segunda é a corrente proveniente do sistema e dos recursos do próprio agente (que indicam o seu status); a terceira é a corrente de mensagens reavivadas de sua memória. Qualquer sistema autônomo (auto-dirigido), portanto, deve conter dentro de si três estruturas operativas de processamento de informações (a que podemos chamar "receptores", "canais" ou designações semelhantes), com as quais possa realizar o trabalho que a combinação e o balanceamento destas correntes requerem. Somente quando assim convenientemente equipado, qualquer sistema auto-dirigido — e para esse efeito não importa se qualquer organismo superior, ou sistema de personalidade, ou organização social, ou governo — pode encontrar, ganhar e manter a sua autonomia, identidade e

liberdade (49).

O segundo modelo de Deutsch, o qual, aliás, constitui perfeita complementação do primeiro, em outro nível, baseia-se, como já se mencionou, no "modelo geral" de Talcott Parsons.

Não é possível descrever aqui o modelo geral parsoniano, formulado já em 1951 (50). Para Parsons, em qualquer sistema (social ou não) existem quatro pré-requisitos funcionais: A adaptação, que consiste na obtenção, nos sistemas que lhe são exteriores, dos recursos de que tem necessidade, na adequação deles ao uso pelo sistema e na oferta aos outros sistemas de seus próprios produtos; a prossecução de metas, que consiste na definição dos objetivos do sistema e na mobilização dos recursos e das energias necessários para atingi-los; a integração, que consiste na proteção do sistema contra mudanças bruscas e perturbações graves, ou seja, na manutenção dele no estado de equilíbrio que permite a sua sobrevivência; finalmente, a latência, que consiste em um como que reservatório de motivação que dê ao sistema a impulsão necessária para agir.

Cada um destes pré-requisitos constituirá um sub-sistema, correspondendo o organismo biológico à função de adaptação, a personalidade psíquica à prossecução de metas, o sistema social à função de integração e a cultura à latência. Em relação a cada sub-sistema, os outros constituem o seu "meio". O sub-sistema cultural está no grau superior da hierarquia cibernética; por isso, através de suas normas, ideologias,

(49) DEUTSCH. The Analysis..., cit., p.85.

(50) PARSONS, Talcott. The Social System. Nova Iorque: Free Press of Glencoe, 1951. Veja-se, para uma sua breve descrição, DUVERGER, cit., p.327-337 e para uma crítica dele, BUCKLEY, cit., p.45-55.

sistemas de valores, crenças, ele orienta os outros sub-sistemas, e designadamente o sub-sistema social.

Cada um dos sub-sistemas, considerado individualmente, constitui um sistema, no qual estão presentes as mesmas quatro funções. Assim, no sistema social a adaptação refere-se ao conjunto de atividades respeitantes à produção e à circulação de mercadorias, ou seja, à economia. A prossecução de metas é constituída pela busca dos objetivos coletivos e pela mobilização para atingi-los, o que constitui a política. A latência consiste na transmissão de cultura aos agentes, em interiorizá-la neles, em fazer dela um elemento essencial da motivação de sua conduta social, o que corresponde à socialização. Finalmente, a integração compreende o conjunto das instituições que têm por função estabelecer e manter as solidariedades no interior da sociedade e a que Parsons chama a comunidade societária.

Descendo ao nível de cada um destes novos sistemas (economia, política, etc.) seria possível ainda descrever para cada um as funções de adaptação, prossecução de metas, etc., e assim sucessivamente (51).

Parsons agrupa os seus quatro pré-requisitos funcionais segundo dois eixos: Assim, teremos num dos lados do eixo vertical os meios (adaptação e latência) e no outro lado, os fins (prossecução de metas e integração); considerando o eixo horizontal, teremos num dos lados as relações externas (adaptação e prossecução de metas) e no outro as internas (latência e integração):

	Meios	Fins
Relações externas	Adaptação	Prossecução de metas
Relações internas	Latência	Integração

(51) Veja-se DUVERGER, cit., que estivemos seguindo de perto.

O modelo de Karl Deutsch a que poderíamos chamar de seu "sistema geral" (52), tem por base a formulação sistêmica de Parsons, da qual adota os quatro conceitos fundamentais sobre as funções necessárias em qualquer sistema social, pequeno ou grande (seja grupo, organização ou país).

Para Deutsch, a primeira função de qualquer sistema social é a de manutenção de padrões (pattern maintenance) — o sistema deve ser preservado nas suas características essenciais, isto é, estas características ou padrões devem ser reproduzidas ao longo do tempo, para preservá-las apesar da sucessão de pessoas, grupos e gerações. A segunda função é a de adaptação — qualquer organização e qualquer sociedade deve adaptar-se ao seu ambiente, extrair dele o seu sustento e ajustar-se às suas mudanças. A terceira, é a de realização de metas (goal attainment) — qualquer organização ou sociedade tem uma ou várias metas que tenta alcançar ou realizar, ou que os seus membros tentam realizar, e nos termos das quais o seu comportamento vai sendo modificado através de simples exigências da manutenção de padrões e da adaptação. Depois, vem a função de integração — as três funções anteriores não podem ser facilmente realizadas ao mesmo tempo, se os recursos são limitados, como geralmente acontece, mas também nenhuma delas pode ser sacrificada. A integração consiste em fazer e manter as diferentes atividades compatíveis, e em fazer e manter as expectativas e as motivações das pessoas compatíveis com os papéis que têm de desempenhar.

Qualquer sistema estável, prossegue Deutsch, precisa da manutenção de padrões para sobreviver, pelo menos dentro de um ambiente inalterado. Aqueles sistemas capazes de sobreviver em ambientes variados ou em mudança, precisam de ter bem desenvolvida a função de adaptação. Somente sistemas

(52) DEUTSCH, Karl. The Analysis..., cit., p.14 a 19.

com alguma complexidade têm metas externas e, portanto, a tarefa de alcançá-las. São também estes sistemas com pelo menos alguma complexidade, os que podem ter necessidade dos processos de integração mais elaborados.

Para sistemas ainda mais altamente desenvolvidos, diz, são importantes duas outras funções básicas: Em primeiro lugar, a criação de metas (goal setting), ou seja, a flexibilidade do sistema para estabelecer os seus próprios objetivos, no sentido de ser possível fazer mudanças na prossecução de um elenco mais amplo de metas existentes, ou de criar por si mesmo novos objetivos antes nunca por ele cogitados. Esta flexibilidade para estabelecer e mudar de metas depende da existência dentro do sistema de recursos humanos e materiais. A proporção dos recursos dentro do sistema que estão disponíveis para reaplicação em novos padrões de comportamento, forma um importante elemento da capacidade de aprendizagem do sistema, da sua aptidão para aprender como comportar-se e como responder por processos novos, ou pelo menos mais compensadores, a fatos ocorridos no seu meio ambiente (estímulos ambientais).

Em segundo lugar (ou em sexto lugar, se somada às outras funções), diz Deutsch, vem a função de autotransformação, "em certo sentido a mais elevada das nossas funções básicas de um sistema social". Consiste ela na reaplicação, por iniciativa do próprio sistema, de uma parte especialmente importante e grande dos seus recursos em um novo padrão estrutural para o sistema e, simultaneamente, em uma nova escala de metas e padrões de comportamento. "Qualquer organização ou nação que tenha esta função, conjuntamente com a flexibilidade de um padrão de manutenção suficiente para preservar também um grau significativo de continuidade e identidade, está mais apta para sobreviver e se desenvolver" (53).

(53) Op. cit., p.18.

O modelo adaptativo complexo de Buckley (54) tem muito em comum com o sistema de Deutsch, sobretudo em sua recusa de aceitação do conceito de equilíbrio como inerente a qualquer sistema, sobretudo se sociocultural. No fundo, as duas novas funções que Deutsch acrescenta ao modelo parsoniano procuram dinamizar o sistema, bem na linha da afirmação de Buckley de que "o modelo de sistema dinâmico nega que o sistema sociocultural possa ser adequadamente caracterizado como máquina pré-programada; a noção da organização adaptativa complexa sugere antes a geração de alternativas, que estão sendo continuamente escolhidas durante o processo de operação por unidades de tomada de decisão. Nesse processo, podem ser geradas, mantidas, elaboradas ou mudadas estruturas socioculturais de todos os níveis de complexidade" (55).

Segundo as próprias palavras de Buckley,

A análise moderna dos sistemas dá a entender que um sistema sociocultural dotado de alto potencial adaptativo, ou de integração, como poderíamos chamar-lhe, requer um nível ótimo não só de estabilidade, mas também de flexibilidade: estabilidade relativa das bases sociopsicológicas das relações interpessoais e dos significados culturais e hierarquias de valor, que mantêm juntos os membros do grupo no mesmo universo de discurso e, simultaneamente, flexibilidade de relações estruturais, caracterizada pela falta de sólidas barreiras à mudança, ao lado de certa propensão para reorganizar a estrutura institucional corrente, na hipótese de virem desafios ambientais ou condições internas emergentes a sugerir-lhe a necessidade. Característica fundamental do sistema adaptativo complexo é a sua capacidade de persistir ou desenvolver-se modificando a própria estrutura, à vezes de maneiras fundamentais.

Implícitos nos critérios de estabilidade e flexibilidade estão os elementos básicos do processo adaptativo: (1) uma fonte para a conti

(54) BUCKLEY, cit., designadamente a pgs. 229-232 e 291-293.

(55) Op. cit., p.229-230.

nua introdução de "variedade" no sistema, capaz de requintar ou revitalizar o fundo comum de informação vulgarmente usável e a série de significados e símbolos comuns que, em conjunto, representam "mapeamentos" adequados do meio físico e social; mas variedade significa aberração e, se bem parte dela talvez seja adaptativa, a outra parte será patogênica; (2) a manutenção de um nível ótimo de tensão no sistema, mas também, um nível relativamente alto de satisfação das necessidades dos membros — tanto das necessidades básicas quanto das geradas pelo próprio sistema; a sociedade não é um sistema de redução de tensão — a tensão é produzida pelos impulsos normais para a ação, pela "tensão-de papel" das relações sociais cotidianas, pela dissonância cognitiva, pela incongruência das matrizes interpessoadas, etc.; (3) uma rede de comunicação completa, nos dois sentidos, que se estende por todas as partes do sistema a fim de propiciar a adequada ligação dos componentes e possibilitar os vários circuitos de realimentação essenciais ao eficaz atingimento de metas; (4) um sistema seletivo, ou de tomada de decisão, sensível não só a mudanças no meio externo mas também às mudanças que se verificam em seu estado interno (isto é, precisa ser autoconsciente), e capaz de "aprendizagem" ou de permitir alterações em suas metas e valores; e (5) mecanismos eficientes para preservar e propagar tais significados, sistemas de símbolos e conjuntos de informação que tenham, por enquanto, passado pelos testes da verdade, da bondade e da beleza; e essa variadade recém-estruturada torna-se a base do enquadramento sociocultural dentro da qual ocorre a sequência seguinte do processo adaptativo (56).

3.4. Modelos sistêmicos teóricos

Os modelos teóricos são construídos, já se viu (supra, nº 3.2), a partir da análise comparativa dos sistemas socioculturais concretos que apresentem afinidades, extraíndo-se deles os elementos comuns mais significativos e procurando-se estabelecer as relações entre eles e com os elementos do

(56) Op. cit., p. 292-293.

meio externo, numa análise simultaneamente sincrônica e diacrônica isto é, que tente explicar ao mesmo tempo a sua gênese histórica e o seu funcionamento atual. Cremos que só um modelo desta natureza poderá permitir-nos fazer projeções para o futuro ou, como diz Duverger, predizer a eventual evolução "deste ou daquele sistema concreto, na medida em que ela está ligada à evolução geral do modelo sob a pressão de fatores de conjunto" (57).

São modelos teóricos não só o conhecido sistema de partidos políticos elaborado por Duverger (58), ou o de grupos de pressão de Jean Meynaud (59) como ainda e para os efeitos de nossa pesquisa sobretudo os modelos globais — de análise marxista da sociedade, das etapas de desenvolvimento econômico (60), da teoria da dependência, etc., etc.. Aqui, não iremos descrever nenhum deles, porque são suficientemente conhecidos, não são reconduzíveis a esquemas abstratos (como sucede com os formais) e ainda porque ao longo deste trabalho teremos de nos deter sobre alguns deles.

Neste momento, limitar-nos-emos a enfatizar duas importantes observações de Duverger. A primeira é a seguinte:

Os modelos teóricos da sociedade global têm necessariamente um aspecto ideológico: Neste nível [global], a escolha entre os elementos concretos e as grandes linhas de combinação deles em um modelo são largamente inspiradas pelas idéias mais ou menos preconcebidas do observador. A sua objetividade manifesta-se na correção do

(57) Op. cit., p.339.

(58) DUVERGER, Maurice. Os Partidos Políticos. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

(59) MEYNAUD, Jean. Os Grupos de Pressão. Lisboa, Europa América, c. 1960 (col. Saber).

(60) ROSTOW, W.W. Etapas do Desenvolvimento Econômico. Rio, Zahar, 1964.

modelo, à medida que vai sendo aplicado. Mas não é nunca totalmente objetivo. Os diferentes modelos teóricos, portanto, são mais ou menos derivados das grandes doutrinas sociais (61).

A segunda observação é esta:

Todos os modelos teóricos atualmente utilizados definem-se, conscientemente ou não, por relação ao marxismo, que mais ou menos faz figura de doutrina dominante. Não queremos dizer que seja a mais difundida nem a mais válida, mas que é aquela que tem maior influência intelectual, que obriga as outras a tomar de empréstimo em maior ou menor medida a sua maneira de abordar os problemas, que provoca as suas transformações e a sua adaptação. Se o pensamento sociológico americano permanece ainda largamente fora desta influência, é porque ele não utiliza modelos teóricos gerais, mas de preferência modelos for mais — os quais servem para dissimular a velha ideologia liberal tradicional, cuja revisão em função dos novos dados da experiência eles dispensam. Contudo, a ideologia do desenvolvimento, que se difunde por toda a parte no Ocidente, incluindo os Estados Unidos, utiliza uma abordagem marxista, que tende a integrar no modelo liberal (62).

É, aliás, compreensível a influência do modelo marxista. Por um lado, foi Marx o primeiro a aplicar a filosofia hegeliana, que retomara a visão do universo de Heráclito (63) assente sobre o movimento perpétuo, a qual, afinal estava certa, como acabaria sendo reconhecido pelas modernas teorias de sistemas. Por outro lado, se o materialismo histórico, apesar de todas as refutações que lhe têm sido feitas, sempre conseguiu explicar, com elevado grau de precisão, o processo histórico, não foi tanto pela teoria da tese, antítese e síntese, mas porque Marx teve a genial intuição de que dentre todas as variáveis que condicionam o processo histórico, o fator

(61) DUVERGER. Sociologie..., cit., p.340.

(62) Op. cit., p.340-341.

(63) Vide supra, nota 43.

econômico é o mais poderoso (64).

Efetivamente, se adotarmos o teste sugerido por Karl Deutsch (65) para se determinar se algum componente do sistema é mais decisivo do que outro, fazendo a pergunta "Que parte do sistema nos dá a máxima mudança global no desempenho do sistema em relação à mudança menor ou mais insignificante na estrutura do subconjunto?", não vemos como seja possível deixar de responder, como entre tantos outros faz Immanuel Wallerstein: "Creio que razoavelmente se pode dizer que os processos de produção integrados constituem este critério heurístico" (66).

Aliás, uma das funções básicas, ou, segundo Parsons, a primeira das funções básicas de qualquer sistema social não é a adaptação ao meio? Quando se afirma que o homem é "animal racional", não se está enfatizando que ele primeiro é animal, ser biológico, e só depois racional, ser cultural, estando, portanto, a racionalidade ao serviço, em primeira linha, das necessidades humanas de obtenção dos recursos necessários à sua conservação (subsistência e desenvolvimento), seja individual, seja coletiva, isto é, dos grupos (classe, povo, etc.) em que sucessivamente ele se integra?

(64) Aliás, a própria sabedoria popular sempre ligou riqueza e poder. Nem é preciso ser-se marxista para reconhecer que "o rico é quase sempre poderoso; os países fortes são quase sempre os países ricos e prósperos" e ainda que "a expressão econômica do poder é a predominante" (general Meira Matos, Brasil - Geopolítica e Destino, cit., p.102).

(65) Referido por BUCKLEY, cit., p.120-121.

(66) WALLERSTEIN, Immanuel. "Les États dans le Vortex Institutionnel de l'Économie-Monde Capitaliste", in: Revue Internationale des Sciences Sociales, vol. XXXII (1980), nº 4, p.798 (Paris, UNESCO).

Com base naquele critério econômico, Wallerstein traça os limites que circunscrevem os "sistemas históricos concretos": Vide supra, nota 18.

De resto — e esta é outra observação de Duverger (67) — quando os "ocidentais" afirmam que a evolução das sociedades é comandada pelos progressos da técnica, quererão eles dizer algo diferente dos marxistas, quando afirmam que essa mesma evolução é comandada pelo estado e pelo desenvolvimento das forças produtivas?

Assim sendo, também é natural que ao longo do estudo que vamos empreender seja dada importância maior aos fatores econômicos, embora sem descurar os demais elementos, em especial os políticos, que muitos autores consideram os fatores determinantes do sistema internacional (68).

3.5. Metodologia adotada

Se os modelos formais são logicamente perfeitos, se todos explicam as relações entre o sistema e o seu meio, isto é, o processo de resposta do sistema aos "inputs" e a realimentação do sistema pelos "outputs", também é certo que

Eles não consideram senão um aspecto do sistema político, ao qual este não pode ser reduzido. As relações da "caixa negra" com o seu meio e o processo de sua resposta aos "inputs" ou às mudanças são importantes. [Mas] tentar conhecer o interior da caixa negra, não é o objeto essencial da sociologia política (69)?

Poderíamos aplicar ao próprio modelo adaptativo

(67) Op. cit., p.357.

(68) Assim, por exemplo, Saul Friedlander e Raymond Cohen, com a justificativa de que eles dizem respeito "a elementos tais como as opções, as motivações, as percepções e a interação humana": "Réflexions sur les Tendances Actuelles de la Recherche en Relations Internationales", in Revue Internationale des Sciences Sociales, vol. XXVI (1974), nº1, p.40.

(69) DUVERGER, op. cit., p.327.

complexo a crítica que Buckley dirige aos modelos cibernéticos:

Essa espécie de modelo exige grande dose de cautela de quem o emprega, pois embora possa servir para esclarecer a natureza sistemática e as complexidades da busca de metas societal ou organizacional, quaisquer tentativas de aplicação concreta nos advertem contra a esperança de uma conclusão fácil. Em outras palavras, esse modelo parece válido como quadro genérico do que tende a ocorrer na busca de metas de grupo, ou do que poderia (ou talvez devesse) ocorrer, não fossem os "fatores complicadores"; mas são precisamente esses fatores complicadores que não permitem ao analista o fácil emprego do modelo(70).

A estas críticas, acrescentaremos que todos os modelos formais, mesmo aqueles que pretendem integrar nos seus quadros a mudança, se nos dão realmente conta da estrutura de todo e qualquer sistema sociocultural, eles não nos permitem saber do peso específico de cada um dos elementos que os com põem.

Apenas os modelos teóricos, precisamente porque são construídos a partir de generalizações de dados concretos, por métodos empíricos, permitem explicar não só a gênese de cada sistema sociocultural como o seu funcionamento presente (ou seja, permitem a integração dos elementos diacrônicos com os elementos sincrônicos), como permitem ainda uma explicação das relações passadas ou presentes dos diversos elementos en tre si e com o seu exterior (meio).

Todavia, os modelos teóricos, sendo todos eles modelos históricos e carregando todos eles o peso ideológico das convicções do observador, devem a cada passo ser confrontados com a estrutura lógica, quase matemática, de um dos mode los formais, de modo que este lhes forneça um como que roteiro.

(70) Op. cit., p.247-248.

De acordo com estas considerações, elegemos como roteiro para o estudo que nos propomos fazer dessa realidade fluida, multifacetada e em mudança permanente que é a sociedade internacional, o modelo de Karl Deutsch que anteriormente designamos como "sistema geral", por nos parecer aquele mais maneável e que com mais precisão nos permite acompanhar as transformações de um sistema dinâmico sociocultural.

Esse modelo será, todavia, apenas um roteiro, um quadro comparativo para um estudo teórico, empírico, durante o qual tentaremos não nos filiar a nenhum modelo teórico já estabelecido. Adotamos esta atitude deliberadamente, com o propósito de assim fugir à influência de convicções ideológicas (se é que isso é possível), para manter uma atitude neutra e receptiva, que nos faça permeáveis ao que pareça melhor fundamento em cada modelo teórico.

Teremos presente que

Todo processo científico compreende três elementos: 1º) a pesquisa e observação dos fatos; 2º) a análise comparativa dos fatos; 3º) a sistematização dos fatos. Não nos esqueceremos de que esses elementos não se situam em momentos diferentes e sucessivos da pesquisa (...). Sistematização e comparação intervêm desde a fase da pesquisa: estão intimamente ligadas à pesquisa (...); a pesquisa não pode progredir sem elas (71).

É por todos estes motivos que começaremos por tentar traçar o quadro dos grandes problemas presentes na comunidade internacional, a fim de apenas depois, baseados nesse quadro, tentarmos dar a explicação global que nos pareça mais razoável.

(71) DUVERGER, Maurice. Ciência Política, Teoria e Método. p.61. Rio de Janeiro, Zahar, 1960.

C A P Í T U L O 1

PARA ONDE VAI O MUNDO?

Uma introdução ao estudo das relações internacionais no nosso tempo, é uma introdução à arte e à ciência da sobrevivência da humanidade. Se a civilização for destruída nos próximos trinta anos, não será pela fome ou por qualquer praga, mas sim pela política externa e pelas relações internacionais. Podemos lidar com fomes ou epidemias, mas ainda não podemos lidar com o poder de nossas próprias armas e com o comportamento de nossas nações-estados.

Karl W. Deutsch (The Analysis of International Relations, 2ª ed., p.vii).

Segundo uma de nossas hipóteses de trabalho, dentre a multiplicidade de variáveis que influirão sobre Estados e demais partes componentes do sistema mundial, as capazes de produzir maiores mudanças serão as que digam respeito aos problemas fundamentais do sistema.

Quais serão esses problemas fundamentais?

Afirmar que serão aqueles que mais pesarão sobre o mundo do futuro, como se explicitou na hipótese de trabalho, é apenas indicar um critério para a sua seleção.

Tendo nós partido do pressuposto de que não há distinção qualitativa entre política interna e política internacional (Introdução, nº 2.1), os problemas fundamentais na área internacional serão os mesmos problemas com os quais qualquer governo terá de se haver, na elaboração de sua política interna.

Ora, qualquer programa de ação política, interna ou internacional, pressupõe um conjunto de fatos futuros, dados como certos ou tidos como provavelmente verificáveis. Isto é,

antes de estabelecer um programa político há que fazer futu-
rologia. Só que é tão difícil predizer o futuro, quanto é fá-
cil especular sobre ele. Augures, astrólogos, profetas, em to-
dos os tempos sempre houve quem se atribuisse ou a quem fossem
atribuídos dons de adivinhar o futuro. Só por acaso um ou ou-
tro terá feito uma ou outra previsão depois confirmada pelos
fatos.

Science d'où prévoyance, prévoyance d'où action,
proclama conhecido aforismo francês. Fosse possível prever ou
predizer o futuro, com um mínimo de certeza, seria também pos-
sível agir em conformidade — mesmo que assim a humanidade,
mais cada grupo, cada indivíduo, todos procurassem moldar a
previsão à justa medida das suas conveniências, tudo tendo co-
mo resultado tornar de novo incerto o que era dado como cer-
to...

Mas haverá alguma possibilidade de descobrir co-
mo será o mundo daqui a 100 anos, ou mesmo daqui a 50 ou 25
anos? A este respeito, que lições se poderão extrair da histó-
ria recente?

Voltemos atrás 100 anos: Quem, em 1880, poderia
prever que a população do Globo cresceria de pouca mais de um
bilhão para os atuais 4,5 bilhões? Quem poderia prever esta
era do automóvel, do avião, da conquista do espaço e dessas má-
quinas "pensantes" que são os computadores? Quem poderia conce-
ber armas como a bomba atômica e os mísseis intercontinentais?
Quem suporia que nos 100 anos seguintes se assistiria primeiro
ao total domínio colonial ou semicolonial do mundo não ociden-
tal e depois à queda desses impérios e à ascensão vigorosa de
povos àquele tempo ditos incivilizados, quando não abertamente
apodados de inferiores? Quem poderia prever que o socialismo
deixaria de ser o que sonhadores consideravam o modelo ideal
de sociedade, moralmente superior, mas infelizmente impraticá-
vel, para se tornar um modelo real, perfeitamente executável e

controlando a vida de um terço da humanidade, mas agora considerado por outros idealistas como desumano e opressivo?

Pode ser que um período de século seja excessivamente longo para este gênero de exercícios sobre o futuro; fi que-se então com a medida de um quarto de século, o tempo de apenas uma geração. Coloquemo-nos em 1955 e tentemos imaginar que predições os nossos pais poderiam fazer sobre o futuro próximo.

Quem, em 1955, entre tantos outros fatos, prognosticaria que a Comunidade Européia do Carvão e do Aço (1952) iria ser a mola impulsionalora de um processo de transformação da tradicional "Europa das Pátrias", todas rivais, numa Europa progressivamente unificada à sombra do Mercado Comum (1958), que em 1979, vencendo outra etapa, faz a eleição direta de um Parlamento Europeu? Quem prediria a importância no cenário mundial daqueles países deserdados, em processo de emancipação política, que viriam a ser conhecidos por "Terceiro Mundo" e a proliferação do socialismo marxista-leninista por vários desses países, ainda que bem diversos uns dos outros, como Cuba (1959), Etiópia (1974), Angola (1975) e Afeganistão (1978)?

Quem suporia que o bloco socialista ou a "fraternidade socialista" iria conhecer sinais de divisão, como a divergência sino-soviética, os conflitos cambodjano-vietnamês, mais a eclosão dessa "heresia" que é o eurocomunismo? Quem imaginaria o envolvimento militar norte-americano na questão indochinesa e a sua final derrota, apesar do gigantesco esforço dispendido, na Guerra do Vietnam? Quem, finalmente, teria previsto a crise do petróleo de 1973 e a persistente crise econômica generalizada que se lhe seguiu e que promete durar, desafiando análises de economistas e de políticos?

Se recuarmos outros 25 anos, até 1930, quem então preveria a ascensão do Reich nazista dito para durar 1.000 anos, a Segunda Guerra Mundial e as devastações e morticínios em escala sem precedentes, a destruição atômica de Hiroshima,

a desagregação do Império Britânico (aquele que reunia um quinto da população mundial e sobre o qual o Sol jamais se escondia), o triunfo comunista na China e na Europa Oriental, os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas erguidos à categoria de superpotências?

E em 1905, quem poderia prever o termo da Era Victoriana, a eclosão e as consequências da Grande Guerra, a Revolução Bolchevique e os czares substituídos por Stalin, a primeira tentativa de organização internacional com a Liga das Nações, o Grande Crash da Bolsa de Nova Iorque na Terça-feira Negra de 29.10.29, que iniciou o que muitos chegaram a imaginar seria o fim do Capitalismo?

No final dos anos 60, como no final das décadas anteriores, houve muita gente fazendo exercícios de futurologia. Nem políticos, nem filósofos, nem sociólogos, nem outros cientistas, ninguém conseguiu dar uma idéia da sociedade real dos anos 70. Há 10 anos, garantia-se que o mundo experimentaria uma prosperidade contínua, rumo a uma futura sociedade de abundância, com os países ricos acumulando riqueza e com os pobres galgando um a um os degraus, estágios ou etapas do desenvolvimento econômico... Em 1973 todo o sonho terminou.

A década de 70 foi fértil em surpresas, que a moldaram de forma bem diversa daquelas que haviam sido previstas. O futuro também nos vai trazer muitas surpresas. Quem querará arriscar-se a predizer o que acontecerá nos próximos 20 anos? Quem arriscará um prognóstico sobre o mundo em 2001, no começo do milênio III da Era Cristã?

O futuro é um programa, diz Karl W. Deutsch, repetindo afirmação do físico e filósofo Percy W. Bridgman, Prêmio Nobel (1). Qualquer predição científica, continua Deu

(1) - DEUTSCH, Karl Wolfgang. The Analysis of International Relations, cit., p.277.

tsch, é baseada na extrapolação de observações ou acontecimentos anteriores. Estabelecem-se conjecturas sobre o futuro projectando nele algumas séries de acontecimentos e experiências do passado. Mas estas séries podem desenvolver-se paralelamente, podem convergir ou divergir e podem ainda entrecruzar-se, de forma a tornar no futuro grande o que era pequeno, ou pequeno o que antes era grande. Daí que não seja possível projetar as séries isoladamente, antes haja que considerar a "configuração" de várias das séries mais importantes de dados e acontecimentos, cada uma com o seu peso específico e todas com os seus mutáveis padrões de interações.

Tal como um estratega pode tentar "ler" as posições e capacidades futuras de um exército pelo desenvolvimento atual das tropas, na imagem de Deutsch, assim também o político pode tentar inferir pelo menos algumas das características prováveis do mundo no futuro, partindo da análise da presente distribuição das populações mundiais e suas necessidades, recursos, esperanças e esforços. É nesta acepção, diz Deutsch, que "as tendências mundiais de hoje na sua configuração global se somam num programa que pode sugerir-nos alguma coisa sobre a provável forma das coisas que virão". Mas mesmo então, realça este cientista das relações internacionais, "não podemos prever o futuro com qualquer grau de certeza", porque estão envolvidas probabilidades demasiado numerosas, tanto isoladamente quanto em combinação (2).

Mas se não podemos prever o futuro com segurança, conclui Deutsch, ao menos podemos providenciar alguns planos e recursos para aproveitar esperadas oportunidades ou para nos precavermos contra as dificuldades e os riscos mais prováveis: Onde não podemos predizer, podemos tentar prever.

Deste modo, os exercícios de predição conver

(2) - DEUTSCH, id, ibid..

tem-se, afinal, na tentativa de descobrir antes de tudo que perigos espreitam o mundo no futuro próximo, que riscos corre a humanidade, ou a nossa parte da humanidade, ou pelo menos quais deles são particularmente graves. Esses são os problemas que mais pesarão na evolução em curso do sistema mundial e que seria desejável fossem considerados quando se tratasse de estabelecer os planos de ação, com vistas às mudanças que é necessário ir introduzindo no sistema, para que este, transformando-se, preserve, afinal, a sua continuidade. "As crises nascem, escreve Jürgen Habermas, quando as estruturas de um sistema social posto à prova por um problema admitem menos possibilidades de solução do que aquelas que são necessárias para o sistema se manter" (3).

Que problemas ou desafios serão esses, é o que tentaremos examinar nos dois capítulos que se seguem.

Podem ser muitas as dificuldades que aguardam a humanidade, mas, como dizia em outubro de 1977 Robert S. Mac Namara, ao tempo presidente do Banco Mundial, em conferência proferida no prestigioso Massachusetts Institute of Technology, "o homem é ainda novo, na escala cósmica. Na perspectiva temporal do Universo, ele é recente e tentativo e talvez mesmo experimental. Ele comete erros. Mas, apesar de tudo, se ele for verdadeiramente sapiens, então haverá seguramente promessas para ele" (4).

(3) - HABERMAS, Jürgen, Raison et légitimité, p.13 (Paris, Payot, 1978), cit. por HERMET, Guy: "Entre l'Utopie et la Stratégie — La Hierarchie des Nations dans le Système Mondial" in: Revue Française de Science Politique, vol. 30, nº 2 (1980), p.217.

(4) - "How to Defuse the Population Bomb." Time (revista), 24.10.77, p.48.

CAPÍTULO 2

DESAFIOS NATURAIS

Se se mantiverem as atuais tendências, no ano 2000 o mundo estará mais superpovoado, mais poluído, mais instável ecologicamente e mais vulnerável a quaisquer transtornos, do que o mundo em que vivemos agora. (...) Não obstante uma maior produção material, a população mundial será mais pobre, de muitas maneiras, do que é hoje.

(...) A menos que as nações, coletivamente e individualmente, tomem imaginativas e decididas medidas (...) o mundo deve esperar um ingresso perturbado no século XXI.

The Global 2000 Report to the President
(Washington, 1980)

É possível distinguir, dentre os problemas que a humanidade terá de resolver nas décadas mais próximas, duas categorias diferentes de desafios: Primeiro, aqueles que não são queridos pelo homem, simplesmente resultando de forças ou variáveis naturais, ou em que, se para eles também concorrem ações humanas, estas não têm, em si mesmas, qualquer relevância; chamemos-lhes os desafios naturais. Depois, existem ainda aqueles riscos que já são produto da ação de forças sociais desencadeadas pelo homem e aos quais, por isso mesmo, chamaremos desafios sociais.

Vamos analisar separadamente uns e outros, dedicando este capítulo aos desafios naturais.

1. CRESCIMENTO EXPONENCIAL DA POPULAÇÃO

Dos grandes problemas que são previsíveis, exigindo mudanças da mesma magnitude para a humanidade, figuram naturalmente à cabeça os que dizem respeito à população crescente e à sua alimentação.

Por exemplo, um país como a Índia tem atualmente uma população de cerca de 650 milhões e ainda nesta década de 80 poderá ultrapassar a casa dos 800 milhões. Que fazer de toda esta gente? Deixá-la morrer à fome? E aceitará ela deixar-se definhar em silêncio, ou lutará pela sua sobrevivência, com as armas de que dispuser, inclusive as atômicas? Não é levemente que um homem como McNamara afirma (na conferência referida no final do capítulo anterior) que para além da guerra termonuclear, o crescimento populacional é o problema mais grave que o mundo terá de enfrentar nas próximas décadas.

Durante 99% do tempo decorrido desde que o homem surgiu à face da terra, a população cresceu muito lentamente. Depois veio a explosão, com a Revolução Industrial. Em 1750 a população total era de apenas uns 728 milhões; em 1900, dobrara para 1,6 bilhões; em 1964, dobraria de novo, para 3,2 bilhões... Ao tempo de Jesus Cristo, a população mundial era de 250 milhões; foram necessários 1.750 anos para que a esse número se somassem mais 480 milhões, mas agora, à atual taxa de crescimento, a cada seis anos a população cresce outros 480 milhões (1)!

É bem conhecido o mecanismo do aumento populacional, explicado pela teoria da transição demográfica, baseada na

(1) - TODARO, Michael P.. Economics for a Developing World. Londres, Longman, 1977, p.169. Esta obra contém dois capítulos (11. "The great population debate", pp.167-183; 12. "Economics of population and development", pp.185-197) extremamente importantes.

experiência das sociedades desenvolvidas. Qualquer sociedade, sustenta a teoria, tende a mover-se através de três estágios demográficos distintos: No primeiro, haveria elevadas taxas de natalidade e elevadas taxas de mortalidade, daí resultando populações quase estacionárias; no segundo, manter-se-iam as taxas de natalidade mas caíam as de mortalidade, originando crescimento populacional; no terceiro, as taxas de natalidade também caíam, reestabelecendo-se novo equilíbrio populacional(2).

(2) - Nos últimos anos, vem ganhando adeptos a chamada teoria micro-econômica da fertilidade, a qual, partindo da teoria da utilidade marginal, sustenta que a fertilidade familiar tem um forte componente de racionalidade econômica, como se os filhos fossem bens de consumo e de investimento, como quaisquer outros. Os primeiros dois ou três filhos seriam como que "bens de consumo" dos pais, desejados por razões psicológicas ou culturais, de "intrínseca satisfação familiar". Os filhos adicionais ou "marginais" seriam investimento familiar, sendo gerados com vista ao trabalho que podem produzir e ao amparo econômico que dão aos pais na velhice. Se a mortalidade infantil for elevada, os pais gerarão um número adicional de filhos.

Como resumiu Simon Kuznets, citado por Michael Todaro (Economics for a Developing World, cit. nota anterior, p.191), "os países subdesenvolvidos são prolíficos porque sob as suas condições econômicas e sociais, grandes estratos populacionais vêem os seus interesses econômicos e sociais em relação a mais filhos como uma fonte de trabalho familiar, como um 'monte' para o jogo da loteria genética e como uma questão de segurança econômica e social numa sociedade fracamente organizada e não-protetora."

De acordo com esta teoria, Todaro sustenta que "quando o 'preço' ou 'custo' de filhos se eleva em resultado, por exemplo, de acrescidas oportunidades educacionais ou de emprego para as mulheres, ou de uma elevação em despesas escolares, ou da fixação por lei de idades mínimas para o trabalho de menores, ou da criação de esquemas de segurança social para velhos, financiados com dinheiros públicos, e assim por diante, então os pais demandarão menos filhos adicionais, substituindo talvez quantidade por qualidade, ou substituindo as atividades da mãe em casa, cuidando dos filhos, por um emprego remunerado. Donde se conclui que uma forma de induzir as famílias a desejar menos filhos, é elevar o 'preço' da 'criação' de filhos, por exemplo, providenciando maiores oportunidades educacionais e um le que mais amplo de empregos melhor remunerados para as moças" (p.191).

Será possível acelerar a transição demográfica nos países em desenvolvimento, para que eles também alcancem, e com rapidez, o terceiro estágio?

Os mais recentes elementos disponíveis, divulgados em meados de 1979 pelo Fundo das Nações Unidas para Atividades Populacionais (3), indicam que na década de 70 a população deve ter crescido em 738 milhões e que pelo ano 2000 viverão neste planeta mais de 6 bilhões de pessoas, algo além do dobro dos 2,98 bilhões que viviam em 1960. No começo do ano de 1980, a população mundial seria de 4,41 bilhões, dos quais 1,18 bilhões (26,7%) viveriam nos países industrializados e 3,23 bilhões (73,3%) nos em desenvolvimento. Para o ano 2000, prevê-se um total de 6,2 bilhões, dos quais 1,35 bilhões (21,8%) nos países industrializados e 4,85 bilhões (78,2%) nos em desenvolvimento. Note-se que para este crescimento a população dos países mais pobres contribuiria com 1,62 bilhões, ou 90,5% do aumento populacional, ou mais do que o total vivendo nos países industrializados, multiplicando assim os problemas de analfabetismo, desemprego, doença e fome.

Certos países do chamado Primeiro Mundo, como o Japão e os Estados Unidos, estão só ligeiramente acima da taxa zero de crescimento populacional, enquanto outros têm populações decrescentes. Uns e outros terão problemas com a elevação da idade média da população e com as crescentes proporções de idosos (reconversão de despesas sociais com a saúde e educação infantil para despesas com o bem estar dos idosos, crescentes encargos sociais sobre os ombros de uma população ativa cada vez menor...), mas não será no Primeiro Mundo que surgirão nas próximas décadas problemas populacionais insuperáveis.

(3) - "Population. Good News. Birth rates are down, but..." Time, Nova Iorque, 2.7.79, p.12. Veja-se ainda, com prospectos semelhantes, o relatório The Global 2000 Report to the President (Time, 4.8.80, p.53).

Nos países do Terceiro Mundo, diz o relatório do Fundo das Nações Unidas para Atividades Populacionais, apesar de a incidência de doenças permanecer cronicamente elevada, os programas de saúde pública foram causa de um "dramático" aumento das expectativas de vida à nascença, de 40 anos em 1950 para 55 anos agora e para uns projetados 63 anos no ano 2000. Felizmente que agora o índice de fertilidade está caíndo, afirmando o relatório que principalmente graças a casamentos mais tardios e a decisões familiares de ter menos filhos. Também a maioria dos governos, nota o estudo, agora reconhece a necessidade de estabelecer políticas globais para a população.

A notícia de que os índices de natalidade destes países estão caíndo, muito embora estejam ainda bem acima do nível de simples substituição, parece ser a mais encorajadora - ou a menos pessimista - de todo o estudo.

2. PRODUÇÃO MUNDIAL DE ALIMENTOS

População mundial em dobro exigiria que a produção alimentar fosse também pelo menos dobrada. Diz-se pelo menos, porque atualmente já há fome no mundo em escala nunca antes vista. No passado, havia fomes esporádicas, matando milhões, mas, segundo um relatório apresentado em dezembro de 1979 ao Presidente dos Estados Unidos por uma comissão oficialmente encarregada de estudar o problema da fome do mundo, agora há tão pouco alimento em muitas partes do mundo, ano após ano, que seguramente 25% da população mundial vive com fome ou subalimentada e que uma pessoa em oito sofre de desnutrição debilitante; metade da população deficientemente alimentada é constituída por crianças até cinco anos de idade (4). O Fundo das

(4) - "Target: Hunger. A crusade against famine". Time 17.12.79; p.21.

Nações Unidas para a Infância (UNICEF) calcula que só em 1978 morreram de fome mais de 12 (doze) milhões de crianças menores de 5 anos (5)!

A fome não só mata, como debilita física e psiquicamente os organismos daqueles que a sofrem — e crianças mal alimentadas durante os primeiros anos de vida, com frequência sofrem lesões encefálicas que afetam para sempre a sua capacidade mental.

Noutro relatório oficial americano, este volume (800 páginas), concluído em 1980, ao fim de três anos de trabalho, sobre o estado do mundo no ano 2.000, estima-se que os subnutridos, que eram cerca de 500 milhões em 1975, serão 1,3 bilhões no ano 2000. A fome matará números crescentes de crianças nos países em desenvolvimento e muitos dos sobreviventes crescerão física e mentalmente afetados. Segundo este Relatório (The Global 2000 Report to the President), ainda que a produção de alimentos possa crescer 90% entre 1970 e o ano 2000, se não houver alterações climáticas, a maioria deste aumento irá para países já bem alimentados: Isto significará "calamitosa escassez" no Terceiro Mundo, que se distanciará ainda mais dos países industrializados na renda per capita. Esta, a preços constantes de 1975, passará de US\$ 4.325 em 1975 para \$ 8.485 no ano 2.000, nos países industrializados e de \$ 382 para \$ 587, nos em desenvolvimento (6).

O primeiro dos relatórios (o de 1979), prediz que poderá ocorrer nos próximos 20 anos uma grave escassez alimentar, "com efeitos desastrosos para os Estados Unidos". Um mundo

(5) - Apud BRANDT, Willy. "Introdução ao Relatório Brandt", in: BUARQUE, Sérgio, organiz. - Diálogo ou Confronto? (Debate de Canela), p.27. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

(6) - "Toward a Troubled 21st Century". Time, 4.8.80, p.53.

faminto é um mundo instável e "a força potencialmente mais ex plosiva no mundo atual é o desejo frustrado da gente pobre de alcançar um decente padrão de vida. A revolta, desespero e mes mo ódio resultantes, representam uma ameaça real e persisten te para a ordem internacional", além de que, não deixa o estu do de notar, a economia mundial (e, portanto, também a norte- americana...) sofrerá se o poder de compra dos atuais países po bres não for aumentado.

O combate à fome não resolveria apenas o proble ma das populações famintas. É a própria redução da taxa de cre scimento populacional que depende de substanciais melhorias eco nômicas e sociais. São problemas tão inter-relacionados que é com eles que abre o Plano de Ação Mundial sobre a População, aprovado em 1974 na Conferência Mundial da População, em Buca reste: "O Plano de Ação Mundial sobre a População tem por fin lidade explícita contribuir para a harmonização das tendências demográficas e das tendências de desenvolvimento econômico e so cial. A base para uma solução efetiva dos problemas demogr ficos é antes de tudo a transformação econômica e social. O Pla no de Ação deve ser considerado como um elemento importante do sistema de estratégias internacionais e como um instrumento da comunidade internacional para a promoção do desenvolvimento e co nômico, da qualidade de vida, dos direitos humanos e das li berdades fundamentais" (7).

Como aumentar substancialmente a atual produção mundial de alimentos, condição indispensável não só para acu dir ao crescimento do número de bocas, como para a transfor mação econômica e social que possibilite um dia a redução a zero da taxa de crescimento populacional? Se poucas são atualmente

(7) - Apud URQUIDI, Victor L.. "Población y Nuevo Orden Interna cional: Falta un Eslabón?" Foro International, México, El Cole gio de México, vol. XIX (1979, nº 3), p.377-389.

as terras ainda não aproveitadas, evidentemente que haverá que recorrer a uma agricultura cada vez mais intensiva, com o objetivo de se obterem colheitas cada vez maiores, nas mesmas áreas. É o que se propõe a "revolução verde"; mas esta revolução exige não só as sementes especiais que têm sido selecionadas, como ainda (e sobretudo) muito mais irrigação, muito mais fertilizantes, numa palavra, muito mais energia: Energia para abrir canais, construir usinas e produzir, transportar e aplicar fertilizantes — e ainda, nestes tempos de crise energética, para substituir fertilizantes e outros produtos agora obtidos do petróleo...

3. CRISE ENERGÉTICA

O problema populacional está interligado com o alimentar. Este, por seu turno, interligar-se com o problema energético.

Questão energética, política energética e frases similares, são tudo expressões recentes, entradas no vocabulário de uso corrente após o embargo decretado pelos países árabes em outubro de 1973, logo seguido da quadruplicação do preço do petróleo. Mas a elevação dos preços não devia ter sido surpresa; no início da década de 70 já era evidente que estava terminando a era do petróleo abundante e barato. O consumo mundial de petróleo crescera de 13,7 milhões de barris diários em 1954, para 26,5 milhões em 1962, 38,4 milhões em 1968 e 50 milhões em 1971. Nesse ano de 1971, o consumo brasileiro era da ordem de 500.000 barris diários, ou 1% do total (8).

(8) - Estatísticas extraídas de enciclopédias: Collier's Encyclopedia, Crowell-Collier Educational Corporation, USA, 1970, vol. 18 e Enciclopédia Mirador Internacional, São Paulo-Rio de Janeiro, 1977, vol. 16.

O primeiro grito de alarme que realmente reboou pelo mundo antes da crise de 1973, foi o pequeno livro que resultou da investigação patrocinada pelo Clube de Roma e realizada no prestigioso Instituto Tecnológico de Massachusetts: The Limits of Growth, aparecido em 1972 (9). Depois, ao longo da década, foram chovendo as profecias apocalípticas, duas das quais produziram enorme impacto: Em 1974, o economista Robert Heilbroner anuncia o pesadelo de um mundo cujos recursos naturais se esgotam e cujos sistemas sociais degeneram (10); em 1977, um grupo de cientistas, sob a direção de Wassily Leontief, professor em Harvard, usando dados processados pelo Feldberg Computer Center, dá ao mundo apenas 20 anos de esperança, porque depois estarão esgotadas as suas principais fontes energéticas (11).

A crise de 1973, todavia, não impediu que o consumo mundial de petróleo continuasse crescendo, sobretudo nos Estados Unidos e nos demais países industrializados, em termos tais que o Presidente Carter, em abril de 1977, três meses apenas após a sua posse, ao apresentar ao Congresso o seu Programa Energético, afirmava com ele visar "legar um mundo decente aos nossos filhos e netos" e que se o mundo continuasse a gastar petróleo como até ali, a procura breve excederia a produção internacional, sendo "a cada ano necessária a produção de um novo Texas, a cada nove meses a produção de um North Slope do Alaska e a cada três anos de uma nova Arábia Saudita" (12).

(9) - MEADOWS, Dennis et alii. Limites do Crescimento. São Paulo, Perspectiva, 1973 (coleção Debates, nº 90).

(10) - HEILBRONER, Robert L.. As Perspectivas do Homem. São Paulo, Cultrix, 1976.

(11) - LEONTIEF, W. et alii. The Future of World Economy. Nova Iorque, Oxford Univ. Press, 1977. Existe tradução francesa, intitulada 1999: L'Expertise de Wassily Léontief, Une Étude de L'ONU sur l'Économie Mondiale Future: Paris, Dunod, 1977.

(12) - "The Energy War". Time, 2.5.77, p.34.

No ano de 1980, em cada segundo eram consumidos 714 barris ou 113.500 litros de petróleo; ao ano, são 22 bilhões de barris. O consumo diário era de 60 milhões de barris, dos quais só a metade (31 milhões) provinha dos 13 países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Os Estados Unidos da América eram responsáveis pelo consumo de algo entre 18 e 19 milhões de barris diários, dos quais cerca de 8,2 milhões (menos de 45% do total) eram importados. O Brasil consome cerca de 1.075.000 barris diários, importando 900.000, ou 84% do total (13).

Se nem só o petróleo é fonte energética, a verdade é que até agora ainda não foi encontrado o seu substitutivo, uma outra fonte que não apresente sérias limitações, sejam geográficas, tecnológicas ou financeiras. A dependência em relação ao petróleo persistirá por bastantes anos e os preços continuam subindo, uma vez que a oferta inelástica corresponde a uma procura que não pára de crescer. Num mundo dividido entre países ricos e pobres, os primeiros guardarão para si a parte de leão, deixando aos segundos as migalhas da sua mesa. Cada vez mais se vê pertencer a outra era histórica aquele ano de 1973, em que o barril de petróleo leve da Arábia Saudita, considerado o petróleo-padrão, custava apenas US\$ 2,41 (14)...

Apesar do alarido que faz, o mundo industrializado é o que menos pode queixar-se das consequências para a sua economia de um petróleo caro e escasso; ele, ao menos, durante décadas a fio teve a possibilidade de montar a sua enorme e poderosa máquina industrial, servindo-se de um petróleo abundante

(13) - Números extraídos de Time, 7.5.79, pp. 36, 39 e segs.; 11.6.79, p. 34; 9.7.79, p. 9; 30.7.79, p. 36; 17.12.79, pp. 38 e 40; 24.12.79, p. 29; 31.12.79, p. 22 e de Isto é; 11.7.79, p. 80; 19.12.79, p. 100 e 26.12.79, p. 94.

(14) - Números extraídos das revistas citadas na nota anterior.

dante e barato. Como disse no Encontro de Canela (1980) Miguel Wionczek, professor de "El Colégio de México", "com o preço do petróleo a \$ 1,79 dólar o barril durante 22 anos, o Oriente Médio e a Venezuela subsidiaram o desenvolvimento americano e europeu, presenteando-lhes o dinheiro físico, real, direto. Foi a transferência de recursos mais notável que já houve do Sul para o Norte; repito, do Sul para o Norte e não do Norte para o Sul" (15).

A Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), agrupando os principais países industrializados do mundo com economia de mercado, pode predizer, com base nos atuais preços, que o crescimento econômico dos seus membros descerá a um nível quase de estagnação, ao mesmo tempo que crescerão a inflação e o desemprego (16); mas, ainda assim, os países industrializados são os únicos que poderão transferir para outros, ao menos parcialmente, o custo acrescido, cobrando mais pelas máquinas e outros produtos que exportam, ao mesmo tempo que podem beneficiar de depósitos e investimentos com a moeda que em excesso passa pelas mãos de alguns dos mais afortunados países árabes (17). De resto, do ponto de vista de um

(15) - BUARQUE, Sérgio C. (organizador). Diálogo ou Confronto? América Latina e a Nova Econômica Internacional. (Debate de Canela sobre o Relatório Brandt), p.159. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

(16) - "OPEC Fails to Make a Fix". Time, 31.12.79, p.22.

(17) - Significativo é o quadro elaborado por Christopher L. Bach, "OPEC Transactions in the U.S. International Accounts, 1972 - 77", Survey of Current Business (Abril 1978), p.21-22 e reproduzido por Harry Magdoff, "The U.S. Dollar, Petrodollars, and U.S. Imperialism", in Monthly Review, Nova Iorque, vol. 30, nº 8 (jan. 1979), p.9:

Transações financeiras entre os Estados Unidos e os países da OPEP, de 1974 a 1977 em conjunto.

Moeda saíndo dos EUA:

Aquisições pelos EUA de mercados
rias e serviços
TOTAL

US\$ 106 bilhões
US\$ 106 bilhões

(continua na página seguinte)

observador que à distância estudasse esta espaçonave Terra, talvez não seja tão mau assim esse crescimento zero dos mais ricos: A paragem do seu crescimento, se acompanhada do progressivo desenvolvimento dos mais pobres, poderia significar o primeiro passo histórico no sentido da transposição do fosso entre uns e outros, que até aqui não tem cessado de crescer.

Para os países exportadores de petróleo, a crise energética significa a oportunidade histórica de se libertarem do subdesenvolvimento. Para os outros, ou seja, para os mais de dois terços da humanidade, que já quase não consumiam petróleo, se comparados com os demais, a decuplicação em seis anos dos preços significa ainda maior sangria cambial e inviabiliza todos os planos de desenvolvimento agrícola e industrial, e até os projetos em matéria de educação e saúde pública.

Moeda retornando aos EUA:

Aquisições de mercadorias e serviços pelos países da OPEP	US\$ 70 bilhões
Investimento nos EUA, pelos países da OPEP	US\$ 38 bilhões
TOTAL	US\$ 108 bilhões

Os US\$ 106 bilhões da coluna "moeda saindo", correspondem na sua quase totalidade a importações americanas de petróleo. Quanto à segunda coluna, 58% dos US\$ 70 bilhões correspondem a bens de capital, automóveis, bens de consumo e armamentos fornecidos por empresas privadas, tudo adquirido principalmente pela Arábia Saudita, Irã e Venezuela; 27% dizem respeito a dividendos, juros, royalties e remunerações profissionais; outros 13% foram utilizados na aquisição de armamentos sob contratos com agências governamentais americanas, e destinados principalmente ao Irã e à Arábia Saudita; o restante dos US\$ 70 bilhões refere-se a serviços diversos. Os US\$ 38 bilhões de investimentos nos EUA, são dinheiro colocado em bancos americanos ou utilizado para adquirir obrigações do Tesouro ou títulos de sociedades americanas. Ficam fora do quadro, note-se, outros investimentos, como aquisições de imóveis nos Estados Unidos.

Mwai Kibaki, vice-presidente da República do Quênia, lamenta que "petróleo mais caro significa menos de tudo o mais". Rodrigo Carazo, presidente da Costa Rica, diz que "o barril de petróleo que em 1972 nos custaria 26 kgs de bananas ou 1,5 kg de café, agora (1979) custa-nos 200 kgs de bananas ou 11 kgs de café". A Tanzânia está consumindo aproximadamente metade do petróleo que consumia em 1972, mas o que dispende com ele subiu 900% e agora devora metade de todas as receitas com as exportações do país (18). Em Sri Lanka (Ceilão) correu pelo país, com apoio governamental, uma petição a ser assinada por mais de três milhões de pessoas, implorando aos países da OPEP a concessão de preços especiais em benefício do "dedicado e esforçado" povo cingalês (19).

O Brasil, país semi-industrializado, apesar de também fortemente atingido pela crise, ainda assim quase conseguiu cumprir o plano decenal da Petrobrás, que previa a elevação do consumo da ordem de 500.000 barris diários de derivados de petróleo em 1971 para entre 1.350.000 e 1.500.000 barris até 1980 (20): O consumo brasileiro em 1980 era de cerca de 1.075.000 barris diários, ou aproximadamente 1,7% do total mundial, contra 1% em 1971. No ano de 1981 o consumo brasileiro de petróleo caiu, ao mesmo tempo que se elevou para 230.000/dia o número de barris extraídos em território brasileiro; por isso, é de esperar-se que a importação venha a ficar, em média, à volta de 750.000 barris diários.

Segundo o estudo The Global 2000 Report to the President, já anteriormente citado, os países industrializados terão, mesmo ao longo dos anos 90, adequados suprimentos de óleo e de outras fontes energéticas. Quanto às nações pobres,

(18) - "The Poor Suffer the Most." Time, 24.12.79, p. 29.

(19) - "Bankers Grab the Booty." Time, 10.12.79, p. 39.

(20) - Enciclopédia Mirador Internacional, 1977, vol.16, p.8859.

mesmo antes de 1990 elas experimentarão séria escassez, ainda mais grave para aquele quarto da humanidade que depende primariamente da madeira, como combustível. A incessante busca de lenha em lugares como o Sahel africano ou os sopés dos Himalaias (para já não falar "na exploração comercial, como a que vai desnudando a floresta amazônica"), significa a perda anual de árvores suficientes para fazer o florestamento de "metade do Estado da Califórnia". Um efeito colateral, será a perda pelo solo da sua capacidade de retenção de água, tornando-se a terra cada vez mais árida e perdendo-se a rica camada humosa da superfície. Outro efeito, será a escassez de água potável, que em muitas partes do mundo se tornará crônica (21).

4. INSUFICIÊNCIA DE CAPITAL DISPONÍVEL

Para garantir o sustento de um número crescente de bocas e para garantir à generalidade da humanidade padrões de vida pelo menos decentes, são necessárias quantidades crescentes de energia, obtida quer das fontes tradicionais (carvão, petróleo, gás, hidreletricidade), quer de novas, como a energia nuclear, a solar, a eólica, a das marés, a geotermal (cavando poços na crosta terrestre até depósitos de água e vapor superaquecidos) e, em geral, a energia obtida de biomassas - cana de açúcar, mandioca, madeira e carvão vegetal, lixo urbano, etc.....

Todavia toda essa energia precisa de ser produzida e, como para qualquer outra atividade produtiva, exige-se a aplicação de capital. Só que será necessário aplicar cada vez mais capital para se obter cada unidade nova de energia. Atualmente os depósitos de carvão, petróleo e gás mais acessíveis já foram ou estão sendo explorados; a pesquisa e exploração de novos depósitos, a maiores profundidades em terra firme ou sob os oceanos, exige maquinaria cada vez mais sofisticada.

(21) - "Toward a Troubled 21st Century". Time, 4.8.80, p.53.

O aproveitamento do petróleo contido nos xistos betuminosos será ainda mais complexo. Até a expansão da energia hidrelétrica exigirá inversões de capital progressivamente maiores. Quanto às novas fontes, basta, para se imaginar o volume de capital necessário, considerar o custo da energia nuclear, com todos os dispêndios necessários a um escudo de proteção nunca absolutamente seguro (como demonstrado pelo acidente ocorrido em março de 1979 na usina atômica norte-americana de Three Mile Island) e as vicissitudes por que tem passado no Brasil o Programa Nacional do Alcool ou Proálcool — instituído em 1975 e com o qual, segundo avaliação discutida em junho de 1979 pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico, se pretende conseguir em 1985 um mínimo de 10,7 bilhões de litros de etanol (extraído de cana de açúcar e de mandioca) e um máximo de 20,5 bilhões, correspondendo esta segunda cifra a apenas 353.000 barris americanos por dia, ou um terço do consumo atual, apenas a quantidade suficiente para compensar a diferença entre os volumes de petróleo necessários em 1979 e 1985 (22)...

Onde irá o mundo buscar disponibilidades de capital nas próximas duas décadas, suficientes para a produção de toda a energia necessária à humanidade?

(22) - Os Estados Unidos estudam também um programa do que chamam "gasohol" - uma mistura de 90% de gasolina pura com 10% de álcool. O álcool seria também o etanol, a ser extraído de cereais. Embora haja opositores, estimando ser necessário gastar mais energia para cultivar e destilar os grãos do que a energia produzida pelo álcool quando queimado, o programa ganhou novo impulso com o embargo nos começos de 1980, americano, às exportações de cereais para a URSS. De uma produção em 1979 de cerca de 80 milhões de galões (ou 303 milhões de litros) de etanol, deseja-se já em 1981 alcançar a marca de 500 milhões de galões (ou 1,9 bilhões de litros), através do aproveitamento de 5 milhões de toneladas de cereal. Somente em milho, trigo e soja a produção norte-americana na safra de 1979/80 atingiu respectivamente 1/2, 1/7 e 1/3 do total mundial (Time, 9.04.79, p. 42; 21.1.80, p. 13 e 39).

5. DESTRUIÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Suponha-se que a humanidade possa vir a produzir toda a energia de que precisa; mas será que é possível multiplicar várias vezes a atual produção energética sem provocar um desastre ecológico? Não estará a humanidade caminhando para a sua auto-destruição, porque a Terra não teria capacidade para atender às necessidades de uma população sempre crescente?

Em obra famosa, já referida, sobre os "Limites do Crescimento"(23), foi defendido que o homem cedo se defrontaria com uma catástrofe ecológica, a não ser que a taxa de crescimento zero, na população e na produção industrial, fosse atingida a curto prazo — sendo este "esforço supremo um desafio à nossa geração e que não podemos legar à que nos suceder". Esta colocação fez escola, sendo hoje encontrada um pouco por toda a parte.

A taxa zero de crescimento populacional está, já se viu (24), fora de hipótese para as próximas décadas. Ainda que fosse possível limitar hoje a dois o número de filhos de cada mulher, através de rigorosas medidas de controle da natalidade, ainda assim não se impediria a duplicação da população dentro de 30 anos, pela razão simples de que as mulheres que se rão mães nas duas próximas décadas já nasceram, estando agora crescendo.

Se o crescimento exponencial da população mundial é fato irreversível, resta saber se a humanidade estará inexoravelmente condenada a níveis de vida progressivamente inferiores, pois que a única forma de evitar a "catástrofe ecológica" consistiria no crescimento econômico zero.

(23) - V. supra, nota 9.

(24) - Supra, nº 1

Não há dúvida de que os sistemas de apoio à vida estão sofrendo a nível mundial ataques sem precedentes, sob os efeitos combinados da urbanização, da industrialização, de uma agricultura em larga medida irracional e até dos nossos estilos de vida diários (25). Mas, por outro lado, se o mundo rico pode preocupar-se em primeiro lugar com a qualidade de vida, no mundo pobre a preocupação essencial ainda diz respeito à própria vida em si, que é ameaçada pela miséria, doença, ignorância e fome. O bilhão de pessoas que vive nos países industrializados pode alarmar-se com a ameaça que representa para o seu padrão de vida a multiplicação de alguns bilhões de seres famintos, mas os 3 ou 4 bilhões de deserdados, dispersos pela Ásia, África e América Latina, esses é que não podem cruzar os braços e aguardar pacientemente, sem um protesto, que a fome os elimine da face da Terra. Sempre que haja que decidir entre a sobrevivência no presente e o bem-estar no futuro, a escolha só pode ser a favor da geração atual. Afinal a pobreza também é "poluição". Não é de D. Helder da Câmara a afirmação de que além da ameaça com a "Bomba H", a humanidade ainda se defronta com a ameaça da "Bomba M" ou Bomba de Miséria?

O mundo, portanto, vai tentar prosseguir na senda do desenvolvimento econômico e social. Das preocupações ecológicas, a humanidade só manifestará interesse pelas possíveis medidas de harmonização daquele desenvolvimento com uma administração ecologicamente segura dos recursos e do meio ambiente, porventura na linha de um ecodesenvolvimento, no conceito defendido por Ignacy Sachs e adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (26).

(25) - TINBERGEN, Jan. Para uma Nova Ordem Internacional. 3º Informe ao Clube de Roma, p.54. Rio de Janeiro, Agir, 1978.
 (26) - Ignacy Sachs postula "um desenvolvimento endógeno, autoconfiante, igualitário, centrado na satisfação das necessidades fundamentais, materiais e imateriais, em harmonia com a natureza, pouco respeitoso do statu quo institucional e subordinado ao objetivo primordial do pleno florescimento da personalidade humana na convivialidade" - "Dé

Mas será bom não alimentar ilusões: Não se viu, por exemplo, o Presidente Nixon declarar publicamente, em 1971, que "não vamos permitir que o problema do meio ambiente (...) sirva para destruir o sistema industrial que fez a grandeza do nosso país"?! Quem cita o fato é Maurice Duverger, que acrescenta: "De modo mais claro, isto significa que o meio ambiente será sacrificado em proveito dos empresários. Todas as nações do Ocidente adotam, de fato, esta política, com a única diferença de que seus dirigentes, via de regra, o confessam menos abertamente. De um certo modo, isto se assemelha ao comportamento do catoblepas, animal lendário tão estúpido que devorava seus próprios membros sem perceber" (27).

veloppement, Utopie, Projet de Société", in: Revue Tiers-Monde (Paris, P.U.F.). t. XIX, nº 75, julho-setembro de 1978, p.645-656. Veja-se ainda, do mesmo autor, Pour une Économie Politique du Développement. Paris, Flammarion, 1976 e "O Meio Ambiente Humano", in: TINBERGEN, Jan (coord.). Para uma Nova Ordem Internacional. 3º Informe ao Clube de Roma. Rio, Agir, 1978, p.385-399.

(27) - DUVERGER, Maurice. As Modernas Tecnodemocracias. Rio, Paiz e Terra, 1975, p.235.

C A P Í T U L O 3

D E S A F I O S S O C I A I S

O Terceiro Mundo, com 70% da população do globo, subsiste com apenas 20% da renda mundial - e mesmo esta magra renda está tão mal distribuída internamente, que a maior parte da sua população é deixada em abjeta miséria.

Declaração de Santiago, dos Economistas do Terceiro Mundo (1973)

Tenhamos a esperança de que a razão e o bom senso acabarão prevalecendo, de maneira que o "Primeiro" o "Segundo" e o "Terceiro" Mundos possam verdadeiramente integrar-se em UM SÓ MUNDO, forjado em conjunto por um destino econômico comum e guiado pelos princípios humanos da paz, fraternidade e respeito mútuo.

Michael Todaro (Economics for a Developing World, 1977)

Examinados os problemas independentes da vontade humana (desafios naturais) passa-se no presente capítulo àquelas que nascem de forças postas em movimento pela dinâmica social.

1. REVOLUÇÃO CULTURAL

Desde o aparecimento do Homem à face da Terra, a vida das infinitas gerações que se foram substituindo foi afetada, em rigor, apenas por duas revoluções fundamentais. A primeira, foi a Revolução Neolítica, que permitiu o abandono da vida errante, a fixação à terra, com a domesticação de plantas e animais -- e durante uma meia dúzia de milênios o Homem foi essencialmente rural, vivendo da terra e para a terra.

A segunda revolução, que consistiu na domesticação da energia motriz, é a Revolução Industrial, iniciada há apenas duzentos anos e ainda não concluída (1).

A Revolução Neolítica provocou radical transformação das comunidades humanas que perambulavam havia dezenas ou centenas de milênios pelos diversos continentes, originando as primeiras cidades, aliás sem nada de comum com as megalópoles de hoje, permitindo o surgimento da escrita e de uma cultura essencialmente rural, assente na família, a qual, por isso mesmo, ainda hoje se costuma dizer ser instituição de Direito Natural, anterior à sociedade política, sendo, por isso, a base e elemento essencial desta.

Quanto à Revolução Industrial, não temos ainda, nem os nossos netos provavelmente já terão, a perspectiva histórica para fazer uma avaliação de conjunto, quanto às suas consequências para as sociedades humanas. Por ora, apenas podemos ir apontando alguns indicadores.

O primeiro, consiste na migração de populações do campo para a cidade. Em 1950, metade da população das regiões desenvolvidas e uma pessoa em cada seis do Terceiro Mundo, já viviam em cidades. Em 1979, essa fração da população ci

(1) - Acreditamos ser prematuro começar falando numa terceira revolução, científica e tecnológica, independente da Revolução Industrial e em desenvolvimento nos nossos dias. Os transportes supersônicos, as armas capazes de destruir o próprio planeta, a comunicação universal, a informação instantânea, a cibernética serão apenas a atual fase da Revolução Industrial, ou, se preferirmos, a fase atual da Revolução Científica e Tecnológica, iniciada com a máquina a vapor.

tadina já era de dois terços para as regiões desenvolvidas e de um terço para os países subdesenvolvidos! No ano 2000, espera-se que os cidadãos sejam 75%, pelo menos nos países desenvolvidos. O Relatório do Fundo das Nações Unidas para Atividades Populacionais, já anteriormente referido (2), donde foram extraídos estes números, enfatiza a "enorme migração" que nos países em desenvolvimento mudou rapidamente a proporção de rurais e cidadãos e assinala que, mais do que qualquer outra tendência, o boom urbano "trará pela certa implicações de radicais a revolucionárias para as estruturas econômicas e sociais nacionais".

Foi concluído em 1980, ao fim de três anos de trabalho, um alentado estudo, com 800 páginas, determinado pelo Governo dos Estados Unidos. Esse estudo, denominado The Global 2000 Report to the President, indica que de 1975 até o ano 2000, a população do globo terá crescido de 4 para 6,35 bilhões de pessoas, concentrando-se a maior parte desse aumento populacional nas favelas das cidades dos países em desenvolvimento: A cidade do México, crescerá de 10 para 31 milhões de habitantes; Calcutá terá 20 milhões; Bombaim, Cairo, Jakarta e Seul terão mais de 15 milhões, se, adverte o Relatório, a fome e o desemprego nessas megalópoles, mais doença e miséria crescentes, não reduzirem ou alterarem as atuais tendências (3).

Não é no campo, é na cidade que são maiores as disparidades entre miseráveis e "afortunados". Se aqueles que se mudam para a cidade em busca de uma vida menos dura, vêem as suas expectativas frustradas, se em cada megalópole eles forem aqueles milhões de desempregados que se prediz, roídos pela fome e pelo desespero, será fácil prever que convulsões sociais

(2) - "Population. Good News. Birth rates are down, but..." Time, 2.7.79, p.12.

(3) - "Toward a Troubled 21st Century". Time, 4.8.80, p.53

acontecerão.

Em meados da década de 70, pela primeira vez desde a Revolução Neolítica, a maioria da população ativa mundial deixou de ser aquela que trabalhava na agricultura e, dentro de 30 anos, os trabalhadores e proprietários rurais não serão mais de um quarto da população ativa total. Isto simplesmente significa, afirma K. Deutsch, que as classes rurais deixarão de ser as guardiãs da tradição, "que é o elemento decisivo na estrutura social e política" (4). E significa também que a família tradicional, extensa e patriarcal, deixará de existir, para ser substituída por ligações entre marido e mulher, mais ou menos estáveis, abrangendo os filhos (e só eles) apenas enquanto não forem economicamente independentes.

A migração das atividades humanas da agricultura para a indústria e os serviços, terá ainda outras consequências. Em meados da década de 70, o número daqueles que viviam de um salário, ainda era de um terço do total da população ativa, mas dentro de 30 anos, mesmo nos países não socialistas, empregadores, profissionais liberais e trabalhadores autônomos, provavelmente estarão em minoria, tanto na cidade como no campo (5).

Por outro lado, em 1955 a maioria da população com mais de quinze anos de idade em todo o mundo, já sabia ler e escrever — e isso acontecia pela primeira vez no mundo, desde a era remota em que o Homem inventou a escrita. Vinte anos depois, em 1975, esse número crescia para dois terços. Nos próximos 30 anos, atingirá 85%, no mínimo (6).

Se somarmos a estas mudanças a revolução havida

(4) - DEUTSCH, Karl W.. "Some Prospects for World Politics", in: Law and State, vol. 18 (1978), p. 11. Tubingen, Inst. for Scientific Co-Operation.

(5) - DEUTSCH. Id., ibid.

(6) - DEUTSCH. Id., ibid.

nos meios de comunicação, a mídia ou "Quarto Poder", mais os chamados "efeitos de demonstração", teremos um quadro capaz de nos indicar de que forma e com que rapidez as sociedades humanas se vão transformando. Jornais, cartazes, livros, rádio, cinema, televisão, vitrinas comerciais, anúncios, aviões, automóveis, tudo proclama os ilimitados poderes do deus-homem e gera nos deserdados a vontade de participar e a certeza de que também podem participar de todas as benesses da civilização: "As publicações mais subversivas que conheço, afirma K.Deutsch, não são panfletos comunistas, são os catálogos das grandes lojas comerciais" (7).

É ao conjunto destas mudanças culturais que damos o nome de Revolução Cultural, que, como se viu, não passa de "output" da Revolução Industrial, ainda em processamento. A transformação das estruturas sociais e econômicas processa-se dentro de cada país e em todos eles. E quando as novas necessidades não são atendidas pelo sistema sócio-cultural, quando este não tem a capacidade de se auto-transformar, elas ganham em força política e vão alimentar as forças que se propuserem destruir o sistema, para construir novo.

2. O DECLÍNIO DO OCIDENTE

No art. 22 do Pacto da Sociedade das Nações(1919), consignava-se que seria confiada às "nações mais adiantadas", como "missão sagrada da civilização", a tutela dos "povos ainda não capazes de se governarem por si nas condições particularmente difíceis do mundo moderno". Na denominada Declaração das Nações Unidas sobre a Outorga da Independência aos Países e Povos Coloniais (1960), afirma-se que "a falta de preparação(...) não deve nunca ser considerada pretexto para retardar a independência" e que "serão tomadas medidas imediatas (...) para

(7) - DEUTSCH. Id., p.10.

transferir todos os poderes aos povos, sem nenhuma condição ou reserva".

O Pacto da Sociedade das Nações é de uma época (1919) em que era incontestável a hegemonia mundial do Ocidente, entendido como a Europa e seus prolongamentos de além-mar, isto é, os novos países povoados e dirigidos por imigrantes chegados da Europa. Assim, dos 41 membros originários da Sociedade das Nações, apenas 6 não eram da família "européia" e dentre eles (China, Índia, Japão, Libéria, Pérsia e Tailândia), só o Japão gozava de verdadeira independência. É sintomático que quando se discutia o projeto do Pacto, o Japão, em fevereiro de 1919, tenha apresentado uma emenda, propondo que ficasse consagrado o princípio da igualdade das raças; tal emenda não foi aceita (8)...

A Declaração sobre a Outorga da Independência surge a 14 de dezembro de 1960, bem no final do ano denominado "da África", durante o qual haviam sido admitidos na O.N.U. 17 novos Estados africanos, dando ao chamado bloco afro-asiático, pela primeira vez na história da Organização, a maioria dos votos na Assembléia Geral. A arrogância das "nações mais adiantadas", detentoras exclusivas da "civilização", esse white man's burden que Kipling cantara em 1899 para delícia de plateias victorianas, tudo havia fenecido, entre 1919 e 1960...

Que acontecera entre 1919 e 1960?

A sensibilidade histórica de Arnold Toynbee (1889 - 1975) permitiu-lhe adiantar logo após o termo da Segunda Guerra Mundial o que ainda hoje muitos homens, postos perante crises como a do Irã do ayatullah Khomeini, não entendem.

(8) - ROUSSEAU, Charles. Droit International Public. Paris, Sirey, 1974, vol. II (Les Sujets de Droit), p.491.

Sustentou Toynbee que "as civilizações nasceram e se puseram a crescer graças a respostas felizes, dadas a sucessivos desafios. Elas entram em colapso e se desagregam quando têm de fazer face a um desafio diante do qual fracassam"(9). Em linguagem da moderna teoria dos sistemas, poder-se-ia falar na flexibilidade ou falta de flexibilidade de um sistema sócio-cultural para estabelecer as suas próprias metas, aprender a criar as suas próprias respostas a estímulos (ou desafios) ambientais e, se necessário, usar dos seus recursos para auto transformar-se sem, apesar disso, perder a continuidade e a identidade.

Até ao séc. XV a Europa Ocidental não era superior às outras regiões do mundo. Para a Europa, foram tempos difíceis os da Idade Média; ela passou esses séculos defendendo-se de invasões orientais. Primeiro foram os Árabes, que se apossaram do Mediterrâneo, da Sicília e da Península Ibérica, só vindo a ser detidos por Carlos Martel em Poitiers, bem no interior da atual França (ano de 732); da Provença, eles só foram expulsos em 972. Depois foram os Magiares, derrotados por Otão, o Grande, perto de Augsburg, na Baviera, junto ao Rio Lech (955), mas que se fixaram para sempre nas planícies da atual Hungria. A seguir foram os Mongóis, que no tempo de Ogadai Khan (filho de Genghis Khan), com um exército comandado por Batu (sobrinho de Ogadai) derrotaram uma coligação germano-polonesa em Leignitz, na Silésia (1241) e ocuparam a Hungria e a Croácia, acabando por se retirarem apenas porque lhes chegou a notícia de que Ogadai falecera e Batu, como um dos descendentes de Genghis, quis participar da partilha, na qual lhe coube a grande Horda Dourada, no sul da Rússia. Por último, foram os Turcos, que após destruírem o Império Bizantino, não receram,

(9) - Toynbee, Arnold J.. "A Civilização Posta à Prova", in: Estudos de História Contemporânea. Rio, Civil. Brasileira, 1961, p.48.

com Suleimão, o Magnífico, atacar o Império de Carlos V, chegando a impor cerco de meses a Viena (1529).

Ora, raciocina Toynbee, a civilização que na Idade Média fermentava na extremidade ocidental da península europeia da Ásia, frágil irmã da civilização Cristã-Ortodoxa Grega, talvez tivesse passado mais ou menos despercebida, obscurecida pelo brilho das suas contemporâneas, se não tivesse feito uma "extraordinária invenção", que "consistiu na substituição da estepe pelo Oceano, como o principal meio de comunicação mundial". Quando as caravelas portuguesas substituíram o camelo e o cavalo, "chegamos à grande revolução, uma revolução técnica, graças à qual o Ocidente fez sua fortuna, tirou o melhor partido de todas as outras civilizações vivas e as uniu, pela força, em uma única sociedade, literalmente de extensão mundial (...). Esta utilização do Oceano, a princípio por navios à vela e depois por navios a vapor, permitiu ao Ocidente unificar a totalidade do mundo habitado e habitável, incluindo as Américas" (10).

Interrogando-se sobre que grande acontecimento do nosso tempo os historiadores dos milênios vindouros considerarão como marcante, Arnold Toynbee prediz que assim será considerado apenas o choque, ocorrido ao longo da segunda metade deste II milênio da Era Cristã, da Civilização Ocidental com as outras sociedades vivas. Os historiadores do futuro, afirma, dirão que esse choque terá sido de tal forma poderoso que começou por transtornar por completo a vida das sociedades não ocidentais, para a seguir, a própria agressora, a Civilização Ocidental, também sofrer tremendos contra-efeitos, até um dia vir a ser transformada de forma a ficar quase irreconhecível para os homens do nosso tempo, devido a uma contra-irradiação de influências dos mundos estranhos que estamos absorvendo do nosso

(10) - Op. cit., p.60.

- como a Cristandade Ortodoxa, o Islã, o Hinduísmo e a Civilização do Extremo Oriente. No final, "a distinção, hoje grande, entre a Civilização Ocidental, como a agressora, e as outras civilizações, como as agredidas, parecerá provavelmente sem importância. Quando a irradiação de influência for sucedida por uma contra-irradiação, o que se destacará será uma experiência única, comum a toda a humanidade". Os historiadores do futuro "diriam que o choque da Civilização Ocidental com as suas contemporâneas, no II milênio da Era Cristã, foi o acontecimento marcante dessa época, por ter sido o primeiro passo para a unificação da humanidade numa sociedade única" (11).

Aos cinco séculos incompletos decorridos desde a expansão européia pelo mundo, Toynbee designou de Era Gâmica, por considerá-la iniciada com a chegada de Vasco da Gama à Índia, a 20 de maio de 1498. Outros autores, como Adriano Moreira, falam em Euromundo, para designar esta unificação política da Terra pela Europa, concluída nos fins do século XIX (12).

Toynbee escreveu as passagens citadas em 1947 e não foi preciso muito tempo para que os fatos viessem provar que ele tinha razão. Neste ano de 1981, está claro que após alguns séculos de domínio da Civilização Ocidental sobre as outras, sobe já a maré avassaladora da contra-irradiação. O Euromundo, dirigido seja só pela Europa, seja por ela e pelos países criados na América e na Austrália por emigrantes europeus, à imagem e semelhança de seus países de origem, está em recessão contínua desde 1945.

O seu período áureo foi entre 1875 e 1914, descrito nos livros de história européia como era de paz, mas durante a qual, contudo, se conquistaram mais nações e se subjugaram mais seres humanos do que em qualquer outro período histórico.

(11) - Op. cit., p.183 a 185.

(12) - MOREIRA, Adriano. A Comunidade Internacional em Mudança São Paulo, Resenha Univ., 1976, p. 17.

A partir do termo da Segunda Guerra Mundial, o Euromundo desagrega-se com rapidez: São as independências da Indonésia (1945), da Índia, Paquistão e Birmânia (1947) a proclamação da República Popular da China (1949), o desastre de Dien-Bien-Phu (1954), a Conferência Afro-Asiática de Bandung, pela primeira vez reunindo os "povos mudos do mundo" (1955), a nacionalização no canal de Suez (1956), as primeiras independências africanas, a derrota norte-americana no Vietnã... O golpe mais recente é a Revolução Islâmica Iraniana, ainda em curso, a qual criou a primeira grande crise internacional que não é crise Leste-Oeste.

A característica mais marcante da Civilização Ocidental é a posição que nela assume o ser humano individual, como o valor supremo na dicotomia "homem-sociedade". Esta característica, que tem como consequência lógica os "direitos naturais e imprescritíveis", ou "direitos humanos" e a democracia política como forma ideal de governo, é algo cujas origens se podem buscar no racionalismo e individualismo da Grécia clássica, mas cujo pleno desenvolvimento se alcançou na Cristandade Ocidental, sobretudo a partir de S. Tomás de Aquino, graças à combinação de dois fatores: Primeiro, o corolário de que se a Salvação Eterna é individual, o homem é que é o valor supremo; segundo, o fato da separação, na Europa Ocidental, do poder político e do poder religioso, constituindo este uma limitação para o Estado. É sabido que um Estado teocrático, no qual se confundem política e religião, não pode ser limitado. Quando as doutrinas racionalistas dos sécs. XVIII e XIX laicizaram o humanismo cristão, o ser humano individual permaneceu como o valor supremo, porque era princípio definitivamente incorporado no sistema (13).

(13) - O valor atribuído ao indivíduo e à democracia no sistema cristão-ocidental pode explicar por que razão os principais partidos comunistas da Europa Ocidental abandonaram a tese da necessidade da "ditadura do proletariado", para pregarem a sua autonomia de Moscou e a conquista do po

Na evolução posterior do sistema cultural ocidental, a preocupação antes de tudo com o indivíduo e o seu bem-estar conduziu à degradação materialista de valores que se verifica neste séc. XX, dando aos críticos de dentro e de fora do sistema os argumentos para sustentarem que a decadência do Ocidente não é só política, que é também da sua civilização (14).

poder pelo voto, com aceitação do plúripartidarismo e das demais regras democráticas (eurocomunismo).

As mesmas razões podem ainda explicar os sobressaltos de democracia que de tempos a tempos sacodem as chamadas democracias populares (Hungria, 1956; Checoslováquia, 1968; Polônia, 1980). É compreensível que a Rússia permaneça intocada, já que historicamente ela também só superficialmente foi tocada pelos valores do Ocidente. A cristandade ortodoxa conservou as tradições opressivas do Império Bizantino, com uma Igreja vinculada ao Estado.

- (14) - Vejá-se, por exemplo, o certo diagnóstico feito por Alexander Solzhenitsyn, Prêmio Nobel da Literatura, expulso da Rússia em 1974 e agora exilado nos Estados Unidos, quando em 1978 recebia o título de Doutor honoris-causa na Universidade de Harvard:

"Se alguém me perguntasse se eu indicaria o Ocidente, como ele é hoje, como modelo para o meu país [Rússia], francamente eu responderia negativamente. Através de intenso sofrimento o meu país atingiu agora um desenvolvimento espiritual de tal intensidade que o sistema ocidental, no seu atual estado de exaustão espiritual, não é atrativo. Depois do sofrimento de décadas de violência e opressão, a alma humana aspira por coisas mais elevadas, reconfortantes e mais puras do que as oferecidas pelos atuais hábitos de vida em massa, introduzidos pela revoltante invasão da publicidade, pelo estupor da TV e por uma intolerável música.

"(...) Como é que o Ocidente declinou, desde a sua marcha triunfal até à doença atual? O erro deve estar na raiz, bem na base do pensamento humano nos últimos séculos, na concepção que se tornou a base do governo e das ciências sociais e que poderia ser definida como humanismo racionalista, ou autonomia humanista: A autonomia proclamada e ainda reforçada do homem em relação a qualquer outra força acima dele ou superior a ele. Esta autonomia alicerçou a moderna civilização ocidental na perigosa necessidade da adoração do homem e das suas necessidades materiais. Nas primeiras democracias, e assim foi na democracia norte-americana ao tempo do seu nascimento, todos os direitos humanos individuais eram garantidos por que o homem era a criatura de Deus. Isto é, a liberdade era dada ao indivíduo condicionalmente, na assunção da sua constante responsabilidade religiosa. Ulteriormente, contudo, todas as limitações desta natureza foram afastadas por toda a parte no Ocidente e assim ocorreu uma total liberação da herança moral dos séculos de Cristianis-

Os ventos da história vão dissipando as convicções, que já foram caras ao Ocidente, de que "nós" é que éramos o futuro, que o progresso estava na adoção da nossa cultura, dos nossos sistemas de normas, crenças e valores. O sacrilégio do Xá do Irã não foi tanto o de ter agido como um déspota, mas o de haver desafiado valores multiseculares, no seu afã de "modernizar" (ocidentalizar) o país; os seus desafios concitaram contra si as iras de Allah, através de seus representantes na Terra. A Civilização Ocidental, introduzida à força no seio de culturas ou civilizações diferentes, passa a constituir um corpo estranho, não assimilado e, por isso, sujeito a fenômenos de rejeição, comparáveis aos que se verificam em organismos vivos.

Na famosa Declaração Final da Conferência de Bandung (1955), com cerca de 2.300 palavras, não há uma única referência à democracia (15). No Afeganistão, desde abril de 1978 houve três golpes de estado marxistas, que levaram ao poder respectivamente Taraki, Amin e Karman. Cada um destes golpes foi seguido de um banho de sangue. No primeiro, até as mulheres e filhos do anterior presidente e dos seus assessores foram mortos (16). Em contrapartida, se nos mudarmos para o campo ocidental, será, por exemplo, possível imaginar uma conferência de países americanos sem uma referência à democracia? Terá algum dos quase duzentos golpes de estado bolivianos sido seguido da chacina de mulheres e crianças, por serem familiares dos anteriores donos do poder?

E se a atual decadência do Ocidente não for somente no aspecto da supremacia política mundial, se for também uma degradação dos valores espirituais que noutros tempos contribuíram para a sua grandeza (supra e nota 14), há de alguém

mo com as suas grandes reservas de misericórdia e sacrifício. O Ocidente acabou garantindo realmente os direitos humanos, à vezes até excessivamente, mas o senso humano de responsabilidade para com Deus e para com a sociedade foi-se enfraquecendo, enfraquecendo sempre "(Time, 19.6.78, p.7).

(15) - CROUZET, Maurice. Histoire Générale des Civilisations. Paris, P.U.F., 1969, Vol.VII (L'Époque Contemporaine), p.747.

(16) - Time, 15.5.78, p.25; 1.10.79, p.12; 7.1.80, p.50-52.

ficar admirado se outros povos tiverem uma razão suplementar para procurarem preservar os seus valores tradicionais, as suas concepções de vida, naquilo que consideram colocado em perigo pela agressão cultural ocidental?

É preciso meditar no significado profundo de afirmações como a seguinte, dita no final de dezembro de 1979 por Khomeini, em entrevista a um jornalista americano:

"Nós construímos uma nova estrutura de valores voltados para a justiça e combatendo a injustiça. Nós apoiaremos todo aquele que defender a justiça e atacaremos todo aquele que perpetrar injustiças. Vocês podem dar a este sistema de valores o nome que quiserem.(...) Sim, segundo os vossos critérios, eu não entendo nada de nada - e, por isso, eu estou melhor" (17).

3. INTERDEPENDÊNCIA E CONFLITOS INTERNACIONAIS

Durante o meio milênio que durou a Era Gâmica, a tentativa de ocidentalização forçada do mundo não foi o único fenômeno marcante, para a humanidade em geral. Esses fenômeno foi apenas uma das faces de uma só moeda. A outra face, foi o processo de unificação da humanidade em uma única sociedade, de extensão mundial.

A tentativa de ocidentalização forçada tinha de esmorecer, quando o Ocidente iniciou o seu declínio e havia de cessar com o inevitável revigoramento, ou com a descompressão daqueles sistemas culturais que haviam sido abafados. A unificação do mundo, todavia, é um processo irreversível. Não mais são possíveis os compartimentos praticamente estanques que noutros tempos foram, por exemplo, a Europa Atlântica, a Índia,

(17) - "An Interview With Khomeini". Time, 7.1.80, p.20.

a China, as civilizações ameríndias e a África Subsaárica.

No passado, à medida que as sociedades humanas foram progressivamente se alargando, do clã para a tribo e para a nação, assim também foram-se ampliando as suas instituições políticas. Agora, estamos caminhando para um novo período histórico, em que a uma única sociedade global corresponderão instituições também universais. Atualmente, organizações universais ou regionais vão demonstrando a povos e governos as vantagens da integração internacional, ao mesmo tempo que vão desenvolvendo aptidões e hábitos políticos que em momento posterior serão necessários ao sucesso de organizações mais amplas e com soma maior de atribuições. A extinta Sociedade das Nações, a atual Organização das Nações Unidas, a Comunidade Económica Européia e tantas outras organizações internacionais prenunciam as futuras instituições de um mundo sem fronteiras.

A Comunidade Económica Européia é especialmente significativa, não só por haver nascido apenas quando se conseguiu superar a inimizade com séculos de duração entre a França e a Alemanha, como, ainda mais, pelo elevado grau de integração social e económica que já atingiu, que é prenúncio de futura integração política. Quanto à Organização das Nações Unidas, foi ela criada com o objetivo essencial de preservar a paz e a segurança internacionais e daí a ênfase com que se afirmaram na Carta os princípios da igualdade soberana de seus membros e da não interferência em questões da jurisdição interna de qualquer deles (art. 2º); todavia, é evidente que se a ONU for mais forte do que os seus membros, terá também força para fazer prevalecer o seu próprio ponto de vista sobre o que sejam questões internas ou internacionais e, assim, intervir com maior ou menor frequência na resolução de tais questões. Até agora, organizações universais do tipo das Nações Unidas têm permanecido fracas precisamente porque a maioria de seus membros receia-lhe a força e a possibilidade de que tal força seja posta ao servi

ção dos interesses de algum ou alguns dos seus membros mais poderosos.

Qualquer que seja, porém, a competência reconhecida atualmente às organizações universais ou regionais, permanece sempre o fato de que o bem-estar de cada país depende cada vez mais das decisões políticas adotadas pelos restantes países. Ainda que os povos e suas culturas sejam radicalmente diferentes uns dos outros, todos, neste planeta cada vez mais pequeno, estão inescapavelmente interligados, ainda que, por muito tempo mais, a política interna e externa de cada país continue visando a preservação da sua independência e segurança e a proteção dos seus interesses econômicos. Hoje, nenhuma nação mesmo a mais poderosa, é verdadeiramente independente, neste mundo em que todos dependem uns dos outros para viver em liberdade, bem-estar e paz, e mesmo para sobreviver.

Tente-se explicar a situação atual falando em vulnerabilidade, dependência e dominância, assimetria, interdependência complexa, interdependência positiva ou negativa (matéria a versar no nº 4 do capítulo 4º), o certo é que no atual sistema internacional nenhum país pode decidir sozinho de seu próprio futuro, nem sequer isolar qualquer decisão, por ele tomada, dos efeitos de situações existentes, ou de acontecimentos que se produzam além de suas fronteiras. É o que queremos exprimir, ao falarmos na "planetarização do sistema internacional".

A planetarização do sistema já constitui, em si mesma, um desafio adicional à capacidade das sociedades humanas, individualmente consideradas, de se adaptarem ao novo meio em que terão de viver, sob pena de, não o fazendo, acabarem desintegrando-se; todavia, se observarmos o fenômeno de um ponto de vista externo às diversas sociedades, veremos que a planetarização está, no âmbito internacional, agudizando al

guns problemas velhos e que, ao mesmo tempo, está levantando outros novos problemas. A eles dedicaremos os próximos números, sem a pretensão de versar todos os problemas existentes: Examinaremos apenas a desagregação da ordem internacional monetária, econômica e política estabelecida após a Segunda Guerra Mundial, os riscos de destruição total em consequência do belicismo generalizado, o confronto entre os sistemas sociais antagônicos do Ocidente capitalista e do Leste comunista e o simultâneo confronto entre uma minoria de sociedades afluentes, no Norte, e uma maioria de populações deserdadas, no Sul; encerrando o capítulo, focaremos a emergência das empresas multinacionais, disputando aos Estados uma crescente fatia de seu poder.

4. DESAGREGAÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL ESTABELECIDO APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

O sistema internacional nascido da Segunda Guerra Mundial caracterizava-se, por um lado, pela destruição do Japão e das potências européias, tanto as vencidas como as vencedoras, e, por outro lado, pela ascensão ao primeiro plano internacional de duas potências até aí em grande medida fechadas para o mundo exterior: Os Estados Unidos e a U.R.S.S. Em consequência, tínhamos um sistema internacional em que as duas superpotências se equilibravam militarmente e exerciam, cada uma delas e dentro do seu campo (Ocidente capitalista e Leste comunista) indiscutida hegemonia, permitindo a cada uma estabelecer a sua própria ordem política, econômica e monetária.

No campo ocidental, o sistema monetário internacional, estabelecido em Bretton Woods (1944), baseava-se no papel atribuído ao dólar como moeda internacional, o que permitia aos Estados Unidos comprar, financiar ou pagar no mundo o que quisessem, ainda que não tivessem reservas em ouro ou em outras moedas: O seu Federal Reserve Board dispunha das

máquinas para mandar imprimir o papel que era vorazmente ente sourado pelo mundo fora, pois que no sistema de Bretton Woods, era tão valioso como se fosse ouro... Assim, os Estados Uni dos puderam viver (e prosperar), mesmo acumulando, ano após ano, deficits no seu balanço de pagamentos (18). Porém, se os Estados Unidos beneficiavam com o sistema, também, indiretamente, saíam beneficiados os países industrializados da Europa Ocidental e o Japão, os quais podiam registrar "superavits i gualmente imensos e persistentes", sem que nem os Estados Uni dos, nem os demais países industrializados, fossem obrigados "a alterações tempestivas e adequadas nas políticas internas ou nas taxas de câmbio, ou nas duas áreas" (19).

Tudo correm bem, até que o envolvimento dos Esta dos Unidos na Guerra do Vietnam acelerou os seus gastos inter nacionais, inundando de dólares (os "eurodólares") o sistema financeiro internacional... Perante a nova "chuva de moeda", surgiram nos meios financeiros internacionais as dúvidas sobre as possibilidades de os Estados Unidos conseguirem manter fir

(18) - Escreve Harry Magdoff: "É óbvio que um país cuja moeda é "key currency" goza de vantagens evidentes. Pode ope rar no campo do comércio e das finanças internacionais com um grau de liberdade muito maior do que um país co mum, para já não falar de um país do Terceiro Mundo. Se compra em excesso de outros países, pode pagar as com pras simplesmente imprimindo, ou criando por outros me ios moeda nacional. Assim, pode viver durante longos pe ríodos muito confortavelmente com deficits no balanço de pagamentos; em vez de ter que apertar o cinto, pode ficar ainda mais rico com um excesso de importações so bre as exportações. Mais importante ainda, a possibilida de de criar unilateralmente quantidades adicionais de moeda internacional, expande a possibilidade do país de exportar capital, permitindo-lhe assim adquirir ações e mais valores mobiliários, que lhe propiciam firme fluxo de retorno, de juros e dividendos" ("The U.S. Dollar, Pe trodollars, and U.S. Imperialism", in: Monthly Review (Nova Iorque), vol. 30, nº 8, 1979, p.6).

(19) - NDEGWA & TRIFFIN. "A Ordem Monetária Internacional", in TINBERGEN, Jan, coordenador: Para uma Nova Ordem Interna cional, p.279. Rio de Janeiro, Agir, 1978.

me a cotação de sua moeda, e das dúvidas à corrida ao ouro armazenado em Fort Knox, e depois à decisão de tornar o dólar inconvertível em ouro e mesmo de desvalorizá-lo (1971), tudo foi um passo.

Só que a desagregação do sistema monetário de Bretton Woods não significou o fim da supremacia do dólar: Nenhum outro país ocidental estava em condições de desafiar o gigante americano, o qual, por isso, pôde impunemente continuar exportando quantidades crescentes da sua moeda, certo de que se os centros financeiros mundiais adotassem uma política de alienação dos dólares de que dispõem, eles estariam cavando a própria ruína, já que o colapso do dólar implicaria no colapso das respectivas economias e moedas nacionais. Na verdade, as reservas dos bancos centrais por esse mundo fora, que haviam chegado a ser constituídas em cerca de 90% por dólares, no final de 1979 ainda eram compostas em 77% por valores nessa moeda, não obstante os esforços desenvolvidos pelos bancos centrais no sentido da diversificação de suas reservas. Entre 1969 e 1979, as reservas em dólares desses bancos centrais haviam pulado de 24 bilhões para 300 bilhões e ainda havia outros 600 bilhões de dólares em poder de bancos privados fora dos Estados Unidos (20). Havia mesmo mais dólares fora do que dentro dos Estados Unidos; nestes, no final de 1978 havia cerca de 360 bilhões de dólares disponíveis, em papel-moeda ou em contas ban

(20) - "Shrinking Role for U.S. Money", in: Time 15.10.79, p.49.

Calcula-se que em 1981 haja mais de um trilhão de dólares em poder das entidades financeiras "offshore", criadas por bancos internacionais, sobretudo americanos, em lugares como Bahrain (Golfo Pérsico), Nassau (Bahamas) e Ilhas Caimanes (Caraíbas): Veja-se a revista Time, 22.6.81, p.51. É a esta quantidade de dólares disponível a partir de bases não controladas por governo algum, que se começa chamando o "sistema monetário internacional privado", segundo a expressão cunhada, ao que supomos, pelo Prof. Rabah Benakouche, agora prestando valiosa colaboração a esta Universidade. Veja-se, dele, neste sentido, "Caracterização da Crise Econômica Atual", in Economia & Desenvolvimento, ano I, nº 1 (maio de 1981), p.143-146.

cárias (21).

O sistema econômico internacional, por seu turno, havia sido caracterizado por um crescimento sem precedentes do produto nacional bruto dos países industrializados, iniciado após a Segunda Guerra Mundial. Só entre 1950 e 1970 tal crescimento havia implicado, quase que por si só, na tripliação do produto planetário, de 1 para 3 trilhões de dólares (22). Entre 1959/60 e 1970/71, o Produto Nacional Bruto dos 24 países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) cresceu a uma média anual de 5,3% (23).

Todavia, "em princípios da década de 70 tornara-se evidente que a cornucópia do crescimento econômico estava se transformando numa caixa de Pandora. As vigas sobre as quais repousava o sistema econômico começaram a ruir, para os países industrializados, numa sucessão incomodamente rápida" (24). A crise foi particularmente grave no ano de 1975, quando o PNB de quase todos os países industrializados sofreu regressão: O da Alemanha Ocidental em -3,2%, o dos Estados Unidos em -1,8%, o da França em -1,2%. O Japão, no ano anterior, tivera uma regressão de -3,3% (25). Ainda que nos anos seguintes em geral não se hajam voltado a registrar decréscimos no PNB dos países industrializados, em 1981, sete anos após o início da crise, a situação continua grave, prevendo-se que, por exemplo na Europa Ocidental, este ano "as economias mostrarão pequeno ou nenhum crescimento", devendo a da Alemanha Ocidental declinar -2% (26). Por outro lado, todos estão de acordo em

(21) - MAGDOFF, Harry. "The U.S. Dollar...", cit., p.8.

(22) - TINBERGEN, Jan. Para uma Nova Ordem..., cit., p.27,287, 291.

(23) - BENAÏCOUCHE, Rabah. Inflação e Crise na Economia Mundial, p.126. Petrópolis, Vozes, 1981.

(24) - TINBERGEN. Op. cit., p.28.

(25) - BENAÏCOUCHE. Op. loc. cit.

(26) - "A Timid Recovery for Europe", in Time, 15.6.81, p.46.

que a crise é diferente de todas as anteriores, porque a esta gnação ou recessão econômica é acompanhada não só pelos eleva dos índices de desemprego, mas também (e aqui contra todas as leis anteriormente estabelecidas) por uma inflação generaliza- da...

Só os economistas terão competência para discu tir as causas desta crise, que alguns chegam a comparar em gravidade à Grande Depressão de 1929-33 enquanto outras vão mais longe ainda, vendo nela o começo da derrocada do sistema capitalista (27). Pela nossa parte, limitamo-nos a registrar apenas que a ordem econômica internacional, posterior à Segun da Guerra Mundial, se está desagregando, devido essencialmente a uma internacionalização crescente da economia, que é, ao mesmo tempo, causa e efeito da proliferação das multinacionais.

-
- (27) - Benakouche, in Inflação e Crise..., cit., enumera as te ses tentando explicar esta crise, que ele também apresen ta, sumariadas, no artigo "Caracterização da Crise Eco nômica Atual", também já referido. Vão elas desde a tese neo-liberal de Milton Friedman sobre o disfuncionamento das leis do mercado, devidas à "inconveniente" interven ção dos poderes públicos, até à da interferência pertur badora dos países semi-industrializados, que teria abala do as leis do mercado, passando pelas explicações da ine vitabilidade de recessões e expansões cíclicas, devidas a excesso de oferta ou insuficiência de demanda global e pela tese de que a alta brutal dos preços do petróleo, esse "assalto do século" é a única responsável pela cri se atual. Acrescenta a seguir a sua própria explicação, a que chama "crise do regime de acumulação", fundado essen cialmente em que as firmas multinacionais suplantaram os espaços econômicos nacionais, induzindo uma metamor fose da soma das economias nacionais em um só e único processo produtivo mundial; por isso, o espaço econômi co, agora mundial, deixou de coincidir com o espaço po lítico, que continua sendo estadual: "A soberania políti ca não coincide mais com a soberania econômica e não a contém mais". "Os Estados são incapazes de gerir os ca pitais líquidos internacionais e as taxas de câmbio, re sultando quase inoperantes as políticas de regulação con juntural (principalmente a monetária, a de preços a fis cal) e, portanto, o sistema de planificação", ou, aliás, de planejamento.

Por último, no tocante à ordem política, verifica-se que, dentro do campo ocidental, a hegemonia dos Estados Unidos se foi reduzindo progressivamente, sob a ação conjunta de diversos fatores, dos quais merecem relevo a recuperação econômica do Japão e da Europa Ocidental (esta unida dentro da sua Comunidade Econômica) e o despontar no Terceiro Mundo de novos centros de poder, sem dúvida ainda embrionários, mas nem por isso menos importantes, como a Arábia Saudita, o Brasil, o México e até a Nigéria.

A era da "Pax Americana" foi sendo abalada na década de 70 por golpes sucessivos: A derrota militar na Guerra do Vietnam, a concorrência comercial de países aliados (sobretudo o Japão e a Alemanha Ocidental), o desafio dos países produtores de petróleo (inimaginável na década anterior), a inquietação crescente dos demais países do Terceiro Mundo contrários ao "neocolonialismo" do colosso americano, a ascensão de alguns deles ao novo status de "newly industrializing countries", a transferência para regimes socialistas do poder em diversos países africanos, econômica ou estrategicamente importantes (Etiópia, Moçambique, Angola)...

Até o colossal esforço norte-americano, iniciado neste ano de 1981, propondo-se despendere em cinco anos a astronômica importância de 1,5 trilhão de dólares na implantação do mais poderoso complexo militar de sempre (28), pode significar apenas o que alguns especialistas já vinham anunciando desde há alguns anos. Por exemplo, Guy Hermet já vinha predizendo o seguinte:

Depois de 1965, os Estados Unidos deixam de exercer uma hegemonia mundial incontestável e com um custo suportável. Depois desse momento, não podem mais permitir-se a elegância de um

(28) - "Arming for the 80s - the trillion - dollar question: What Kind of defense to buy?" in: Time, 27.7.81, p.6.

certo liberalismo colorido de anticolonialismo. A diminuição de sua competitividade econômica, de seus recursos em capital, de sua superioridade militar, de par a par com o aumento da força soviética e a concorrência econômica da Europa e do Japão, forçam os Estados Unidos a adotar a partir desse momento uma política mais abertamente imperialista, mais orientada para a ação direta e a proteção de um mercado reservado, que é fonte de conflitos com os outros países industrializados, outrora tão deferentes para com ele. O preço da dominação americana aumenta, enquanto os seus pontos de aplicação e campo geográfico se vão reduzindo; a manifestação de um imperialismo franco equivale para eles, como para a Inglaterra há cem anos, a uma confissão de seu enfraquecimento (29).

5. BELICISMO GENERALIZADO

Em 1945, os Estados Unidos detonaram a primeira bomba atômica; a Rússia seguiu-os, em 1949. A partir daí, outras potências menores foram imitando as superpotências: A Inglaterra em 1952, a França em 1960, a China em 1964 e, finalmente, a Índia, em 1974, com uma bomba "para fins pacíficos"..

O ataque de Israel em junho de 1981 ao reator nuclear que o Iraque estava construindo, foi justificado pelo receio israelense de que os iraquianos construissem a sua própria bomba. Na ocasião, Moshe Dayan admitiu que Israel estava em condições de construir a sua própria bomba - e será que já não dispõe dela, como geralmente se admite?

É possível que a África do Sul também já disponha de armas nucleares. O Paquistão é outro país geralmente apontado como interessado em construir uma bomba nuclear. E mesmo que seja difícil para a generalidade dos países do Terceiro Mundo a construção de um reator nuclear, já não será impossível, pelo

(29) - HERMET, Guy. "Entre L'Utopie et la Stratégie: La hiérarchie des nations dans le système mondial", in: Revue Française de Science Politique, vol.30 (1980), p.210.

menos para aqueles países produtores de petróleo, arranjar forma de comprar armas nucleares. Além disso, segundo informava recentemente a revista Time, pelo menos 15 países (Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha Ocidental, Holanda, Bélgica, Suécia, Suíça, Itália, Canadá, Japão, União Soviética, Checoslováquia, Alemanha Oriental e Polônia) estão atualmente oferecendo tecnologia nuclear no mercado internacional. Acrescenta a revista que Hans Grumm, um dos diretores da Agência Internacional para a Energia Atômica, reconheceu que "qualquer país realmente determinado a produzir a bomba, atualmente poderia produzi-la" (30).

Neste contexto, é lícito supor-se que dentro de 20 ou 30 anos qualquer país de média potência terá, se quiser, armas nucleares. E quantos não hão de querer?

Robert L. Wendzel, procurando esclarecer com um exemplo o que chama fenômeno ou efeito "bola-de-neve" (snow balling phenomenon), refere a Guerra Israelo-Árabe de 1967 (Guerra dos Seis Dias). Depois de historiar os eventos que culminaram na guerra, conclui que "Nasser não procurava guerra, mas as pressões das políticas inter-árabes e alguns acontecimentos específicos fizeram-lhe sentir que não tinha outra escolha, senão tomar certas ações (mobilização, apossamento de Sharm al-Sheikh, bloqueio dos estreitos, etc.). Os políticos israelenses não procuravam guerra, mas certas ações (a remoção das forças das Nações Unidas e o bloqueio) fizeram-lhes sentir que não tinham escolha... Como um diplomata americano, Charles Yost, salientou, embora nenhum governo conspirasse ou desejasse começar uma guerra no Oriente Médio na primavera de 1967, a guerra aconteceu" (31).

(30) - "The ABC of A-Bombmaking" e "Trying to Contain the Genie". Time, 22.6.81, p.16 e 17.

(31) - WENDZEL, Robert L. International Relations: A Policymaker Focus, p.216. Nova Iorque, John Wiley & Sons, 1977.

Que poderia ter acontecido na Guerra dos Seis Dias, se ao tempo Egito e Israel dispusessem de armas nucleares?

Num mundo em que até problemas de natureza étnica ou religiosa podem conduzir à guerra, com que grau de segurança será possível esperar que a arma máxima não será utilizada?

Que sucederá, se em algum momento um qualquer país detentor de armas nucleares for governado por pessoas suficientemente audaciosas (ou irresponsáveis) para arriscar uma aventura nuclear, sobretudo se não tiverem outra opção para evitar um desastre nacional, ou assim considerado pelo grupo no poder?

Se a guerra nuclear é aquela que poderá conduzir a um desastre planetário, não devemos esquecer os riscos ligados à guerra convencional — nem os dispêndios enormes que se fazem por todo o mundo com armamentos, inutilmente desperdiçando bilhões que poderiam ser aplicados na melhoria das condições de vida da humanidade. A China tem um exército regular de 4,5 milhões de homens, A U.R.S.S. tem 4 milhões, os Estados Unidos um pouco mais de 2 milhões, o Vietnam cerca de um milhão — mais outro 1,6 milhão de homens em armas (32) — e assim por diante, por esse mundo fora.

A propósito da corrida armamentista, é assim que Willy Brandt se pronuncia, na Introdução de sua autoria ao Relatório que porta o seu nome (33):

(32) - Viet Nam: We are Strong and Stubborn, in: Time, 21.7.80, p.24.

(33) - BUARQUE, Sérgio (organiz.). Diálogo ou Conflito? (Debate de Canela), p.25. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

97

"A produção e a venda de armamentos continua crescendo, e facilmente poderá se converter em um problema incontrollável. É possível que estejamos cavando nossa própria sepultura com armas.

"(...) O montante anual de gastos militares está se aproximando [em 1979] dos 450 bilhões de dólares, ao passo que a contribuição oficial para o desenvolvimento não chega a 5% desta cifra. Citemos quatro exemplos:

"1. Os gastos militares correspondentes a 12 horas por ano seriam suficientes para financiar todo o programa de erradicação da malária da Organização Mundial de Saúde, e ainda menos necessitar-se-á para combater a "cegueira dos rios" (oncocercosis africana) que ataca milhões de homens e mulheres.

"2. Um tanque moderno custa cerca de um milhão de dólares; com esta soma poderíamos melhorar as condições de armazenamento de 100.000 toneladas de arroz e, desta forma, conservar 4.000 ou mais toneladas anualmente. Lembremo-nos que uma pessoa pode sobreviver com pouco mais de uma libra de arroz diária. A mesma quantidade de dinheiro financiaria 1.000 aulas escolares a cerca de 30.000 crianças.

"3. Pelo preço de um jato de guerra - 20 milhões de dólares - , poderíamos instalar 40.000 farmácias de aldeia.

"4. Meio por cento de todo o gasto militar anual financiaria todo o equipamento agrário necessário para o aumento da produção de alimentos de tal forma que permitisse, em 1990, um quase total abastecimento em países de baixa renda e produção alimentar deficitária."

Mas que serão esses 450 bilhões de dólares de que nos falava em 1979 o Relatório Brandt, gastos anualmente por centena e meia de países, se comparados com a fantástica soma de um trilhão e meio de dólares que se propõe gastar com a sua defesa, durante os próximos cinco anos (1982 - 1986) um só país deste pequeno planeta (34)?!

(34) - "Arming for the '80s - The trillion-dollar question: What kind of defense to buy?" in: Time, 27.7.81, p.6 e segs.

Durante as últimas três décadas, um "equilíbrio de impotência" impediu a deflagração de um conflito armado direto entre os Estados Unidos e a URSS. Continuará sendo assim no futuro, se já há especialistas sustentando que "os progressos da técnica (em especial a de precisão) tornam cada vez mais ilusório, segundo o próprio General Gallois, o poder egualizador do átomo a que ele ligou o seu nome, e que estamos entrando numa era em que, mesmo entre Grandes [Potências], a vantagem do primeiro ataque torna a guerra [nuclear] possível" (35)? Quem já esqueceu a tensão que o mundo experimentou em 1962, durante a Crise dos Mísseis em Cuba?

Assim, já estamos entrando (porque tudo é realmente interdependente) no desafio que versaremos a seguir: O do confronto entre sistemas sociais antagônicos.

6. POLARIDADE LESTE - OESTE

Até à Primeira Guerra Mundial, o mundo era dividido por meia dúzia de nações com um só e único sistema social, baseado na livre iniciativa individual e na propriedade privada da terra e demais fatores da produção. Agora, todavia, um terço da humanidade já está vivendo sob novo sistema.

Enquanto de um dos lados se sustenta (e ensina às novas gerações) que o homem é o valor supremo no binômio sociedade-indivíduo, que só a propriedade privada pode garantir instituições livres e o melhor aproveitamento de recursos, que a propriedade coletiva e a planificação central são ineficientes, opressivas, etc., do outro lado ensina-se pre

(35) - HASSNER, Pierre. "A la recherche de la cohérence perdue" in: Revue Française de Science Politique, 1980, nº2, p.254. A afirmação do General Gallois, segundo se informa, consta de seu artigo "Défaite sans combat", in Politique Internationale 2, inverno 1978-79, p.199-212.

cisamente o contrário... Assim, não é de admirar que por exemplo na URSS, mesmo entre os adversários do regime ali estabelecido, poucos pensem na democracia liberal, como alternativa desejável: "A alternativa liberal não tem bases consistentes, nem mesmo entre os emigrados. O desprezo pelo Ocidente apodrecido e fraco, a desconfiança e a incompreensão em relação à liberdade, o hábito de pensar em termos de grupo, de nação, de Estado, são tenazes e infiltram as argumentações dos dissidentes, privando-os de apoios externos que sem isso lhes seriam garantidos. A elevação mística dos destinados, redentores e expiadores da Santa Rússia, ao mesmo tempo que leva à aceitação de sofrimentos e de deveres e à recusa de reivindicações e de direitos, é a cada instante suscetível de legitimar um governo que, ainda que tão duramente, teria assumido o encargo de realizar o suposto interesse coletivo — bem no oposto de nossas democracias" (36).

As relações entre o Ocidente capitalista e o Leste comunista - leninista têm sido sempre caracterizadas por uma inarredável instabilidade, como, aliás, é característico de qualquer sistema internacional heterogêneo, estando, neste ponto, de acordo todos os especialistas. Por exemplo, Charles Zorgbibe expõe "que num sistema homogêneo, os diferentes Estados são organizados segundo os mesmos princípios e fazem prevalecer os mesmos valores. Muito homogênea, a sociedade internacional pode mesmo facilitar uma limitação conservadora da violência interna, sendo os insurretos considerados como inimigos comuns de todos os governos. Pelo contrário, num sistema heterogêneo, os Estados de cada uma das coalisões em presença fazem prevalecer valores e são organizados segundo princípios contraditórios. Bem longe de estarem inclinados a ver nos rebeldes do outro campo uma ameaça contra a ordem comum, eles

(36) - PUSKAS, Akos. "Les Conditions Subjectives d'une Stratégie", in: Esprit, ano 54 (1981), nº 6, p.20.

consideraram normal provocar a desordem em casa do inimigo..." (37).

Tanto do lado do Ocidente como do lado Leste, existe a convicção de que este nosso mundo é demasiado pequeno para o pleno florescimento, ou mesmo para a simples coexistência dos dois sistemas. Por isso, após a Segunda Guerra Mundial e o avanço soviético sobre a Europa Oriental, bem como os sucessos da Revolução Chinesa, o mundo assistiu a um longo período de "guerra fria", com guerras "quentes" localizadas, como a da Coreia e do Vietnã. A Crise dos Mísseis em Cuba (outubro de 1962), se não pôs um termo à guerra fria, pelo menos demonstrou que era impossível manter o mundo radicalmente dividido. Daí que sobretudo após a ascensão ao poder, nos Estados Unidos, do Presidente Richard Nixon (janeiro de 1969) e de Henry Kissinger, primeiro como assessor especial e depois como Secretário de Estado (1973), se tenha assistido a um relaxamento de tensões entre os Estados Unidos e a Rússia, por um lado, e entre os Estados Unidos e a China, por outro lado (38). Este novo período ficou conhecido no Ocidente pelo

(37) - ZORGBIBE, Charles. Les Relations Internationales, 2ª ed., p.22. Paris, PUF, 1978.

(38) - Entre os Estados Unidos e a Rússia, o primeiro ato significativo na nova política de distensão, foi o procedimento norte-americano, no Verão de 1970, a propósito da base para submarinos nucleares que a Rússia estava construindo na baía de Cienfuegos, em Cuba. Entre os Estados Unidos e a China a aproximação começou com a visita secreta de Kissinger a Pequim, em julho de 1971.

A propósito do incidente de Cienfuegos, escreve Kissinger nas suas Memórias: "Consideramos (naquela ocasião) que em vez de um confronto do tipo do de 1962, era mais conveniente uma diplomacia quieta, que desse à U.R.S.S. uma oportunidade para se retirar sem humilhação. Evidentemente, não podíamos esquecer a decepção que podia daí resultar. Nem podíamos desconhecer a realidade de que a contensão soviética, quando obtida, teria resultado somente da nossa pressão e persistência" ("Kissinger-White House Years", in: Time, 1.10.79, p.38).

termo diplomático francês de "détente" (distensão), versão ocidental da teoria de Lênine da "coexistência pacífica", espécie de modus vivendi provisório entre os sistemas capitalista e socialista, até que estivessem reunidas as condições objetivas para a vitória do segundo. Durante o período da "détente" e contribuindo fortemente para que ela se cimentasse, ganharam novo impulso as relações pan-européias, iniciadas com a política, a partir de 1969, da Alemanha Ocidental de cooperação com o Leste Europeu ("Ostpolitik"), culminando na Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa (tratado de Helsínquia, 1975); por seu turno, durante a "détente", os Estados Unidos, admitindo a derrota, retiraram-se do Vietnã (1973), assim apressando a vitória final do Vietcong (1975). Por outro lado, todavia, foi durante este período que surgiram os primeiros regimes declaradamente marxistas-leninistas em África (República do Congo, Benim, ex-colônias portuguesas, Etiópia, e em parte também Zimbábue). Na própria América, durante a "détente" aconteceu a Revolução Nicaraguense e deteriorou-se a situação em El Salvador.

Perante estes fatos, não admira que após a invasão soviética do Afeganistão (dezembro de 1979) se começassem a ouvir afirmações como a de que "não desejo o retorno à 'guerra fria', mas a 'détente' não pode ser um processo unilateral em que seja sempre o Ocidente a recuar e o campo soviético a avançar" (39)... A partir daí, e sobretudo após a posse do novo presidente norte-americano (Ronald Reagan, janeiro de 1981; este já na campanha presidencial de 1976 se revelara "hawkish", advogando uma política externa do tipo "guerra fria") estamos entrando em novo período de maior tensão inter

(39) - A afirmação foi do vice-primeiro ministro do então novo Governo de Portugal, Diogo Freitas do Amaral: Diário de Notícias (Lisboa), 30.1.80, p.3.

nacional, que alguns estão chamando de "paz quente" (40). Já estamos assistindo a nova corrida armamentista, com o aplauso do "establishment" militar e das grandes indústrias americanas de material bélico. Já voltou também a "histeria" anticomunista, modelando, com o General Alexander Haig, que já foi Comandante-em-Chefe da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), toda uma política externa sobre a obsessão pelo expansionismo soviético e vendo o dedo de Moscou em todas as formas de subversão, que, por isso, é necessário combater, armas na mão e não importa por que meios...

Não é só, porém, do lado ocidental que se dá primazia ao conflito ideológico entre países capitalistas e países socialistas. O mesmo pensamento existe a Leste. Assim, por exemplo, por ocasião da Conferência de 1973 dos Países Não Alinhados, em Argel, Leonid Brejnev dirigiu ao Presidente Boumediene uma mensagem que, refere Daniel Colard, "indispôs os países não alinhados": Dizia Brejnev que "a linha de partilha principal no mundo atual passa, não entre os 'grandes' e os 'pequenos', ou os 'ricos' e os 'pobres', mas entre as forças do socialismo, do progresso e da paz e aquelas que se lhes opõem, do imperialismo, do colonialismo e da reação" (41).

Todavia, com raras exceções (como Cuba, que na Conferência foi porta-voz da posição soviética), as preocupações dos países reunidos em Argel eram de outra natureza: Para eles, se o sistema mundial é, na verdade, afeito a conflitos, a sua divisão principal situa-se entre o "centro" (o Norte) e a "periferia" (o Sul).

Esse é o tema do número que se segue.

(40) - A expressão foi criada por Pierre Hassner: Vide SMOUTS, Marie-Claude - "Novueaux Centres de Pouvoir et Problématique de la Puissance", in: Revue Française de Science Politique, vol. 30 (1980), p.223.

(41) - Apud COLARD, Daniel. Le Mouvement des Pays Non - Alignés, p. 64. Paris, La Documentation Française, 1981.

7. POLARIDADE NORTE - SUL

7.1. O problema.

O mundo, no seu todo, pode ser dividido entre países ricos e pobres, aqueles geralmente no hemisfério Norte e estes no Sul. As expectativas dos pobres quanto a uma melhoria de suas condições de vida, em tese só poderiam ser satisfeitas de um de dois modos: Primeiro, pela redistribuição da riqueza acumulada no Norte, o que é impraticável e, aliás, nunca seria aceito pelos países ricos, ainda que tivessem de usar as armas sofisticadas de que dispõem. Segundo, pelo acelerado desenvolvimento econômico do Sul, necessariamente com a cooperação do Norte, para que aquele ganhasse, sem que este saísse perdendo.

A segunda alternativa seria, em suma, a Nova Ordem Econômica Internacional (ou, talvez melhor, Mundial), em que tanto se vem insistindo desde 1974, tanto do lado do Terceiro Mundo, como do lado daqueles técnicos que, no Norte, têm elaborado relatórios, do tipo "Reshaping the International Order" (Clube de Roma, 1976), "Interfuturs: Project de Recherche sur L'Évolution Future des Sociétés Industrielles Avancées em Harmonie avec celles des Pays en Développement - Rapport Final" (Paris, OCDE, 1979), "North - South: A Programme for Survival" (Relatório Brandt, 1979, solicitado pelo Banco Mundial) e "The Global 2000 Report to the President" (Conselho para a Qualidade Ambiental e Departamento de Estado, do Governo norte-americano).

A questão, porém, é extremamente complexa. Abstraindo de variáveis políticas, do inter-relacionamento com o confronto Este-Oeste, etc., para só considerarmos o aspecto econômico, teríamos o seguinte, segundo os dados estatísticos

mais recentes (42): Em 1980, o Norte não socialista tinha uma população de 671 milhões de habitantes, com uma renda média per capita de 10.000 dólares. O Sul não socialista tinha 2.300 milhões de pessoas, com uma renda média de 791 dólares; entre estes, 1.133 milhões viviam, ou tentavam viver, com uma renda média de 216 dólares! Durante as duas últimas décadas (de 60 e 70), o PNB cresceu nos países do Norte às taxas, per capita, de 3,9% e 2,4%; no Sul, o crescimento foi de 3,1% e 2,9% respectivamente, mas não se esqueça, quanto aos dados da década de 70, que durante ela se assistiu a formidável transferência de renda, em benefício de apenas alguns países do Sul: Os produtores de petróleo. Para o período de 1980-85, a previsão é de um crescimento do PNB, per capita, de 2,5% para o Norte e de 2% para o Sul.

Ainda segundo estimativas do Banco Mundial, há mais de 800 milhões de pessoas com fome no mundo e "é provável que o número de pessoas vivendo em pobreza absoluta aumente durante a década de 80". A África ao Sul do Saara apresenta a situação mais grave, que é mesmo dramática. Inclusive prevê-se uma regressão de 0,3%, durante o quinquênio de 1980-85, na capitação de seu PNB!

Tal como todos os dados de anos e décadas anteriores, estes novos elementos continuam evidenciando o progressivo alargamento da brecha entre um Norte cada vez mais rico e um Sul cada vez mais pobre.

Parece que a renda mundial, no seu conjunto e

(42) - World Development Report 1980, p.13 (Banco Mundial, 1981), citado pela revista Cadernos do Terceiro Mundo, junho de 1981, p.60.

É absurdo que a Universidade Federal de Santa Catarina não receba nem sequer essa publicação anual do Banco Mundial, a qual, aliás, é também impressa em espanhol (Informe sobre el Desarrollo Mundial). Já nem falamos nas demais publicações do Banco Mundial, ou das que das CNUCED, ou mesmo da OCDE...

descontada a inflação, não tem crescido a taxas médias superiores à de 2% ao ano. Ainda que todo o esforço de desenvolvimento se concentrasse no Sul, os 2 ou 3% que se aumentassem anualmente à renda mundial e atribuídos exclusivamente ao Sul, de início proporcionariam um insignificante crescimento da renda per capita de seus dois terços (ou mais) da população mundial; seriam necessários muitos anos, antes que começasse a ser significativa a redução daquele desnível de renda atual, de 14 ou 16 vezes para 1.

Por outro lado, haverá viabilidade econômica numa taxa de crescimento zero, no Norte? Não se costuma dizer que em sistema capitalista parar de crescer significa iniciar recessão?

De uma ótica terceiro-mundista, que é aquela da África e, pelo menos por enquanto, do Brasil, esta questão Norte-Sul sobreleva, em importância, a todas as outras. Daí que mereça considerações mais detalhadas. Por isso, examinaremos a seguir como é que ela surgiu e quais são as suas atuais perspectivas.

7.2. A tentativa de união dos países do Sul: Movimento dos Países Não-Alinhados e Grupo dos 77.

A supremacia ocidental, enquanto durou a Era Gâmica, assentava na força dos seus exércitos, que dispunham de armas contra as quais os outros povos nada podiam fazer. Foi a força que permitiu que o Ocidente dominasse o mundo e, por isso, houvesse prosperado, em grande parte com os recursos extraídos no além-mar.

A descolonização da Ásia, primeiro, e da África, depois, marcam o termo da supremacia político-militar ocidental.

O despertar dos povos colonizados revelou-se primeiro em movimentos de índole cultural (islamismo, asiaticismo, negritude, africanismo, etc.), todos tendo em comum uma afirmação de identidade contra os "valores" ocidentais, ou seja, coloniais. Todavia, cedo os povos se aperceberam de que a descolonização "política" (e cultural) não era suficiente: É que se o Ocidente cuidava de retirar suas "bandeiras" e seus "tambores", ao mesmo tempo intentava "continuar, ou recomeçar com o banco, a empresa, a Universidade" (43), isto é, o Ocidente tentava substituir o colonialismo clássico por um neocolonialismo. Por outro lado, depressa os novos países verificaram também que, economicamente, ganhavam a independência em situação tal que inviabilizava todas as veleidades que tivessem quanto a um rápido desenvolvimento, que diminuísse o fosso que os separava daqueles países que haviam sido beneficiados com o colonialismo.

Foi esta postura anticolonialista ou anti-ocidental (expressão esta que era, na prática, equivalente àquela), foi este anticolonialismo ao mesmo tempo político, cultural e econômico, que uniu, pela primeira vez na História, povos tão díspares entre si como negro-africanos, árabes, indianos, indonésios, etc., levando-os a movimentos internacionais, nos quais tentaram estabelecer uma frente comum, perante os países "ricos": Os "Países Não-Alinhados" e o "Grupo dos 77".

O Movimento dos Países Não-Alinhados foi o primeiro a ser constituído, com a seguinte motivação, no resumo efetuado por Odette Guitard: "Rancor contra o Ocidente, inquietação perante a tensão crescente entre a China e os Estados Unidos, receio de uma guerra desastrosa política e economicamente, desejo, particularmente vivo em Nehru, de dissipar as nuvens que obscureciam as relações da China com o resto do mun

(43) - MOREIRA, Adriano. A Comunidade Internacional em Mudança, p.48. São Paulo, Resenha Universitária, 1976.

do e em primeiro lugar com os seus vizinhos (...), necessidade, finalmente, de [os países não-alinhados] melhor se conhecerem reciprocamente e de coordenarem os seus esforços"(44). Daí a ênfase dada aos chamados cinco princípios da coexistência pacífica, ou "Panch Shila", que haviam sido proclamados no preâmbulo do tratado sino-indiano de 29 de abril de 1954, pelo qual a Índia reconheceu o Tibete como parte integrante da China. Eram as seguintes as regras do "Panch Shila", que se riam aquelas sobre as quais deveriam fundar-se as relações entre Estados de sistemas econômicos e sociais opostos: Respeito mútuo pela integridade territorial e soberania de cada Estado; abstenção de todo ato de agressão; não ingerência nos assuntos internos; igualdade de direitos e inter-ajuda mútua; coexistência pacífica (45). Na conferência de Bandung, a associação do "Panch Shila" com os "Sete Pilares da Paz", defendidos pelo representante paquistanês, deram origem aos dez "mandamentos", perdão, aos dez princípios da coexistência pacífica com que encerra o Comunicado Final da Conferência (46).

(44) - GUITARD, Odette. Bandoung et le Réveil des Peuples Colonisés, p.21. Paris, P.U.F., 1965.

(45) - O verdadeiro significado da expressão "Panch Shila", diz respeito às chamadas "cinco virtudes" arianas: não matar, não roubar, não mentir, não se irritar, não cair em devassidão.

(46) - Os "dez princípios da coexistência" do Comunicado Final de Bandung retomam e desenvolvem os do "Panch Shila", estabelecendo ligação formal entre eles e os princípios inscritos na Carta das Nações Unidas. São novas, em relação ao "Panch Shila", as regras do "respeito pelos direitos humanos fundamentais, em conformidade com os fins e os princípios da Carta das Nações Unidas" (princípio 1º); o "reconhecimento da igualdade de todas as raças e da igualdade de todas as nações, grandes e pequenas (princípio 3º); a "recusa de recorrer a acordos de defesa coletiva destinados a servir os interesses particulares das grandes potências, sejam estas quais forem" e a "recusa, por toda e qualquer potência, de exercer qualquer pressão sobre outras" (princípio 6º, als. a) e b)); a "solução de todos os conflitos internacionais por mei

Note-se que a "coexistência pacífica", do ponto de vista dos Não-Alinhados, tem um significado diverso tanto da "détente" ocidental, como da versão leninista da "coexistência": Para os Não-Alinhados, é a própria noção de independência nacional, sob todas as formas (política, econômica, cultural) que implica no direito à autodeterminação, condição si ne qua non para que um povo possa ser senhor de seu próprio destino; ora, a autodeterminação e a independência nacional não são possíveis sem a "coexistência pacífica" de Estados soberanos que tenham sistemas políticos e sociais opostos... Quer na sua versão leninista, quer na versão ocidental, a "coexistência" visa "fixar as regras de jogo na competição pacífica bipolar, nesta era nuclear; para os países não-alinhados, a coexistência pacífica (...), pelo contrário, postula a desaparecimento dos blocos e o aparecimento de uma ordem internacional multipolar" (47).

Durante os seus primeiros anos, o Movimento dos Países Não-Alinhados tinha preocupações essencialmente políticas. Assim, as Conferências de Bandung (1955), de Belgrado (1961; oficialmente, foi esta a primeira cimeira do Movimento) e do Cairo (1964), caracterizam-se por reivindicações de independência política nacional e por tomadas de posição anti-co

os pacíficos, tais como a negociação, ou a conciliação", etc. (princípio 8º), e, finalmente, o "respeito pela justiça e pelas obrigações internacionais" (princípio 10º).

São ainda os princípios da "coexistência pacífica" dos Não-Alinhados, que finalmente se cristalizam nos 7 princípios fundamentais consagrados em 24/outubro/1970 pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, na Resolução 2625 (XXV), a qual fugindo à expressão "coexistência pacífica", se intitula "Declaração Relativa aos Princípios de Direito Internacional sobre as Relações Amistosas e a Cooperação entre os Estados, de Conformidade com a Carta das Nações Unidas".

(47) - COLARD, Daniel. Le Mouvement des Pays Non - Alignés; p.84 (Vide ainda p.122). Paris, La Documentation Française, 1981.

lonialismos, anti-imperialismos e anti-blocos.

É em Lusaka (1970) que se situa o turning-point do Movimento. A partir desta cimeira, o Movimento, sem deixar de preocupar-se com o conflito ideológico-político Este-Oeste, em relação ao qual afirmava o seu não-alinhamento, passou a preocupar-se com o problema do desenvolvimento, ou melhor, da aceleração do desenvolvimento das regiões mais pobres deste planeta. Esta preocupação vai estar presente nas conferências de Argel (1973), Colombo (1976) e Havana (1979), como decerto será também objeto da 7ª Cimeira, já marcada para 1982, em Bagdad.

Até 1970, a estratégia dos Não-Alinhados insiste sobre descolonização, coexistência pacífica, desarmamento. A aspiração ao desenvolvimento só vem depois. Foi na Conferência do Cairo (1964) que se proclamou, pela primeira vez, a idéia, sem dúvida revolucionária, de que "é dever de todos os países contribuir para o rápido advento de uma ordem econômica nova e justa, na qual todas as nações possam viver sem medo, sem privações e sem desespero, e desenvolver-se plenamente dentro da família das nações" (48). É, porém, em Lusaka (1970) que se invertem as prioridades.

1970 é o ano em que nas Nações Unidas, pela Resolução nº 2626 (XXV), de 24 de dezembro, se proclama a Segunda Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento, definindo-se, para tal, uma verdadeira estratégia internacional — a qual, infelizmente, nunca foi efetivada... Reunidos em Lusaka em setembro de 1970, os Não-Alinhados, em vez da usual "declaração geral" final, adotam duas declarações gerais — uma sobre a paz, independência, etc., a outra sobre "o não-alinhamento e o progresso econômico". Nesta, pela primeira vez os Não-Alinha

(48) - COLARD. Op. cit., p.58.

dos proclamam claramente que a independência política nada é sem a independência econômica, que a soberania real passa pela soberania sobre os recursos naturais e que é preciso introduzir "modificações estruturais urgentes na economia mundial" para reduzir a distância que separa países industrializados e países subdesenvolvidos. Afirma-se em Lusaka que a clivagem econômica Norte-Sul constitui uma ameaça à independência dos países em vias de desenvolvimento, bem como à paz e à segurança internacionais e proclama-se que a Segunda Década de Desenvolvimento das Nações Unidas oferece uma "ocasião para se introduzirem as modificações estruturais no sistema econômico mundial, a fim de satisfazer as prementes necessidades das nações pobres" (49).

A Conferência de Argel desenrola-se de 5 a 9 de setembro de 1973. A 6 de outubro, o exército egípcio atravessa o Canal de Suez e dá início à Guerra de Yom Kippur. A 16 de outubro, no Koweit, é desencadeada a "crise da energia". Graças a esta sucessão de fatos, as decisões de Argel ganham repercussão inesperada.

Na capital argelina, fora feito um balanço sinistro da situação econômica mundial: O mundo em vias de desenvolvimento, compreendendo 70% da humanidade, apenas dispunha de 30% da renda mundial. O Terceiro Mundo, com um conjunto de 2,6 bilhões de habitantes, tinha 800 milhões de analfabetos, quase um bilhão sofria de desnutrição ou de fome e 900 milhões dispunham de uma renda per capita quotidiana inferior a US\$ 0,3, considerado então o mínimo vital. Retomando e amplificando todos os temas econômicos versados nas cimeiras anteriores, Argel proclama a necessidade de instaurar urgentemente "uma nova ordem econômica internacional", reclama a elaboração de uma carta dos direitos e deveres econômicos dos

(49) - Vide, para mais desenvolvimentos, COLARD, op. cit., p.60 -61 e 124.

Estados e solicita a convocação de uma sessão especial da Assembleia Geral da ONU, que seria consagrada exclusivamente aos problemas de desenvolvimento (50).

A partir daqui, os objetivos dos Não-Alinhados passavam a coincidir, em larga medida com os do "Grupo dos 77". Uns e outros dão prioridade absoluta à luta pela independência, política e econômica. Assim, em Colombo (1976) a mensagem dos países não-alinhados pode ser resumida no parágrafo 7º da declaração política: "O não alinhamento simboliza o desejo da humanidade de instaurar a paz e a segurança entre as nações e a determinação de estabelecer uma nova ordem econômica, social e política internacional, que seja equitativa. É uma força vital na luta contra o imperialismo sob todas as formas e todas suas manifestações e contra todas as outras formas de dominação estrangeira. O não-alinhamento defende o direito de todos os povos à liberdade e à livre disposição de si próprios e o direito de todas as nações a aplicar a sua própria estratégia de independência, para assegurar o seu desenvolvimento e para participar na solução dos problemas internacionais. O não-alinhamento reforça a resistência às políticas de pressão e de dominação, donde quer que elas emanem" (51).

O "Grupo dos 77" nasceu quando, no final de 1963, 75 países da África, Ásia e América Latina, todos da categoria "em desenvolvimento", adotaram uma moção comum, pedindo a convocação de uma conferência mundial sobre o comércio. Esta realizou-se em 1964, em Genebra, sendo denominada "Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento, ou, conforme a sigla inglesa, UNCTAD (United Nations' Conference on Trade and Development). Com o ingresso de dois novos membros (o Kênia e o Vietnã do Sul) o conjunto passou a ser co-

(50) - COLARD, op. cit., p.65,76,134.

(51) - COLARD, op. cit., p.88.

nhecido pelo "Grupo dos 77", não obstante muitos outros países haverem a ele aderido ao longo dos anos, a ponto de hoje serem cerca de 115. O "Grupo dos 77" tem por norma reunir-se para preparar antecipadamente as conferências da UNCTAD. Assim, tivemos a Conferência de Argel (1967) antes da II UNCTAD (Nova Delhi, 1968), a Conferência de Lima (1971) antes da III UNCTAD (Santiago do Chile, 1972), a Conferência de Manila antes da IV UNCTAD (Nairobi, 1976). A última conferência realizou-se em 1979, em Manila: Foi a V UNCTAD. Nas suas conferências preliminares, os "77" passam em exame os pontos que devem ser objeto de negociações, para formação de uma frente comum nas discussões a travar com os países capitalistas e socialistas desenvolvidos.

As reuniões da UNCTAD constituem um forum privilegiado em que os países em desenvolvimento enfrentam os países desenvolvidos. Nelas, o conflito econômico Norte-Sul tem prioridade sobre o conflito político Este-Oeste. A UNCTAD é, ao mesmo tempo, uma tribuna de reivindicações, um organismo de contestação da ordem econômica internacional e um grupo de pressão dos países pobres sobre os ricos. Dentro dela, o objetivo principal do "Grupo dos 77" consiste na elaboração de um novo "Direito Internacional do Desenvolvimento", fundado no reconhecimento da desigualdade econômica dos Estados e no direito de todos eles ao desenvolvimento e advogando, por isso, um dualismo de normas (em matéria de comércio internacional, sistemas monetário e financeiro mundiais, etc.), umas aplicáveis aos países industrializados e outras àqueles em desenvolvimento (52).

(52) - FLORY, Maurice. Droit International du Développement, p.26 e segs, 56,105. Paris, P.U.F., 1977.

Sempre se reconheceu que a igualdade soberana dos Estados não impedia a existência de uma desigualdade de poderio ("puissance", em francês), contra a qual nada se podia fazer. Agora, porém, reconhece-se a existência

7.3. A denominada Nova Ordem Econômica Internacional

A sessão extraordinária da Assembléia-Geral das Nações Unidas, solicitada em Argel, 1973, veio a reunir-se em abril de 1974. Nela foram aprovados os famosos "Declaração" e "Programa de Ação" relativos à instauração de uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI). Em dezembro do mesmo ano, em sessão ordinária, a Assembléia iria aprovar a Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados, cuja idéia havia sido lançada na III UNCTAD, em Santiago do Chile (1972).

Os três textos formam um todo coerente.

A Declaração, fundada, além do mais, em que o aumento do poder do "Grupo dos 77" provocou uma mudança "irresistível" na "relação de forças" (!!), proclama uma "determinação comum" de trabalhar por uma nova ordem econômica internacional, fundada sobre a equidade, a igualdade soberana, a interdependência, o interesse comum e a cooperação entre todos os Estados, independentemente dos sistemas econômico e sociais de cada um. A NOEI deveria corrigir as desigualdades e retificar as injustiças existentes, eliminar o "fosso crescente" entre países ricos e pobres e assegurar às gerações presentes e futuras, "na paz e na justiça", um crescente desenvolvimento econômico e social.

O Programa de Ação, que é longo, concretiza as aspirações econômicas contidas na Declaração. Adota uma sistemização que será também, em linhas gerais, a adotada no pro

de uma desigualdade de desenvolvimento, que pode e deve ser corrigida; daí o novo ramo de direito, chamado Direito "do" Desenvolvimento, fundado no direito de todos os povos "ao" desenvolvimento. Para garantir a todos uma igualdade de chances de desenvolvimento, há que garantir aos mais fracos privilégios compensatórios de suas debilidades: Daí a existência de normas só aplicáveis aos países ricos e outras só endereçadas aos pobres — Vide FLORY, op. cit., p.26 e segs.

jeto "Reformulação da Ordem Internacional" do Clube de Roma (53) e no Relatório da Comissão Brandt (54). Divide-se o programa em nove capítulos, versando os problemas de matérias-primas, produtos primários e alimentação (cap. I), sistema monetário e financiamento (cap. II), industrialização (cap. III), tecnologia (cap. IV), sociedades multinacionais (cap. V), direitos e deveres econômicos dos Estados (cap. VI), cooperação entre países em vias de desenvolvimento (cap. VII), exercício da soberania sobre recursos naturais (cap. VIII) e cooperação econômica internacional, no sistema das Nações Unidas (cap. IX).

A Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados foi concebida para ser o complemento da Declaração Universal dos Direitos do Homem, visando institucionalizar a cooperação Norte-Sul e um dualismo de normas internacionais, no âmbito daquilo que é o Direito Internacional do Desenvolvimento. Discutida artigo por artigo durante dois anos, foi finalmente aprovada, repleta de imprecisões e abstrações, dissimulando as divergências surgidas (55). E mesmo assim, se teve a seu favor a totalidade dos países em desenvolvimento e todos os países socialistas, dos chamados "países desenvolvidos com economia de mercado" apenas seis, todos de importância secundária, votaram a favor dela: Austrália, Grécia, Finlândia, Nova Zelândia, Portugal e Suécia. Os restantes "desenvolvidos" ou votaram contra (Estados Unidos, Grã-Bretanha, República Federal da Alemanha, etc.) ou abstiveram-se (Canadá, França, Japão, Itália, etc.).

A Carta é documento de reduzido interesse. Por um

(53) - Vide TINBERGEN, Jan, coorden. Para Uma Nova Ordem Internacional - 3º Informe ao Clube de Roma - Rio de Janeiro, Agir, 1978.

(54) Vide BUARQUE, Sérgio. Diálogo ou Confronto? (Debate de Canela). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

(55) - COLARD, op. cit., p.138-139.

lado, as suas imprecisões permitem interpretações divergentes de país para país e, por outro lado, tratando-se de mera resolução, não possui qualquer força juridicamente vinculante. A cresce que havendo sido aprovada contra a posição assumida pe los países industrializados ocidentais, nem sequer será pos sível falar, em relação a eles, em pressão da opinião pública internacional, pois são eles mesmos quem a modela, através do controle, que têm, dos grandes meios de informação; inclusive, eles já iniciaram a "guerra" contra a criação pelo Terceiro Mundo, através da UNESCO, na Conferência de Belgrado (outubro de 1980) de uma "Nova Ordem Informativa Internacional" (56).

Aliás, passado o impacto provocado pelo crise energética de 1973, que esteve na base da aprovação da Declaração e do Programa de Ação relativos à NOEI, todos vão-se cur vando à realidade de que a interdependência oferecerá muito pouco para os países em desenvolvimento, enquanto ela pressupu

(56) - Efetivamente, sob os auspícios de um denominado World Press Freedom Committee ("an international watchdog group", segundo a própria revista Time), reuniram-se em maio de 1981 sessenta entidades da imprensa ocidental, falada e escrita, incluindo as quatro "grandes" (Associated Press, United Press International, Reuters e France Press, que controlam cerca de 80% das informações mundiais), tendo decidido "ação concertada" em defesa da "liberdade de imprensa" e exigindo que a UNESCO "abandone tentativas de regular o conteúdo das notícias e formular regras para a imprensa" (Time, 1.6.81, p.54. Ve jam-se ainda, na mesma revista, 3.11.80, p.42 e o interessante "Essay" de 6.10.80, p.20-23).

Por seu lado o SELA, Sistema Econômico Latino-Americano, nascido em 1975 e agrupando 26 países, entre os quais Cuba, na sua 7ª reunião (Caracas, março de 1981) recomendou a criação de um comitê para estudar a viabilidade de criação da ALASEI (Agência Latino-Americana para Serviços Especiais de Informação), cujo projeto fora pre parado sob os auspícios da UNESCO. O controle da ALASEI ficaria nas mãos de grupos mistos, compostos de uniões de jornalistas, associações de proprietários de meios de comunicação, organizações regionais de pesquisadores da comunicação, e representantes do público em geral (Cader nos do Terceiro Mundo, junho de 1981, p.79).

ser uma relação de hierarquia, e não de igualdade, entre aqueles países e os industrializados. A estratégia adotada pelo Sul faz lembrar a história contada por John White, de um general que, observando a disposição superior das forças do inimigo, exige ou solicita do comandante adversário que se retire das posições que ocupa, antes de a batalha começar, a fim de que ambos os lados tenham iguais "chances" de vencer (57) ... Realista é também Gunnar Myrdal, quando afirma que "a verdade brutal é que, sem mudanças radicais nos planos de consumo dos países ricos, todo propósito piedoso sobre uma nova ordem econômica internacional, não passa de mera piada" (58).

Em Canela, Rio Grande do Sul, durante a discussão do "Relatório da Comissão Brandt e seus Desdobramentos na América Latina" (Agosto de 1980), os participantes mostram-se quase sempre céticos quanto às possibilidades até de um diálogo Norte-Sul e, por isso, quase nem discutiram as proposições do Relatório, "preferindo, no geral, discutir a filosofia, os pressupostos e, particularmente, os limites e possibilidades do próprio diálogo Norte-Sul" (59)... Fernando Henrique Cardoso lembrou que "o que era dependência vira interdependência, o que antes era luta vira diálogo. Eu prefiro dependência e luta, eu prefiro propor confronto ao diálogo, não porque esse confronto leve, a meu ver, à luta armada, posto que na luta armada nós só perderemos. Tanto que, por definição, quem tem o monopólio dessa força não somos nós. Mas, eu acredito que numa relação política é necessário não esquecer que, em última análise, é preciso ter efetivamente força e que na mesa de negociações, se se parte do diálogo e não do confronto, não se

(57) - WHITE, John. "The New International Economic Order: What is it?"; in: International Affairs, 1978, nº 4, p.630.

(58) - MYRDAL, Justice Économique Internationale, 1976, p.227, cit. por FLORY, op. cit., p.329.

(59) - BUARQUE, Sérgio. Diálogo ou Confronto, cit., p.47.

chega nem ao diálogo" (60). O deputado Alceu Callares foi en-
fático: "Eu acho muito difícil a negociação entre desiguais. A
história dos povos não nos conta um exemplo de que entre desi-
guais possa haver uma negociação igual. Há sempre submissão"
(61). Gabriel Valdez, "Director de la Oficina Regional para
America Latina del PNUD" (Programa das Nações Unidas para o
Desenvolvimento, ou, em inglês, UNDP, United Nations' Develop-
ment Programme), afirmou que "o passo a passo entre desiguais
pode significar a guilhotina manejada mais lentamente. Não que-
ro dizer que deva haver precipitação, mas o problema reside, co-
mo dizia Hélio [Jaguaribe], no poder. (...) O fato é que os
instrumentos de poder continuam sendo manejados por poucos. En-
quanto não houver uma possibilidade de eliminar a verticalida-
de do mando e realmente transformar em horizontal a emanção
do poder para criar a lei, não haverá, nem dentro nem fora
das nações, uma capacidade de negociação que, creio, também
pode expressar-se em termos de confrontação" (62).

.. Aliás, os próprios interlocutores do Norte no
suposto diálogo com o Sul também não se deixam iludir pelas
aparências e às vezes, em momentos de descuido, deixam esca-
par as razões fundamentais que os levam a interessar-se por
esse diálogo. Por exemplo, Edgard Pisani, ilustre membro da
Comissão Brandt, senador de França, membro do Parlamento Eu-
ropeu, antigo ministro da Agricultura, antigo ministro da In-
fra-Estrutura Industrial, autor de diversas obras, numa recen-
te entrevista à famosa revista fundada por Emmanuel Mounier,
deixou claro que a preocupação fundamental da Comissão Brandt
estava na polaridade Ocidente -Leste, que poderia ser agravada
se o Sul não se aquietasse. Disse ele, literalmente, o seguin-
te:

(60) - Op. cit., p.50.

(61) - Op. cit., p.52.

(62) - Op. cit., p.57.

A ambição de Willy Brandt e de seus colegas foi, desde o início, identificar os problemas, conscientizar o mundo de um temível problema que se põe nos termos seguintes: É claro que os países do Sul não podem sozinhos provocar a contencimentos que conduzam o mundo a catástrofes. É claro que, em uma defrontação decisiva, os países do Sul não podem, sozinhos, jogar um papel determinante. Mas é claro também que no mundo instável, inquieto, perigoso, em que vivemos, os países do Sul, ao mesmo tempo como lugar de defrontações preliminares e como lugar da batalha pelas matérias primas, podem ser elementos absolutamente decisivos de um processo que nos pode conduzir à defrontação. E foi a partir daqui que se constituiu toda a nossa pesquisa: Como tutelar ("donner droit") as reivindicações do Terceiro Mundo e, primeiro, quais seriam essas reivindicações, de tal maneira que o mundo que resultasse desta definição nova conhecesse menos tensões e, portanto, menos riscos de defrontação (63)?

Prosseguindo na sua exposição, Pisani revela quão a fundo a situação dos países do Sul foi dissecada, a fim de se construir a lista das "reivindicações do Terceiro Mundo". Elas seriam classificáveis em seis categorias, complementares umas das outras. Primeiro, "o Terceiro Mundo considera que tem um verdadeiro direito ao desenvolvimento. Da mesma maneira que existem direitos do homem, enquanto indivíduo, existem direitos das coletividades enquanto tais". Segundo, o Terceiro Mundo quer que se lhe reconheça o direito ao desenvolvimento que lhe convenha (autonomia do modelo de desenvolvimento). Terceiro, "os países do Terceiro Mundo estimam que foram históricamente penalizados pelo avanço que os países desenvolvidos tiveram sobre eles, e pela exploração que por este fato os países industrializados fizeram de suas riquezas. É verdade". Quarto, o Sul precisa dos meios tecnológicos e financeiros para a sua arrancada e precisa também, "com mais força ainda, (...) que os seus produtos tenham acesso ao mercado dos

(63) - PISANI, Edgard. "La Demande de Droit du Tiers Monde", in: Esprit, nº 54 (junho 1981), p.62.

países desenvolvidos e é preciso dizer que nisto eles têm razão". Quinto, e é o problema mais difícil, "para que os países em desenvolvimento vençam o atraso que têm em relação a nós, é preciso que tenham um crescimento superior ao nosso, de maneira que se somam o crescimento necessário dos países desenvolvidos e o crescimento ainda maior, absolutamente necessário, dos países sub-desenvolvidos, chegamos a uma taxa de crescimento mundial que se torna extravagante. Extravagante porque não sabemos absolutamente como dominá-lo, mas extravagante também porque se chegaria a um consumo de matérias-primas que inspira inquietação". Sexto, entre as reivindicações existe uma de poder. Para definir com autonomia o modelo de desenvolvimento, para negociar em condições aceitáveis, para não estar em posição desigual na determinação dos preços das matérias-primas mundiais, perante "um Ocidente que dispõe ao mesmo tempo da força de Estados soberanos de velha tradição e de sociedades multinacionais de implantação geral", para tudo isso o Terceiro Mundo precisa de ter frações significativas de poder (64)...

O Norte, como se vê, tenta equacionar corretamente os problemas que lhe interessam. Se ele chegar a ir à "cúpula" restrita que o Presidente mexicano Lopes Portillo e o Chanceler austríaco Kreisky tentam reunir em outubro próximo, ele estará unido e saberá como agir, para salvaguarda de seus interesses.

Do lado do Sul, enquanto não houver acordo entre os países que o compõem e enquanto eles também não fizerem um equacionamento correto do problema, não será possível encontrar os instrumentos de luta (se alguns existirem) que permitam ao Sul iniciar de verdade o seu confronto com o Norte.

Enquanto isso não acontecer, estarão fadadas ao

insucesso todas as negociações que se façam, sejam elas do tipo da Conferência de Paris de 1975 (Conferência sobre a Cooperação Econômica Internacional), sejam no âmbito da Assembleia - Geral das Nações Unidas ou de qualquer de suas organizações especializadas, ou sejam ainda nas conferências de cúpula, restritas a alguns representantes dos desenvolvidos e do Terceiro Mundo.

Numa triste demonstração de como as coisas estão indo mal no Sul, os seus países têm-se mostrado crescentemente divididas. Assim, na Conferência de Manila de 1979 (V UNCTAD), o Grupo dos 77 já se mostrou insanavelmente dividido em seus três sub-grupos (países produtores de petróleo, países de industrialização recente e países "proletários"), dando, pois, razão às predições do Norte. Dívidas externas, estabilização de preços, petróleo, foram três pontos de divisão (65), ainda que no ano seguinte se tenha chegado a um acordo sobre a criação de um fundo comum, dentro de um Programa Integrado sobre Matérias-Primas (66).

Por outro lado, é evidente que faltará ao Terceiro Mundo a credibilidade externa e sobretudo a força interna, ambas necessárias para o sucesso de suas reivindicações, enquanto dentro de cada um dos países que o integram se forem perpetuando às divisões sociais e a injustiça, permitindo que um bolo já em si reduzido seja partilhado apenas por uns poucos e deixando as massas na máxima miséria. Numa situação como esta, é a própria minoria privilegiada que está interessada em conseguir externamente os apoios de que carece para manter as massas em estado de sujeição.

Esta questão é grave e não deve ser posta apenas nos termos de moralidade em que a formulou o antigo Presidente

(65) - "Less Developed, More Divided". Time, 16.6.79, p.37.

(66) - BUARQUE, Sérgio. Op. cit., p.72.

do Chile, Eduardo Frei, quando enunciou a crítica que, a seu ver, os países do Norte poderiam fazer aos do Sul: "Com que autoridade moral vocês falam da justiça internacional quando são capazes da injustiça em seu próprio país?" (67). Enquanto não houver justiça social no Sul (68), as classes dirigentes não estarão interessadas senão em aspectos secundários de uma NOEI; quanto ao mais, o seu distanciamento, a sua oposição em relação às massas populares, levarão aquelas classes a defenderem o status quo, apesar da verborragia que porventura de monstrem nas tribunas internacionais. E o Norte sabe disso ...

A interdependência não é só internacional. Dentro de cada país, política externa e política interna também são interdependentes.

No atual estado de coisas, no Norte apenas alguns intelectuais serão receptivos aos argumentos do Sul — como, por exemplo, o escandinavo Johan Galtung, fundador do Ins

(67) - BUARQUE, Sérgio. Diálogo eu Confronto, cit., p.132.

(68) - O senador Franco Montoro, no Encontro de Canela pôs o dedo na ferida, quando referiu que "nos países industrializados os 10% mais ricos detêm pouco mais de 20% da renda total da população, enquanto nos países em desenvolvimento os 10% mais ricos possuem quase metade da renda total, ficando a outra metade com os restantes 90% da população. Por exemplo, os 10% mais ricos da Suécia têm uma renda per capita de 19.000 dólares e a renda média da população é de 9.000 dólares. A diferença é da ordem de 2 para 1. No Brasil, os 10% mais ricos têm uma renda per capita de 6.800 dólares, e a média da população apenas 1.360. A diferença é de 5 para 1. Em contrapartida, em países como o México, Brasil e Peru, os 40% mais pobres da população detêm menos de 10% da renda, o que representa menos de 1/4 da renda per capita destes países. (...) Enquanto os mais ricos nos países desenvolvidos ganham cerca de 5 vezes o que recebem os 40% mais pobres, nos países em desenvolvimento os ricos recebem de 15 a quase 30 vezes mais que os rendimentos dos 40% mais pobres" (in: Diálogo ou Confronto, cit., p.125).

tituto Internacional de Pesquisas sobre a Paz, em Oslo e conhecido autor de uma "teoria estrutural sobre o imperialismo". Este pondera que "em regime escravocrata, um prolegômeno não poderia pretender servir a causa da paz e a luta contra a violência, propondo aos escravos e a seus senhores um compromisso fundado em um exame atento da maneira como uns e outros vêm o problema"; da mesma maneira, ao estudar as disparidades entre os países desenvolvidos e o Terceiro Mundo, o pesquisador, "se é contra a violência, não tem outra escolha senão a de estabelecer os meios de reduzir estas diferenças. Ele tem, inelutavelmente, que se colocar ao lado do mais fraco" (69).

O próprio Willy Brandt, que inicia a introdução, por si subscrita, do Relatório que tem o seu nome, afirmando considerar "as relações entre o Norte e o Sul como o mais importante desafio de nossa época", mais adiante reconhece que infelizmente, durante os largos anos em que esteve à testa do Governo da República Federal da Alemanha, um dos mais importantes países industrializados do mundo, "não há dúvida de que, nessa época, não prestei suficiente atenção e apoio a colegas que eram então partidários de uma revisão na escala de prioridades de nossos programas" (70). O seu Relatório também não há de ter destino diferente (e, no fundo, pode ser isso mesmo que Willy Brandt deseje) daquele da anedota contada por John White: Quando se deixou de comentar determinado relatório sobre a Nova Ordem, foi perguntado a um dos especialistas que nele havia trabalhado, o que é que tinha acontecido, e ele res

(69) - Cit. por ZORGBIBE, Charles. Les Relations Internationales, 2ª ed., p. 44. Paris, P.U.F., 1978.

(70) - BRANDT, Willy. "Introdução ao Relatório Brandt", in: BUARQUE, Sérgio (organ.). Diálogo ou Confronto?, cit., p.17 e 19.

Também não há dúvida de que nem o Relatório subscrito por Willy Brandt consegue despertar "suficiente atenção" de seu correligionário político e sucessor à testa do governo, Helmut Schmidt...

pondeu: "Bem, o grupo fez as reuniões. Produziu o parecer, concluindo, aliás, inteiramente a favor do Relatório. Agora, tudo foi enviado para decisão governamental. Que mais quer você?" (71).

Projetos do tipo Clube de Roma, Brandt e assemblhados, só serão viáveis, com todo seu ambiente de assepsia, diálogo e conciliação, no momento em que seja estabelecido um poder supranacional, à escala mundial. Só que, se alguma vez acontecer (e o exemplo da Comunidade Européia bem revela quão difícil é), aqueles projetos já não serão necessários.

(71) - WHITE, John. "The New International Economic Order". Op. cit., p.634.

Em todo este contexto do "diálogo" Norte-Sul, chega a causar estranheza ouvir o Primeiro-Ministro da Austrália, Malcolm Fraser, rico, conservador e até considerado "right-wing", com problemas no seu país de discriminação contra os aborígenes, proclamar na cidade do México e em Washington: "O diálogo Norte-Sul não tem o mesmo impacto de uma declaração de guerra. Não é como a total destruição de uma aldeia durante um terremoto. Estas são coisas que enchem os títulos de jornais. Mas o diálogo Norte-Sul diz respeito à sobrevivência de gente... Diz respeito à morte, fome, desnutrição crônica de milhões de crianças, à frustração das aspirações dos pobres, que querem viver melhor. Se os ricos, os países do Norte, se o povo que vive rodeado de conforto não se preocupa com estas coisas, então verdadeiramente poderemos considerar que os problemas do mundo são muito graves" (Time, 13.7.81, p.27). Parece que o Primeiro-Ministro está ficando receoso das massas "amarelas", esfomeadas, que rodeiam a sua rica e quase desabitada Austrália, bem lembradas de que até data recente só entrava nesse país, como imigrante, quem fosse de ascendência européia... Um dia talvez o Norte venha a sofrer de receios semelhantes, quando estiver cercado por bilhões de homens de cor, cobiçando as suas riquezas!

7.4. Conclusão.

Se a forma como tem sido conduzido o diálogo Norte-Sul não é adequada à obtenção dos resultados que seriam desejáveis, se no Norte continuarem pensando a nova ordem internacional apenas como significando "sacrifícios maciços e dolorosos dos ricos, em benefício dos pobres" (72), como se estes, ou as suas grandes massas populares, não estejam suportando sacrifícios muitíssimo maiores, e se, por outro lado, os países pobres não estão atualmente em condições de desafiar o poderio dos ricos, isto não significa que a situação Norte-Sul não seja potencialmente explosiva. Não é difícil predizer que, por esse mundo fora, surgirão dissensões e conflitos não só de âmbito interno (e esse será provavelmente o início de tudo), como também, e cada vez maiores e mais generalizados, entre os poucos países que prosperam e os muitos outros, se estes permanecerem mergulhados na pobreza.

Aliás, a própria história recente está cheia de exemplos de conflitos armados, uns internos e outros internacionais, originados por estruturas políticas e sociais rígidas e, por isso, incapazes de resolver os conflitos econômicos entretanto surgidos. A própria Guerra Civil americana (1860-1864) é bom exemplo disso (e terminou com a vitória do Norte, que ao tempo representava os "ventos de mudança"), mas nas últimas décadas têm ocorrido com crescente frequência as lutas em países do Terceiro Mundo, originadas pelo confronto entre elites privilegiadas e as massas desfavorecidas, algumas delas tendo, inclusive, degenerado em conflitos internacionais. Desde as lutas pela independência na Indonésia, Argélia, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, e até na Indochina francesa (da qual derivaram a Guerra do Vietnam e as presentes lutas no

(72) - "Poor vs. Rich: A New Global Conflict", in: Time, 22.12.75, p.16.

Kampuchea ou Cambodja), até às insurreições apoiadas pelas mas sas populares na China, Etiópia, Cuba, Nicarágua e, agora, El Salvador, quase não existe um caso de conflito armado não de sencadeado ou agravado por uma injusta distribuição dos frutos produzidos na sociedade.

Na ausência de uma distribuição mais equitativa dos frutos produzidos pela economia mundial, ou se as socieda des subdesenvolvidas, mas também partes componentes do sistema mundial, se convencerem de que só poderão desenvolver-se que brando as cadeias que porventura lhes tolham os passos, o re sultado poderá ou não ser uma explosão de violência? Aliás, não foi o Papa João Paulo II, indiscutivelmente um dos grandes lí deres espirituais deste final do séc. XX, quem declarou peran te a Assembléia - Geral das Nações Unidas, no dia 1º de outu bro de 1979, que "o desenvolvimento é o novo nome da paz"? Não existirá o perigo da "Bomba M", ou Bomba da Miséria?

Posta a questão assim, o que importará averiguar é se o sistema mundial atual permite ou não o desenvolvimento integral (econômico também, mas não apenas isso) dos países do Sul.

Esse problema será abordado no capítulo seguin te, no qual se tentará dar uma visão de conjunto e dinâmica de todos os problemas até aqui debatidos, mais aquele que se segue, com o qual se encerrará o presente capítulo.

8. A IRRUPÇÃO DE "PODERES PRIVADOS TRANSNACIONAIS" NO SIS- TEMA INTERNACIONAL

É de Charles Zorgebibe a expressão "poderes priva dos transnacionais", com a qual pretende abranger os "novos poderes econômicos, ocultos e incontrolados, na cena interna cional", os quais "manifestam uma dissociação do poder políti

co e do poder econômico e perturbam seriamente a organização da sociedade internacional"; trata-se, afinal, das empresas multinacionais, que seriam, segundo uns, o "novo desenvolvimento do regime capitalista" e, para outros, a "evolução objetiva dos fatores de produção" (73).

8.1. As multinacionais e a concentração do poder econômico.

De certa forma, as Companhias das Índias Ocidentais e das Índias Orientais, criadas pelos holandeses no séc. XVII, já eram sociedades multinacionais, na medida em que iam operar em países diversos do de sua origem; nesse tempo, todavia, à diferença do que ocorre na nossa era, a exploração econômica de qualquer região pressupunha que esta fosse previamente submetida ao domínio político do país ao qual pertencia a empresa. As atuais multinacionais apenas começaram ganhando importância após a Primeira Guerra Mundial, para se transformarem em forças irresistíveis a partir da Segunda Guerra.

Raymond Vernon, professor em Harvard e respeitado especialista na matéria, dizia em 1967 que metade das 500 maiores companhias americanas tinham extensos investimentos no estrangeiro em fábricas, minas, campos petrolíferos, representando um total de 50 bilhões de dólares. Duas ou três dúzias dentre elas tinham no estrangeiro um terço ou mais de seu patrimônio e um número bem maior obtinha um terço ou mais de sua renda, de vendas fora dos Estados Unidos. Dez anos depois, Vernon acrescentava que

(73) - ZORGBIBE, Charles. Les Relations Internationales, 2ª ed., p.172 e 186. Paris, PUF, 1978.

Nos Estados Unidos (...) as grandes em presas que razoavelmente se poderiam considerar como multinacionais em 1950, respondiam nesse ano por apenas 17% do total das vendas america nas de manufaturas. Em 1967, as empresas com ca racterísticas multinacionais respondiam por 42% das vendas americanas. Em 1974, respondiam por 62%. No mundo não comunista em geral, as firmas classificadas como multinacionais em 1950 decla raram vendas anuais que alcançaram 8% do produto bruto global; em 1967 esse número era de 17% e em 1974 era de 22% (74).

Em estudo global sobre as empresas multinacio nais e o desenvolvimento mundial, realizado pelas Nações Uni das em 1973, concluía-se que no ano de 1971 o valor da produ ção de todas as multinacionais, de cerca de 500 bilhões de dó lares, representava um quinto do produto bruto mundial (excluí dos os países de economia planificada), ultrapassando o produ to bruto dos países do Terceiro Mundo; que cada uma das 10 maiores multinacionais tinha um valor de produção superior a 3 bilhões de dólares, o que excedia o produto nacional bruto de 80 países; que, finalmente, a "produção internacional" (isto é, a realizada pelas filiais no estrangeiro das multinacio nais), avaliada em 330 bilhões de dólares, ultrapassava o va lor das exportações do mundo industrializado (75). Segundo o mesmo estudo, a produção das filiais no estrangeiro das empre sas americanas era quatro vezes superior às exportações dos Es tados Unidos; as da Inglaterra e da Suíça excediam o dobro de suas exportações. Só as vendas das filiais americanas no es

(74) - VERNON, Raymond. Storm over the Multinationals: The Real Issues (Harvard Univ. Press, 1977), cit. por Karl Deu tsch, The Analysis..., cit. p.103. Deutsch acrescenta que a percentagem das multinacionais no produto bruto do mundo não comunista atingia 15% do produto mundial bruto.

(75) = ONU: Les Sociétés Multinationales et le Développement Mondial, ST/ECA/190, Nova Iorque, 1973, cit. por SCHIRAY, Michel: Tiers Monde et Monde Industrialisé, p.93-95. Paris, La Documentation Française, 1978.

Veja-se, com dados idênticos, TINBERGEN, Jan: Para uma Nova Ordem Internacional, cit., p.372.

trangeiro representavam perto de três quartos do montante das exportações do mundo industrializado. O volume de negócios das empresas americanas no Terceiro Mundo ultrapassava o conjunto das exportações do mundo industrializado para a África, Ásia e América Latina, sendo que o volume de negócios do conjunto das filiais no Terceiro Mundo de multinacionais dos países industrializados representava cerca do dobro das mesmas exportações.

O comércio mundial está cada vez mais sob o controle das multinacionais. Uma comissão do Senado dos Estados Unidos estimava em 1973 que as grandes multinacionais americanas realizavam mais de 60% das exportações e mais de 35% das importações dos Estados Unidos; 43% das exportações eram transações entre filiais, o que significava que cerca de um terço das exportações americanas perdia, assim, todo carácter comercial e escapava a todo controle direto (76). Outros estudos (77) demonstraram que ao penetrarem em outros países, as multinacionais passavam a controlar uma parte crescente de suas trocas com o exterior: No Canadá, cerca de metade das exportações era efetuada pelas filiais de empresas americanas; na América Latina, mais de um terço em média. As trocas entre filiais excediam dois terços das transações destas empresas no México, no Brasil e na Argentina.

As multinacionais investem preferencialmente nos países industrializados; os investimentos no Terceiro Mundo

(76) - US Senate, Committee of Finance: Implications of Multinational Firms for World Trade and Investment and for US Trade and Labor, Washington, DC, 1973, cit. por SCHIRAY, op. cit., p.107.

(77) - De R. J. BARNETT e R. E. MULLER (Global Reach, the Power of Multinational Corporations, Nova Iorque, Simon and Schuster Publishers, 1974), citado por SCHIRAY, p.108.

não chegam a ser um terço do total (78). As multinacionais norte-americanas, de longe as maiores e mais importantes (já se referiu que a produção de suas filiais no estrangeiro era quatro vezes superior às exportações dos Estados Unidos), investem preferencialmente na Europa Ocidental, no Canadá e na América Latina, mas embora esta seja grande região de investimentos, não chega a receber 20% dos capitais por elas aplicados fora dos Estados Unidos (79).

(78) - Vejam-se os seguintes quadros, extraídos de SCHIRAY, op. cit., p.96 e 98 e elaborados o primeiro com base em dados da ONU (Les Sociétés Multinationales et le Développement Mondial, ST/ECA/190, Nova Iorque, 1973) e o segundo com base no Survey of Current Business, periódico editado pelo Departamento de Comércio do Governo dos Estados Unidos:

QUADRO I - INVESTIMENTOS DIRETOS TOTAIS NO ESTRANGEIRO (1967 - 1973) - Em bilhões de dólares

Regiões	1967	1971	1973
No mundo inteiro	108,2	165	—
No mundo industrializado	75,1	121,2	—
No Terceiro Mundo	33,1	43,8	53,9

QUADRO II - INVESTIMENTOS DIRETOS DOS ESTADOS UNIDOS NO ESTRANGEIRO (1966-1974) - Em bilhões de dólares

Regiões	1966	1970	1972	1974
Países industrializados	35,3	51,8	62,1	82,8
Parcela da CEE	13,7	20,3	25,5	35,3
Terceiro Mundo	13,9	19,2	22,9	28,5

(79) - Veja-se o seguinte quadro, apresentado por GILHODES, Pierre ("Les Relations Économiques entre les États-Unis et L'Amérique Latine", in: Problèmes d'Amérique Latine, nº 60, ano de 1981, p. 102 — Paris, La Documentation Française) e elaborado com base no Survey of Cur

Dentro do Terceiro Mundo, a América Latina absorve mais da metade da massa dos investimentos multinacionais, cabendo grossa fatia do restante aos países produtores de petróleo, no Oriente Médio. Em 1973, "a América Latina e o Oriente Médio, com 20% da população do Terceiro Mundo, China não compreendida, concentravam perto de dois terços da massa dos investimentos das firmas transnacionais no Terceiro Mundo"(80).

rent Business, já referido:

QUADRO III - INVESTIMENTOS DOS ESTADOS UNIDOS NO ESTRANGEIRO - Em bilhões de dólares

	1975	1976	1977	1978	1979
Mundo	124	136,8	149,8	167,8	192,6
Europa Ocidental	49,3	55,1	60,9	69,5	81,4
América Latina	22,1	23,9	28,1	32,6	36,8

(80) - Vejam-se os seguintes quadros, apresentados por SCHIRAY, p.102 e 104, com base em estatísticas publicadas pela ONU e pela OCDE:

QUADRO IV - INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS NAS REGIÕES DO TERCEIRO MUNDO, EM 1973

	Dólares em bilhões	Porcentagem	Dólares por habitante
Conjunto	54,1	100%	29
Parte dos países produtores de petróleo	19,9	36,8%	—
África	10,2	18,9%	27
América Latina	28,9	53,4%	96
Oriente Médio	4,1	7,6%	57
Sudeste Asiático	10,9	20,1%	10

(continua)

No Terceiro Mundo, as multinacionais geralmente iniciaram suas atividades instalando-se no setor extrativo (petróleo, minas, plantações de borracha...), para depois entrarem no comércio, seguros, turismo, finanças e sobretudo na indústria manufatureira — produzindo artigos algumas vezes destinados apenas à exportação (como é o caso típico de Hong-Kong, que reúne a maior concentração mundial de sociedades e bancos multinacionais) e outras vezes destinados à substituição de

QUADRO V - INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS NO MUNDO EM 1970, POR GRANDES SETORES - Em bilhões de dólares

	Mundo	Países industrializados	Terceiro Mundo
Conjunto	153	116,5	36,5
Petróleo	45	32,4	12,6
Minas	12	8,1	3,9
Indústrias Manufatureiras	60	49,5	10,8
Outras atividades	36	26,5	9,2

QUADRO VI - INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS NO TERCEIRO MUNDO, POR REGIÕES E SETORES - FLUXO ANUAL MÉDIO 1967-1972, em bilhões de dólares

	África	América Latina	Oriente Médio	Sudeste Asiático
Conjunto	696	1.241	258	726
Petróleo	406	212	204	272
Minas	72	72	1	89
Indústrias Manufatureiras	113	634	25	231
Outros setores	105	323	28	134

importações (como é, em geral, o caso do Brasil) - (81).

Qualquer que seja a atividade da multinacional, ela, como empresa privada e capitalista que é, visará sempre a maximização do lucro. Ninguém pensará que uma multinacional voluntariamente se curvará diante de quaisquer imperativos econômicos ou sociais do país em que se instale, se estes impli

(81) - Vejam-se os seguintes quadros, apresentados por SCHIRAY, p.110 e 112, respeitantes a multinacionais norte-americanas, segundo dados publicados no Survey of Current Business:

QUADRO VII - INVESTIMENTOS AMERICANOS NO MUNDO (1966-1974) — Em bilhões de dólares:

	1966	1970	1972	1974
<u>No mundo industrializado</u>	35,3	51,8	62,1	82,8
Sendo:				
- Petróleo	7,7	11,2	13,5	18,3
- Indústrias Manufat.	17,2	25,6	31,6	41,8
<u>No Terceiro Mundo</u>	13,9	19,2	22,9	28,6
Sendo:				
- Petróleo	5	6,6	8	8,2
- Indústrias manufat.	3,5	5,5	6,8	9,1

QUADRO VII - INDÚSTRIAS MANUFACTUREIRAS: VENDAS DAS FILIAIS AMERICANAS NO MUNDO (1966-1973) — Em bilhões de dólares

	1966	1970	1973
<u>Filiais no mundo industrializado</u>			
Vendas locais	32,2	50,6	91,3
Vendas em exportação	8,3	16,3	29,9
<u>Filiais no Terceiro Mundo</u>			
Vendas locais	6,3	10,3	17,7
Vendas em exportação	0,5	1	2

carem em lucros menores para ela. A busca do máximo lucro será o objetivo que pesará nas mais importantes de suas decisões.

Esta filosofia da empresa multinacional, de buscar um máximo de lucro, é bem exemplificada aqui no Brasil, o país do Terceiro Mundo que recebe mais investimentos diretos estrangeiros, a ponto de serem estrangeiras 44% de suas 500 maiores firmas, as quais ainda somam 60% das vendas, dos lucros e dos haveres totais (82).

Vejamos rapidamente quais são as principais aplicações concretas, aqui no Brasil, dessa filosofia do lucro.

Primeiro, nem sempre será vantajoso para a multinacional construir a sua fábrica, quando pode simplesmente adquirir o controle de uma empresa já existente: Segundo R.S. Newfarmer (83), "em 1975, 42% dos 242 estabelecimentos de multinacionais situados no Brasil, eram o fruto de aquisições. (...) Esta expansão por meio de compras de estabelecimentos parece ter conhecido enorme sucesso. Nos anos de 1973-1975, dois terços das novas filiais provinham mais da aquisição de empresas existentes do que da criação de usinas novas". Na indústria elétrica, a participação estrangeira "passou de 66% em 1960 para 77% em 1974, sendo o aumento imputável, na sua quase totalidade, à política de aquisições de controle conduzida pelas empresas multinacionais".

As multinacionais colhem diversas vantagens com as aquisições de controle, com destaque para a redução da con

(82) - SCHLIEMANN, Peter-Uwe. "Les Investissements Étrangers Directs au Brésil", in Problèmes d'Amérique Latine, nº 55 (1980), p.32.

(83) - NEWFARMER, R.S.. "Oligopolistic Tactics to Control Markets and the Growth of TNCs in Brazil's electrical industry", in The Journal of Development Studies, vol.15, nº 3, 1979 (Londres), p.25-26, cit. por SCHLIEMANN, cit., p.50.

corrência e para o reforço do poderio da própria empresa. Cu tras vantagem para ela, mas que também é gravíssimo problema para o país de instalação, é a desnacionalização da economia, com a transferência para o exterior de muitas das decisões que podem ser fundamentais para o futuro do país.

Em segundo lugar, quando uma multinacional examina se lhe interessa instalar-se em país estrangeiro, uma de suas preocupações fundamentais centrar-se-á nas possibilidades de repatriação dos rendimentos a produzir. Segundo dados constantes do quadro VIII (vide página seguinte), extraído do estudo de Schliemann, já anteriormente referido (84), só no período de 10 anos entre 1965 e 1975, as 11 maiores multinacionais instaladas no país auferiram rendimentos quase cinco vezes superiores ao valor total dos investimentos realizados no país (incluindo os anteriores a 1965), tendo repatriado mais da metade do total daqueles rendimentos, fosse a título de lucros e dividendos (coluna 3), fosse a título de licenças de fabricação e de utilização de patentes, know-how, etc. (coluna 4). A parte dos rendimentos não repatriada foi reinvestida, ficando equiparada, para todos os efeitos, ao investimento anterior, em moeda estrangeira, da multinacional respectiva (85).

(84) - SCHLIEMANN, p.52, que aponta como fonte o "Banco Central do Brasil, in Diário do Congresso Nacional, 'Relatório e conclusões da comissão parlamentar de inquérito para investigar o comportamento e as influências das empresas multinacionais e do capital estrangeiro no Brasil', Câmara dos Deputados, Suplemento do nº 79, Brasília, 1º de julho de 1976.

Ainda corremos as bibliotecas de Florianópolis, inclusive a da Assembléia Legislativa, tentando consultar esse número do Diário do Congresso, mas não tivemos êxito, pois que nenhuma o possui.

(85) - Por isso mesmo, tais reinvestimentos figuram, no Balanço de Pagamentos do Brasil, no passivo da conta "serviços" e no ativo da conta "capitais". Em 1979, tais reinvestimentos somaram 721 milhões de dólares e em 1980, 411,3 milhões: Boletim do Banco Central do Brasil, vol. 17, nº 5 (maio de 1981), p.142-143.

QUADRO VIII - RESULTADOS DOS 11 PRINCIPAIS INVESTIDORES DIRETOS ESTRANGEIROS NO BRASIL, DE JANEIRO DE 1965 A JULHO DE 1975 -- Em milhões de dólares

Empresas	Total do capital trazido para o Brasil (inclusive antes de 1965) (1)	Reinvestimentos (2)	Envio de capitais para o exterior (depois de 1965)			Excedente criado no Brasil (6)	Relação entre o excedente criado e o capital investido (6)/(1) (7)
			Lucros e dividendos (3)	Rendas por patentes, licenças, etc. (4)	Total (5)		
Volkswagen	119,5	72,8	70,6	208,5	279,1	251,9	2,94
Brascan	102,0	86,4	114,7	0,6	115,3	201,7	1,98
Pirelli	28,7	37,8	45,1	19,8	64,9	102,7	3,58
Rhodia	14,3	108,7	39,9	20,7	60,6	169,3	11,84
General Electric	13,9	32,2	19,4	4,3	23,7	55,9	4,02
Phillips	9,9	51,2	5,0	9,4	14,4	65,6	6,63
Firestone	4,1	44,5	48,1	2,1	50,2	94,7	23,10
Souza Cruz (BAT)	2,5	129,5	81,3	1,0	82,3	211,8	84,70
Exxon	1,8	67,7	44,5	-	44,5	112,2	62,33
Anderson Clayton	1,4	28,2	16,8	-	16,8	45,0	32,14
Johnson & Johnson	0,7	34,0	17,0	5,7	22,7	56,7	81,00
Total	298,8	693,0	502,4	272,1	774,5	1 467,5	4,91

O repatriamento dos rendimentos apurados em balanço, ou de parte deles, e as rendas transferidas como preço da utilização de sua tecnologia, não são, porém, os únicos meios de que dispõem as multinacionais para transferirem fundos para as respectivas matrizes.

Existem ainda outros meios mais sutis e que escapam a tentativas de controle por parte do país que as acolheu, como a manipulação dos preços de importação dos produtos que adquirem da matriz ou de outras filiais (sobrefaturamento), ou dos preços dos produtos para ela exportados (subfaturamento). Os autores de língua inglesa designam sugestivamente este fenômeno por "transfer pricing". Este fato é tanto mais importante quanto se sabe que as multinacionais adotam, sempre que possível, o sistema da especialização de suas diversas unidades, em países diferentes, na produção de apenas alguns componentes do produto final (86). O sistema de obtenção de fundos através de empréstimos junto de outras filiais da multinacional, permite outras transferências de fundos, a título de juros, comissões, etc., nem sempre controláveis.

(86) - Num colóquio internacional sobre "Multinacionais e Desenvolvimento" realizado em Paris de 14 a 17 de junho de 1977 e organizado pela European Association of Development Research and Training Institutes, enfatizou-se que os problemas da subfaturação e sobrefaturação tinham como causas fundamentais as disparidades fiscais entre países e a existência de controles de câmbios, mas que não deviam ser negligenciados outros fatores: Se os lucros locais de uma empresa puderem ser tidos como demasiado elevados pelas autoridades locais ou pelos sindicatos, a empresa terá interesse em limitar o montante oficial desses lucros, a fim de evitar pressões no sentido de aumentar a participação dos agentes locais; se não existem perspectivas de crescimento para uma multinacional dentro de um país, ou se ela considera desfavoráveis os níveis de rentabilidade ou de risco, ela terá interesse em colocar fora do país o seu lucro através do jogo da sobrefaturação e da subfaturação, se não tiver meios legais de fazê-lo: "Colloque 'Multinationales et Développement'", in Revue Tiers Monde, t. XIX, n.º 74, 1978, p.421.

Por último, o objetivo da maximização de lucros leva as multinacionais a práticas que lhes permitem fugir a impostos, que não estão ao alcance de outras empresas. Os próprios sub e sobrefaturamento de mercadorias já permitem a apresentação em balanço final de lucros menores do que os reais. Resultado idêntico é obtido através da fixação em valores elevados dos preços de utilização de patentes e licenças, de fornecimento de know-how, etc.. No caso da filial brasileira da Volkswagen, tais rendas por transferência de tecnologia, no período de 1965 a 1975, foram de quase o dobro do valor total do capital aqui investido!

Um dado econômico que parece andar normalmente associado à implantação em larga escala de empresas multinacionais em países em desenvolvimento é que, a longo prazo, se verifica um grave desequilíbrio no Balanço de Pagamentos, sendo a elevação da dívida externa o seu aspecto mais visível. É evidente que neste mundo em que tudo é interdependente, outros fatores contribuem para o desequilíbrio, mas as multinacionais parecem contribuir para ele através de elementos como os seguintes: Primeiro, temos o aumento das importações, não só de bens de equipamento, como das matérias-primas não produzidas no país de implantação, acontecendo que tais importações são em grande medida constituídas por compras efetuadas à matriz ou a outras filiais da multinacional; em segundo lugar, temos as transferências para o exterior de lucros, dividendos, royalties, custo de patentes, know-how, etc.; em terceiro lugar, as multinacionais produzem geralmente bens dependentes de tecnologias avançadas e caras, destinados apenas a uma pequena minoria da população local, que se pode dizer rica se comparada às massas populares e cujo consumo ainda é artificialmente estimulado através de intensa publicidade, assim gerando importações adicionais de equipamentos e matérias-primas e, depois, adicionais repatriações de lucros, dividendos, etc.

Em todo este contexto, não é de se estranhar que, como afirma Schiray, "a implantação de firmas transnacionais seja acompanhada quase sempre por importações maciças, em particular nos países do Terceiro Mundo" e que "em média, a instalação de firmas transnacionais seja acompanhada de uma deterioração muito nítida da balança comercial dos países que as recebem, mesmo nos casos em que as suas vendas sejam orientadas para a exportação" (87).

Por outro lado, "se existe à escala mundial uma correspondência necessária entre os saldos de pagamentos correntes, porque o deficit de uma região é o excedente daquelas com as quais ela comercia" (88), não admira também que se afirme que "a fraqueza extrema dos lucros reinvestidos em relação aos lucros realizados, a modicidade relativa dos fluxos de investimentos provenientes dos Estados Unidos, têm como resultado que o Terceiro Mundo, muito mais que o mundo industrializado, assegura a cada ano o excedente financeiro da balança de pagamentos americana: em 1974, o excedente americano com o Terceiro Mundo atingiu a cifra considerável de 11,3 bilhões de dólares — assim ultrapassando os lucros com o petróleo — enquanto com os outros países industrializados ela foi de 2,2 bilhões de dólares" (89).

(87) - SCHIRAY, Michel. Op. cit., p.108 e 110.

(88) - DHONTE, Pierre. La Dette des Pays en Développement, p. 81. Paris, La Documentation Française, 1979.

(89) - SCHIRAY, p.117. Afirma ainda este autor que "o excedente financeiro dos Estados Unidos resulta essencialmente de sua posição financeira em relação ao Canadá e aos países da América Latina, onde os seus investimentos são muito elevados", porque em relação ao Japão há equilíbrio e em relação à Europa os Estados Unidos são deficitários (p.119). Veja-se o seguinte quadro, elaborado com base em outro, mais complexo, de Schiray (p.120-121):

QUADRO IX - EXCEDENTES PARA O BALANÇO DE PAGAMENTOS DOS ESTADOS UNIDOS, RESULTANTES DE INVESTIMENTOS

8.2. As multinacionais, como poder independente do poder dos Estados.

A exposição que antecede demonstra a expansão internacional das grandes empresas mundiais, o seu crescente domínio do comércio mundial, a sua preferência por determinadas regiões e países e sobretudo a progressiva substituição do sistema internacional de comércio, baseado na concorrência, por um novo sistema de trocas internacionais, processadas entre as diversas unidades de uma mesma empresa.

O seu controle sobre as trocas internacionais, permite-lhes escapar aos controles dos diversos países em que operam. As trocas entre filiais da mesma empresa permitem todas as transferências possíveis, em função dos variados contextos econômicos e, em especial, fiscais, dos diversos países. "O valor do comércio externo e as estatísticas do balanço de pagamentos perdem a sua significação; o seu equilíbrio a um nível nacional está largamente submetido às decisões táticas das firmas. No interior de cada país, o desenvolvimento de relações comerciais entre filiais permite-lhes conduzir políticas de preços escapando totalmente às condições normais do mercado. A prática de sobrepreços por certas firmas americanas tem sido abundantemente denunciada, em particular na América Latina, tanto em setores assim vitais como a farmácia, como na química, na construção elétrica, etc." (90).

EM FILIAIS AMERICANAS NO ESTRANGEIRO (lucros repatriados + rendas de licenças - saídas de investimentos) - Em bilhões de dólares

	1970	1971	1972	1973	1974
Mundo Industrializado	0,9	1,4	2,5	2	2,2
Terceiro Mundo	1,7	1,9	2,5	4,3	11,3

(90) = SCHIRAY. Op. cit., p.108.

Por outro lado, concentrando o capital, o know-how e a tecnologia necessários ao progresso e desenvolvimento econômicos, as multinacionais são freqüentemente identificadas com o próprio desenvolvimento econômico, ou consideradas os seus agentes mais poderosos. Daí que elas não sejam indiferentes para qualquer governo, inclusive governos de países socialistas, como é demonstrado pela instalação na Rússia da Fiat.

Não há como negar que o desenvolvimento econômico dos "newly industrializing countries", ou países do Terceiro Mundo agora produzindo produtos manufaturados, é devido principalmente à ação das multinacionais neles estabelecidas, mas também é preciso reconhecer que tal desenvolvimento raramente terá tomado em consideração as necessidades mais prementes desses países, antes tendo acentuado disparidades entre regiões e setores da economia, contribuindo para desequilíbrios no balanço de pagamentos, destruído indústrias tradicionais não competitivas...

Nas suas relações com o poder estadual, as multinacionais revelam bem quão diversa é a sua natureza, em comparação com as empresas nacionais: Enquanto para estas a política econômica, financeira e social dos poderes públicos é impositiva, para as multinacionais ela é apenas uma variável a considerar "na implantação de seus centros de produção ou na elaboração de uma estratégia ativa de seus capitais. A este respeito, a responsabilidade das empresas multinacionais nas graves crises monetárias dos anos 1969 - 1971 já foi evidenciada" (91).

O destacado sindicalista canadense Charles Levinson, sentindo na carne o peso das multinacionais implantadas em seu país, pode afirmar que "o desenvolvimento das multi

(91) = ZÖRGE, Charles. Op. cit., p.191. Sobre o "sistema monetário internacional privado" (das multinacionais), veja-se supra, nota 20.

nacionais põe em questão praticamente tudo: as nossas idéias sobre o Estado, o poder, a moeda, o planejamento, as nacionalizações, a luta dos trabalhadores, o comércio exterior. Tudo o que os homens políticos continuam a colocar atrás destas palavras está caduco..." (92).

Em suma, é uma nova realidade que está sendo gerada no plano mundial: ao lado dos Estados tradicionais, estão ganhando forma novos poderes, sem dúvida de natureza privada mas que neste momento já têm peso maior do que a maioria dos Estados existentes. Se a teoria diplomática e jurídica sustentava que todos os Estados eram iguais e soberanos, sem que isso impedisse que os fortes se impusessem aos fracos e até os fortes aos fortes, agora teremos, nesse desigual xadrez mundial, poderes privados cada vez mais poderosos, impondo-se a outros poderes privados e a Estados.

Na nossa opinião, o elemento mais importante a considerar no fenômeno multinacional não é o seu poderio econômico, em si mesmo, mas o que ele representa em termos políticos: A revolução que o fenômeno multinacional opera no sistema mundial, caracterizando um novo poder, disputando aos Estados pedaços de sua soberania.

O poderio das multinacionais tem uma base econômica, constituída por quatro pilares, na síntese de Celso Furtado: Poder financeiro, controle da tecnologia, controle dos mercados, controle dos recursos não renováveis (93). Por enquanto, os instrumentos políticos coercitivos continuam nas mãos do Estado; por isso, as multinacionais não poderão passar sem o Estado ou, dizendo melhor, sem alguns Estados a que possam apelar, sempre que a segurança de suas atividades seja

(92) - Citado por ZORGBIBE, p.197.

(93) - Afirmação feita no colóquio "Multinacionais e Desenvolvimento" realizado em Paris (1977) e já anteriormente referido: Revue Tiers Monde, t.XIX, nº 74 (1978), p.440.

ameaçada, seja pela concorrência de outras multinacionais, seja pelas intromissões que tentem alguns dos outros Estados.

"Não é por acaso, diz o diplomata romeno Silviu Brucan, que tantas sociedades americanas fazem investimentos maciços nos Estados que são clientes dos Estados Unidos ou que abrem a estes, de par em par, as suas portas" (94). Ou, como elegantemente se exprime Karl Deutsch,

Espera-se que o governo dos Estados Unidos proteja até extensão considerável os interesses privados de seus cidadãos no estrangeiro; e muitos dos grupos de interesse a que vimos de nos referir [as grandes companhias multinacionais] estão suficientemente bem organizados e politicamente bem relacionados para assegurar que isso seja feito.

Os resultados podem ser mais favoráveis para os cidadãos dos Estados Unidos, do que são para estrangeiros. Quando os empréstimos públicos e privados são reembolsados pelos países devedores e quando os lucros dos investimentos privados são repatriados, existe uma transferência líquida de riqueza do país em desenvolvimento para o desenvolvido. (Por exemplo, em nove dos dez anos entre 1952 e 1961, mais dinheiro se mudou da América Latina para os Estados Unidos do que aquele que circulou na direção oposta). Este fato não é percebido com frequência pelos leitores americanos de jornais, que estão mais atentos à riqueza que se desloca dos Estados Unidos para os países em desenvolvimento (95).

Na prática, a irrupção na cena mundial dos novos "poderes privados transnacionais" significa ser necessário distinguir, de novo, a situação em que ficam, por um lado, os países industrializados e, por outro lado, os países em desenvolvimento: Os primeiros, cuja posição dominante é reforçada

(94) = BRUCAN, Silviu. "L'État et le Système Mondial", in: Revue Internationale des Sciences Sociales (UNESCO), vol. XXXII (1980), nº 4, p.820.

(95) = DEUTSCH, Karl. The Analysis... cit., p.103.

pelas atividades das multinacionais, não só não lhes regatearão o seu apoio, como ainda tenderão a ver nelas, como alguém já sustentou, "a mais eficaz das instituições de transferência... do conjunto do sistema de valores dominantes na sociedade capitalista avançada" (96). Os países subdesenvolvidos, carentes sobretudo de capitais e de tecnologia, terão de continuar apelando para elas, esperando que elas contribuam para o seu desenvolvimento (97) e tentando minorar os males da inevitável dominação econômica por elas, via regulamentação interna de suas atividades ou via uma regulamentação internacional, do tipo do Código de Conduta das Multinacionais, previsto no "Programa de Ação para o Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional" aprovado em 1974 pela Assembléia-Geral das Nações Unidas (98).

(96) - JANTSCH, Eric (Technological Planning and Social Futures, Londres, Cassel, 1972), cit. por ZORGBIBE, op. cit., p.196.

(97) - A menos que prefiram tentar a incerta via da revolução socialista, que poderá não resolver os seus problemas de capital, know-how e tecnologia e os deixará sem acesso ao grande comércio internacional, controlado pelas multinacionais (como tudo parece haver acontecido em Angola e Moçambique) e que, de resto, só será possível em conjuntura especial, que lhes permita reunir forças suficientes para quebrar as amarras que os vinculam ao mundo capitalista.

(98) - Sobre o estado atual das negociações acerca do Código de Conduta, veja-se a revista Visão de 25.5.81, p.29. O Journal of World Trade Law, vol. 13, nº 1 (1979), p.55-66 faz o ponto das soluções propostas pela UNCTC (United Nations Commission on Transnational Corporations) e enfatiza, como não podia deixar de ser, o caráter meramente "voluntário" de um Código a ser aprovado através de uma resolução da Assembléia-Geral das Nações Unidas.

Segundo o Programa de Ação para o estabelecimento da Nova Ordem Econômica, o dito Código de Conduta teria por finalidades

"a) Prevenir a interferência nos assuntos internos dos países onde elas [multinacionais] o

peram e a sua colaboração com regimes racistas e administrações coloniais;

b) Regular suas atividades nos países que as acolhem, eliminar práticas restritivas comerciais e conformá-las com os planos nacionais de desenvolvimento e os objetivos dos países em desenvolvimento, e neste contexto facilitar, quando necessário, o reexame e a revisão de acordos previamente concluídos;

c) Proporcionar assistência, transferência de tecnologia e conhecimentos empresariais para países em desenvolvimento em termos equitativos e favoráveis;

d) Regular a repatriação dos lucros provenientes de suas operações, tendo em consideração os legítimos interesses de todas as partes interessadas;

e) Promover reinvestimento de seus lucros nos países em desenvolvimento.

C A P Í T U L O 4

O SISTEMA MUNDIAL

As únicas soluções são complexas e a longo termo, estando inextricavelmente ligadas a alguns dos problemas mais persistentes e difíceis do mundo — a pobreza, a injustiça e os conflitos sociais.

The Global 2000 Report to the President
(Washington, 1980)

Estamos prestes a passar do sistema internacional, nascido da expansão do capitalismo e da formação dos Estados - Nações na Europa, a um sistema planetário. Até aqui, eram os Estados - Nações que desempenhavam um papel predominante e decisivo, modelando o sistema e determinando o seu comportamento; daqui para a frente será, pelo contrário, o sistema planetário que prevalecerá sobre os subsistemas e os adaptará todos à sua própria evolução.

Silviu Brucan (in: Revue Internationale des Sciences Sociales, UNESCO, vol. XXXII, nº4, 1980, p.807)

1. A COMPLEXIDADE DO SISTEMA MUNDIAL

Dedicamos os dois capítulos anteriores à enumeração dos principais problemas que inquietam o mundo e que, por isso, no Brasil, nos países africanos ou em qualquer outro lado, são considerados atentamente, quando se trata de formular qualquer plano de ação política. Relembremo-los, aproveitando, por comodidade, a síntese já feita no Relatório Brandt:

"É óbvio que a economia mundial está funcionando tão mal que prejudica os interesses a curto e longo prazo de todas as nações. Os problemas da pobreza e da fome se estão agravando e já existem 800 milhões de pessoas na miséria, e este número vem aumentando; a escassez de cereais e de outros alimentos incrementam as pers

pectivas de fome e de inanição; o crescimento acelerado da população com mais dois bilhões de habitantes nas próximas décadas, produzirá pressões ainda maiores sobre os alimentos e os recursos mundiais. A capacidade industrial do Norte está subutilizada, o que originou um desemprego sem precedentes nos últimos anos. Enquanto que, no Sul, se necessita urgentemente dos bens que o Norte poderia produzir. A inflação acelerada, a flutuação das taxas de câmbio e as intervenções impossíveis de predizer dos governos, estão prejudicando gravemente o comércio e a inversão, dos quais depende o pronto restabelecimento da prosperidade mundial.

"(...) As nações, tanto do Sul como do Norte, tornaram-se mais interdependentes e as ações empreendidas em um país podem afetar seriamente os países no outro lado do mundo. Hoje, só é possível buscar o interesse próprio das nações levando em consideração os interesses mútuos de todas elas.

"(...) Em certo sentido, o mundo é um sistema de múltiplos componentes inter-relacionados entre si, de tal maneira que uma modificação em um deles afeta a todos os demais. Entre os principais componentes, além dos Estados soberanos, estão as instituições internacionais e regionais, as empresas multinacionais, a opinião pública nacional e mundial e as distintas forças religiosas, ideológicas, sociais e políticas. Com um sistema mundial tão complexo, é necessário prestar a devida consideração a cada um dos seus elementos centrais ao responder aos desafios do futuro" (1).

Mas se os Estados nacionais ainda continuam sendo, teoricamente, aquelas entidades independentes e soberanas, que se arrogam o poder supremo na ordem interna e não reconhecem outro poder superior na ordem externa, interessa saber até que ponto vai verdadeiramente a sua autonomia, em que medida cada um pode determinar a sua própria política, dentro desse sistema mundial, "de múltiplos componentes inter-relacionados entre si".

(1) = BUARQUE, Diálogo ou Confronto, cit., p.171, 172 e 173.

2. A ESCOLA DIPLOMÁTICO - ESTRATÉGICA

A abordagem clássica da teoria das relações internacionais, que costuma ser designada por escola "realista", do "equilíbrio" (bipolar ou multipolar) ou "diplomático-estratégica", caracteriza-se por uma estreita vinculação aos conceitos de "Estado" e de "poder do Estado", limitando-se à análise dos conflitos que surgem entre Estados, numa respeitável tradição que vem de Maquiavel e que se prolonga nos nos dias por Raymond Aron, Hans Morgenthau e tantos outros nomes ilustres. Nesta abordagem, os países do Terceiro Mundo, por que desprovidos de "poder", ficam pura e simplesmente relegados à situação de "países-peões" do xadrez internacional. Simples objetos de conflito para os "grandes", estes jogam com eles em função de seus interesses, no contexto da guerra fria. Nos quadros desta teoria, os "países-peões" não têm nenhuma possibilidade de desenvolver internacionalmente uma política genuinamente sua.

A teoria é bastante conhecida (2). Por isso, não vamos analisá-la. Limitar-nos-emos a lembrá-la, através da concepção formulada por Raymond Aron, transcrevendo alguns extratos, selecionados pela especial referência que neles se faz ao Terceiro Mundo:

(2) - Vejam-se, entre outros: ARON, Raymond: Paix et Guerre entre les Nations, 2ª ed.; Paris, Calmann-Lévy, 1962. KAPLAN, Morton & KATZENBACH, Nicholas: Fundamentos Políticos do Direito Internacional; Rio, Zahar, 1964. MERLE, Marcel: La Vie Internationale; Paris, A. Colin, 1970. MOREIRA, Adriano: Ideologias Políticas; Lisboa, ISCSPU, 1964. MORGENTHAU, Hans: Policies among Nations, 5ª ed.; Nova Iorque, Knopf, 1974. O'LEARY, James: "Envisioning Interdependence: Perspectives on Future World Orders", in Orbis - A Journal of World Affairs, vol. 22 (1978), p. 503-537 (Filadélfia, Foreign Policy Research Institute). WENDZEL, Robert: International Relations - A Policymaker Focus. Nova Iorque, Wiley, 1977.

A idéia diretriz a partir da qual ten tei pensar a conjuntura internacional, era a da solidariedade dos dois Grandes contra e guerra total, na qual eles seriam as primeiras vítimas. Inevitavelmente inimigos por posição, devido à incompatibilidade de suas ideologias, Estados Unidos e União Soviética têm um interesse supremo em comum. Não desejam nem são capazes de reinar em comum, mas estão decididos, na medida em que cada um está doravante exposto aos ataques do outro, a não se destruírem reciprocamente (3).

Hoje os Grandes têm, mais do que nunca, os meios de destruir os Pequenos, têm mesmo os meios de destruí-los, e às suas cidades e populações, sem desarmá-los. Mas (...) as armas des mesuradas não são utilizáveis em conflitos se cundários. Nenhum dos Grandes tentou intimidar um Pequeno, brandindo o "sabre termonuclear". É pela subversão que os Grandes se esforçam por ganhar os Pequenos, de preferência à intimida ção atômica ou à invasão. Ora, a capacidade de resistência à subversão é função da coerência nacional ou da autoridade do governo, não do vo lume de recursos.

(...) E há ainda mais. Num sistema plane tário, as razões que determinavam os Grandes da Europa a respeitar a independência dos Peque nos, jogam a favor de Estados múltiplos, e mes mo de vastas regiões. (...) A rivalidade dos Grandes faz a felicidade dos Pequenos, quando es tes são favorecidos pela geografia.

(...) Os dois blocos, igualmente desejo sos de ganhar a simpatia dos povos ex-coloniza-dos, rivalizam em ardor na denúncia do racismo e, com exceção de alguns Estados europeus, do colo nialismo. Os "bárbaros" até há pouco submeti dos aos europeus, não saem dos impérios para regressar às suas tradições ou talharem-se rei nos, a golpes de espada; eles esforçam-se por organizar a sua vida política segundo os modelos oferecidos pelos seus antigos senhores e são ime diatamente reconhecidos como iguais, sob o plano jurídico, dos velhos Estados ou dos Gigantes da atualidade. Ninguém corre o risco de sugerir que a igualdade dos Estados na Assembléia-Geral das Nações Unidas, não implica de modo nenhum o va lor igual das civilizações, como a igualdade das

(3) - ARON, Raymond. Paix et Guerre, cit., p. 7.

almas perante Deus não apaga a desigualdade das pessoas em inteligência ou sabedoria. (4).

Cada um dos dois Grandes tem pelo menos um interesse negativo em relação a não importa qual Ruritânia: tem a preocupação, menos de obter a sua vinculação, do que de prevenir a vinculação ao outro campo. A rivalidade dos dois blocos faz do Terceiro Mundo o objeto de uma competição permanente, cujo objetivo é a escolha, diplomática e moral, a que os não-alinhados não podem furtar-se.

Objeto da competição, o Terceiro Mundo torna-se parte do drama histórico, pelo próprio fato de que os dois blocos se paralisam reciprocamente e não se atrevem a recorrer, quase sempre, a meios de força. Ainda por isso os poderosos, atualmente, ajudam os fracos em vez de explorá-los, procuram persuadi-los e renunciam a coagi-los (5).

3. A ESCOLA DA DEPENDÊNCIA

3.1. Origens. A crítica "estruturalista" ao liberalismo econômico.

No período após a Segunda Guerra Mundial começou havendo a preocupação de obter uma visão de conjunto da sociedade internacional, capaz de explicar as desigualdades que a caracterizavam. E foi aqui na América Latina que um grupo de pensadores, reunidos à volta da CEPAL (Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina), pela primeira vez na história desta região do mundo, formulou um modelo político-econômico que não reproduzia, nem sequer era influenciado por quaisquer teorias em voga nos países industrializados.

Tentando identificar os parâmetros estruturais condicionadores do subdesenvolvimento latino-americano, persistente apesar das tentativas feitas em vários países para vencê

(4) - Op. cit., pág. 398-399.

(5) - Op. cit., pág. 500.

-los através de uma industrialização por substituição de importações, verificaram aqueles economistas que as sociedades implantadas nesta parte do mundo haviam surgido para atenderem a determinadas finalidades dos países europeus e que depois, ao longo dos séculos, haviam-se desenvolvido sempre condicionadas e limitadas ao papel de fornecedoras de determinados produtos agrícolas e minerais de que carecia a Europa. Ou seja, o sistema econômico mundial era caracterizado pela existência de um "centro" financeiro e econômico, muito dinâmico (constituído pela Europa, e em um segundo momento também pelos Estados Unidos e pelo Japão) e por uma "periferia" cujo papel era atender às necessidades do centro, quanto ao fornecimento de determinados produtos primários. Seria errado dizer que a América Latina tivesse uma economia retrógrada: Ela vinha sendo "modernizada" havia séculos, mas só que por um processo que a diferenciara do "centro" e a tornara dependente deste.

Era a teoria da dependência que estava nascendo (6)!

-
- (6) - Ver, sobre a teoria da dependência: AMIN, Samir: Le Développement Inégal (Paris, Minuit, 1973); "Développement Autocentré, Autonomie Collective et Ordre Économique International Nouveau", in Africa Development, vol.3(1978), pp. 5-21 (Dakar, CODESRIA). CARDOSO, Fernando Henrique: Dependência e Desenvolvimento na América Latina - Ensaio de Interpretação Sociológica, 3ª ed. (Rio de Janeiro, Zahar, 1975). COUSSY, Jean: "Extraversion Économique et Inégalité de Puissance - Essai de Bilan Critique", in Revue Française de Science Politique, vol. 28 (1978), nº6, pp.859-898; "Interpénétration des Économies et Évolution des Rapports de Dépendence", na mesma Revue Française..., vol. 30(1980), nº 2, pp.262-290. DURANO, J.C. & MACHADO, L. P.: Sociologia do Desenvolvimento (Rio de Janeiro, Zahar, 1975). FRANK, A. Gunder: "Sociologia do Desenvolvimento e subdesenvolvimento da Sociologia", in DURANO & MACHADO, op. cit.; Le Développement du Sous-Développement", 2ª ed. (Paris, Maspero, 1972). FURTADO, Celso: O Mito do Desenvolvimento Econômico, 3ª ed. (Rio, Paz e Terra, 1974). GUTKIND, P. & WALLERSTEIN: The Political Economy of Contemporary Africa (Londres, Sage, 1976). HAQ,

Aquela tese contrariava frontalmente os postulados da ciência econômica clássica, que continuava embasada no liberalismo inglês do séc. XIX, embora retocada pelo keynesianismo, elaborado após a Grande Crise de 1929-32.

Como se sabe, o liberalismo era construído com base no pressuposto de que a liberdade de comércio (ou, por outras palavras, a livre concorrência) levaria cada país a especializar-se naquelas atividades em que tivesse uma vantagem comparativa; assim, todos os países ganhariam. Por outro lado, como tentou precisar a famosa teoria liberal das etapas do desenvolvimento econômico, tão bem cristalizada por W. W. Rostow em livro a que deu o ambicioso subtítulo de "um manifesto não comunista"(7), o livre jogo das atividades econômicas levaria todos os países ao desenvolvimento, através das seguintes etapas: Fase da sociedade tradicional, caracterizada por uma renda per capita baixa e estagnada; fase de transição, durante a qual se criavam as "precondições para a arrancada"; fase da arrancada, ou do início do processo auto-sustentado de desenvolvimento econômico; por último, a fase de maturidade, caracterizada pela industrialização, pela produção e consumo em massa.

Estas etapas não seriam meramente descritivas; pe

Mahbub ul: A Cortina da Pobreza - Opções para o Terceiro Mundo (São Paulo, Ed. Nacional, 1978). PALMA, Gabriel: "Dependency - A Formal Theory of Underdevelopment or a Methodology for the Analysis of Concrete Situations of Underdevelopment?", in World Development, vol. 6 (1978), pp. 881-924 (Londres, Pergamon Press). PEIXOTO, Antônio Carlos: "La Théorie de la Dépendance, Bilan Critique", in Revue Française de Science Politique, vol.27 (1977), pp.601-629. PREBICH, Raul: Transformação e Desenvolvimento (Rio, Fund. Getúlio Vargas, 1973). WALLERSTEIN, Immanuel: The Capitalist World Economy (Cambridge Univ. Press, 1979).

- (7) - ROSTOW, W.W. Etapas do Desenvolvimento Econômico. Rio, Zahar, 1964. O título original é: The Stages of Economic Growth, a non-communist manifesto (Cambridge Univ. Press, 1960).

lo contrário, teriam uma lógica inerente e constituiriam, afinal, "tanto uma teoria acerca do crescimento econômico, como ainda uma teoria mais geral, ainda que altamente parcial, da história moderna, no seu todo".

Os países subdesenvolvidos estariam ou na etapa inicial, ou na do "take-off into self-sustaining growth" e só precisariam, para a arrancada, aprender alguns segredos; um dos principais, seria a mobilização de poupanças internas e externas suficiente para gerar adequado investimento e, assim, acelerar o desenvolvimento econômico. Países que fossem capazes de poupar 15 ou 20% do seu produto nacional bruto (8) poderiam crescer (desenvolver-se) mais rapidamente do que aqueles que poupassem menos. E uma vez iniciado o crescimento, este auto-sustentaria-se.

(8) - O produto interno bruto (PIB) é o valor monetário, a preços de mercado, de todos os bens e serviços produzidos em um país, durante um ano (ou outro período de tempo). O produto nacional bruto (PNB) é igual ao PIB menos as rendas pagas a residentes no exterior, mais as rendas pagas a residentes no país e provenientes do exterior.

Nos países em desenvolvimento, o PNB é sempre inferior ao PIB, porque uma boa parte deste sai para o exterior. Na Libéria do tempo do Presidente W. Tolbert (assassinado na Revolução de abril de 1980), saía do país um quarto do PIB. Michael Todaro (Economics..., cit., p.313) escreve: "Se o setor de exportação (ou outros setores da economia de país em desenvolvimento) for propriedade de estrangeiros ou por eles operado, o PIB será muito maior do que o PNB e poucos dos benefícios do comércio irão realmente aumentar a renda dos nacionais do país. É mesmo possível que o valor das exportações seja maior que o próprio PNB; isto é, é possível que os ganhos na exportação pagos a estrangeiros possam exceder o valor total da renda internamente ganha". No mesmo sentido, veja-se ANGELOPOULOS, Angelos - Le Tiers - Monde face aux Pays Riches, 2ª ed., p.213. Paris, PUF, 1973.

Esta "sangria" na renda produzida pelos países em desenvolvimento é até, como veremos daqui a pouco, um dos elementos apontados como componentes do imperialismo dos países do "centro".

As teses liberais estavam erradas.

Por um lado, se a livre concorrência internacional podia ser boa para os países industrializados, era prejudicial para os subdesenvolvidos. Aliás, já no começo do séc. XVIII a Inglaterra e Portugal, pelo Tratado de Methuen (1703) haviam consagrado o tal princípio da especialização internacional, pelo qual a primeira se "especializou" na indústria têxtil (e depois nas demais indústrias), ao passo que o segundo se especializou (até hoje) na produção de vinhos — e na pobreza ...

Por outro lado, a teoria das etapas do desenvolvimento econômico esquece que se a poupança e o investimento são condições necessárias ao desenvolvimento, elas não são, todavia, condições suficientes. Existe atualmente consenso em que, se poupança e investimento são indispensáveis, terão que ser complementados por experiência empresarial, mão-de-obra qualificada, facilidade de transportes, etc.. Acresce que enfatizando a aceleração do crescimento do PNB como índice de desenvolvimento, esquece a teoria clássica que a ênfase deve ser posta nas reformas estruturais e institucionais necessárias não só à eliminação ou redução da pobreza, do desemprego e das gritantes desigualdades sociais, ^{como} necessárias ainda à elevação dos padrões de saúde, educação e cultura das massas(9).

(9) - A prestigiada revista World Development (Pergamon Press, Oxford), afirmando-se um jornal internacional destinado ao estudo multidisciplinar e à promoção do desenvolvimento mundial, adota como lema a idéia de que "development must be redefined as an attack on the chief evils in the world today: malnutrition, disease, illiteracy, slums and unemployment..."

Por seu turno, Todaro (op. cit., p.95), depois de redefinir também o desenvolvimento econômico em termos de combate à pobreza, desigualdade e desemprego, cita o Prof. Dudley Seers como tendo talvez posto as questões básicas acerca do desenvolvimento, quando já em 1969 afirmou: "As questões a colocar quanto ao desenvolvimento de um

Além de tudo isso, e mais importante do que tudo isso, a teoria das etapas não considera o fato, que é crucial, de que os atuais países não desenvolvidos (o Terceiro Mundo) fazem parte de um sistema internacional muito complexo, no qual os seus melhores esforços desenvolvimentistas podem ser anulados por forças externas.

Ora, foi o exame dessas forças, desses obstáculos ao desenvolvimento, que levou à visão do sistema como sendo caracterizado por uma dominância dos países industrializados e uma dependência dos não desenvolvidos.

Esta foi a crítica dita "estruturalista" ao liberalismo tradicional e foi ela a primeira formulação da teoria da dependência.

3.2. Origens (continuação): A contribuição marxista

No final da década de 50, Paul Baran, marxista norte-americano, adaptou aquelas análises estruturalistas às teorias marxistas do imperialismo, reformulando umas e outras

país são, portanto: Que está acontecendo com a pobreza? Que está acontecendo com o desemprego? Que está acontecendo com a desigualdade? Se os três houverem declinado substancialmente, então sem dúvida de que está havendo nesse país um período de desenvolvimento. Se um ou dois destes problemas centrais estiver piorando, e especialmente se isso acontecer com os três, seria estranho chamar-se ao resultado "desenvolvimento", mesmo que a renda per capita houvesse dobrado".

Na mesma linha, o Terceiro Informe ao Clube de Roma afirma que "o problema do subdesenvolvimento terá que ser redefinido como um ataque seletivo contra as piores formas de pobreza. As metas de desenvolvimento deverão ser expressas em termos de redução progressiva e da eliminação eventual [erro de tradução? Não será "eliminação final?"] da subnutrição, doença, analfabetismo, miséria, desemprego e desigualdades" - TINBERGEN, Jan. Op. cit., p.98.

e dando força renovada às teses da "dependência".

Se "imperialismo" em geral é uma situação ca racterizada pela hegemonia exercida por um Estado sobre outros Estados ou sociedades que estejam sob o seu controle, para os marxistas o termo refere-se unicamente às particulares formas de hegemonia exercida por países desenvolvidos sobre países subdesenvolvidos, dentro do sistema capitalista (10).

Numa primeira fase do pensamento marxista, o pró prio Marx considera o imperialismo como sendo historicamente necessário, dizendo mesmo, a propósito da Índia, que a questão não estava em saber se esse país devia ser colonizado, mas por quem (Ingleses? Turcos? Russos?) devia a Índia ser colo nizada. Porém, uma vez introduzidas, pelos colonizadores, a estrada de ferro e a locomotiva, a Índia estaria necessariamen te colocada no patamar da industrialização. Ou, como ele es crevia no prefácio da 1ª edição do Capital: "O país que está mais desenvolvido apenas mostra ao menos desenvolvido a ima gem do próprio futuro deste" (11). Se era da essência do capi talismo desenvolver ao mesmo tempo riqueza e pobreza, isto de via acontecer dentro de cada sociedade, mais do que entre so ciedades diferentes. Fosse através do colonialismo, fosse atra vés do livre-comércio, o resultado seria sempre o desenvolvi mento de novas sociedades capitalistas, similares em tudo às anteriores e que, como estas, teriam as contradições ineren tes ao sistema capitalista, as quais finalmente provocariam a passagem ao socialismo.

Numa segunda fase do pensamento marxista, com Rosa Luxemburgo e Lênine, chamados os "clássicos do imperialis mo", considerou-se que o desenvolvimento do capitalismo nas colônias seria refreado pelas sociedades de economia avançada,

(10) - Veja-se PALMA, Gabriel, op. cit., p.883 e segs., que procuraremos sintetizar na composição que se segue.

(11) - Transcrito de PALMA, p.889.

que então já estavam na "fase monopolista". O próprio capitalismo não poderia sobreviver sem a direta administração política e a ocupação militar das áreas coloniais. O imperialismo seria uma fase (a última) do desenvolvimento do capitalismo, caracterizada pela exportação de capitais, competição por matérias-primas, crescimento dos monopólios - e contínuas guerras entre os países capitalistas, além das revoltas coloniais. Os operários dos países capitalistas seriam pagos um pouco melhor, à custa, segundo Lenine, dos "superlucros da exploração imperialista", para assim se assegurar o seu apoio nas políticas imperialistas da "mãe-pátria" (12).

A última e atual fase do pensamento marxista, que se pode dizer haver sido iniciada com a obra The Political Economy of Growth de Paul Baran (1957), parte do argumento de que nenhum país subdesenvolvido, ainda que politicamente independente, poderá mais esperar libertar-se da situação de dependência econômica e desenvolver-se até à plena industrialização, dentro do sistema capitalista. Tais países (periféricos) estariam envolvidos numa situação de dependência pós-colonial, "na qual o capital estrangeiro (empresas multinacionais), a remessa de lucros para o exterior, os adversos termos de troca (comércio desigual), tudo joga no sentido de limitar, distorcer ou paralisar o desenvolvimento econômico e a industrialização" (13).

3.3. "Centro" e "periferia": Dominância e dependência

A teoria da dependência é também chamada "teoria estruturalista" e, sobretudo nos Estados Unidos, "escola radical das relações internacionais". Dela existem várias formu

(12) - Cit. por PALMA, op. cit., p.894. Este argumento é, ainda hoje, correntemente invocado, quando se tenta explicar o conservadorismo das massas operárias norte-americanas.

(13) - SUTCLIFFE, cit. por PALMA, p.885.

lações, mas nós limitar-nos-emos àquilo que é comum a quase todas.

Parte a teoria da constatação de que o fosso separando de todos os demais aquela minoria de países que se industrializaram até ao primeiro quartel do séc. XX, não tem feito senão crescer. Segundo Paul Bairoch (14), no séc. XVIII era de apenas 50% a 70% a distância que separava as rendas per capita das sociedades avançadas, em relação às menos avançadas. Tal distância foi-se avolumando, passando a ser de 1 para 9 em 1950 e de 1 para 14 em 1970, com um máximo de 1 para 40 entre alguns países asiáticos e os Estados Unidos. Em 1980(15) a renda média por habitantes dos países do Primeiro Mundo (671 milhões de habitantes, com 10.000 dólares) era 46 vezes superior à renda média daqueles vivendo no chamado Quarto Mundo (1,1 bilhão, com 261 dólares).

Por outro lado, como também observa Bairoch, o custo dos investimentos industriais cresceu de tal maneira que daqui para diante representa um obstáculo quase insuperável à industrialização, porque o investimento necessário para a criação de um emprego industrial, que equivalia a quatro meses de salário de um operário na Inglaterra de 1760 - 1780, e de seis a oito meses na França de 1800-1820, eleva-se atualmente a 20 meses de salário nos países já industrializados, e a 350 meses, em média, nos países do Terceiro Mundo! Bairoch evidencia ainda que o handicap tecnológico de que sofrem estes últimos países é tal, que eles não terão atualmente nenhuma possibilidade de fabricar sozinhos as complexas máquinas e

(14) - BAIROCH, Paul, Le Tiers-Monde dans l'Impasse (Paris, Gallimard, 1971), cit. por HERMET, Guy: "Entre l'Utopie et La Stratégie", in Revue Française de Science Politique, nº 30 (1980), p.212-213.

(15) - World Development Report 1980 (The World Bank, 1981, p. 13), citado in: Cadernos do Terceiro Mundo, nº 34, junho/81, p.60.

mais instrumentos de produção, quando a produção de bens capitais, conforme a tecnologia então disponível, foi o motor do desenvolvimento na Inglaterra, na Europa Continental, nos Estados Unidos e mesmo no Japão.

Como se terá chegado a esta situação?

Segundo a teoria da dependência, é da própria essência do sistema capitalista a desigual evolução dos países de um "centro" rico e industrializado e daqueles, deserdados, da "periferia". Não será possível nunca, um desenvolvimento "capitalista" da periferia; daí que se torne "objetivamente necessária uma ruptura socialista". (Samir Amim). Desenvolvimento e sub-desenvolvimento são duas faces da mesma medalha, ambos são o produto da estrutura capitalista, que é dialeticamente contraditória (Gunder Frank). Uma economia é dependente de outra, quando a sua expansão só pode ser efeito reflexo da expansão da economia dominante; as economias dominantes, com recursos tecnológicos, comerciais, de capital e até sócio-políticos, podem, por isso, extrair das dependentes uma parte daquilo que é nelas produzido (Theotônio dos Santos).

Portanto, conclui-se que nos quadros da teoria da dependência, o sistema mundial capitalista, caracterizado necessariamente pela coexistência de países ricos e países pobres, implica sempre na exploração destes (periferia) por aqueles (centro), ainda que porventura não seja essa a intenção de pessoas e governos. Por outras palavras, o sistema capitalista é necessariamente imperialista, só poderá subsistir mediante a dominância de algumas economias e a dependência de todas as outras que façam parte do sistema.

Mas segundo os dependentistas, os males do Terceiro Mundo não ficam por aqui: Se nos países do "centro" é possível e politicamente é conveniente distribuir uma parcela da farta renda disponível pelas classes dominadas, o caso é diverso nos países da "periferia"; nestes, a insuficiente ren

da nacional é apropriada pela burguesia local (proprietários rurais, industriais, comerciantes, altos funcionários e mesmo líderes sindicais), a qual se recusa a partilhá-la com os desfavorecidos. Por isso mesmo, é profundo o fosso separando uns dos outros e daí que sejam frequentes os conflitos sociais, atentados terroristas da direita e da esquerda, guerrilhas, ditaduras e até algumas revoluções sociais. Elas só raramente seriam bem sucedidas, porque internamente a burguesia tem sua clientela, comprada à custa de favores e recompensas e porque externamente é apoiada pelo "centro". Aliás, será lógico que esta burguesia, constituindo uma pequena elite e usufruindo de elevada renda, status social e poder político, não esteja interessada em lutar contra o imperialismo do "centro"; o seu principal interesse, tenha ela ou não consciência disso, consistirá na perpetuação do sistema capitalista internacional vigente, o qual lhe garante o nível de vida de que aufere.

Repetindo Todaro, diremos que para os dependentistas esta burguesia, direta ou indiretamente estará servindo (ou seja, estará sendo dominada por) determinados grupos, poderosos e influentes, das nações ricas, pelas quais ela será paga (ou seja, dos quais ela será dependente). As convicções e atividades desta burguesia "freqüentemente inibem quaisquer esforços genuínos de reforma que poderiam beneficiar a maioria da população"(16). É praticamente por estas mesmas palavras que numa das declarações adotadas em 1967, em Havana, na conferência da "Organização Latino-Americana de Solidariedade" se disse: "Seria absurdo supor que (...) a assim chamada burguesia latino-americana é capaz de desenvolver uma linha política independente (...) do imperialismo, na defesa dos interesses e aspirações da nação. A contradição dentro da qual ela está objetivamente enredada é, por sua própria natureza, ines

(16) - TODARO. Op. cit., p.91

capável" (17).

De tudo se conclui, no âmbito da teoria da dependência, que para o povo, para as "massas" dos países periféricos, a única escolha que ainda é possível, é entre a estagnação ou a revolução social.

3.4. Os países da "semi-periferia"

A teoria da dependência tem um caráter estático, fatalista: Existe um determinismo econômico impedindo o desenvolvimento de qualquer país da periferia; a opção, como vimos, será entre estagnação ou revolução.

-
- (17) - PALMA. Op. cit., p.898. É interessante ver como era algo diferente a visão de Mao Tsé-tung (ou Mao Zedong, segundo a nova grafia Pinyin, adotada oficialmente desde 1979), quando em 1940 falou da posição da burguesia chinesa quanto à revolução socialista, por um lado, e ao imperialismo japonês, pelo outro: "Pelo fato de a burguesia chinesa ser uma burguesia colonial ou semi-colonial oprimida pelo imperialismo, ela guarda, mesmo na era imperialista, um caráter revolucionário dirigido ao mesmo tempo contra o imperialismo estrangeiro e contra o governo burocrático de seu próprio país (...). Assim, ela pode aliar-se ao proletariado e à pequena burguesia, contra os seus inimigos.(...) Mas ao mesmo tempo, do fato de que a burguesia chinesa é uma burguesia colonial ou semi-colonial, a sua fraqueza econômica e política é extrema. Daí ela tirou uma outra característica: É o espírito de compromisso com os inimigos da revolução. A burguesia chinesa, sobretudo a grande burguesia, não quer, mesmo em tempo de revolução, romper completamente com o imperialismo. (...) De uma parte, o caráter revolucionário, da outra o espírito de compromisso (...). Esta dualidade encontra-se igualmente na história da Europa e da América. Quando está em face de um inimigo poderoso, a burguesia quer aliar-se aos operários e comunistas, para combatê-lo; depois do despertar dos operários e comunistas, ela alia-se ao antigo inimigo, para se opor a eles" (La Démocratie Nouvelle, 1940, em extrato in: BOUILLON, SORLIN & RUDEL, Le Monde Contemporain (Histoire - Civilisations), Paris, Bordas, 1963. p.591.

Não seria possível, todavia, ignorar ou esconder dois fenômenos recentes, aparentemente contrários à teoria: Por um lado, verificou-se em determinados países do Terceiro Mundo um como que "desbloqueio" do desenvolvimento econômico, através de um processo de industrialização que parecia ser "milagre"; por outro lado, em outros países, que exportavam uma matéria-prima barata, mas essencial para a prosperidade dos países ricos, verificou-se que chegara o momento histórico de impor a estes a justa revalorização do preço do produto que exportavam...

O primeiro destes fenômenos está na origem da industrialização de uma dezena de países do Terceiro Mundo, que nas estatísticas oficiais da OCDE e do Banco Mundial são chamados de "newly industrializing countries", ou seja, "países de industrialização recente", ou "NICs", ou, na expressão que no Brasil vai sendo consagrada pelo uso, "novos países industriais". O segundo fenômeno deu origem aos "novos-ricos" do sistema internacional, os países exportadores de petróleo.

Conjugados, os dois fenômenos despedaçaram aquele conjunto enorme e uniforme de países, que constituía a "periferia" do sistema capitalista mundial e conhecido por Terceiro Mundo, a ponto de atualmente todos estarem de acordo em distinguir dentro dele, seguindo Pierre Moussa (18), três categorias de países: Os "países opulentos", aqueles que graças ao petróleo ascenderam a um nível de renda per capita muito elevado; os "países emergentes", que estão decolando economicamente, constituídos umas vezes por países minúsculos, às vezes ilhas ou "cidades-estados", como Hong-Kong e Cingapura e outras vezes por países importantes, como o Brasil, o México, a Indonésia, a Nigéria e a Argélia; os "países proletários", finalmente, que constituiriam todos os outros, "os

(18) - MOUSSA, Pierre, Le Tiers Monde en Miettes, cit. por COLARD, Daniel. op. cit., p.152.

pobres entre os pobres" ou Quarto Mundo, com fracas esperanças de desenvolvimento, considerados os seus recursos naturais, a sua população, etc.

As novas realidades, e sobretudo a emergência dos "newly industrializing countries", forçou os dependentistas a introduzir uma série de correções e ajustamentos à teoria, levando alguns a formular conceitos como de "desenvolvimento dependente-associado", "capitalismo periférico" e "capitalismo semi-industrial", como um novo estágio de dependência e, aliás, o mais elevado a que os países subdesenvolvidos poderiam aspirar. Outros preferiram falar em "subimperialismos", "gendarmes regionais" "relais do imperialismo" (19), etc.

Todos aqueles países que se afastaram da "periferia", mas que não fazem parte do "centro", constituiriam, nos quadros da teoria da dependência, a "semi-periferia". Incluiriam o Brasil, o México, a Argentina, a Coreia do Sul, a Formosa, Hong-Kong e Cingapura, tudo NICs, mais outros países que se vão juntando ao grupo, como a Nigéria, a Argélia, a Malásia, as Filipinas, o Egito, a Venezuela, a Colômbia. Incluiriam mesmo à própria África do Sul, com características económico-sociais similares às dos NICs e até países produtores de petróleo, como a Arábia e o Irã.

Mais adiante, teremos oportunidade de dizer o que pensamos do fenómeno da "semi-periferia". Aqui, registaremos apenas a explicação do "capitalismo periférico" dada por Samir Amin, aqui seleccionada porque, como ressalta do seu conjunto, foi formulada tendo presente a conjuntura concreta africana(20):

(19) - Relais é a palavra francesa significando, segundo o 'Larousse', a "matilha dos cães de caça colocados num lugar determinado, para serem soltos durante a caçada".

(20) - AMIN, Samir. "Développement Autocentré, Autonomie Collective et Ordre Economique International Nouveau: Quelques Réflexions", in: Africa Development (Dakar, Senegal), vol. 2º (1978), p.5-22.

Na sua primeira fase, o imperialismo caracterizou-se pelo regime do chamado "pacto colonial", cuja idade de ouro se situa entre 1880 e 1914, caracterizado pela dominação política direta do centro sobre a periferia. Durante esta fase, foi criado um "setor exportador" em benefício do processo de acumulação no "centro", sendo a remuneração do trabalho nesse setor "tão baixa quanto o permitem as condições econômicas, sociais e políticas". Apesar das condições desfavoráveis, o setor exportador criou na colônia um "mercado interno", embora limitado e deformado, caracterizado por uma procura de bens "de luxo", em detrimento da demanda de bens "de consumo de massa".

Ora, a primeira fase da luta anti-imperialista, contra esta situação de pacto colonial, foi constituída pelos movimentos de libertação nacional, dirigidos pela burguesia de cada país, que era apoiada pelo proletariado "super-explorado" e pelo campesinato, "duplamente explorado". O movimento começou com a Revolução Mexicana de 1911, prosseguiu na Turquia com Kemal Ataturk, no Brasil e na Argentina "sob a forma populista", na Ásia do Sul após a Segunda Guerra Mundial, na África com as independências dos anos 60, etc.

A burguesia triunfante lançou-se então na estratégia de industrialização, que depois ganhou o nome de estratégia de substituição de importações, caracterizada por começar "pelo fim", ou seja, pelos produtos "de luxo", correspondentes aos estádios mais avançados do desenvolvimento do "centro", os "bens duráveis", os quais são altamente consumidores de capitais, mão-de-obra qualificada e outros recursos raros. Daqui resulta uma "distorção" essencial no processo de alocação de recursos a favor destes produtos, em detrimento da produção de bens de consumo de massa, o que explicaria, desde logo, a estagnação da "agricultura de subsistência", por um lado, e a "marginalização das massas", pelo outro, mas, por

isso mesmo, garantindo a "rentabilidade do setor da produção de luxo".

Só as firmas multinacionais dispõem do capital e da tecnologia necessárias para os investimentos neste setor de produção de luxo. Portanto, a origem extrovertida do desenvolvimento, na primeira fase do imperialismo, perpetua-se por esta segunda fase imperialista, durante a qual a burguesia local "deixa de ser nacional para se transformar no aliado subalterno do imperialismo, integrando-se na nova divisão [internacional] do trabalho"...

De tudo conclui Amin ser ilusório acreditar na possibilidade de um desenvolvimento "autoconfiante" (do inglês "self-reliant"), fundado no princípio de cada um "contar só com as suas próprias forças", ou acreditar na cooperação e integração econômica entre países do Terceiro Mundo ("autonomia coletiva", do inglês "collective self-reliance"), ou mesmo acreditar na instituição de uma nova ordem econômica internacional, dentro do sistema capitalista mundial: Se as burguesias locais nem sequer estão em condições de lutar contra o imperialismo do "centro", muito menos poderão impor a este os seus pontos de vista. Além disso, ainda que a periferia conseguisse o controle dos recursos naturais, o acesso aos mercados do "centro", a aceleração da transferência de tecnologias, etc., sempre

a nova divisão do trabalho alicerçar-se-ia na exportação pela periferia de produtos manufaturados baratos, ou seja, daqueles para os quais a vantagem de salários inferiores, considerando-se as produtividades comparadas, permite uma elevação da taxa de lucro à escala do sistema mundial. A distribuição mundial do lucro modificaria então os preços relativos e, desta maneira, iria mascarar essa transferência suplementar de

valor da periferia para o centro. Por outras palavras, a nova divisão do trabalho perpetuaria e agravaria a troca desigual. Além disso, esta divisão desigual do trabalho perpetuaria nas periferias a distorção da estrutura da demanda em detrimento do consumo das massas, como nas fases precedentes (a 1ª e a 2ª fases do imperialismo). O desenvolvimento do sistema mundial permaneceria, pois, profundamente desigual. Por conseguinte, a demanda externa permaneceria a força motriz principal, impulsionando este tipo de desenvolvimento sempre dependente. Acrescenta-se que, neste quadro da dependência renovada, o atraso da agricultura também se perpetuaria.

Samir Amin conclui a sua tese afirmando que o slogan do "desenvolvimento auto-confiante" não passaria de uma justificação ideológica da pretensão, que é impossível, a um desenvolvimento por etapas progressivas; quanto ao slogan da "autonomia coletiva", diz que se a industrialização periférica é impulsionada pela exportação para os países do centro, não é possível a cooperação entre países da periferia, a não ser em dois casos: Luta conjunta pela melhoria dos preços de suas exportações primárias ou orientação de um ou outro país, "com mais recursos naturais, proletarização mais avançada, etc.", pela via do subimperialismo, procurando garantir em países menos desenvolvidos mercados para os seus produtos, ou o abastecimento em matérias-primas e produtos alimentares...

3.5. Teoria da dependência e monetarismo neo-liberal

No fundo, a teoria da dependência não faz outra coisa senão voltar às avessas os fundamentos do liberalismo econômico clássico (21). Os clássicos sustentavam que o crescimento do comércio mundial e a progressiva especialização ou

(21) - Aliás, guardadas as proporções, pode-se dizer que com esta atitude os dependentistas imitaram Marx, quando este inverteu a dialética idealista hegeliana, criando a "dialética materialista".

divisão internacional do trabalho, inevitavelmente implicariam em desenvolvimento econômico. Os dependentistas partem também do mesmo quadro determinista econômico, mas para chegarem a conclusões contrárias: Quanto mais comércio houver, quanto maior for a divisão internacional do trabalho, tanto mais subdesenvolvidos ficariam os não desenvolvidos: o desenvolvimento do "centro" só pode ser feito à custa do subdesenvolvimento da "periferia" (22). Dentro do contexto do sistema capitalista, não há alternativa para o subdesenvolvimento.

Foi enorme o prestígio alcançado pela teoria da dependência. Tão grande, que um norte-americano pôde afirmar que "as implicações sociológicas e culturais da teoria da dependência constituem um desafio ideológico que o mundo ocidental e particularmente os Estados Unidos fariam mal em ignorar"(23).

(22) - Poder-se-ia dizer também que o liberalismo clássico adota um "círculo virtuoso" do desenvolvimento, ao passo que a teoria da dependência adota um "círculo vicioso": para o primeiro, o ingresso de qualquer país no comércio internacional implica em elevação de ganhos, o que implica elevação da poupança, o que implica maior investimento, o que implica maior PNB, o que implica mais força nas negociações internacionais, e logo, elevação no preço dos produtos transacionados, etc., etc.; para a segunda teoria, ter-se-ia logo de início uma desigualdade nos termos de troca, que provoca lucros indevidos dos países industrializados e uma taxa de acumulação muito fraca nos países subdesenvolvidos, o que provoca uma elevação mais lenta do PNB destes, o que provoca menor poder de negociação, o que provoca desigualdade ainda maior nos termos de troca etc., etc: Cfr. **COUSSY**, Jean: "Extraversion Économique et Inégalité de Puissance", op. cit., p.862.

(23) - GASPARD, Edmond. "United States-Latin America, a Special Relationship", in: Policy Studies, Washington, 1978, p.53.

Mas os Estados Unidos não ignoraram a teoria da dependência. A partir de meados da década de 70 retomaram a ofensiva, exportando, pelo menos para a América Latina, nova estratégia econômica, naturalmente de natureza neo-liberal: O monetarismo ou "friedmanismo", corpo de doutrinas da autoria de Milton Friedman (24), Prêmio Nobel da Economia, conhecido pelo seu magistério na Universidade de Chicago, que valeu a seus discípulos o apelido de "Chicago boys".

O monetarismo é fundamentalmente a denúncia da inflação como o pior inimigo da prosperidade econômica e a afirmação de que ela deve ser combatida pela disciplina monetária e pela redução das despesas públicas. De acordo com a velha linha liberal, as funções do Estado devem ser reduzidas ao essencial — defesa nacional, preservação da ordem interna, garantia de uma moeda estável, abolição de barreiras alfandegárias e outras restrições ao comércio internacional, não intervenção do Estado no setor econômico...

Tal doutrina pode ser adequada para os Estados Unidos do Presidente Reagan (mesmo que consiga compatibilizar a redução das despesas públicas com uma nova corrida armamentista), ou mesmo para a Inglaterra de Margareth Thatcher, mas se aplicada a países em desenvolvimento cremos que pode ser catastrófica. Nestes países, é a inexistência de um setor privado, ou o seu pouco dinamismo e fragilidade, que leva à hipertrofia do Estado, e em especial à proliferação das empresas públicas, cuja privatização os monetaristas defendem. Se a hipertrofia do setor público é consequência da falta de dinamismo do setor privado, não pode ela ser a causa dos males da economia; a inflação, nestes países, deve ter outras causas,

(24) - FRIEDMAN, Milton: Capitalismo e Liberdade. Rio de Janeiro, Arte Nova, 1978. FRIEDMAN, Milton & Rose: Liberdade de Escolher - O novo liberalismo econômico. Rio de Janeiro, Record, 1979/80.

ligadas à própria estrutura econômica, que não as meramente monetárias, que Friedman lhe aponta (25).

Numa conjuntura econômica internacional caracterizada por um progressivo protecionismo dos países industrializados (para quem, segundo parece, a livre concorrência só é boa quando se trata, para eles, de exportar), o qual cria dificuldades aos modelos de desenvolvimento periféricos fundados na industrialização para a exportação, o monetarismo vem sendo visto por muitos, mesmo nos países em desenvolvimento, como a única saída que resta. Acreditamos que só num quadro destes, de "última saída", pôde o monetarismo ser adotado desde 1974 no Uruguai e no Chile e desde 1976 na Argentina, aqui com o conhecido ministro Martinez de Hoz. Agora, parece que as suas receitas estão sendo aplicadas ao Brasil, em doses crescentes, numa tentativa de curar as maiores enfermidades que são diagnosticadas a este. Todavia, se o monetarismo não puder curar a doença, e se, em vez disso, ele ainda vier agravar a atual recessão, ele não fará mais do que contribuir para ainda maior prestígio da teoria da dependência (26).

(25) - É isto, pelo menos, o que sustentam economistas ilustres, como Raul Prebisch ("Imitation does not work", South, Londres, nº 4, 1981, pp.29-33), citado por GILHODES, Pierre, "Les Relations Économiques entre les États-Unis et L'Amérique Latine" (1975-1979)", in: Problèmes d'Amérique Latine, nº 60, 1981, p.121.

(26) - É significativo que o ex-Presidente da Venezuela, Carlos Andrés Peres, acuse o seu sucessor Luis Herrera Campins (empossado em março de 1979), de alinhar com os economistas do "cone sul". Diz ele que "quis-se copiar aqui (Venezuela) a escola neo-liberal dos "Chicago-boys", mas este esquema não pode funcionar a não ser com tanques e metralhadoras postados a cada esquina. Foi o que se passou no Brasil, na Argentina e no Chile": BARTHÉLÉMY-FEBRER, Françoise. "Le Retour des Sociaux-Chrétiens au Venezuela: Premier Bilan", in Problèmes d'Amérique Latine, nº 60 (1981), p.30 (Paris, La Documentation Française).

4. A INTERDEPENDÊNCIA COMPLEXA

4.1. Crise e atualidade das escolas diplomático-estratégica e da dependência

A visão do sistema internacional dada pela escola diplomático-estratégica é dualista: Teríamos a divisão do mundo entre o Ocidente e o Leste, equilibrando-se os dois blocos (equilíbrio bipolar). Por seu turno, a escola da dependência dá-nos uma visão igualmente dualista: Teríamos a divisão do mundo entre um Norte e um Sul, mas agora um dominando o outro.

Qualquer uma destas concepções do sistema internacional, todavia, não consegue explicar adequadamente o sistema, na sua totalidade, nem comporta explicações convincentes para as novas realidades, que ano após ano vão ganhando forma na cena internacional, lentamente transformando esta.

A divisão do mundo entre o Ocidente e o Leste sofreu um golpe profundo com o cisma sino-soviético, seguido da aproximação sino-americana: A China surgia, assim, como uma terceira força, independente da URSS e dos Estados Unidos. Por outro lado e como já se notou supra (capítulo anterior, nº4), a recuperação econômica da Europa Ocidental e do Japão criou novos polos de poder dentro do bloco ocidental; estes, se cooperam com os Estados Unidos em matérias de interesse comum, como é o caso das grandes linhas de ação face ao Terceiro Mundo, também desafiam-nos em outras matérias, fazendo-lhes competição econômica, contestando a sua política financeira e muitas vezes opondo-se à instalação em seus territórios de armas sofisticadas, que poderiam fazer deles o primeiro alvo em uma eventual guerra nuclear.

A divisão bipolar do mundo terá, portanto, dado lugar a uma divisão tripolar, ou mesmo pentapolar.

Por outro lado, tanto a URSS como os Estados Unidos perderam, dentro do respectivo bloco (ou daquilo que de le terá restado) aquela posição de hegemonia indiscutida, em qualquer questão tida como do interesse de todos. A Leste o processo começou na década de 70, com a Romênia reivindicando uma política externa independente e continua agora com o processo polonês, que ninguém sabe como terminará. No Ocidente, assistiu-se ao desafio coletivo lançado aos Estados Unidos (e à Comunidade Européia e Japão) pelo "Grupo dos 77" no âmbito da UNCTAD, com a reivindicação de uma nova ordem econômica internacional, o qual foi logo seguido do desafio dos países exportadores de petróleo...

Parece que o dualismo da escola diplomático-estratégica tradicional não consegue abarcar estes movimentos centrífugos, e ainda menos explicar o seu sucesso (27).

Por seu turno, a escola da dependência também nunca conseguiu dar uma explicação convincente, dentro de seus quadros igualmente dualistas, do fenômeno da industrialização recente de diversos países do Terceiro Mundo (os "newly industrializing countries" da "semi-periferia"), fenômeno esse que parecia impossível, dentro de seus quadros teóricos. Já vimos (supra, nº 3.4) como para tentar salvar a teoria, se lhe acrescentaram conceitos como os de semi-periferia, desenvolvimento

(27) - Assim é que em obra fundamental, escrita em 1961 e ainda hoje lida com muito proveito, Morton Kaplan e Nicholas Katzenbach afirmavam a propósito do modelo que defendiam e que denominavam Sistema (Internacional) Bipolar Flexível: "O alinhamento não é flexível. As nações comunistas pertencem obrigatoriamente ao bloco soviético. A China Comunista, por exemplo, embora sob muitos aspectos possa manter-se independente de Moscou, faz grandes esforços, pelo menos por enquanto, para manter a União Soviética como principal membro do bloco. No mundo livre a inclinação natural é para uma associação com os Estados Unidos, exceto aqueles cujas memórias do controle colonial permanecem ativas" — Fundamentos Políticos do Direito Internacional, cit., p.64.

dependente-associado, capitalismo periféricos, subimperialismos, países "relais" do imperialismo, ou "gendarmes" regionais.

O próprio fenômeno representado pela "insubordinação coletiva" dos países exportadores de petróleo em 1973, parecia impossível à luz da teoria da dependência. Não estivesse o mundo dividido em dois blocos, ou seja, não existisse uma superpotência denominada URSS, e a "aventura" dos exportadores de petróleo teria decerto terminado com uma intervenção militar ocidental.

Ora bem: Se nem a escola diplomático-estratégica nem a escola da dependência conseguem abranger toda a dinâmica do sistema internacional, a verdade também é que, se examinada a questão sob outros prismas, tanto uma como a outra parecem cada vez mais atuais, nos quadros que cada uma desenha da situação internacional.

Assim, hoje mais do que nunca, parece que o mundo assiste ao confronto em escala global de dois sistemas sociais, ou mesmo de duas civilizações irreconciliáveis, uma encabeçada pelos Estados Unidos e a outra pela União Soviética. O grande conflito mundial seria entre o comunismo e o capitalismo; os russos combateriam por toda a parte o "imperialismo americano" e os americanos, por sua vez, o "comunismo internacional".

Se acima das dimensões econômicas, financeiras, tecnológicas e até populacionais do poderio de qualquer país (28) for colocada a força militar, como a última ratio, não

(28) - "Um Estado é reputado mais ou menos poderoso, escreve Marie-Claude Smouts, segundo a sua capacidade de controlar as regras do jogo em um ou vários domínios-chaves da competição internacional e segundo a sua agilidade em ligar estes domínios para disso tirar vantagem". "Nouveaux Centres de Pouvoir et Problématique de la Puissance", in Revue Française de Science Politique, 1980, nº2, p.230.

há dúvida de que os Estados Unidos e a União Soviética continuam sendo as duas únicas potências verdadeiramente globais, isto é, com capacidade de intervenção militar em qualquer ponto do globo.

Sobretudo quanto à União Soviética, a sua força nunca como agora se fez sentir assim tão omnipresente. Longe vão os tempos em que ela era uma potência continental, cercada por todos os lados. Hoje, no teatro europeu a União Soviética goza de indiscutida superioridade militar em forças convencionais, enquanto parece haver equilíbrio em armas nucleares. A sua presença no Afeganistão, que parece irreversível (29), põe-na a dois passos do subcontinente indiano, do Oceano Índico e sobretudo das fontes e rotas de aprovisionamento de petróleo do Ocidente. No Extremo-Oriente e no Pacífico, dispõe de força renovada, que se faz sentir desde a Índia até às costas ocidentais das Américas; nessas vastas regiões, a U.R.S.S. dispõe de suas bases aero-navais tradicionais de Vladivostok e de Petropavlosk em seu território, acrescidas agora das bases no Vietnam abandonadas pelos americanos, apoiando a poderosa esquadra que mantém no Pacífico e que tantas preocupações vem dando aos americanos (30). Até mesmo o continente africano, tra

(29) - Se nunca é fácil o papel da potência estrangeira que se propõe proteger um governo contra o qual se levantou uma guerra subversiva, como aconteceu com os Estados Unidos no Vietnam e como acontece em El Salvador ou também com a União Soviética em Angola, na Etiópia e no Afeganistão, parece que o "staying power" dos regimes comunistas é muito superior a dos países ocidentais, como diz Pierre Hassner: "A la Recherche de la Cohérence Perdue", in Revue Française de Science Politique, 1980, nº 2, p.253.

(30) - "O incessante reforço do poder militar Soviético nas duas últimas décadas, escreve-se em recente Time (23.3.81, p.31), tem sido um fenómeno à escala mundial. Mas à volta do ano passado, em adição ao mais profundo empenhamento no Afeganistão, a U.R.S.S. parece ter estado concentrando forças no seu flanco oriental: Ali, refor

dicionalmente zona de influência ocidental, não escapou à penetração soviética, a ponto de forçar os Estados Unidos a apoiar indiretamente a recente aventura sul-africana em terras de Angola (setembro de 1981), mesmo conhecendo a hostilidade que tal apoio suscitaria em todo o mundo e em especial na África Negra.

Se passarmos agora à visão do mundo dada pela teoria da dependência, qualquer observador poderá notar que nunca como agora parecem ter sido tão justificadas as preocupações com uma reestruturação profunda do sistema econômico mundial. Pode mesmo ser posta a questão de saber se apesar da emergência de alguns "newly industrializing countries" houve realmente qualquer mudança na estrutura de um sistema internacional, cuja característica permanente seria a da exploração da "periferia" pelo "centro", este dominando em todos os campos. Na verdade, vários desses "newly industrializing countries", ou NICs, como o Brasil, que há dez anos pareciam estar-se livrando das cadeias da dependência, estão agora esmagados por dívidas para com os países industrializados em escala nunca antes imaginável, agravando, assim, a sua situação de dependência em relação aos centros econômico-financeiros do Norte...

A dívida externa dos países do Terceiro Mundo cresceu rapidamente, a partir do "choque do petróleo", de 1973.

çou fortemente o que já eram formidáveis forças terrestres, aéreas e marítimas ao longo da orla do Oceano Pacífico. Uma mudança na balança de poder na área, seria notícia má para o Ocidente". Noutra passagem (p.32), informa-se que "a esquadra soviética do Pacífico é agora a maior do mundo, totalizando 319 vasos de guerra, comparados com 171 da Sétima Esquadra dos Estados Unidos", muito embora os navios e submarinos americanos contínuem sendo, de longe, "tecnicamente mais sofisticados, disponham de poder de fogo maior e tenham tripulações melhores treinadas".

Este "choque" atingiu indiscriminadamente os países desenvolvidos e os em desenvolvimento não produtores de petróleo, mas os primeiros repassaram rapidamente o seu déficit para os segundos: Assim é que os países industrializados passaram de um déficit em conta-corrente de 10 bilhões de dólares em 1974, a um superavit de 19 bilhões em 1975 (31). Foi o endividamento dos países não desenvolvidos e não produtores de petróleo que permitiu aos países industrializados reduzir a proporção mínimas a recessão que se declarava. Afirma Pierre Dhonte:

A elevação dos preços do petróleo e a recessão de 1975 alteravam profundamente os balanços de pagamentos. Nessa ocasião, a elevação do endividamento evitou aos países em desenvolvimento uma restrição brutal de suas importações: O corolário do endividamento, a sua razão de ser,

(31) - Veja-se o seguinte quadro, composto com base num outro, de Pierre Dhonte (La Dette des Pays en Développement, p.111. Paris, La Documentation Française, 1979), tendo por fonte o Relatório Anual, de 1977, do FMI:

QUADRO X - ESTRUTURA GLOBAL DOS SALDOS EM CONTA CORRENTE, em bilhões de dólares

Grupo	1967-72 Média	1973	1974	1975	1976	1977 Projeção
Principais países exportadores de petróleo	0,7	6	67	35	41	37
Países industriais	10,2	12	-10	19	-1	-1
Outros países não exportadores de petróleo						
- Os mais desenvolvidos	-1,7	1	-14	-15	-14	-12
- Os menos desenvolvidos	-8,1	-11	-30	-38	-26	-25

é uma transferência de recursos em benefício do mutuante. Esta transferência realizou-se maciçamente e, por essa forma, evitou que a recessão de 1975 se transformasse em grande depressão.

(...) A demanda de importações pelos países de renda média, sustentada pelos seus empréstimos, limitou a amplitude da recessão.

(...) Correspondendo ao déficit dos países em desenvolvimento não produtores de petróleo, encontra-se um excedente para o resto do mundo. Este superavit explica o déficit do primeiro grupo, assim como as políticas seguidas pelos países deste grupo. O endividamento, que acompanhou este déficit, é, portanto, um fenómeno global: Ele permitiu aos países em desenvolvimento adiar o seu ajustamento, mas teria sido menor se o excedente dos países produtores de petróleo tivesse sido compensado em medida maior por um déficit dos países industrializados (32).

A dívida externa dos países do Terceiro Mundo, que era de 75 bilhões de dólares em 1970, passava a 227 bilhões em 1976, 300 bilhões em 1979, para atingir agora, em 1981, cerca de 400 bilhões, dos quais perto de metade se vencerão até 1984 (33). O Brasil, o mais promissor dos NICs é candidato a uma posição central no sistema internacional, agora, com, uma

(32) DHONTE, Pierre. Op. cit., p.5, 7 e 91.

(33) - No Seminário de Canela sobre o Relatório Brandt, o professor mexicano Miguel Wionczek afirmou que "em fins de 1979 os países menos desenvolvidos não produtores de petróleo haviam afiançado uma dívida pública externa de 250 bilhões de dólares, enquanto sua dívida externa privada, sem o aval oficial, era estimada em outros 150 bilhões de dólares" — BUARQUE Sérgio, organiz.: Diálogo ou Confronto?, cit., p.68.

Na verdade, em rigor devia-se distinguir dentro da dívida externa, a pública e a privada, mas criou-se o hábito de só considerar como "dívida externa" a dívida pública, já que é assim que ela é definida pelo Banco Mundial, em cujas estatísticas a dívida externa, para assim ser considerada, deve obedecer a três condições: Ser reembolsável em divisas, ser de duração su

dívida que se avizinha dos 70 bilhões de dólares, é "o maior cliente estrangeiro de praticamente todos os bancos", segundo a expressão de uma economista do Banco Mundial (34).

A simples ameaça de suspensão de novos empréstimos para os países devedores e o fantasma do recurso à renegociação da dívida (35), são, como é evidente, poderosos instrumentos de pressão internacional. Se o endividamento do Terceiro Mundo e em especial dos NICs permitiu que os centros econômico-financeiros do Norte repassassem o custo da crise econômica, agora é também o meio de que os mesmos centros se aproveitam para constranger os devedores a adotarem as políticas econômico-sociais que mais convêm aos interesses daqueles. É evidente que os NICs nunca poderão reembolsar os empréstimos contraídos e, sobretudo aos onerosíssimos juros atuais (de cerca de 20% ao ano, os mais elevados de que há notícia, mesmo que se desconte a inflação dos países industrializados), é mesmo duvidoso que os centros financeiros internacionais estejam realmente interessados no reembolso dos seus créditos: Enquanto o montante de novos empréstimos for inferior ao valor total dos juros e mais taxas "repatriadas", continuarão sendo transferidos para o "centro" rendimentos enormes, transformando em falácia o proclamado interesse dos "ricos" no desenvolvimento dos "pobres".

Ainda agora (outubro de 1981), o Brasil, para conseguir fechar em Londres contratos no valor global de 659 mi

perior a um ano e ser da responsabilidade direta do setor público, ou por ele avalizada. São ainda excluídos do conceito de "dívida externa" os créditos militares: DHONTE, Pierre, cit., p.124.

(34) - IstoÉ, 2.9.81, p.70.

(35) - Já foram renegociados os débitos da Turquia, Zaire, Peru, Nicarágua, Sudão e Jamaica: IstoÉ, cit. (nota anterior).

lhões de libras (1,19 bilhão de dólares), dos quais cerca de metade são empréstimos em moeda, o nosso ministro do Planejamento acabou concedendo um "alívio para o desemprego — na Grã-Bretanha em primeiro lugar", segundo a revista IstoÉ, que faz o seguinte comentário:

Em Londres, na segunda-feira, 26, após a assinatura de um protocolo comercial entre o Brasil e a Inglaterra, era difícil dizer quem exibia o maior sorriso, se o ministro britânico do Comércio, John Biffen, ou o ministro brasileiro do Planejamento. Entre os negócios fechados se incluía a venda de seis navios ao Brasil, saudada como "grande ajuda" aos combatidos es-taleiros ingleses, ameaçados de desemprego em massa. O contrato prevê a construção de quatro navios roll-on, roll-off, para embarque e desembarque diretos de veículos, e dois porta-containers, ao preço de 120 milhões de libras (217 milhões de dólares).

Como explicar essa compra? Não há razões tecnológicas, respondeu a ISTOÉ, no Rio, o presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia Naval, Renato Castro. Navios "mais sofisticados" que esses, diz ele, são fabricados no Brasil. "A razão é outra", conclui, "são as dificuldades no balanço de pagamentos". Em outras palavras: para conseguir dinheiro inglês, aceita-se engolir essas importações (36).

Portanto, de tudo o que antecede também se pode concluir que não é errado dizer-se que hoje, mais do que nunca, a teoria da dependência reflete a situação mundial. Dentro do Terceiro Mundo e excetuados os países exportadores de petróleo (e nem todos eles), NICs e não-NICs continuam sendo, como dantes, todos "dominados", "dependentes", debatendo-se igualmente com os mesmos problemas fundamentais, cada um deles realimentando os efeitos dos outros, assim sintetizados por Michel Schiray:

(36) IstoÉ, 4.11.81, p.75

— as transferências de mercadorias, o que coloca o problema da divisão internacional do trabalho e do justo preço das matérias-primas;

— as transferências de recursos financeiros, o que obriga à interrogação sobre a evolução da ajuda ao desenvolvimento e sobre os efeitos do endividamento exterior e dos investimentos estrangeiros;

— as transferências de empresas, e é toda a questão do papel das empresas multinacionais(37).

4.2. Limitações das duas teorias.

Se as duas teorias, a diplomático-estratégica, "realista" ou do equilíbrio e a da dependência, "radical" ou da desigualdade expressam com verdade as principais realidades internacionais, mesmo que encaradas do especial ponto de vista em que uma e outra se colocam, cada uma delas há de ter subjacente algo de verdadeiro. Nisso que tiveram de verdadeiro, não só que for comum a ambas, as duas teorias não poderão ser contraditórias,

Efetivamente, o que acontece é que cada uma das teorias se limita a encarar a mesma realidade de um ponto de vista particular e, por isso mesmo, limitado. São as limitações das premissas das quais uma e outra partem que explicam as distorções da visão global dada por cada uma delas.

As limitações de uma e outra teoria derivam do fato de nenhuma delas partir de um esquema prévio, ou modelo, de tal modo abrangente que seja capaz de fazer pensar de forma verdadeiramente global a realidade internacional, esse sistema mundial multifacetado e em permanente evolução, desde as cau

(37) SCHIRAY, Michel. Tiers Monde et Monde Industrialisé, p.8. Paris, La Documentation Française, 1978.

sas das desigualdades planetárias até à natureza das relações estabelecidas entre as diferentes partes componentes do sistema, sejam os Estados, as organizações internacionais ou outros poderes a que sugestivamente Zorgbibe chama forças transnacionais (38).

Retomando o que se disse na Introdução, nºs 3.4 e 3.5, pode-se afirmar que em uma e outra das teorias (ou "modelos teóricos") as ideologias perfilhadas pelos respectivos defensores pesam negativamente nas suas formulações, roubando-lhes objetividade.

Fundamentalmente, a escola diplomático-estratégica preocupa-se apenas com a análise dos conflitos que acontecem entre os Estados, sem descer sequer à análise de suas causas sócio-econômicas.

Terá qualquer interesse falar em segurança nacional, força, poder, influência, hegemonia e conceitos semelhantes, sem descer às motivações sociais a eles subjacentes?

Afinal, se uns países têm mais força, poder ou influência, não será porque existem outros que estão desprovidos desses atributos, ou menos providos? Quais são os fatores que explicam tais desigualdades?

Omitir este estudo, não será distrair a atenção do que é fundamental, para a concentrar no que é mera consequência, acessório, supérfluo, numa atitude de aparente neutra

(38) Para Zorgbibe, são forças transnacionais as "puissances d'opinion" (Internacional Socialista, Conselho Ecumênico das Igrejas, Cruz Vermelha Internacional, Movimento Pugwash, Federação Mundial da Juventude Democrática, etc.) e os "poderes privados transnacionais", expressão em que engloba as empresas multinacionais e aqueles em formação, contrapostos a estes, que são as centrais sindicais internacionais: ZORGBIBE, Charles. Les Relations Internationales, 2ª ed., cit., p.53 a 210.

lidade, que apenas mascara a defesa de um determinado status quo? Não será justificado afirmar-se que a imagem que este modelo nos dá da sociedade internacional é ainda a das velhas concepções liberais novecentistas, com um Estado-polícia cuja principal função seria assegurar a paz, ou seja, garantir a manutenção da ordem pública interna e, no âmbito externo, velar pela segurança nacional?

Haverá algum Estado que deva manter-se inerte, se o livre jogo das forças econômicas internacionais redundar em seu prejuízo?

Será que o poder, o prestígio e a hegemonia não estão ao serviço de realidades mais comezinhas, como a busca de maior riqueza ou o desenvolvimento econômico? Quando o Estado se preocupa com as relações econômicas internacionais, com a repartição e a utilização de recursos naturais e matérias-primas, com problemas financeiros e monetários, com a utilização da energia nuclear, em suma, quando ele participa das interações interestaduais e transnacionais, não está procurando favorecer os interesses de certos grupos sociais ou contrariar os de outros grupos, ou não estará mesmo sendo manipulado pe los primeiros?

Os Estados que possuem armas nucleares e aqueles em cujo seio se desenvolveram as empresas multinacionais — e que são quase sempre os mesmos — terão em questões de segurança e no domínio econômico, um poder de decisão igual ao dos países desprovidos dessas armas, ou dos países pobres (39)?

A escola da dependência, que procura abarcar

(39) Esta observação é de J. Henk Leurdijsk: "De la Politique Internationale à la Politique Transnationale: Um Change ment de Paradigmes?", in Revue Internationale des Sciences Sociales, vol. XXVI (1974), nº 1, p.66 (Paris, UNESCO).

no seu modelo, não apenas um modelo político, mas toda a sociedade mundial, ou seja, o sistema sócio-econômico mundial considerado no seu conjunto, leva, por isso mesmo, incontestável vantagem sobre a escola diplomático-estratégica. Ainda assim, também é limitada, na medida em que fica contida pelo caráter estático ou fatalista de suas preposições, que a leva a conceber a ordem mundial como um sistema rigidamente hierarquizado, gerando necessariamente relações de dominância-dependência entre Estados industrializados e países subdesenvolvidos ou "em desenvolvimento".

Em suma, como se afirmou anteriormente, nenhuma das duas teorias foi capaz de elaborar um modelo de tal forma abrangente que seja capaz de refletir de maneira verdadeiramente global a realidade do sistema mundial.

Como superar as limitações de uma e outra teoria?

É o que tentaremos passar a explicitar, depois de fixarmos um determinado número de conceitos, que reputamos indispensáveis.

4.3. Tipos, graus e formas da interdependência.

Que é interdependência?

Segundo Rosenau, o termo designa "o contexto no qual os fenômenos intervindo num dado nível podem ser considerados como produzindo efeitos num outro nível"; para Morse, existe interdependência quando "a realização de um objetivo depende de atividades realizadas em outro lugar" (40). Para Deu

(40) ROSENAU, James N. The Scientific Study of Foreign Policy, p.7 (Nova Iorque, Free Press, 1971); MORSE, Edward L. "Transnational Economic Processes" (in International Organization, vol. XXV, 1971, nº3, p.380), ambos citados por J. Henk Leurdijsk: "De la Politique Internationale à la Politique Transnationale", cit., p.63.

tsch, dois países são interdependentes "se uma mudança no país A, por exemplo uma elevação no nível geral de preços, é seguida por alguma mudança predizível no país B, como porventura também uma elevação nele do nível de preços" (41).

São variados os tipos de interdependência que é possível conceber: Interdependência econômica, se diz respeito à produção, distribuição e consumo de bens; geográfica, de especial significado para os países cujas vias de comunicação com o exterior passam por outros países; tecnológica, que é evidente quando se analisam os laços entre o desenvolvimento econômico de um país determinado e o desenvolvimento universal; cultural, que se traduz não só nas criações de natureza espiritual, como até no processo de transferência de técnicas necessárias ao desenvolvimento econômico e social; política, que engloba todos os meios políticos, quer favoreçam a cooperação internacional, quer a irrupção de conflitos, como as negociações, os acordos, o próprio recurso à força, quando pareça indispensável à realização de determinados objetivos, que se afigurem superiores aos riscos por ela gerados...

De acordo com a orientação que já ficou expressa na Introdução, nº 3.4 (págs. 45 e 46), consideramos de importância primacial os tipos de interdependência econômica, os quais, de resto, estão subjacentes em quase todos os outros tipos.

Quanto ao grau da interdependência, esta pode ser classificada desde forte, elevada ou mesmo vital, até fraca ou imperceptível. A interdependência entre o Brasil e, digamos, o Nepal, é despicienda. O contrário acontece na relação do Brasil com os países produtores de petróleo.

Quanto à forma que as relações de interdependên

(41) DEUTSCH, Karl W. The Analysis of International Relations, cit., p.255.

cia podem revestir, poderemos distinguir a interdependência mútua e a unilateral, a positiva e a negativa, e ainda a horizontal e a vertical.

Karl Deutsch, com a clareza didática que lhe é peculiar, caracteriza bem a interdependência mútua e a unilateral (que designa pelas expressões de interdependência simétrica e assimétrica, expressões, aliás, absolutamente corretas e intercambiáveis com aquelas outras) e as interdependências positiva e negativa (42). As categorias de interdependência horizontal e vertical são mais usadas pelos chamados "teóricos da dependência".

Afirma Deutsch que a interdependência entre dois países será "simétrica" (mútua) se uma mudança ocorrida em um deles (país A) tiver no outro (país B) um efeito tão grande quanto uma mudança neste (B) teria naquele (A). Será assimétrica (ou unilateral), podemos concluir, quando apenas o país A depende do país B, mas não este daquele. Assim, por exemplo, há interdependência assimétrica em matéria de segurança entre os Estados Unidos e o Japão ou a Alemanha Ocidental, como também há interdependência assimétrica, agora em matéria financeira, entre Nova Iorque ou Londres e o Brasil.

Quando a mudança registrada no país A foi benéfica e a ela se segue uma mudança também benéfica no país B, ou quando uma mudança prejudicial para o primeiro é seguida de mudança também prejudicial para o segundo, prossegue Deutsh, ter-se-á entre ambos uma interdependência positiva. Inversamente, se as mudanças benéficas para o país A implicarem em mudanças prejudiciais para o país B, a interdependência será negativa.

A interdependência positiva, se forte, tende a

(42) DEUTSCH, op. cit., p.255 e segs.

sustentar solidariedades; a interdependência negativa, se também forte, tende a gerar conflitos. Fraços laços de interdependência, seja positiva ou negativa, geralmente têm importância despicienda, como Deutsch se preocupa em esclarecer (43).

Um grau elevado de interdependência positiva poderá levar à integração, econômica, política ou cultural. Temos um bom exemplo atual na Comunidade Econômica Européia; no passado, foram bons exemplos os processos de integração nacional da Alemanha, da Itália e dos Estados Unidos da América, a partir das 13 colônias originais.

Quando a interdependência, seja ela positiva ou negativa, for fortemente assimétrica (isto é, levando a hipótese ao extremo, quando relativamente pequenas mudanças em um dos países provocarem grandes mudanças no outro, mas quaisquer mudanças neste tiverem apenas uma repercussão mínima sobre aquele), teremos uma situação de "dependência" ou "vulnerabilidade": Assim, tão dependentes ou vulneráveis são o Japão e a Alemanha Ocidental em matéria de segurança internacional (interdependência assimétrica positiva), como dependentes ou vulneráveis são o Brasil ou a Polônia, em matéria financeira (interdependência assimétrica negativa).

Todavia, é uso reservar o termo "vulnerabilidade" para a descrição dos "riscos de dependência dos países industrializados em relação aos fornecedores de matérias-primas, ou os riscos de dependência criados pelas atividades, no estrangeiro, de firmas nacionais, ou ainda os riscos de dependência monetária, financeira, tecnológica ou comercial entre países industrializados" (44). Quando se considera a situação dos

(43) Op. cit., p.255.

(44) COUSSY, Jean. "Interpénétration des Économies et Évolution des Rapports de Dépendence", in: Revue Française de Science Politique, nº2, abril de 1980, p. 268.

países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, perante os países industrializados, costuma-se falar em "dependência" dos primeiros e "dominância" dos segundos.

Parece-nos que esta distinção corrente entre dependência e vulnerabilidade é útil e deve ser conservada, sobretudo porque ela traduz em termos adequados a realidade que pretende abarcar a última classificação que nos propomos fazer, entre as formas possíveis de interdependência: A interdependência horizontal (ou igual) e a vertical (ou desigual).

Se os Estados não têm todos a mesma força, se inclusivé há Estados com peso menor do que muitas empresas multinacionais, não é possível considerar o sistema internacional como um conjunto de Estados "iguais e soberanos", cada um deles procurando encontrar no sistema uma posição de equilíbrio em relação aos demais e, assim, assegurar a sua sobrevivência. No sistema internacional, alguns Estados estão entre si numa situação de interdependência horizontal (ou igual), enquanto outros estão numa situação de interdependência vertical (ou desigual). Quando a interdependência é vertical, é que se pode falar com absoluta propriedade em dominância de uns e dependência de outros.

Assim, poderemos dizer que existe interdependência horizontal ou igual, ou simplesmente interdependência, entre dois Estados equiparados em força, como são os Estados Unidos e a U.R.S.S., a Inglaterra e a Alemanha, ou o Brasil e o México. Teremos interdependência vertical ou desigual, ou simplesmente dependência, entre dois Estados com poder bem diferenciado, como a URSS e a Bulgária, ou os Estados Unidos e o Brasil. "Na primeira situação, diz Leurdiijk, existe reciprocidade na base de relações de coordenação (igualdade de escala); na segunda, existe relação unilateral de dependência na base de uma subordinação (desigualdade de escala)" (45).

(45) LEURDIJK, cit., p.64.

Como é evidente, uma relação de interdependência vertical é ambiente propício para a criação ou para o desenvolvimento de relações de interdependência unilateral ou assimétrica e ainda de interdependência negativa.

É bom de ver — e nem era necessário dizê-lo — que as várias modalidades em que dividimos as relações de interdependência, não são mutuamente excludentes. Elas podem entrecruzar-se e, de fato, quase sempre aparecem combinadas. Este fato dificulta o estudo da interdependência, mas também é ele que permite explicar adequadamente o sistema mundial atual, que designaremos adiante por "interdependência complexa", precisamente para podermos dar conta daquelas combinações.

4.4. O processo de formação do "sistema de economia mundial" e a conseqüente industrialização de alguns países do Terceiro Mundo.

Já vimos anteriormente (Introdução, nº 1.3 e este capítulo 4, nº 3.3) que não é mais possível reproduzir as condições que permitiram a industrialização dos atuais países desenvolvidos. Aliás, a História raramente ou nunca se repete.

Significará isto que os atuais países em desenvolvimento nunca poderão industrializar-se, salvo via uma revolução que rompa os seus laços com o sistema capitalista?

Temos insistido em diversas ocasiões na importância desse fenômeno singular constituído pela emergência dos "newly industrializing countries", entre os quais se acha o Brasil. O fenômeno é recente, tendo começado a delinear-se apenas na década de 60, sempre associado a esse outro fenômeno que é a difusão pelo mundo das filiais das grandes empresas multinacionais. Qual será o seu significado?

Quando no capítulo anterior fizemos a análise das sociedades multinacionais, verificamos que elas são empresas capitalistas como quaisquer outras buscando sempre o lucro através da racionalização da produção. A única diferença em relação às demais, é de grandeza; são empresas gigantes que, por isso mesmo, implantam a sua rede de filiais por diversas partes do mundo.

Vimos também que a proliferação das multinacionais trouxe diversas consequências, para o funcionamento da economia internacional: Primeiro, uma proporção crescente das importações e exportações mundiais, que já se aproxima da terça parte do total mundial (46), perdeu as características de "comércio internacional", para se converter em trocas de produtos entre unidades pertencentes ao mesmo grupo internacional. Segundo, os preços desses produtos transacionados entre os diversos estabelecimentos do mesmo conglomerado deixam de ser determinados pelas leis da oferta e da procura, para serem decididos pelo departamento internacional de cada multinacional. Terceiro, à medida que as multinacionais vão dominando o mercado mundial, assiste-se à eliminação progressiva do campo das transações internacionais de cada vez maior número de empresas nacionais, pelo que o mercado mundial vai assumindo cada vez mais a natureza de um enorme oligopólio.

Por outro lado, como também vimos, a ascensão das multinacionais tende a reduzir a importância dos espaços geográfico-econômicos nacionais e até a romper o conceito clássico do Estado, como unidade soberana.

Por outro lado ainda, tivemos a oportunidade de

(46) Esta fração é confirmada por Bernardette Madeuf e Charles-Albert Michalet, que a estimam em 30%: "Pour une Nouvelle Approche de l'Économie Internationale", in Revue Internationale des Sciences Sociales, vol. XXX (1978), n.º 2, p.271.

referir que a expansão das multinacionais não se limita à produção industrial; elas vão avançando pelo setor terciário, com empresas comerciais, seguradoras, transportadoras, de "mídia" e até bancárias. Noticiou-se recentemente que há mais de um trilhão de dólares em poder de entidades financeiras "offshore", constituindo um como que "sistema monetário internacional privado" (47).

Por último, vimos também que o fenômeno da expansão das multinacionais se processa por todo o mundo; os seus investimentos demandam em especial outros países industrializados, mas também se dirigem para os países em desenvolvimento.

Deixemos aos economistas a análise das causas do fenômeno das multinacionais; vamos registrar apenas a opinião que parece predominante e que se pode resumir na asserção de Wallerstein de que o modo capitalista de produção se ampliou até à escala mundial, constituindo o que ele chama a "economia-mundo capitalista" (48). Benakouche também entende que "a re produção econômica se faz, hoje, a um nível mundial" (49). Michalet e Madeuf também afirmam que a multinacional "corresponde a uma extensão à escala mundial do modo de produção capitalista" (50). A. Emmanuel afirma que a multinacional concluiu a uniformização do mundo (51).

Seja multinacional, seja nacional, a empresa faz os seus investimentos de acordo com as expectativas de lu

(47) Veja-se supra, nota 20 ao cap. 2 (p.90).

(48) Veja-se a nota 18 da Introdução (p.13).

(49) BENAKOUCHE, Rabah. "Caracterização da Crise Econômica A tual", in Economia & Desenvolvimento, nº1 (1981), p.101. Veja-se a nota 27 do cap. 3 (p.92).

(50) Artigo citado (nota 46, anterior), p.280.

(51) EMMANUEL, Arghiri. "Les Sociétés Multinationales et le Dé veloppement Inégal", in Revue Internationale des Scien ces Sociales, vol. XXVIII (1976), nº4, p.841.

cro. Se as empresas investem no estrangeiro, é apenas porque vêm ali maiores possibilidades de crescimento do que no país de origem. Pode ser que as multinacionais se hajam expandido internacionalmente para produzirem localmente o que não podiam exportar, em razão da concorrência internacional, ou de outras causas; pode ser que hajam sido motivadas a expandir-se pela possibilidade de aproveitamento de mão-se-obra mais barata e assim recuperar ganhos de produtividade; pode ser que a expansão haja sido determinada por qualquer outra causa, ou conjunto de causas. Tudo isso é secundário, perante o fato de que a economia capitalista se mundializou e que o agente da mundialização foi a empresa multinacional, uma empresa capitalista como qualquer outra, movida pela mesma lógica da busca de lucro.

A mundialização de economia capitalista, através da expansão das multinacionais, acarreta consequências, positivas e negativas, quer para os países de origem delas, quer para os de implantação. Pode ser que o fenômeno haja contribuído para gerar desemprego nos países desenvolvidos, como se ouve com insistência; pode ser que nos países em desenvolvimento elas imponham um tipo de desenvolvimento desequilibrado e que explorem os trabalhadores locais: Tudo caberá dentro da lógica do desenvolvimento capitalista, "para o melhor e para o pior. Na sua especificidade, a sociedade multinacional nada muda, quanto a este duplo aspecto" (52).

Se a deslocação das atividades de produção das multinacionais se processasse apenas entre países desenvolvidos, o cenário mundial em pouco ou nada seria alterado. O que mudou realmente com a expansão das multinacionais, foi a sua deslocação para determinadas regiões, ou determinados países em desenvolvimento. Este é que é um fato novo, que parece es

(52) EMMANUEL, A., cit., p.841.

tar apenas começando e que, se prosseguir, romperá a dicotomia centro-periferia, sobre a qual se funda a teoria da dependência.

Este é, no essencial, o ponto donde parte Charles-Albert Michalet (53), para sustentar a sua tese, da transformação, que se processa nos nossos dias, de um sistema de economia internacional em um sistema de economia mundial (54). Sustenta Michalet que

as firmas transnacionais constituem o agente maior de uma alteração em profundidade da economia tradicional. Elas são os vectores principais dos fenômenos econômicos e sociais que tornam a partir de agora ultrapassados os quadros habituais da análise das relações internacionais. Ao mesmo tempo agente estruturador de um novo meio-ambiente mundial e, cada vez mais, agente estruturado pelo sistema para cuja criação elas contribuíram, as firmas transnacionais são o sinal, a manifestação mais espetacular de uma realidade em formação.

(...) O que constitui a grande mudança, o delineamento de uma nova ordem econômica internacional, é precisamente (...) a integração das formações periféricas no nível do processo produtivo internacionalizado. (...) A periferia não é mais ligada ao centro somente ao nível de trocas, mas também àquele da

(53) Michalet é professor na Universidade de Paris X e diretor de um centro de estudos sobre a empresa multinacional, tendo participado nos trabalhos do Centro de Estudos sobre Multinacionais das Nações Unidas. É autor de Le Capitalisme Mondial (Paris, PUF, 1976), obra em que se baseia o trabalho, seu e de sua assistente Bernadette Madeuf ("Pour une Nouvelle Approche de l'Économie Internationale", in Revue Internationale des Sciences Sociales, vol. XXX, 1978, nº 2, p.267 a 297) no qual colhemos o essencial de sua tese.

(54) A análise de Michalet coincide com a de Rabah Benakouche, que também sustenta a "metamorfose do Sistema de Economia Internacional em um Sistema de Economia Mundial": "Caracterização da Crise Econômica Atual", cit., p.121.

produção. É aqui que reside precisamente a especificidade do sistema de economia mundial, em via de formação.

(...) A internacionalização crescente das estruturas cria (...) um efeito de retorno sobre as economias nacionais e sobre os mecanismos internacionais. Assim, num primeiro tempo, o fenômeno traduz-se por uma reação aos entraves nacionais e por uma exploração das disparidades territoriais. Depois, num segundo tempo, a criação de estruturas e de mecanismos transnacionais influi sobre os espaços nacionais de origem ou de implantação, assim como sobre as próprias firmas transnacionais. A formação do sistema de economia mundial obedece, portanto, a uma dialética do contínuo e do discreto que reproduz as disparidades territoriais, mas negando-as no desenvolvimento de atores e de estruturas transnacionais. Por este fato, as firmas transnacionais que constituem o vector maior da internacionalização do capital encontram-se por sua vez submetidas às determinações do sistema de economia mundial que elas contribuíram para fazer emergir. É neste contexto extremamente complexo que devem ser situadas, na nossa opinião, as negociações Norte-Sul e a idéia de uma nova ordem econômica internacional (55).

A este sistema de economia mundial, ainda em formação, até já não falta, como vimos anteriormente, um sistema monetário privativo, também multinacional, operando a partir dos chamados "paraísos fiscais", os quais, aliás, têm sido objeto de tal preocupação nos Estados Unidos que o U.S. Federal Reserve autorizou que a partir de 3 de dezembro de 1981 os bancos americanos instalem I.B.F.s (International Banking Facilities), que estarão liberadas das regulamentações que os tolhem, designadamente quanto às exigências de percentagens a depositar na Reserva Federal e aos limites de ju

(55) MICHALET & MADEUF. "Pour une Nouvelle Approche...", cit., p.269, 277 e 282.

ros (56)... Os Estados Unidos não querem perder o controle dos bancos multinacionais!

Se estiver certa a tese de Michalet -- é nós acreditamos que esteja -- não é impossível a industrialização, dentro dos quadros do sistema capitalista mundial, de diversos países do Terceiro Mundo. Serão as possibilidades de crescimento, de obtenção de lucros, de segurança para os investimentos, etc., que determinarão os países escolhidos pelas multinacionais cujas possibilidades de crescimento doméstico forem restritas, quer pela saturação de mercados, quer pela concorrência entre elas, pela modificação dos custos de produção (energia, salários, matérias primas...) e até pela atual conjuntura de crise econômica. Isto não quer dizer que o problema do Brasil e dos outros "newly industrializing countries" esteja resolvido: Como se disse atrás, citando Arghiri Emmanuel, o desenvolvimento capitalista é desenvolvimento capitalista, "para o melhor e para o pior".

Entre outros fatores a considerar, seria conveniente que se ponderassem as razões que levam as multinacionais a reinvestir no Canadá os lucros que ali auferem, assim canadizando, ao fim e ao cabo, o próprio capital, ao passo que noutros países as mesmas multinacionais usam de todos os meios legais, mais os expedientes de que podem lançar mão, para "repatriar" lucros, ou transportá-los para os seus paraísos fiscais.

De mais a mais e como se verá já a seguir, o fato de a atual conjuntura mundial não impedir a industrialização do Brasil, não quer dizer que a mesma conjuntura lhe

(56) "Bankers Can Drop Anchor at Home", in Time, 22.6.81, p.51. O presidente do Federal Reserve Bank de Nova Iorque confessa que "eu preferiria ver os negócios de financiamento e de depósito com base no estrangeiro servidos a partir das costas americanas".

permita beneficiar plenamente das estruturas econômicas mundiais. As constrações resultantes de uma relação de interdependência vertical ou desigual são suficientemente poderosas para que se justifique que o Brasil lute, com todas as suas forças, por uma nova ordem econômica internacional, que não seja apenas a modelada pelos interesses das empresas multinacionais e dos países que estão no ápice da pirâmide. (57).

(57) É interessante notar como o fenômeno dos "newly industrializing countries" ressuscita de certo modo as análises clássicas, inclusive do próprio Marx, sobre a industrialização dos diversos países, por um mecanismo semelhante ao dos vasos comunicantes. O próprio Marx afirmava que o país capitalista mais industrializado não fazia mais do que mostrar aos outros a imagem do futuro que os esperava (veja-se supra, p.155). Quando a Inglaterra se industrializou, os seus capitais excedentários não fizeram da Europa Continental uma "periferia" da Inglaterra, antes contribuíram para que os países continentais enveredassem também pela via da industrialização. O mesmo aconteceu com os capitais que se dirigiram para os Estados Unidos.

Foi no final do séc. XIX que este esquema clássico deixou de refletir a realidade. Das diversas explicações propostas para o fenômeno, ficamos com a defendida por Arghiri Emmanuel: O poder de compra do trabalhador europeu médio na primeira metade do sec. XIX, diferia muito pouco do poder de compra do trabalhador de Bizâncio, ou da Roma imperial, ou mesmo do Egito dos faraós. A partir de meados do séc. XIX, iniciou-se o processo que implicaria na "modificação radical na relação de forças de classe no interior do quadro parlamentar burguês dos países industriais, a qual teve como efeito a decolagem definitiva do preço da força de trabalho do marasmo da simples sobrevivência fisiológica do trabalhador. (...) Uma profunda transformação das condições de acumulação seguiu-se no plano internacional. O mercado interno, nos países do centro, gozou de uma expansão galopante. Como, de resto, o mecanismo da troca desigual permitia aos assalariados do centro fazer repercutir [as suas melhorias salariais] mais sobre os consumidores do Terceiro Mundo do que sobre os lucros capitalistas do país que lhes pagava, todas as barreiras à capitalização do lucro foram destroçadas. De alguma maneira, a luta sindical fazia sair, contra o seu desejo, o sistema do im

4.5. A interdependência complexa nas relações internacionais

Os Estados não são todos iguais. Esta desigualdade, em si mesma evidente e universalmente reconhecida, foi, todavia, negada pelo Direito Internacional clássico. A igualdade soberana dos Estados foi sempre a pedra angular do Direito Internacional: "Um anão é tão homem quanto um gigante; uma pequena República não é menos um Estado soberano do que o mais poderoso Reino", já escrevia Vattel, que era cidadão da pequena República de Génova (58). A desigualdade de fato contrapunha-se a igualdade de direito, tal qual como no direito interno se afirmava a igualdade "perante a lei" de todos os cidadãos ...

A adoção do postulado de "igualdade soberana" não era fruto do acaso, nem o resultado de convicções ideológicas, escreve Maurice Flory, antes refletia o meio específico que até ao séc. XIX se chamava a comunidade dos "países civilizados":

Naquela época, refletia uma certa realidade, de resto mal percebida, e que correspondia a uma forma de igualdade dos Estados na comunidade internacional da ocasião. Esta igualdade repousava já sobre o que se chama hoje o nível de vida ou o desenvolvimento económico e que então se qualificava de civilização. Em 1884, Lorimer distinguia a humanidade civili

passa, ao menos temporariamente, resolvendo a contradição entre as duas pressuposições do investimento: alargamento do mercado sem baixa da taxa de lucro. A partir de então, os capitais não tiveram necessidade de correr aos antípodas; no seu próprio país, ou pelo menos na região do 'centro' eles encontram com que impulsionar a sua acumulação" ("Les Sociétés Multinationales et le Développement Inégal", cit., p.832).

(58) Citado por FLORY, Maurice: Droit International du Développement, p.17. Paris, PUF, 1977.

zada, a humanidade bárbara e a humanidade selvagem; segundo ele, só a primeira devia participar do conjunto do direito das gentes (59).

A igualdade em larga medida real que existia entre os países europeus (ou os principais deles), e os a ele equiparados, igualdade na qual se alicerçava o Direito Internacional, deixou de existir com o movimento da descolonização dos povos da Ásia e África. A emancipação política, formal, dos povos colonizados e semicolonizados não foi acompanhada por uma sua emancipação econômica e social. Por outro lado, mesmo entre as velhas potências a disparidade de forças que resultou, após a Segunda Guerra Mundial, da ascensão dos Estados Unidos e da União Soviética à posição de superpotências, com um poderio econômico e militar que nenhum outro país podia igualar, tudo criou novas estruturas internacionais que já não é possível ignorar. Assim, mesmo dentro do Direito Internacional começou sendo sentida a necessidade de admitir e regulamentar juridicamente a desigualdade entre os Estados.

Por exemplo, no próprio preâmbulo da Carta das Nações Unidas ainda se afirma a fé dos povos "na igualdade dos direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas"; no artigo 2º, ainda se afirma que a organização se funda "no princípio da igualdade soberana de todos os seus membros": Tal igualdade, todavia, já não impedia que se consagassem especiais privilégios, ou direitos, a determinados "Grandes", com assento permanente no Conselho de Segurança...

A manifestação mais palpável do reconhecimento da desigualdade pelo novo Direito Internacional, é precisamente naquele campo que mais nos interessa nesta dissertação, o das relações entre países industrializados e países em de

(59) FLORY, cit., p.18.

envolvimento. Após a emancipação dos povos da Ásia e África, a desigualdade real dos Estados passou a ser uma das preocupações permanentes no cenário internacional, em consequência da reivindicação pelos novos países do seu "direito ao desenvolvimento"; reconhecer-se-lhes tal direito, implica o reconhecimento jurídico da sua situação de desigualdade econômica... Foi assim que a desigualdade gerou o chamado Direito Internacional do Desenvolvimento (60).

Portanto, hoje, mesmo juridicamente já se começa reconhecendo a desigualdade dos Estados.

Por outro lado, o palco internacional não tem os Estados como atores únicos. Já insistimos várias vezes nas interações transnacionais de diversas outras partes componentes do sistema mundial, e em especial no papel que vêm exercendo as grandes multinacionais, cujo poderio econômico é superior ao da maioria esmagadora dos Estados. Sobretudo importa não esquecer o apoio recíproco que se prestam as multinacionais e os grandes países industrializados, que é consequência de uma típica relação de interdependência fortemente positiva entre aquelas e estes. Enquanto os instrumentos políticos coercitivos continuarem nas mãos do Estado, as multinacionais precisarão de contar com a força de alguns Estados, nos quais possam encontrar apoio, seja contra a concorrência de outras multinacionais, seja contra as "veleidades" dos Estados onde implantarem as suas filiais. Por outro lado, é evidente o reforço do poderio dos Estados que podem somar as forças das multinacionais às suas próprias forças (61).

(60) Veja-se FLORY, cit., p.27 a 32 e 37 a 48.

(61) Veja-se supra, cap. 3º, nº 8.2, em especial p.141 a 143.

É esta interdependência entre o poderio dos Estados e a força das suas multinacionais que, a nosso ver, esclarece o espírito que presidiu em França à elaboração do VIII Plano de Desenvolvimento, referente ao período de 1981-85 e que, segundo Celso Furtado, consiste em

É esta sociedade mundial em si mesma desigual, que serve de quadro às múltiplas ações e interações mundiais, onde os processos sócio-econômicos internos (nacionais) e externos (internacionais) estão interligados e onde a realização de qualquer objetivo depende menos da conduta do respectivo agente, do que das forças postas em movimento pelo próprio sistema e de todas as condutas tomadas por agentes os mais diversos. Como já vimos, é este complexo quadro de interações que caracteriza a interdependência mundial.

Tomemos um exemplo simples, como o das exportações que um determinado país (país A) faz para outro (país B). A sua continuidade, ou o seu aumento ou redução, dependerão da concorrência de outros países, da situação econômica do país importador, do estabelecimento ou não de barreiras alfandegárias, da existência de multinacionais que controlem seja a produção, seja a comercialização, de acordos internacionais (por exemplo, a Organização Internacional do Café), etc.. No país exportador, o fluxo de mercadorias refletir-se-á no nível do emprego, no nível dos salários, nas receitas públicas, na eventual pressão sobre os poderes estaduais das empresas produtoras ou exportadoras, etc..

Por outro lado, se o que é exportado por um país é importado por outro, é bom de ver que aquele fluxo de mercadorias vai produzir também uma outra série de efeitos no país importador. Pode ser que a exportação do primeiro para o segundo país provoque uma exportação compensatória, do segundo para o primeiro, e assim sucessivamente.

"abrir espaço no plano internacional, mediante o reforço das empresas habilitadas a esse fim, mas preservar a tutela do Estado, à semelhança do que ocorre no Japão. Pretende-se evitar que a empresa transnacionalizada perca sua identidade nacional, o que requer uma estratégia de transnacionalização definida em cooperação com o Estado": O Brasil Pós-"Milagre", p. 112. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

Se ambos os países beneficiarem com aquelas relações comerciais, a interdependência deles será positiva. Se o primeiro país não tiver outro mercado certo, além do país B, mas este puder com facilidade encontrar outro ou outros fornecedores, a interdependência entre ambos será, além de positiva, unilateral. Se o país B estiver em condições de impor em larga medida preços ou, em geral, as condições para aquele fluxo comercial, a relação de interdependência será ainda vertical ou desigual, criando condições que poderão transformar a relação de interdependência positiva em interdependência negativa.

Se destas relações comerciais passarmos para o domínio do petróleo e energia em geral, ou dos financiamentos internacionais, ou das matérias-primas, ou dos cereais e mais produtos alimentares, ou da tecnologia industrial, ou dos armamentos e da defesa externa e mesmo interna, iremos encontrar outras tantas relações de interdependência, cujas formas e graus variarão até ao infinito. A Arábia Saudita, poderá, por exemplo, impor aos demais países da OPEP (e, portanto, ao mundo) o preço do barril de petróleo, tal como poderá exercer papel de relevo no Fundo Monetário Internacional, mas em contrapartida dependerá dos Estados Unidos para questões de segurança externa e interna, dependerá da Índia e de outros países asiáticos para conseguir a mão-de-obra de que carece, dependerá do Canadá, Estados Unidos e Europa para o seu aprovisionamento em produtos alimentares...

O poderio de um qualquer país é a resultante da interação destas complexas redes de interdependências, em domínios assim tão diversos e essenciais como o económico, o financeiro, o monetário, o militar, o tecnológico, o nuclear. Como diz Marie-Claude Smowts (62), "um Estado é consi

(62) Vide supra, nota 28, p.171).

derado mais ou menos poderoso conforme a sua capacidade de controlar as regras do jogo em um ou diversos domínios-chaves da competição internacional e segundo a sua agilidade em ligar estes domínios para deles tirar vantagem".

Potências globais, ou seja, com a possibilidade de de intervir em praticamente todos os domínios-chaves da competição internacional, só existem duas: Os Estados Unidos e a U.R.S.S. Estes são os únicos países que menos precisam de pautar a sua conduta pela vontade de outros Estados e das forças transnacionais, embora até mesmo quanto a eles seja limitada a liberdade de ação de que dispõem. Um em relação ao outro, Estados Unidos e União Soviética são os países que mais se aproximam de uma relação de interdependência horizontal ou igual, a qual no seu caso tem vincado cunho negativo: Com a exceção de áreas restritas, como em matéria de limitação de armas nucleares, praticamente tudo aquilo que beneficia um destes países será prejudicial para o outro. Assim, não admira que as relações entre ambos sejam conflituosas, caracterizando-se pela ameaça de guerra, tal como era previsto nas teorias do equilíbrio de forças da escola diplomático-estratégica. No dia em que se romper o equilíbrio e se então não houver novas forças capazes de determinar nova ordem mundial, o mundo poderá estar à beira de uma catástrofe nuclear.

Os demais países do mundo, sejam industrializados, sejam em desenvolvimento, dependem em maior ou menor medida das duas superpotências. Estas é que "governam" o mundo, não tendo as outras, muitas vezes, nem sequer os meios necessários para assegurar a sua própria segurança. A relação entre umas e outras é de supremacia-dependência, ou seja, é uma relação hierárquica, ou de interdependência vertical. Esta estrutura hierárquica na prática traduz-se na não participação dos demais países, em pé de igualdade com as superpotências, seja em termos qualitativos, seja em termos quantitativos.

vos, em todos os grandes problemas mundiais. Frequentemente as decisões são tomadas no escalão superior e simplesmente comunicadas aos demais países.

É assim que tanto os Estados Unidos como a URSS, aqueles em relação aos países com economia de mercado e esta em relação aos países da área socialista, podem em larga medida determinar a estrutura econômica global e influenciar as regras a que devem obedecer os países de sua zona de influência, em domínios os mais diversos. Todos estes países, sejam industrializados ou não, não passam de "centros de poder incompleto e fragmentário", se quisermos aplicar aqui uma expressão que Pierre Hassner usa a propósito dos chamados "novos centros de poder" (63).

Se nos detivermos na análise das relações em que estão envolvidos os países industrializados ou os países em desenvolvimento, encontraremos de novo a mesma estrutura de interdependência complexa, uma vez hierárquica, outras horizontal, umas vezes simétrica, outras assimétrica, umas vezes positiva, outras negativa, sempre resultante da diversidade do poderio de cada país, em cada domínio de relações. Aliás, em rigor deve-se afirmar que quanto a estes países a complexidade das relações de interdependência aumenta.

Assim, se os países industrializados ocidentais dependem dos Estados Unidos em matéria de segurança ou em questões relacionadas com o sistema monetário internacional, já quanto a questões propriamente econômicas todos estão em larga medida numa relação de interdependência igual ou horizontal, que é mútua e fortemente positiva, na medida em que é do interesse de todos a preservação do sistema econômico em que se baseia a sua prosperidade comum.

(63) HASSNER, Pierre. "A la Recherche de la Cohérence Perdue. Du Côté de la Semi-Périphérie", in Rev. Franc. de Sc. Politique, 1980, nº2, p.248.

Nas relações entre os países em desenvolvimento e os países industrializados, encontramos de novo a prevalência da interdependência desigual ou hierárquica, que joga a favor dos segundos. É aqui que se coloca todo o problema do relacionamento Norte-Sul, consequência do desequilíbrio de forças entre estes dois polos.

Se passarmos às relações que dizem respeito aos países em desenvolvimento, os quais estão na base do sistema hierarquizado, verificaremos que as relações de dependência vertical assumem tal importância que quase eclipsam as demais. Cada país em desenvolvimento, em regra, só mantém relações de interdependência igual com outros países em desenvolvimento (salvo casos excepcionais, em domínios exclusivos, como é o caso da Arábia Saudita, quanto às relações que se baseiem no petróleo), mas mesmo essas relações iguais são secundárias, em comparação com a importância das relações hierárquicas, que influenciam praticamente todos os aspectos da sua existência.

Em resumo, se nos ativermos apenas às relações inter-Estados no sistema mundial atual, deveremos distinguir três escalões: O superior, o intermédio e o inferior. Entre as potências que compõem o escalão superior, as relações que se estabelecem são de interdependência igual; entre elas e as demais, surgem as relações verticais, cuja importância vai crescendo na medida em que a desproporção de forças aumenta. Nos escalões intermédio e inferior, também existem relações de interdependência igual, quase sempre só entre países que estejam no mesmo escalão; elas ainda são importantes no escalão intermédio, mas são (ou têm sido) de reduzida importância no escalão inferior.

Da reduzida importância das relações de interdependência (igual) entre os países em desenvolvimento, resulta, como consequência, que entre eles prevaleçam as relações

bilaterais, de país para país. Já referimos anteriormente (nº 4.3) que fracos laços de interdependência, se não geram conflitos, também não geram solidariedades. Aliás, não é do interesse dos Estados que ocupam os escalões superiores a criação de laços de interdependência entre aqueles que estão no escalão inferior. A lição da parábola dos sete vimes está no espírito de todos.

Pela mesma lógica, da importância das relações de interdependência igual entre os países industrializados em questões de segurança externa e de defesa de um sistema econômico que tanto os privilegia, resultam não só as associações e alianças entre eles, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte, o Pacto de Varsóvia e a Comunidade Econômica Européa, como a divisão do mundo (por eles) em zonas de influência e a criação de associações entre eles e países em desenvolvimento, do tipo das duas Convenções CEE-ACP (Comunidade Econômica Européa e países da África, Caraíbas e Pacífico), assinadas em Lomé, respectivamente em 1975 e 1979 (64).

O recurso de que podem lançar mão os países em desenvolvimento, para contrabalançarem a inferioridade que é consequência das estruturas de interdependência vertical, consistiria na sua união efetiva. O Movimento dos Países Não-Alinhados, o "Grupo dos 77" constituído no âmbito da UNCTAD, a OPEP, indicam o caminho a seguir, que poderia ser adotado também para a formação de um Cartel de Países Devedores, como forma de afastar, por exemplo, o fantasma da renegociação das dívidas em condições onerosas. Será que os países em desenvolvimento conseguirão algum dia uma união efetiva, apesar das pressões em sentido contrário que sobre eles se abaterão (65)?

(64) Sobre estas duas convenções, veja-se o Apêndice, Parte II.

(65) Um bom exemplo de tais pressões é o ilustrado pela história do PANCAFÉ, criado em 1980 por diversos países, en

Se tivéssemos de apresentar um modelo que representasse visualmente a atual estrutura do sistema interta dual mundial, recorreríamos à imagem de uma pirâmide trunca da no topo.

Escolheríamos uma pirâmide truncada, porque o sistema mundial não tem um "país-vértice": O cimo da pirâmide truncada é ocupado pelos Estados Unidos e pela U.R.S.S..

Nesse modelo piramidal, as duas ou três dúzias de países industrializados, capitalistas ou socialistas, estariam logo abaixo das superpotências, ocupando posições compatíveis com o poderio de cada uma, nos diversos domínios-chaves da competição mundial.

Uns poucos países em desenvolvimento, como o Brasil, o México, a China e a Arábia, ocupariam posições ao nível dos países do "meio" do segundo escalão. Os restantes países em desenvolvimento, em número bem superior à centena, seriam distribuídos pela parte inferior da pirâmide, ocupando lugares compatíveis com o peso respectivo no sistema global.

tre eles o Brasil, com o propósito de intervir nos mercados mundiais de café, em especial no de Nova Iorque. Informa Pierre Gilhodes ("Les Relations Économiques entre les États-Unis et l'Amérique Latine, 1975-1979", in Problèmes d'Amérique Latine, 1980, n.º60, p.94) que "os Estados Unidos modificaram as regras de acesso ao mercado a termo de maneira a dificultar a atividade do PANCAFÉ, o qual acabou perdendo centenas de milhões de dólares. Na reunião de Londres, os Estados Unidos exigiam e obtinham como preliminar para qualquer acordo de quotas sobre as vendas de café, a dissolução do PANCAFÉ".

5. UMA PROPOSTA DE ESTRATÉGIA BRASILEIRA COM VISTA A UMA NOVA ORDEM INTERNACIONAL

5.1. A visão chinesa do mundo e a estratégia pro- posta

Se bem atentarmos no modelo de sistema mundial que estivemos descrevendo, verificaremos que ele se parece muito com o modelo tripartido que a República Popular da China aplica às relações internacionais, descrito por Michael Yahuda, em obra recente (66).

Dirigindo-se ao Presidente Kenneth Kaunda da Zâmbia em fevereiro de 1974, o Presidente Mao Tse-tung (ou Mao Zedong, na nova grafia "Pinyin") dizia:

A meu ver, os Estados Unidos e a União Soviética formam o primeiro mundo. O Japão, a Europa e o Canadá, a secção média, pertencem ao segundo mundo. Nós somos o terceiro mundo. O terceiro mundo tem uma população enorme. Com a exceção do Japão, a Ásia pertence ao terceiro mundo. A totalidade da África pertence ao terceiro mundo e a América Latina também...

A China pertence ao terceiro mundo. Por que a China não se compara aos países ricos, politicamente, economicamente, etc. Ela só pode ser agrupada junto aos países relativamente pobres.

Uns meses depois, o então Vice-Primeiro Ministro e hoje Vice-Presidente e homem-forte do governo chinês

(66) YAHUDA, Michael, China's Rôle in World Affairs (Londres, Croom Helm, 1978), sumarizado pelo próprio no artigo "The Chinese View of a New World Order", in Millenium: Journal of International Studies, vol. 7 (1978), nº1, pgs. 1 a 19 (London School of Economics — onde Yahuda é "lecturer" em Relações Internacionais). É desse artigo que extraímos as citações que se seguem, expondo a visão chinesa dos "três mundos".

Deng Xiaoping (na grafia antiga, Ten Hsiao-p'ing) na Sessão Especial da Assembléia-Geral das Nações Unidas que discutia a Nova Ordem Econômica Internacional, descrevia os "três mundos" da forma seguinte:

As duas superpotências são as maiores opressoras e exploradoras internacionais de hoje. São a fonte de uma nova guerra mundial. Ambas possuem grande quantidade de armas nucleares. Ambas se empenham em obstinada corrida armamentista, estacionam forças maciças em outros países e instalam forças militares por toda a parte, ameaçando a independência e a segurança de todas as nações. Ambas porfiam em sujeitar outros países ao seu controle, à sua subversão, interferência e agressão. Ambas exploram economicamente outros países, pilhando as suas riquezas e apossando-se de seus recursos. Na prepotência contra os mais fracos, a superpotência que porta a etiqueta de socialista é particularmente perversa (...).

O caso dos países desenvolvidos entre as superpotências e os países em desenvolvimento, é bem complicado. Alguns deles ainda retêm relações colonialistas, de uma forma ou de outra, com países do Terceiro Mundo(...). Ao mesmo tempo, todos estes países desenvolvidos são em vários graus controlados, ameaçados ou objeto da prepotência de uma ou da outra superpotência. Alguns deles têm sido de fato reduzidos por uma superpotência à posição de dependências, sob a etiqueta de pertencerem à sua assim chamada "família" (...).

Os numerosos países em desenvolvimento sofreram durante muito tempo com a opressão e a exploração colonialista e imperialista. Conquistaram a independência política, mas todos eles ainda têm de enfrentar a tarefa histórica de varrer as forças remanescentes do colonialismo, desenvolvendo a economia nacional e consolidando a independência nacional. Estes países cobrem vastos territórios, abrigam uma população enorme e têm abundantes recursos naturais. Tendo sofrido a mais dura opressão, têm o mais forte desejo de se oporem à opressão e de buscarem a libertação e o desenvolvimento. Na luta pela libertação nacional

e pela independência, têm demonstrado poder imenso e continuamente têm alcançado esplêndidas vitórias. Constituem eles uma força revolucionária empunhando o guidão da história e são as principais forças no combate ao colonialismo, ao imperialismo e particularmente às superpotências.

A coincidência de pontos de vista em seus aspectos fundamentais entre a visão chinesa do mundo e aquela que atrás expusemos, com base nas complexas redes de interdependência, enfatizando as relações de interdependência vertical, pode ser que seja meramente casual. Nós, no entanto, acreditamos que ela só é possível porque tanto o modelo chinês como o que expusemos anteriormente traduzem a realidade da vida internacional, pelo menos se for examinada de um ponto de vista terceiro-mundista. Assim, consideramos a visão chinesa como uma confirmação da exatidão da nossa.

Evidenciada a coincidência, acreditamos que a similitude pode ser explorada, para dela se extrair uma estratégia de cunho mais terceiro-mundista para o Brasil. Voltando a uma afirmação feita na Introdução, diremos que se o Terceiro Mundo não é a futura Nova Ordem Internacional, não há dúvida de que esta não poderá ser modelada sem a ação determinante do Terceiro Mundo.

A estratégia que se tem em vista é apenas sugerida como mera hipótese, sujeita a todas as reservas, precisando de análises mais detidas, em extensão e em profundidade. Envolve ela dois aspectos, um de âmbito sócio-econômico e interno e o outro de âmbito internacional. Ambos, aliás, são interdependentes. Vamos examinar em separado os dois aspectos, estabelecendo sempre um quadro comparativo entre o Brasil e a China, que são as duas principais potências emergentes do Terceiro Mundo.

5.2. Desenvolvimento autocentrado do Brasil.

Os paralelismos entre a China e o Brasil não se limitam ao fato de ambos os países pertencerem ao Terceiro Mundo. Em área territorial, a China é o segundo país do mundo e o Brasil o quinto. As superpotências ocupam o primeiro e o terceiro lugares. O quarto e o sexto "grandes" são o Canadá e a Austrália, um deles quase que um contínuo deserto gelado e o outro na sua maior parte também um deserto, mas de areia. Tanto a China como o Brasil têm recursos naturais abundantes. Ambos estão empenhados em atingir até ao ano 2000 o status de nações industrializadas. Se a China tem a maior população mundial, tão grande população será mais fonte de problemas do que de vantagens. Em contrapartida, a população brasileira atingiu um número que se pode considerar ótimo, em termos econômicos: Fosse possível ocupar toda ela economicamente e remunerá-la em níveis razoáveis, que não faltariam braços, nem eles seriam demais para o desenvolvimento das potencialidades brasileiras, nem faltariam consumidores para a formação de um imenso mercado interno.

A grande diferença entre a China e o Brasil está em que enquanto aquela adotou um modelo de desenvolvimento socialista e autocentrado, o nosso país optou por um desenvolvimento capitalista e extrovertido.

A via capitalista, como se viu anteriormente, atualmente não é obstáculo ao desenvolvimento, ou pelo menos não o é para o Brasil. Os maiores problemas que a via capitalista oferece poderão ser reduzidos através de decidida ação intervencionista do Estado; aliás, numa era em que já não se discute a função social da propriedade e dos próprios contratos, seria pouco razoável querer insistir em que o Estado se apagasse, limitando-se às velhas funções de manutenção da ordem externa e da ordem interna.

A nosso ver — e mesmo que a muitos isto pareça uma heresia — as duas vias de desenvolvimento, a socialista e a capitalista, têm muito mais em comum do que aquilo que correntemente se imagina. Tanto para uma como para a outra via, a questão essencial está na mobilização dos recursos necessários (recursos naturais, capital e trabalho) e na racionalização da produção. Considerando os problemas relacionados com a tecnologia, "apropriada" ou não, nos países em desenvolvimento, escreve, com um certo humor, Arghiri Emmanuel:

Sempre se censurou o empresário por dilapidar o trabalho humano, ao escolher as suas técnicas sobre a base do trabalho pago e não do trabalho total dispendido na produção. As forças do mercado davam "a cada um o que lhe era devido", ao trabalhador ghanense a enxada, ao lavrador americano o trator. Os músculos baratos expulsavam a massa cinzenta e as máquinas dos países com baixos salários, enquanto a massa cinzenta e as máquinas substituíam-se aos músculos caros nos países desenvolvidos. A situação era bloqueada justamente porque a rarefação da massa cinzenta e das máquinas mantinha a produtividade a um baixo nível, o que depreciava ainda mais os músculos. Esta depreciação, por seu turno, tornava a massa cinzenta e as máquinas ainda menos rentáveis. Então, pensávamos que só a ação deliberada do Estado, fora da racionalidade capitalista, era capaz de quebrar este círculo vicioso e colocar o trator "inapropriado" nas plantações africanas, sem o que, de resto, de modo nenhum se via como é que o desenvolvimento poderia surgir.

Agora dizem-nos que as sociedades multinacionais, portanto as mais capitalistas de todas as empresas capitalistas, descobriram o truque: implantar as técnicas pesadas nas regiões com mão-de-obra barata, ou seja, precisamente o que a União Soviética fez durante os primeiros planos quinquenais e o que se espera seja feito por todo planificador socialista. E em vez de nos regozijarmos com a boa nova, somos convidados a meditar sobre a estratégia diabólica das corporações multinacionais

que dilapidam o capital (o seu capital), com o único fim de provocar subemprego no país de acolhimento (67).

Deste ponto de vista, a maior diferença entre a via capitalista e a via socialista de desenvolvimento, consiste na maior liberdade de ação de que o Estado dispõe na segunda, não só para determinar quais os investimentos que se fazem necessários, como também para fixar unilateralmente os preços da força de trabalho e dos salários, como ainda para combinar a produção em empresas tecnologicamente avançadas com outras empresas artesanais, sem o risco de estas serem eliminadas do mercado, por força da concorrência.

Se em termos económicos tanto a via socialista como a via capitalista podem proporcionar desenvolvimento, então teremos como diferença fundamental entre os modelos chinês e brasileiro, o carácter autocentrado do primeiro e extrovertido do segundo. Ora, neste aspecto é que nos parece que a China leva vantagem.

Se, como já vimos anteriormente, existe permanente interação entre o âmbito interno de qualquer país e o âmbito externo, a ponto de modernamente se negar a autonomia dos fenómenos políticos internos e internacionais, o fato de um qualquer país optar por um desenvolvimento introvertido ou extrovertido não será indiferente, do ponto de vista da sua projeção internacional.

Existe uma literatura imensa, de natureza económica, sobre as relações possíveis entre extroversão e dependência, extroversão e poder, processos cumulativos de dependência, etc.. No fundo, o que se versa nessa literatura é to

(67) EMMANUEL, Arghiri. "Les Sociétés Multinationales et le Développement Inégal", cit., p.834-835.

da a problemática em que se baseia a teoria da dependência (68). Pela nossa parte, limitar-nos-emos a notar que historicamente países capitalistas e países socialistas sempre se fecharam sobre si mesmos, na sua fase de industrialização. O Brasil não foge à regra, na medida em que se protege atrás de cerrada muralha de direitos aduaneiros. Só que não é apenas isto que caracteriza um desenvolvimento introvertido, autocentrado ou autoconfiante (do inglês "self-reliant").

Um desenvolvimento só será verdadeiramente autocentrado, quando depender o mínimo possível seja de importações, seja de exportações, isto é, quando se aproveitarem tanto quanto possível os recursos existentes no país para produzir bens para os seus habitantes. Ora, isto é que o Brasil não tem feito. No nosso país, parece ter havido a preocupação com a produção de bens dependentes de importações de muitos insumos e de tecnologias avançadas e caras, destinados apenas a uma pequena minoria da população, cujo poder de compra foi artificialmente inflado. Este modelo, parece não haver dúvida, agravou a situação de dependência do país.

É possível que esta estratégia até fosse necessária numa primeira fase do processo de industrialização, como condição de atração dos capitais internacionais e de formação também de bom nível de acumulação de capital interno. Todavia, se os outros países, de velha industrialização, a partir de determinada fase fundaram o processo do seu desenvolvimento na ampliação do mercado interno, proporcionada pela elevação do poder de compra das massas trabalhadoras e conseqüente redistribuição da renda nacional (69), parece que o Brasil po

(68) Uma boa análise de todas as possíveis relações entre extroversão e dependência ou dominância, encontra-se em COUSSY, Jean: "Interpénétration des Économies et Évolution des Rapports de Dépendance", in Rev. Franç. de Science Politique, 1980, nº2, p.262 a 290.

(69) Veja-se supra, nota 57 (p.193).

derá iniciar agora um processo de reconversão da sua econo
mia, abrindo a está um vasto mercado de 120 milhões de habi
tantes e oferecendo-lhes bens de consumo de massas, sem dúvi
da menos sofisticados, mas que poderão proporcionar as expe
ctativas de lucros necessárias aos investimentos que já não
podem ser feitos nos mercados saturados dos países de velha
industrialização. Parece-nos que esse será o processo mais
simples para abrasileirar os capitais estrangeiros aqui in
vestidos, proporcionando-lhes boas oportunidades de reinv
timento local.

Uma economia mais autônoma, menos dependente
do exterior, menos suscetível de ser afetada por quaisquer
alterações que se verifiquem externamente, reforçará a inde
pendência política, reduzindo as relações de interdependência
vertical e as conseqüentes pressões a que o país está atual
mente sujeito. Sem independência econômica, não será possível
a independência política.

O Brasil precisa de fechar-se ao mundo exter
no, tanto quanto lhe for possível, no que diz respeito ao seu
desenvolvimento. Só assim poderá determinar com autonomia as
suas próprias prioridades. É isto que o Brasil poderá apren
der com o exemplo chinês, que "deliberadamente escolheu não
enveredar pelo caminho da política de grande potência", o
que não impede que a China "continue sendo um importante e in
dependente fator na balança das forças mundiais" (70), impor
tância essa que sem dúvida surgirá à plena luz do mundo se o
seu ambicioso programa de modernização conseguir transformar
a face do país.

Estas últimas considerações já nos introduzem
no segundo aspecto da estratégia que sugerimos: a internacio
nal.

(70) YAHUDA, Michael. "The Chinese View of a New World Or
der", cit., p.16 e 18.

5.3. O Brasil e a Nova Ordem Mundial

O enquadramento do Brasil dentro dos dois terços da humanidade que constituem o Terceiro Mundo, nunca foi contestado por ninguém. Já em 1959 o então Coronel Golbery do Couto e Silva, ao defender para o Brasil uma geopolítica de paz, criadora e afirmativa, sustentava que o nosso país "não poderá, nos dias de hoje em face de um planeta tumultuado ainda mais pela miséria e pela fome do que por ambições expansionistas e de domínio, que, aliás, existem de fato e não são, de forma alguma, nem desprezíveis nem remotas, negar-se ao papel que lhe cabe no concerto das nações, em prol da redenção de toda essa periferia econômico-social de que ainda participa, e que se estende, tragicamente, desde os contrafortes andinos, através da África toda, do Oriente Médio, da península indiana e do Sudoeste Asiático, até os confins do mundo indonésio" (71).

Há mais de vinte anos o agora General Golbery já colocava, como se vê, as duas questões fundamentais para as relações internacionais do Brasil e de qualquer país do Terceiro Mundo: De um lado, as "ambições expansionistas e de domínio" que no mundo atual dizem respeito fundamentalmente às duas superpotências; do outro lado, "a redenção de toda essa periferia sócio-econômica de que [o Brasil] ainda participa".

Estas são realmente as duas constantes que de vem nortear a política internacional brasileira: A percepção de que o sistema mundial atual é perigosamente conflituoso, devido à bipolaridade Estados Unidos-União Soviética (aspecto que é o mais significativo da bipolaridade Ocidente-Oriente),

(71) SILVA, Golbery do Couto e. Aspectos Geopolíticos Brasileiros, p.27-28 (Rio de Janeiro, 1959), citado por RODRIGUES, José Honório: Brasil e África: Outro Horizonte, 2ª ed., vol.2, p.370-371. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.

mas que, apesar disso, a clivagem principal do mundo se situa mais entre os países da base (ou "periferia", ou Sul) e os do cimo (ou "centro", ou Norte).

Subjacente às duas constatações, impedindo que elas sejam consideradas isoladamente e não como duas faces da mesma medalha ou dois aspectos de um único sistema global, está a noção de um mundo estreita e complexamente interdependente, mas no qual predominam as relações de interdependência hierárquica, que permitem aos mais fortes fazer direito do que é apenas a sua força.

Se o Brasil não tem força (poderio) para impedir o uso da força seja nas questões sensíveis para as superpotências e ainda que estas se revelem em conflitos localizados, seja em outras questões em que porventura não estejam envolvidos interesses das superpotências (o que, aliás, raramente é o caso), se, por outro lado, o Brasil também não tem poderio para impor uma nova ordem econômica internacional, ele estará, sem dúvida, limitado a fazer mais uma "moralpolitik" internacional do que uma "realpolitik". Mas o valor dos princípios também é uma força, que conquista adesões pelo exemplo.

Em todos os conflitos, mesmo ou principalmente naqueles em que direta ou indiretamente estejam envolvidas as superpotências, o Brasil deverá adotar um papel de mediação e conciliação, evitando o alinhamento, ainda que assim esteja rompendo longa tradição de aliança com os Estados Unidos. Aliás, parece que esta regra já está sendo posta em prática, como se vê pela posição adotada nos casos da revolução sandinista da Nicarágua e da guerra civil em El Salvador.

Estabelecendo uma ponte entre a eliminação dos conflitos internacionais e o desenvolvimento do Terceiro Mundo, o Brasil deverá juntar a sua voz àqueles que procuram

sensibilizar a opinião pública internacional para a causa da redução das despesas militares, com a aplicação das verbas assim liberadas em programas de desenvolvimento que beneficiem a humanidade.

No aspecto específico da redução da brecha que separa o Terceiro Mundo do mundo industrializado, o Brasil de verá redobrar de esforços em prol da nova ordem econômica in ternacional, sobretudo no âmbito do "Grupo dos 77", mas tam bém adotando posição mais ativa em outros foruns, como o Mo vimento dos Países Não-Alinhados.

Em suma, os objetivos brasileiros em matéria de política externa poderão ser resumidos na necessidade da criação de um novo sistema de relações políticas e econômicas in ternacionais.

Sozinho, o Brasil nada poderá fazer. Nem ele, nem nenhum outro país do Terceiro Mundo dispõe do poderio mi litar, ou econômico, ou tecnológico, para determinar qualquer mudança relevante. Todavia, a relação de forças e a situação mundial daí resultante será diferente, se o Brasil unir os seus esforços aos de muitíssimos outros países em desenvolvimento; então, todos terão a seu favor o peso do seu número, a sua força demográfica somada, o fato de em conjunto dispo rem de boa parte dos recursos naturais e energéticos que são imprescindíveis para os países do Norte. A força de muitos po derá, se enfeixada, tornar-se uma força irresistível.

O problema, o grande problema, reside no fato a que tantas vezes já fizemos referência, de que os países do Terceiro Mundo têm entre eles frágeis vínculos de inter dependência. Por um lado, eles praticamente só têm em comum as dificuldades; faltam interesses convergentes em número assaz grande para gerar solidariedades efetivas. Por outro lado, o interesse dos países industrializados impele estes a combater as tentativas que possam gerar solidariedades efe

tivas entre os países da "base". Mas se o que importa ver verdadeiramente é criar as fundações para uma projeção futura do Brasil, não se vê que outro caminho possa ser seguido, que não seja aquele que se indicou.

Ainda aqui pode ser invocado o exemplo da China, quando se opõe ao que ela chama o "hegemonismo" das duas superpotências e quando defende uma maior união entre os países do Terceiro Mundo. A concordância nestes dois aspectos fundamentais entre as duas principais potências emergentes do Terceiro Mundo, apesar de cada uma tentar uma via própria de desenvolvimento, poderá significar o princípio da "união pela base" prenunciadora de verdadeira Nova Ordem Mundial.

C O N C L U S Õ E S

1. A sociedade mundial e seus grandes problemas

1.1. Durante milênios, a humanidade esteve se parada em diversos compartimentos ou civilizações, praticamente estanques. No decurso dos últimos 500 anos, por força da ex pansão européia, todas as civilizações foram bruscamente pos tas em contato, com destruição de algumas e cômpressão de outras. Agora, quando todos os povos reconquistaram a sua auto nomia política, chegou a hora de amalgamar aqueles comparti mentos, para construir a Civilização Universal dos séculos vindouros.

Um sistema sociocultural é já em si mesmo uma realidade ao mesmo tempo dinâmica, fluida, multifacetada e em mutação permanente; neste final de século, tais característi cas são exacerbadas até um nível de quase perplexidade, pela magnitude do desafio lançado à humanidade, no sentido de cons truir uma sociedade mundial ou de se autodestruir, o qual põe à prova todas as estruturas existentes. No meio das in certezas e contradições que a rodeiam, a humanidade não se encontra, nem se entende.

É que são realmente bem diversos os graves pro blemas que urge solucionar à escala global, alguns oriundos de fora do sistema, ou seja, do seu meio-ambiente e outros nascidos dentro do próprio sistema, mas todos relacionados em complexas redes de interações. Classificamos tais problemas, ou desafios lançados ao sistema mundial (e, portanto, à hu manidade), em dois grupos: os desafios naturais e os sociais.

1.2. Começemos pelos desafios naturais: Dentre eles, tem a primazia o do crescimento exponencial da própria humanidade. No começo do século, eramos 1,6 bilhões, em 1960 passávamos para 3 bilhões, hoje somos 4,5 bilhões e no ano 2000 seremos mais de 6 bilhões.

Este crescimento acontece precisamente nas regiões subdesenvolvidas ou em desenvolvimento, que até ao ano 2000 contribuirão com uns 90,5% do aumento, ou mais do que o total hoje vivendo nos países desenvolvidos. Se mais de 800 milhões dos 3,3 bilhões de habitantes atuais dos países não desenvolvidos vive permanentemente com fome, compreende-se quanto se agravará nos próximos 20 anos um outro desafio que também é preciso solucionar: o da multiplicação daqueles pães que hoje já são insuficientes, num mundo cujas terras aráveis são limitadas.

Por outro lado, nem mesmo os alimentos se produzem sem dispendar energia; ora, a energia disponível também é escassa e, o que é mais grave, as fontes naturais conhecidas estão-se esgotando com rapidez: A crise energética será, portanto, o terceiro grande desafio natural. É aqui que se insere, entre outros, o grave problema da crise do petróleo, a principal fonte energética conhecida.

Porém, e com isto temos o quarto desafio, para a produção de mais energia, seja a partir das fontes tradicionais, seja de novas fontes (biomassas, fissão nuclear, luz solar, hidrogênio, etc.) exige-se a aplicação de quantidades crescentes de capital, e este também é escasso! Onde conseguir o capital necessário não só para garantir o sustento de um número crescente de bocas, como ainda para garantir a todos um padrão de vida pelo menos decente, através da produção dos bens para esse fim indispensáveis?

Por último, mesmo que houvesse capital e re

ursos naturais suficientes para multiplicar indefinidamente a produção energética, isso não acarretaria um desastre ecológico? O próprio desenvolvimento econômico e social, se for possível, poderá destruir o mundo!

1.3. Se os desafios naturais já são complexos, os sociais ainda o são mais. Podemos dividi-los em desafios "menores" e desafios "maiores". Vejamos os "menores":

1.3.1. Entre eles, temos primeiro a "revolução cultural", ou seja, a profunda transformação nos sistemas de valores, crenças, ideologias, formas de vida, que vinham sendo transmitidos de geração em geração e que não resistiram ao impacto da Revolução Industrial e de tudo aquilo em que esta implicou: mudança do campo para cidades cada vez maiores (megalópoles), desagregação da família tradicional, transformação da humanidade numa imensa legião de trabalhadores assalariados, alfabetização universal, influência dos meios de comunicação de massa (o "quarto poder"), insatisfações sociais...

1.3.2. A seguir, temos todos os problemas oriundos do choque dos próprios complexos socioculturais ou civilizações, bruscamente postos em contato e forçados a dolorosa adaptação. Insere-se aqui a questão crucial da reação dos povos colonizados contra a Civilização Ocidental, associada à degradação dos valores espirituais de que esta se nutria.

1.4. Os desafios sociais "maiores" resultam do fato de ainda faltarem, ou serem incipientes no sistema mundial, aquelas duas funções básicas que Deutsch acrescentou ao esquema parsoniano: A capacidade de criação autônoma de metas ("goal setting") e a função de autotransformação. Se nenhum país pode decidir sozinho de seu próprio futuro, por

que todos vivemos num mundo em que tudo se tornou interdependente, a planetarização do sistema não foi acompanhada da criação de estruturas supranacionais, responsáveis, por exemplo, por um planejamento à escala global.

1.4.1. Assim, ao mesmo tempo em que o supercolosso americano, sustentáculo político-econômico do subsistema mundial capitalista, vai mostrando ser possível que também ^{tenha} pés de barro, o mundo assiste praticamente impotente à desagregação do sistema monetário criado em Bretton Woods (o qual, aliás, nunca protegeu os interesses dos países do Terceiro Mundo) e vê durar, agravar-se e alastrar como nódoa de azeite e crise que se declarou nas economias capitalistas avançadas a partir de 1974.

1.4.2. Assim também, o mundo assiste paralisado à corrida armamentista, absorvendo capitais que poderiam ser investidos em programas de desenvolvimento e vê um número cada vez maior de países "promovidos" à categoria de membros do "clube atômico", isto é, de detentores da arma absoluta, que poderá varrer a vida da face da Terra.

1.4.3. Assim ainda, o mundo é forçado a assistir ao conflito designado Leste-Oeste, que é fundamentalmente o espetáculo das duas superpotências, a capitalista e a comunista, digladiando-se em todos os cantos da terra e a propósito de quase tudo, cada uma delas procurando impor à outra e a todo o mundo um sistema sócio-político-econômico que, na forma em que é oferecido, não interessa verdadeiramente a mais ninguém senão a elas próprias ou, pelo menos, que a maior parte do mundo não considera como sendo o seu maior problema.

1.4.4. Na verdade, para aqueles dois terços da humanidade que sofrem a pobreza, a doença e a ignorância, o que importa é a melhoria de suas condições de vida, sentindo-se mesmo lesados, explorados, pelos países ricos e, por

isso, reivindicando uma nova ordem econômica mundial, que lhes garanta o almejado desenvolvimento. Esta é a polaridade Norte-Sul.

De uma ótica terceiro-mundista, que é também a do Brasil, esta questão Norte-Sul sobreleva a todas as outras. Todavia, os países do Terceiro Mundo têm, até agora, sido incapazes de alterar os dados do problema, apesar de haverem conseguido criar dois fóruns em que o tema recebe atenção privilegiada (Movimento dos Países Não-Alinhados e "Grupo dos 77", este no seio da UNCTAD) e de haverem conseguido concentrar nele a atenção internacional, a ponto de forcarem os líderes das principais nações industrializadas a sentarem com alguns representantes do Sul à volta da mesma mesa (Conferência de Cancún, outubro de 1981), mesmo sabendo que daí nada resultaria de concreto.

Nesta questão Norte-Sul, evidencia-se que o fato de vivermos num mundo interdependente não trará vantagens para os países em desenvolvimento, enquanto a interdependência pressupuser uma relação de hierarquia, e não de igualdade, entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Por isso, nas presentes circunstâncias, não será pelo diálogo que se resolverá o problema Norte-Sul. Não há "negociação" entre partes desiguais.

De resto, o Terceiro Mundo tem a sua posição ainda mais enfraquecida por causa não só dos frouxos laços de interdependência entre os diversos países que os compõem (assim levando cada um deles quase à indiferença pela sorte dos outros, e mesmo gerando divergências entre elas), como ainda porque existem sérias dissensões internas na maioria delas, com sociedades nacionais profundamente divididas quanto ao modo de repartir as fatias do magro bolo disponível.

1.4.5. Em último lugar (last, but not least), entre os problemas sociais "maiores", surge o fenômeno

no do fantástico crescimento, nos últimos três decênios, das empresas multinacionais. A extrema importância do fenômeno resulta de duas ordens de considerações: Primeiro, à medida que se amplia o controle multinacional sobre a economia mundial, esta vai-se transformando em imenso oligopólio, contra o qual são impotentes as normas baixadas pelos Estados. Segundo, porque se trata de fenômeno que, sendo embora fruto do sistema, porta em si os germes para a profunda transformação deste. O Estado que conhecemos hoje, surgido nos primórdios da Idade Moderna como unidade soberana, reguladora do espaço político-econômico, está de certo modo "definindo", face às investidas desse novo poder, de natureza privada e transnacional.

Aliás, enquanto os poderes de polícia e coercitivos continuarem nas mãos dos Estados, haverá que distinguir estes em dois grupos, o dos países que possuem multinacionais e o dos países para onde elas estendem a sua rede de filiais: É do interesse das multinacionais reforçar o poder dos primeiros, para que possam apelar para eles, sempre que a segurança de suas atividades seja ameaçada, seja por outros Estados, seja por multinacionais concorrentes. Isto quer dizer que, na prática, o fenômeno das multinacionais reforça a posição dominante dos países industrializados e enfraquece a dos países em desenvolvimento, os quais, não obstante, precisarão de continuar apelando para elas.

É que neste nosso mundo, são as multinacionais que detêm o poder financeiro, o controle da tecnologia, o controle dos mercados, o controle dos recursos não renováveis, em suma, são elas que detêm as chaves do desenvolvimento, do paraíso onde todos desejam entrar.

Assim, os países em desenvolvimento estão perante o seguinte dilema: Ou fecham as portas às multinacionais e assim se condenam à estagnação, ou abrem-nas e assim

se condenam à inevitável dominação econômica por elas, com um desenvolvimento que a prática tem demonstrado ser normalmente desequilibrado e não tomar em consideração as necessidades nacionais mais prementes — porque a verdade é que as multinacionais, como empresas capitalistas privadas que são, embora gigantescas, se norteiam sempre pela lógica empresarial da busca do lucro máximo, esse "oxigênio da empresa e condição essencial para que possa crescer e cumprir suas transcendentais funções: gerar riquezas e criar empresas", segundo um empresário catarinense*.

2. Teorizações da realidade mundial das escolas diplomático-estratégica e da dependência

2.1. A visão clássica da sociedade internacional considerava esta como composta exclusivamente de Estados, todas unidades fechadas, independentes, iguais e soberanas. As relações internacionais limitavam-se às relações entre os Estados, colocadas sob o signo da anarquia, do conflito e da guerra. De acordo com a doutrina dominante dentro desta visão, a teoria do equilíbrio de poderes, a luta pelo poder entre os diversos Estados soberanos tendia a estabelecer um equilíbrio entre eles, que, se atingido, garantiria a ordem internacional; como após a Segunda Guerra Mundial houve duas potências que de longe se destacaram sobre todas as demais, o equilíbrio, hoje, seria "bipolar".

Esta é a visão sustentada pela escola diplomático-estratégica, a qual, todavia, é incapaz de apreender e explicar globalmente a realidade mundial. A luta pelo poder, os conflitos entre os Estados, não acontecem simplesmente

* Fernando Marcondes de Matos, no Informativo da Sidersul, nº 15.

te, têm motivações sócio-econômicas, que é preciso conhecer; a soberania e a independência dos Estados são um mito jurídico, mascarando a realidade da desigualdade entre Estados, uns dominando os outros; a afirmação de que os Estados seriam os únicos agentes nas relações internacionais é desmentida pela realidade, a qual demonstra que intervêm no complexo jogo das interações do sistema "internacional" outras organizações sociais, independentes dos Estados, umas transnacionais (como as empresas multinacionais) e outras até nacionais (por exemplo, alguns grupos de pressão). Por último, a própria visão dualista do mundo dada pela hipótese do equilíbrio atual, "bipolar", foi posta em crise por diversos fatos novos, como o não alinhamento da China dentro da órbita de Moscou, a ascensão da Comunidade Econômica Européia e do Japão e até o desafio coletivo lançado pelos países exportadores de petróleo e pelo "Grupo dos 77" à superpotência ocidental e aos demais países industrializados que alinham atrás dela.

Esta escola diplomático-estratégica no máximo conseguirá explicar adequadamente apenas as relações de equilíbrio entre aqueles Estados cujo poderio seja realmente equiparável e quando não haja outras potências mais fortes interessadas na solução em determinado sentido dos interesses que estiverem em jogo; isto é, esta Escola só chegará a conclusões corretas quando se tratar da análise das relações entre Estados entre os quais prevaleçam os laços de interdependência horizontal, sobretudo se se tratar de interdependência negativa. Estados nessas condições resumem-se na atualidade aos Estados Unidos e à União Soviética; por isso é que, de certo modo, ainda é possível afirmar-se que nunca, como agora, o mundo foi tão verdadeiramente bipolar, com as duas superpotências digladiando-se por todo o mundo e por causa de tudo.

2.2. As modernas teorias da dependência fundamentam uma visão própria do sistema mundial, que tem sobre a diplomático-estratégica a vantagem de tomar em consideração não apenas a ação política "externa" dos Estados, mas o conjunto do sistema sócio-econômico mundial. Ela tomou como dados permanentes, estruturais, as desigualdades passadas e presentes entre países industrializados e países subdesenvolvidos, procurando, por conseguinte conceptualizar uma teoria que seria do "subdesenvolvimento do subdesenvolvimento". O próprio sistema capitalista mundial só poderia subsistir mediante a dominância de algumas economias e a dependência de todas as outras que integrem o sistema; o desenvolvimento do "centro" só poderia ser feito à custa do subdesenvolvimento da "periferia". A opção para os países subdesenvolvidos do Terceiro Mundo, punha-se em termos de permanência na estagnação, ou libertação através da ruptura revolucionária — em relação ao sistema capitalista mundial.

Não há como negar a validade histórica das proposições da teoria da dependência respeitantes às relações desiguais entre um "centro" industrializado e uma "periferia" subdesenvolvida, apesar dos esforços feitos em vários países para romper o "círculo vicioso" do subdesenvolvimento. Também não é criticável a ênfase atribuída por esta teoria aos fatores econômicos nas relações entre os Estados, quando a escola diplomático-estratégica se preocupava com os aspectos políticos da luta ou competição internacional; são, sem dúvida, as mudanças no fator econômico, ou nas variáveis econômicas, que afetam de maneira mais rápida e mais profunda a totalidade do sistema.

O que é contestável dentro da teoria da dependência, é o seu caráter estático ou fatalista. Ela arruma os Estados em determinada ordem vertical (interdependência hierárquica), que seria imutável, mas que, por isso mesmo,

não explica como é que alguns Estados dependentes conseguem industrializar-se (é o caso dos "newly industrializing countries", ou países de industrialização recente, como o Brasil), como, aliás, não explica também que no passado o fenômeno da industrialização houvesse passado de uns Estados para outros, como se estivessem ligados por vasos comunicantes.

Todavia, tal como acontece com as teorias desenvolvidas pela escola diplomático-estratégica, também se pode afirmar que nunca, como agora, se mostrou tão válida a teoria da dependência; nunca, como agora, o mundo foi tão caracterizado pela dominância de um "centro" e a dependência de uma "periferia". O próprio fenômeno do endividamento dos "newly industrializing countries", parece estar confirmando a impossibilidade de estes se libertarem dos laços da dependência... A explicação para a recrudescência desta teoria, também é similar à dada para a teoria do equilíbrio: Enquanto um Estado permanecer em posição de subordinação, de inferioridade, isto é, ocupando o lado passivo de uma relação de interdependência hierárquica, a teoria da dependência fornecerá explicação adequada para as relações de "dependência".

3. O sistema mundial de interdependência complexa

3.1. Se a escola diplomático-estratégica ou do equilíbrio de poderes tem, afinal, como pressuposto, ainda que só implícito, que os Estados estejam ligados por relações de interdependência horizontal, ignorando a realidade de um mundo caracterizado pela existência de Estados desiguais, ou seja, pela prevalência de relações de interdependência vertical; se, por outro lado, a escola da dependência partindo embora da desigualdade dos Estados, concebe um sistema mundial no qual essa desigualdade seria irreversível

vel, o que também não é exato, a conclusão a extrair só pode ser uma: Há que alargar o enfoque, concebendo um modelo verdadeiramente global, que reflita adequadamente o sistema mundial, na sua totalidade, isto é, em toda a complexidade de suas relações de interdependência, sejam elas horizontais, sejam hierárquicas, sejam de outra natureza, sejam todas elas, inter cruzadas das mais diversas formas.

3.2. Aliás, a análise antes efetuada dos principais problemas ou desafios postos ao sistema mundial, sejam naturais ou sociais, demonstra, primeiro, que seria vã qualquer tentativa de resolvê-los com as forças de um único ou de apenas alguns Estados e, segundo, que não é possível estabelecer uma dicotomia entre uma área interna, reservada exclusivamente à competência do Estado, e uma área internacional, que seria objeto da chamada política externa. Isto é, tal análise aponta também para a necessidade de serem analisadas as complexas redes de interações, ou relações de interdependência, que se processam no quadro de um vasto sistema mundial.

3.3. O sistema mundial será realmente a soma dos processos interativos que se processam dentro de um quadro pré-estabelecido; será efetivamente "a soma dos processos relacionais que se estabelecem tanto no seio dos Estados como para além das fronteiras nacionais" (John Burton).

Neste sistema mundial, a realização de qualquer objetivo depende menos da conduta do respectivo agente, do que das forças postas em movimento pelo próprio sistema e das condutas tomadas pelos diversos agentes.

Aliás, as partes componentes do sistema mundial ou seus agentes influentes não são apenas os Estados. São-no também as organizações de Estados, as empresas multi

nacionais e quaisquer outros sub-sistemas, com a única condição de que disponham dos recursos necessários para participar das interações mundiais.

Os próprios Estados, que continuam sendo os principais agentes influentes, têm no sistema peso muito de sigual. O poderio de qualquer Estado resulta de complexas redes de interdependências, em domínios assim tão diversos e essenciais como o econômico, o financeiro, o tecnológico, o militar. Acontece, por isso, haver algumas empresas multinacionais com poderio maior do que o da maioria dos Estados que compõem a sociedade internacional.

3.4. As redes de interdependência mundial podem ser de tipo econômico, geográfico, tecnológico, político, cultural, etc. Entre os diversos agentes, as relações de interdependência podem ser fortes, fracas ou mesmo nulas. A interdependência entre dois ou mais agentes será mútua ou simétrica se uma mudança ocorrida em um deles tiver no outro um efeito tão grande quanto aquele que uma mudança similar ocorrida no segundo, teria sobre o primeiro; será unilateral ou assimétrica^{se} só as mudanças em um dos agentes produzem efeitos no outro, sem reciprocidade. Ela será positiva quando a mudança benéfica para um dos agentes é igualmente benéfica para o outro, ou quando a mudança prejudicial para um é também prejudicial para o outro; será negativa, sempre que a mudança vantajosa para um for prejudicial para o outro. Ela será ainda hierárquica, vertical ou desigual, quando um dos agentes dispõe de poderio suficiente para unilateralmente impor ao outro as regras em que se devem processar as relações mútuas; será horizontal ou igual quando o poderio dos dois agentes se equilibra.

A interdependência positiva gera solidariedades; a negativa gera conflitos. A interdependência assimé

trica torna uma das partes vulnerável às mudanças que se processem na outra, contribuindo muitas vezes, mas nem sempre, para gerar ou reforçar entre elas uma situação de interdependência vertical, com subordinação de uma à outra, assim caracterizando uma relação entre ambas de verdadeira dominância-dependência.

3.5. A análise do sistema econômico capitalista revela a sua flexibilidade e capacidade de adaptação às mutáveis condições de seu meio-ambiente, permitindo que ele como que se renove a cada novo desafio que precisa de enfrentar. As únicas constantes do sistema capitalista parecem ser a apropriação privada dos meios de produção e a incessante busca do lucro máximo. Quando em consequência da elevação do poder de compra das massas nos países do "centro" o mercado por eles proporcionado se ampliou e se revelou altamente lucrativo, os investimentos capitalistas cessaram de buscar novas paragens; quando agora se começa assistindo a uma como que saturação do mercado central, dá-se, ao que tudo indica, um renascimento do antigo sistema de vasos comunicantes, com o capital, agora concentrado nas mãos das grandes empresas, procurando noutras paragens lucros maiores do que aqueles que podem ser esperados nos países de velha industrialização.

Isto quer dizer que a análise da teoria da dependência só estava certa para um certo e determinado período histórico. Agora é de novo possível o desenvolvimento capitalista de outros países, mesmo que, pelo menos numa primeira fase, os investimentos no exterior sejam feitos apenas em determinados setores, sem consideração pelas necessidades mais prementes dos países para onde os capitais se dirigem e sejam efetuados com vista a "repatriação" dos lucos obtidos, assim gerando nos países da nova "semi-perife-

ria" os graves problemas sociais e os déficits nos balanços de pagamentos que aparentemente confirmam a histórica exploração da "periferia" pelo "centro". Tudo cabe dentro da lógica do desenvolvimento capitalista, "para o melhor e para o pior".

É esta "alteração em profundidade da economia tradicional" que torna, "a partir de agora, ultrapassados os quadros habituais das relações internacionais" (Michalet), confirmando a nossa hipótese de que o sistema mundial é efetivamente caracterizado por uma interdependência complexa: interdependências desconhecendo fronteiras, de vários tipos, de diversos agentes, com inter-relações mútuas e unilaterais, positivas e negativas, verticais e horizontais.

4. Modelo piramidal dos Estados e estratégia proposta para o Brasil

4.1. Se no âmbito do sistema mundial considerarmos apenas as relações de interdependência entre a centena e meia de Estados que compõem o cenário internacional, é possível imaginá-los integrados numa pirâmida truncada no topo, dentro da qual eles seriam divididos em três escalões: No topo da pirâmide (escalão superior) teríamos as duas superpotências (Estados Unidos e União Soviética), cujas relações recíprocas são típicas de uma interdependência horizontal, caracterizando-se, portanto, por um equilíbrio de poderes. O escalão intermédio seria constituído pelos demais países industrializados, e um ou outro país em desenvolvimento, todos dependentes das superpotências (em relação de interdependência vertical com estas), mas todos mediantemente poderosos, conforme "a sua capacidade de controlar as regras do jogo em um ou mais diversos domínios-chaves da competição

internacional e segundo a sua agilidade em ligar estes do
 mínios para deles tirar vantagem" (Marie-Claude Smouts). O
 escalão inferior seria composto pelos demais países em desen
 volvimento, que constituem a maioria e cujas relações com
 os demais países dos escalões superiores são de interdepen
 dência vertical ainda mais vincada.

Nos escalões intermédio e inferior também
 existem relações de interdependência horizontal, normalmente
 só dentro do mesmo escalão. No escalão inferior, todavia,
 tais relações são geralmente reduzidas o que, se não gera
 conflitos entre eles, também não gera solidariedades.

4.2. Este modelo piramidal coincide nas suas
 linhas gerais com a peculiar visão chinesa da divisão inter
 nacional em "três mundos", o que se explica pelo motivo de
 ela também procurar analisar as relações internacionais sob
 uma ótica terceiro-mundista.

4.3. O Brasil, mesmo que enquadrado no esca
 lão intermédio do nosso modelo piramidal (devido fundamen
 talmente à força que lhe advém de sua imensa área territo
 rial, de seus recursos naturais, das potencialidades de sua
 população e de seu processo de industrialização recente) ain
 da continua tendo em comum com os países do escalão inferior
 as dificuldades resultantes de uma desigual divisão inter
 nacional do trabalho, de uma injusta fixação de preços dos
 produtos primários que exporta, de uma grave dependência fi
 nanceira e de igualmente grave dependência tecnológica, sen
 tindo ainda o peso dos desequilíbrios gerados pela implanta
 ção aqui das multinacionais.

4.4. Existe claro paralelismo entre o Brasil e a outra grande potência emergente do Terceiro Mundo que é a China, apesar de o primeiro haver optado por um modelo de desenvolvimento capitalista, e a segunda por um modelo socialista, pois que tanto num como no outro modelo a questão essencial está na mobilização dos recursos naturais, do capital e do trabalho necessários ao processo de desenvolvimento e na racionalização da produção.

A diferença fundamental entre os modelos brasileiro e chinês, vistos desta perspectiva, ainda consiste no caráter extrovertido do primeiro e no caráter autocentrado do segundo; a nosso ver, neste aspecto a China está em vantagem, na medida em que fica menos dependente, para o seu desenvolvimento, de quaisquer mudanças para ela desfavoráveis que ocorram fora de suas fronteiras.

Aliás, a História mostra que países capitalistas e países socialistas sempre se fecharam sobre si mesmos na respectiva fase de industrialização, aproveitando tanto quanto possível as potencialidades internas, ou seja, os recursos e o mercado nacionais, produzindo bens destinados à sua população: Isto é, a via certa para o desenvolvimento nacional é sempre a do desenvolvimento autocentrado.

4.5. Considerando as dificuldades que unem o Brasil aos demais países do Terceiro Mundo, ou do escalão inferior do nosso modelo piramidal; considerando as lições que se podem extrair dos paralelismos existentes entre o Brasil e a China; considerando, finalmente, a inexistência de compartimentação de fenômenos de âmbito interno, por um lado, e de âmbito externo, por outro, acreditamos ser do interesse do Brasil a opção por uma estratégia de cunho mais vinicamente terceiro-mundista no âmbito externo, associada a uma nova formulação quanto ao desenvolvimento interno:

4.5.1. No âmbito sócio-econômico interno, parece-nos que o desenvolvimento brasileiro (condição necessária para alcançar o poderio imprescindível numa futura grande projeção internacional), partindo do nível de industrialização já alcançado, terá de iniciar agora um corajoso processo de reconversão econômica, que reduza a sua dependência de fatores externos. Terá de enveredar por um desenvolvimento autocentrado, fundado no seu mercado interno. Na verdade, se o Brasil tem uma população imensa, o seu mercado interno é reduzido, porque a distribuição interna da renda nacional é iníqua, privilegiando, em processo de concentração progressiva, os escalões superiores, enquanto mais de 2/3 da população ativa auferem menos de dois salários mínimos. Para o Brasil abrir à sua economia um vasto mercado de mais de 120 milhões de pessoas, basta-lhe proceder a uma redistribuição da renda (com o que, inclusive, reduzirá tensões sociais) e iniciar um processo de reconversão econômica, para da atual produção de bens para o consumo de uma elite sofisticada passar à produção de bens para o consumo das massas.

Um vasto mercado interno irá proporcionar as expectativas de lucros necessárias a sucessivos investimentos, inclusive por parte das multinacionais que começam sentindo a saturação dos mercados dos países de velha industrialização. Os lucros deixarão de ser "repatriados" e iniciar-se-á o processo de abrasileiramento do capital estrangeiro.

4.5.2. Na área da política internacional, o Brasil deverá optar por um alinhamento decidido, ao lado dos demais países da América Latina e do Terceiro Mundo em geral, pela reformulação da atual ordem internacional, partindo da constatação de que todos vivemos num mundo estreita e complexamente interdependente, mas no qual predominam as relações de interdependência hierárquica, que permitem

aos mais fortes fazer direito do que é apenas a sua força, situação que é forçoso seja alterada.

A opção por uma política mais decididamente terceiro-mundista significa que o Brasil deve adotar uma política de não-alinhamento no conflito à escala global entre os Estados Unidos e a União Soviética, juntando a sua voz àqueles que propugnam a conciliação, a mediação e a redução das despesas militares, em benefício de programas de desenvolvimento. Significa ainda que o Brasil deve redobrar os seus esforços em prol de uma nova ordem econômica internacional.

Esta estratégia será mais uma "moralpolitik" do que "realpolitik", mas parece ser o caminho que é preciso percorrer para se conseguir uma união entre os países da "base" da pirâmide (incluindo essa potência emergente que é a China), que permitirá reverter a atual situação das forças internacionais e construir a Nova Ordem Mundial.

APÊNDICE

BRASIL E ÁFRICA

P A R T E I

O MUNDO AFRICANO

When the dust settles down and war cries cease
 When irregular winds of
 Messianic wars stop indefinitely
 and our continent peace restoration hold
 We will all go under a big tree and
 confer.

After sentimental tears are off our cheeks
 we will breath heavily and then calm down
 We will send a pilgrimage to holy places
 within our sacred shores.

We will go to Lumumba, Cabral and Nkrumah
 Tombs with ever lasting flowers
 from Kilimanjaro summit.

After all is done

we will summon our warriors
 and give them an oath.

To promise us that what had
 happened never never to hapen
 again.

Tepilit Ole Saitoti (Jornal Ufahamu,
 1978, nº2 -- African Studies Cen
 ter, Univ. da Califórnia, Los
 Angeles)

A África é um continente imenso, representado
 20% das terras emersas e apenas 8,5% da população mundial. A
 África que nos vai passar a interessar, a África Negra ou Sub
 saárica (1) tem quase três vezes a área do Brasil e uma popu
 que em 1970 era de 265 milhões de habitantes, crescendo a

(1) Há que reconhecer, assevera Ali A. Mazrui, um ugandense
 lecionando na Universidade de Michigan, Estados Unidos,
 "o simples fato geo-histórico de que a África é um conti
 nente Afro-Árabe": Africa's International Relations- The
Diplomacy of Dependency & Change, p.l. Boulder, Co, Wes
 tview Press e Londres, Heinemann, 1977.

uma taxa não inferior a 2,5% ao ano (2).

Econômicamente, a África tem sido considerada "o continente mais rico do mundo em recursos minerais e naturais, ainda mesmo sem que eles hajam sido completamente prospectados" (3), o que não impede que nele estejam situados alguns dos mais pobres países do mundo. Em 1974, só o PIB da República Federal Alemã era 3,6 vezes superior ao do conjunto dos países membros da Organização da Unidade Africana. O da Inglaterra era 2,1 vezes maior e o da França 2,8 vezes. Em contraste com estes números, a população de cada um destes três países equivalia a menos de um sexto da população africana (4). Os relatórios mais recentes do Banco Mundial afirmam que a situação da África ao Sul do Saara apresenta a situação mais grave de todo o mundo, prevendo-se inclusive uma regressão de 0,3% na capitação do seu PNB, durante o quinquênio de 1980-85 (5)!

Durante milênios isolada do restante mundo e assim desenvolvendo concepções culturais originais, como a noção de força vital, subjacente a toda a filosofia banto e dificilmente compreensível para um espírito não africano, esta África Subsaariana foi subitamente trazida para a luz da História pelos grandes descobrimentos marítimos dos séculos XV e XVI. O seu ingresso na História, todavia, representou o início de um longo calvário para os seus povos. Se as naus do Ocidente espalhavam pelo mundo a mensagem redentora de Cristo, seriam os homens negros que, nos séculos seguintes,

(2) UNITED NATIONS: Concise Report on the World Population Situation in 1970-1975 and its Long-Range Implications, p.6. Nova Iorque, Nações Unidas, 1974.

(3) CERVENKA, Zdenek. "L'Afrique: Um Exemple de Contradictions Intrarégionales", in Revue Internationale des Sciences Sociales, vol. XXVIII (1976), nº4, p.803.

(4) CERVENKA, cit., p.807.

(5) Supra, cap. 3, nº 7.1 (p.104).

iriam arcar com o maior peso da Cruz.

Até meados do séc. XIX, a África Negra foi encarada quase exclusivamente como um imenso reservatório de escravos. As Américas receberam um mínimo de 20 a 30 milhões de africanos: só para o Brasil, Rocha Pombo indica o número de 15 milhões (6)! Para a África, o tráfico de escravos foi a maior calamidade de toda a sua história. Se àqueles números acrescentarmos as vítimas das razias efetuadas para a caça dos escravos, as guerras intestinas que provocaram (havendo "Estados" africanos, como o Ashanti e o de Benim, especializados nessa caça), os mortos durante as longas marchas até ao litoral e depois a bordo dos navios negreiros, teremos que a África Negra terá sofrido uma sangria estimada pelos diversos autores entre 60 e 150 milhões de seres humanos! É difícil conjecturar até que ponto esta monstruosa sangria enfraqueceu o mundo africano e destruiu as suas estruturas sociais e culturais.

A cessação do tráfico de escravos foi acompanhada pela implantação em África do período colonial propriamente dito, com a ocupação efetiva de praticamente todo o continente por algumas potências europeias; a Conferência de Berlim de 1884-1885 foi o seu símbolo. Assim se definiram as linhas que viriam a ser as arbitrarias fronteiras dos atuais Estados independentes, sem consideração por quadros económicos naturais, nem por povos ou tribos; frequentemente traçaram-se fronteiras à régua e esquadro!

Este período colonial durou em África cerca de 80 anos. A desintegração do sistema colonial teve início em 1957, quando a colônia britânica da Costa do Ouro se tornou o Estado independente do Ghana.

(6) POMBO, José Francisco da Rocha. História do Brasil (Ilustrada), vol. II, p.525. Rio de Janeiro, J. Fonseca Saraiva & Cia, s/d.

Nenhum grupo humano aceita de bom grado o domínio imposto por outro grupo. Se procurarmos descer às motivações profundas da reação dos povos colonizados, deparar-nos-emos com a questão do choque de culturas ou civilizações diferentes: A civilização ocidental imposta a tais povos constitui um corpo estranho, sujeito a fenômenos de rejeição, comparáveis aos que se verificam em organismos vivos. Se também é certo serem justificadas as queixas dos colonizados de que os europeus tinham por fim principal o reforço do seu poder econômico e não o bem-estar dos povos que diziam querer civilizar, nunca deixou de estar presente na consciência coletiva de tais povos, ainda que de forma difusa, a convicção de que os seus valores tradicionais e as suas concepções de vida eram postas em perigo pela civilização ocidental agressora.

Em suma, os séculos de escravatura e o período colonial subsequente, com a destruição de estruturas sociais e culturais africanas, a profunda humilhação do Homem Negro, a imposição de padrões culturais e línguas europeias, tudo contribuiu para a criação de profundos sentimentos coletivos de hostilidade contra o Branco e o seu mundo, além de extrema sensibilidade em relação às atitudes que possam ferir o amor-próprio africano. Neste sentido é compreensível a afirmação de Sekou Touré, Presidente da República da Guiné, de que o colonialismo mergulhou a África numa verdadeira noite de trevas.

É com esta poderosa carga negativa, presente no espírito africano, que as ex-colônias europeias em África entram no cenário internacional, como Estados independentes. Com razão dizia Georges Simenon: "L'Afrique vous parle, oui, et elle vous dit merde!" (7). Afinando pelo mesmo diapasão,

(7) SIMENON, Georges. A la Recherche de l'Homme Nu - Paris, Union Générale d'Éditions, 1975. Citado na recensão a uma obra de Yves Benot, na Revue Française de Science Politique, vol. XXVI (1976), nº5, p.983.

Ali S. Mazrui, ele mesmo um africano negro, depois de afirmar que o "sistema internacional de escalonamento econômico ou de estratificação econômica tem a rigidez de um sistema de castas", afirma que

Dos três continentes do Terceiro Mundo -- Ásia, África e América Latina -- é com preeminência a África que quase sempre tem sido tratada como equivalendo à casta inferior. O fator racial é particularmente importante, deste ponto de vista (8).

Os Estados da África Subsaariana na sua maioria são Estados praticamente inviáveis, apresentando, em grau extremo, todas as características do subdesenvolvimento: "handicap a vencer é de tal maneira enorme, em todos os domínios, em relação às outras nações subdesenvolvidas, que a sua própria natureza se torna diferente (...). A miséria tende a perpetuar-se a si mesma"(9). Por outro lado, politicamente, quase todos os Estados Africanos por enquanto não são mais do que simples projetos nacionais, na feliz expressão do Prof. Adriano Moreira, procurando, a partir da existência do Estado, suplantar solidariedades tribais e "realizar a nação", congregando as populações e fazendo delas "um só povo, animado pela mesma fé e voltado para o mesmo alvo" (10).

Se a África Negra pudesse fechar-se sobre si mesma, como fizeram no séc. XVII o Japão e a Etiópia após os primeiros contactos com a Civilização Ocidental, é provável

(8) MAZRUI, Ali S.. Africa's International Relations, cit., p.4 e 10.

(9) De um inquérito da F.A.O. realizado em 1961, citado por René Dumont, L'Afrique Noire Est Mal Partie, p.221. Paris, Seuil, 1962.

(10) SENHOR, Léopold, Presidente do Senegal, citado por Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle, in: Introdução à História das Relações Internacionais p.218. São Paulo, Difel, 1967.

que ela se isolasse do resto do mundo (11). Mas após estes últimos 500 anos de História, a que Toynbee chama a Era Gâmica, o globo terrestre minguou até às dimensões de uma "aldeia global", na qual não são possíveis compartimentos estanques. A África está no proscênio da História e terá de acertar o passo pelos outros protagonistas do drama que se desenvolve à face da terra, na marcha irreversível para a unificação de todas as civilizações vivas "em uma única sociedade, literalmente de extensão mundial" (12).

Para a África galgar os estágios que ainda a separam do mundo desenvolvido, carece desesperadamente do auxílio externo. Todavia, os Estados Africanos, devido ao circunstancialismo em que nasceram, têm necessidade, mais do que qualquer outro país, de serem tratados em pé de igualdade, para poderem sentir que são verdadeiramente independentes. A potência que lhes puder prestar auxílio, mas tratando-os como iguais a si própria, será recebida de braços abertos.

A demonstração desta afirmativa está no crescente sucesso da URSS em África, devido não à ideologia mar

(11) Wilhelm E. Mühlmann (in: Méssianismes Révolutionnaires du Tiers Monde, tradução do alemão, p.258. Paris, Gallimard, 1968) a propósito dos movimentos "nacionalistas" escreve o seguinte: "A restituição ao "estado original", que é o objetivo inconsciente, não tolera nenhuma intrusão estrangeira. Esta motivação é tão poderosa que se impõe mesmo contra a razão. Para edificar uma economia, há necessidade de técnicos, de administradores, de especialistas; são precisos numerosos anos para formá-los; os capitais e os conselhos são indispensáveis e, apesar de tudo isto, expulsam-se os estrangeiros, mesmo tendo frequentemente clara consciência da situação. Há uma fase intermediária em que os países emancipados do colonialismo, sem resolver os seus problemas sociais e políticos, "vivem do nacionalismo", ou seja, essencialmente da agressão contra os estrangeiros".

(12) TOYNBEE, Arnol Joseph. A Civilização Posta à Prova. In: Estudos de História Contemporânea, p.60. Rio, Civilização Brasileira, 1961.

xista, mas ao tato com que tem sabido agir. Baseada nas pesquisas de quatro institutos de grande prestígio e de autoridade científica reconhecida (Instituto de Economia e de Relações Internacionais; Instituto de Estudos do Oriente; Instituto da África; Instituto da América Latina, todos dependentes da Academia de Ciências da URSS), a URSS, escreve Robert Bosc, consegue atualmente ter melhores relações com a imensa maioria dos países do Terceiro Mundo do que com os seus parceiros do campo socialista, ou com os países do mundo ocidental. Mesmo quando não está disposta a atender as reivindicações que lesariam os seus interesses, ela sabe sempre satisfazer o orgulho nacional dos seus interlocutores, que ficam com a impressão de haver escolhido a "via certa". A URSS procura aparecer sempre como o amigo mais generoso, mais respeitador da soberania nacional de cada um (13). Passam milhares de estudantes africanos pela Universidade Patrice Lumumba (Moscou) e pelo Instituto Africano de Altos Estudos (Praga).

Os maiores problemas levantados à URSS em África, são ainda os resultantes do apoio dado, diretamente ou através de Cuba, aos regimes no poder em Angola e na Etiópia, que os países africanos mais conservadores vêm com suspeita. Todavia, pelo menos no caso de Angola a suspeita é contrabalançada pelo consenso mais ou menos geral de que é a posição soviética, decididamente contrária à República da África do Sul, que assegura a defesa daquele país contra as veleidades dos "racistas brancos".

O Ocidente acreditava que após a descolonização os Estados Africanos ocidentalizar-se-iam, que as lealdades nacionais suplantariam as étnicas e que cresceria a participação das massas na solução dos problemas nacionais mas,

(13) BOSCH, Robert. "L'Union Sovietique Face aux Revendications du Tiers Monde", in: Rev. Franç. de Science Politique, XXVI (1976), nº4 p.697 e 707.

infelizmente, nenhuma destas predições se confirmou (14). A Conferência de Bandung, aliás, já em 1955 havia dado o sinal, quando na sua longa Declaração Final, com cerca de 3.300 palavras, omitiu qualquer referência à Democracia.

A URSS, mais realista, via as lutas pela libertação nacional apenas como um instrumento de enfraquecimento do inimigo capitalista. Era a conhecida tese que já vinha de Lenine e que tão bem aproveitada foi por Mao Tsé Tung quando sustentou que em países coloniais e semicoloniais o proletariado tem na burguesia nacional um aliado natural na luta contra o imperialismo estrangeiro(15).

(14) Veja-se neste sentido p.ex. Sandra T. Barnes - "Political Transition in Urban Africa", in: The Annals of AAPSS (Filadélfia) nº 432 (1977), p. 26 e segs.

(15) TUNG, Mao Tsé. La Démocratie Nouvelle. Paris, Editions Sociales, 1951 (1a. edição em 1940).

P A R T E II

RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA

O nosso esforço em África, por mais intenso que venha a ser, não poderá constituir-se não uma modesta retribuição, um pequeno pagamento da imensa dívida que o Brasil tem para com o povo africano. Essa razão de ordem moral justificaria, por si só, a importância que este Governo empresta à sua política de aproximação com a África. Mas há mais: queremos ajudar a criar, no Hemisfério Sul, um clima de perfeito entendimento e compreensão em todos os planos: político, cultural, uma verdadeira identidade espiritual. (...) Uma África próspera, estável, é condição essencial para a segurança e desenvolvimento do Brasil.

Jânio Quadros (Mensagem Presidencial
ao Congresso Nacional, 1961)

O Brasil, a Nigéria e a Índia podem ser membros dos "Dez Grandes" da política mundial antes do final do séc. XX. A enorme população negra ou mestiça do Brasil pode tornar-se um importante fator por detrás da interação do Brasil com o resto do Terceiro Mundo, e ser uma das credenciais que o Brasil poderá usar no seu inevitável impulso para a liderança desse mundo.

Ali S. Mazrui (Africa's International Relations, 1977, p.76). -

Escrevemos na Introdução à dissertação (nº1.4, página 19) que se o Brasil optasse por um alinhamento decidido ao lado dos demais países do Terceiro Mundo, ele, com a sua população, as suas dimensões continentais, os seus recursos, o seu potencial militar, poderia talvez conquistar rapidamente a liderança do mundo em desenvolvimento. Tal alinhamento agradaria totalmente aos países africanos, mas impunha-se saber se corresponderia aos interesses fundamentais bra

sileiros.

Ora, ainda que o Brasil e os países africanos sejam solidários na sua hostilidade às atuais estruturas econômico-sociais internacionais, ou pelo menos a algumas delas, a verdade é que aquele e estes praticamente só têm em comum as dificuldades geradas por tais estruturas. Os próprios interesses econômicos raramente são convergentes. A convergência só é manifesta quando se trata de sustentar internacionalmente os preços de exportação de determinados produtos comuns, como o café, o cacau o sisal e o algodão.

É, aliás, visível a fragmentação econômica regional dos países do Sul, tanto entre eles, com países africanos opondo-se a asiáticos e latino-americanos e cada um destes opondo-se aos demais, como (e bem mais importante) pela constituição de blocos separados, em estreita associação com um país ou um bloco de países do Norte industrializado. Assim, temos no Extremo-Oriente o Japão constituindo o seu bloco com os países do Sudeste Asiático (1), ao passo que a Comunidade Econômica Européia se associa com a África (e alguns outros países das Caraíbas e do Pacífico), dentro das chamadas Convenções de Lomé (Lomé I em 1975, Lomé II em 1979). A área digamos que "reservada" prioritariamente aos Estados Unidos, seria a América Latina.

As Convenções de Lomé merecem especial atenção: Primeiro, porque nelas se reduziu a escrito o acordo entre países do Norte e países do Sul quanto a diversas formas de "cooperação" econômica e de "ajuda" ao desenvolvimento; segundo, porque através delas se criaram laços preferenciais

(1) Veja-se YOSHIHARA, Kunio. "Les Déterminants de l'Investissement Japonais en Asie du Sud-Est", in Revue Internationale des Sciences Sociales, vol XXX, nº2, 1978, p.383-398.

entre a Europa e os países africanos que ela havia tutelado politicamente até datas bem recentes, acentuando, assim, al gumas complementaridades econômicas, as quais só dificulta rão as tentativas que o Brasil faça para a criação em África de um mercado para os seus produtos industrializados.

Numa época em que decerto nenhum país se pode permitir outra política comercial que não seja a de contenção das importações (com exceção, naturalmente, dos países ex portadores de petróleo, mas nem de todos eles), compreendem-se facilmente as dificuldades que o Brasil continuará experi mentando na sua tentativa de conquista de mercados africanos, onde enfrenta sobretudo a concorrência da Comunidade Econômi ca Européia, com a qual os africanos preferem comerciar: Afi nal, não é o Brasil que vai comprar o cacau, o rum, as ba nanas, o amendoim, o açúcar e demais produtos agrícolas afri canos, como também não é o Brasil que está interessado em financiar os programas africanos de prospeção e exploração mi neral, nem em garantir a todos aqueles países mecanismos de estabilização das suas receitas de exportação.

Por outro lado sempre será bom não esquecer que se das 500 maiores firmas implantadas no Brasil, 44% são es trangeiras, cabendo a estas 60% das vendas, dos lucros e dos haveres totais (2), qualquer projeto brasileiro de estímulo às exportações para países africanos corre o risco de servir os interesses das multinacionais, mais do que os nacionais, hi pótese em que o Brasil estaria servindo de mero trampolim pa ra tais empresas — ora, servir as multinacionais, será ser vir os senhores destas.

Nestas condições, será que a cooperação Bra sil-África terá de limitar-se essencialmente àqueles países que têm com ele uma língua comum e, mesmo assim, restringindo

(2) Veja-se supra, capítulo 3, nº 8.1 (p.133).

-se aos pontos em que a cooperação é facilitada pela existência dessa língua comum, como o comércio de material didático e de livros em geral, mais uma cooperação técnica (3), trazida no fornecimento de pessoal qualificado (professores, médicos, engenheiros, enfermeiros, técnicos em geral)? Mas mesmo em relação aos países africanos de expressão portuguesa, que adotaram todos a via socialista marxista-leninista, não é fácil ao Brasil conquistar "cooperados" entusiastas. Eles verão sempre com desconfiança a contradição entre uma política externa "progressista" e uma política interna "conservadora".

Do ponto de vista histórico-político-social, existe uma última dificuldade que o Brasil precisa saber lidar, agora especificamente nas suas relações com a África Negra e mesmo após a revolução que soube imprimir à sua política externa durante os anos de 1974 e 1975, em que, entre outros fatos importantes, voltou as costas decididamente ao projeto da "OTAS" (Organização do Tratado do Atlântico Sul) e reconheceu, antes até de Portugal e da quase totalidade dos países ocidentais, a República da Guiné-Bissau e o governo do MPLA em Angola (4).

(3) Sobre as diversas formas que pode revestir a cooperação técnica, seus elementos constitutivos, os sistemas de cooperação, o estatuto (internacional) dos cooperantes, etc., veja-se a obra fundamental de Maurice Flory, Droit International du Développement (Paris, PUF, 1977), designadamente a pags. 120-160 e 210-233. Para uma visão portuguesa da cooperação e em especial para a análise dos acordos portugueses de cooperação, veja-se Luis Ferreira Leite, Introdução ao Direito da Cooperação (Lisboa, Moraes, 1978), pags. 133 a 294.

(4) Veja-se pormenorizado relato da política brasileira em relação à África em MARTINIERE, Guy: "La Politique Africaine du Brésil (1970-1976)", in Problèmes d'Amérique Latine, nº48 (1978), p.7-64 (Paris, La Documentation Française).

Esta última dificuldade, é resultante da visão que em África se tem do Brasil e, aliás, da generalidade das repúblicas latino-americanas. Em África, não se esquece que os países latino-americanos são quase todos governados pelos descendentes dos colonos europeus que para aqui emigraram (e neste aspecto, existe um paralelismo com o caso sul-africano) e que muitos destes países têm enormes massas populacionais de origem africana, mantidas afastadas do processo político.

Dentre todos os negros norte-americanos e das Caraíbas, os nomes que ultrapassaram fronteiras e entraram na história africana são os de homens como W.E.B. Du Bois, que impulsionou a NAACP (National Association for the Advancement of Colored People) e reuniu a primeira Conferência Pan-Africana (Paris, 1918); Marcus Garvey, jamaicano, que após a Primeira Guerra Mundial lançou o movimento "Back to Africa"; George Padmore, das Antilhas, impulsionador de outros congressos pan-africanos e que viria a fazer parte do primeiro governo do Estado de Ghana; Malcolm X, dos Muçulmanos Negros e do Nacionalismo Negro norte-americano e Martin Luther King, do Movimento norte-americano pelos Direitos Cívicos. Da mesma maneira, os negros brasileiros que de certo se tornarão conhecidos em África serão nomes como os de Zumbi, chefe do Quilombo dos Palmares ou de Abdias do Nascimento, escritor dos nossos dias, que em diversas obras, algumas publicadas aqui, nos Estados Unidos e na Nigéria (5) sustenta que no Brasil os brancos são a minoria e os negros a maioria, esta dominada e explorada por aquela, através de

Um racismo de tipo muito especial, exclusiva criação luso-brasileira: sutil, difuso, evasivo, camuflado, assimétrico, mascarado, po

(5) As duas obras fundamentais deste autor, publicadas no Brasil, são: O Genocídio do Negro Brasileiro — Processo de um Racismo Mascarado (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978) e O Quilombismo (Petrópolis, Vozes, 1980).

rém tão implacável e persistente que está liquidando definitivamente os homens e mulheres da raça negra que conseguiram sobreviver ao massacre praticado no Brasil (6).

(6) NASCIMENTO, Abdias. O Quilombismo, cit., p.14. São também do mesmo autor as seguintes passagens:

A luta do negro brasileiro difere da luta de seus irmãos afro-norte-americanos. (...) Nos Estados Unidos ele é uma minoria rodeada pela sociedade majoritária branca racista. No Brasil, debaixo das variadas gradações de cor epidérmica, as massas de descendência [sic] africana — os negros — somam a maioria absoluta do povo brasileiro.

(...) Semelhantemente à situação dos irmãos negros da União Sul-Africana, o que nos resta fazer é tomar posse e controle daquilo que nos pertence -- ou seja, do país que edificamos; e isto deverá ser realizado em fraterna igualdade e comunhão com os poucos indios brasileiros que sobreviveram a idêntico massacre e espoliação racista sofridos pelos africanos.

(...) Chegou o instante histórico de a maioria negra do Brasil, sem mesmo necessitar de justificação, reatar seus liames com a África original, solidarizando-se com os irmãos africanos do continente e da diáspora, em todos os lances de sua luta por indepência, liberdade e dignidade. Precisa ir além o negro brasileiro: deve ele sustentar sua africanidade em nível de poder, assim firmando um lugar próprio no concerto das nações africanas e negras. Institucionalizar o Brasil Negro — eis a exigência que grita sua urgência na encruzilhada de nossa história. Um Brasil Negro que substitua o poder ora vigente, destituído de legitimidade, ficção do poder ariocapitalista e servo mimético dos Euro-Estados Unidos (O Quilombismo, p.14, 22, 23 e 26).

B I B L I O G R A F I A

1. ABDEL-MALEK, Anouar. "Plusvalia Historica", in: Revista Mexicana de Sociologia, nº 2/79.
2. AMIN, Samir. Le Développement Inégal. Paris, Minuit, 1973.
3. AMIN, Samir. "Développement Autocentré, Autonomie Collective et Ordre Économique International Nouveau", in: Africa Development, vol. 3 (1978).
4. ANGELOPOULOS, Angelos. Le Tiers-Monde Face aux Pays Riches, 2^a ed. Paris, PUF, 1973.
5. ARON, Raymond. Paix et Guerre entre les Nations, 2^a ed. Paris, Calmann-Lévy, 1962.
6. BAIROCH, Paul. Le Tiers-Monde dans l'Impasse, Paris, Gallimard, 1971.
7. BALANDIER, George. Le Tiers-Monde. Paris, PUF, 1956.
8. BANDYOPADHYAYA, Jayantanuja. "Le Climat: Obstacle au Développement sous les Tropiques", in: Revue Internationale des Sciences Sociales, vol. XXX (1978), nº2.
9. BARNES, Sandra. "Political Transition in Urban Africa", in: The Annals of AAPSS, nº 432 (1977).
10. BARTHÉLÉNY-FEBRER, Françoise. "Le Retour des Sociaux-Chrétiens au Venezuela: Premier Bilan", in: Problèmes d'Amérique Latine, nº 60 (1981).
11. BENAKOUCHE, Rabah. Inflação e Crise na Economia Mundial. Petrópolis, Vozes, 1981.

12. BENAÏOUCHE, Rabah. "Caracterização da Crise Econômica Atual", in: Economia & Desenvolvimento, nº 1 (1981).
13. BOSCH, Robert. "L'Union Soviétique Face aux Revendications du Tiers Monde", in: Revue Française de Science Politique, XXVI (1976), nº4.
14. BOUILLON, SORLIN & RUDEL. Le Monde Contemporain (Histoire - Civilisations). Paris, Bordas, 1963.
15. BRUCAN, Silviu. "L'État et le Système Mondial", in: Revue Internationale des Sciences Sociales, XXXII (1980), nº4.
16. BUARQUE, Sérgio (organiz.). Diálogo ou Confronto? (Debate de Canela). Rio, Paz e Terra, 1980.
17. BUCKLEY, Walter. A Sociologia e a Moderna Teoria dos Sistemas. São Paulo, Cultrix-USP, 1971.
18. BURTON, John. "Pour une Approche Systématique des Relations Internationales", in: Revue Internationale des Sciences Sociales, XXVI (1974), nº1.
19. CARDOSO, Fernando Henrique. Dependência e Desenvolvimento na América Latina - Ensaio de Interpretação Sociológica, 3ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
20. CASTRO, Theresinha de. África - Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1979.
21. CERVENKA, Zdenek. "L'Afrique: Um Exemple de Contradictions Intrarégionales", in: Revue Internationale des Sciences Sociales, XXVIII (1976), nº4.
22. CHALIAND, Gérard. Mitos Revolucionários do Terceiro Mundo. Rio, Francisco Alves, 1977.

23. COLARD, Daniel. Le Mouvement des Pays Non-Alignés. Paris, La Documentation Française, 1981.
24. COUSSY, Jean. "Extraversion Économique et Inégalité de Puissance", in: Revue Française de Science Politique, XXVIII (1978), nº6.
25. COUSSY, Jean. "Interpénétration des Économies et Évolution des Rapports de Dépendence", in: Revue Française de Science Politique, XXX (1980), nº2.
26. CROUZET, Maurice. L'Époque Contemporaine (Histoire Générale des Civilisations, col. VII). Paris, PUF, 1969.
27. DEUTSCH, Karl. The Analysis of International Relations, 2^a ed. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1978.
28. DEUTSCH, Karl. Os Nervos do Governo. Rio de Janeiro, Bloch, 1971.
29. DEUTSCH, Karl. "Some Prospects for World Politics", in: Law and State, vol. 18 (1978).
30. DHONTE, Pierre. La Dette des Pays en Développement. Paris, La Doc. Française, 1979.
31. DUMONT, René. L'Afrique Noire Est Mal Partie. Paris, Seuil, 1962.
32. DURANO, J.C. & MACHADO, L.P., organiz. Sociologia do Desenvolvimento. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
33. DUVERGER, Maurice. Sociologie de la Politique. Paris, PUF, 1973.
34. DUVERGER, Maurice. Os Partidos Políticos. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

35. DUVERGER, Maurice. Ciência Política, Teoria e Método. Rio de Janeiro, Zahar, 1960.
36. DUVERGER, Maurice. As Modernas Tecnodemocracias. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
37. EMMANUEL, Arghiri. "Les Sociétés Multinationales et le Développement Inégal", in: Revue Internationale des Sciences Sociales, XXVIII (1976), nº 4.
38. FLORY, Maurice. Droit International du Développement. Paris, PUF, 1977.
39. FRIEDLANDER, Saul & COHEN, Raymond. "Réflexions sur les Tendances Actuelles de la Recherche en Relations Internationales", in: Revue Internationale des Sciences Sociales, XXVI (1974), nº1.
40. FRIEDMAN, Milton. Capitalismo e Liberdade. Rio de Janeiro, Arte Nova, 1978.
41. FRIEDMAN, Milton & FRIEDMAN, Rose. Liberdade de Escolher — O Novo Liberalismo Econômico. Rio de Janeiro, Record, 1979.
42. FURTADO, Celso. O Brasil Pós-"Milagre". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
43. FURTADO, Celso. O Mito do Desenvolvimento Econômico, 3ª ed. Rio, Paz e Terra, 1974.
44. GASPAR, Edmond. "United States - Latin America, a Special Relationship", in: Policy Studies, Washington, 1978.
45. GILHODES, Pierre. "Les Relations Économiques entre les États-Unis et L'Amérique Latine", in: Problèmes d'Amérique Latine, nº60 (1981).

46. GUITARD, Odette. Bandoung et le Réveil des Peuples Colonisés. Paris, PUF, 1965.
47. GUTKIND, Peter & WALLERSTEIN, Emmanuel (organiz.). The Political Economy of Contemporary Africa. Londres, Sage, 1976.
48. GUTKIND, Peter & WATERMAN, Peter (organiz.). African Social Studies; A Radical Reader. Londres, Heinemann, 1977.
49. HAQ, Mahbud ul. A Cortina da Pobreza: Opções para o Terceiro Mundo. São Paulo, Nacional, 1978.
50. HASSNER, Pierre. "A la Recherche de la Cohérence Perdue — Du Côté de la Semi-Périphérie", in: Revue Française de Science Politique, XXX (1980), nº2.
51. HEILBRONNER, Robert. As Perspectivas do Homem. São Paulo, Cultrix, 1976.
52. HERMET, Guy. "Entre l'Utopie et la Stratégie — La Hiérarchie des Nations dans le Système Mondial", in: Revue Française de Science Politique, XXX (1980), nº2.
53. KAPLAN, Morton & KATZENBACH, Nicholas. Fundamentos Políticos do Direito Internacional. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.
54. LEITE, Luis Ferreira. Introdução ao Direito da Cooperação. Lisboa, Moraes, 1978.
55. LEONTIEF, Wassily et alii. The Future of World Economy. Oxford Univ. Press, 1977.

56. LEURDIJK, J. Henk. "De la Politique Internationale à la Politique Transnationale: Un Changement de Paradigmes?", in: Revue Internationale des Sciences Sociales, XXVI (1974), nº1.
57. LIJPHART, Arend. "La Théorie des Relations Internationales: Grandes Controverses et Controverses Mineures", in: Revue Internationale des Sciences Sociales, XXVI (1974), nº1.
58. MADEUF, B. & MICHALET, C.A. "Pour une Nouvelle Approche de l'Économie Internationale", in: Revue Internationale des Sciences Sociales, XXX (1978), nº2.
59. MAGDOFF, Harry. "The U.S. Dollar, Petrodollars, and U.S. Imperialism", in: Monthly Review, vol. 30, nº8 (jan. 1979).
60. MARTINIERE, Guy. "La Politique Africaine du Brésil(1970-1976)", in: Problèmes d'Amérique Latine, nº48 (1978).
61. MATOS, Carlos de Meira. A Geopolítica e as Projeções do Poder. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1977.
62. MATOS, Carlos de Meira. Brasil — Geopolítica e Destino. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1975.
63. MAZRUI, Ali A. Africa's International Relations. The Diplomacy of Dependency & Change. Boulder, Westview Press, 1977.
64. MEADOWS, Dennis et alii. Limites do Crescimento. São Paulo, Perspectiva, 1973.
65. MERLE, Marcel. La Vie Internationale. Paris, Colin, 1970.

66. MEYNAUD, Jean. Os Grupos de Pressão. Lisboa, Europa-América, c. 1960.
67. MICHALET, Charles-Albert. Le Capitalisme Mondial. Paris, PUF, 1976.
68. MONTESQUIEU. De l'Esprit des Lois. Paris, Les Belles Lettres, 1950.
69. MOREIRA, Adriano. A Comunidade Internacional em Mudança. São Paulo, Resenha Universitária, 1976.
70. MOREIRA, Adriano. Ideologias Políticas. Lisboa, ISCSPU, 1964.
71. MORGENTHAU, Hans. Politics Among Nations. The Struggle for Power and Peace, 5ª ed. Nova Iorque, Knopf, 1974.
72. MULLMANN, Wilhelm. Méssianismos Révolutionnaires du Tiers Monde. Paris, Gallimard, 1968.
73. MYRDAL, Gunnard. Subdesenvolvimento. Brasília, Edit. Brasília, 1970.
74. NAÇÕES UNIDAS. Concise Report on the World Population in 1970-1975. Nova Iorque, Nações Unidas, 1974.
75. NASCIMENTO, Abdias. O Quilombismo. Petrópolis, Vozes, 1980.
76. NASCIMENTO, Abdias. O Genocídio do Negro Brasileiro - Processo de um Racismo Mascarado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
77. NYE, Joseph & KEOHANE, Robert. Power and Interdependence - World Politics in Transition. Boston, Little Brown, 1977.

78. O'LEARY, James. "Envisioning Interdependence: Perspectives on Future World Orders", in: Orbis -- A Journal of World Affairs, vol. 22 (1978).
79. OLIVER, Roland & FAGE, J. D. A Short History of Africa. Harmondsworth, Penguin, 1978.
80. PALMA, Gabriel. "Dependency -- A Formal Theory of Underdevelopment or a Methodology for the Analysis of Concrete Situations of Underdevelopment?", in: World Development, vol. 6 (1978).
81. PEIXOTO, Antônio Carlos. "La Théorie de la Dépendance, Bilan Critique", in: Revue Française de Science Politique, vol. 27 (1977), n^{os} 4-5.
82. PETRAS, James. "Neofascismo: Muerte Y Resurgimiento de la Posición Política", in: Revista Mexicana de Sociología, n^o 2/79.
83. PISANI, Edgard. "La Demande de Droit du Tiers Monde", in: Esprit, n^o 54 (junho 1981).
84. POMBO, José Francisco da Rocha. História do Brazil (Ilustrada). Rio de Janeiro, J. Fonseca Saraiva, s/d.
85. PREBICH, Raul. Transformação e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, Fund. Getúlio Vargas, 1973.
86. PUSKAS, Akos. "Les Conditions Subjectives d'une Stratégie", in: Esprit, ano 54 (1981), n^o 6.
87. RENOUVIN, P. & DUROSELLE, J.B.. Introdução à História das Relações Internacionais. São Paulo, Difel, 1967.
88. RODRIGUES, José Honório. Brasil e África: Outro Horizonte, 2^a ed., 2 vols. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.

89. ROSTOW, W.W.. Etapas do Desenvolvimento Econômico. Rio, Zahar, 1964.
90. ROUSSEAU, Charles. Droit International Public, vol. II, Paris, Sirey, 1974.
91. RUSSEL, Bertrand. História da Filosofia Ocidental, vol I. São Paulo, Nacional, 1957.
92. SACHS, Ignacy. "Développement, Utopie, Projet de Société", in: Revue Tiers - Monde, XIX, (1978), nº 75.
93. SACHS, Ignacy. Pour une Économie Politique du Développement. Paris, Flammarion, 1976.
94. SCHLIEMANN, Peter-Uwe. "Les Investissements Étrangers Directs au Brésil", in: Problèmes d'Amérique Latine, nº 55 (1980).
95. SCHIRAY, Michel. Tiers Monde et Monde Industrialisé. Paris, Docum. Française, 1978.
96. SMOUTS, Marie-Claude. "Nouveaux Centres de Pouvoir et Problématique de la Puissance", in: Revue Française de Science Politique, XXX (1980), nº2.
97. STOESSINGER, John. O Poder das Nações. A Política Internacional de Nosso Tempo. São Paulo, Cultrix, 1978.
98. TINBERGEN, Jan (coorden.). Para uma Nova Ordem Internacional - 3º Informe ao Clube de Roma. Rio de Janeiro, Agir, 1978.
99. TODARO, Michael. Economics for a Developing World. Londres, Longman, 1977.
100. TOYNBEE, Arnold. Estudos de História Contemporânea. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1961.

101. URQUIDI, Victor. "Población y Nuevo Orden Internacional: Falta um Eslabón?", in: Foro Internacional, vol. XIX (1979), nº3.
102. WALLERSTEIN, Immanuel. "Les États dans le Vortex Institutionnel de l'Économie-Monde Capitaliste", in: Revue Internationale des Sciences Sociales, XXXII (1980), nº4.
103. WALLERSTEIN, Immanuel. The Capitalist World-Economy. Cambridge Univ. Press, 1979.
104. WENDZEL, Robert. International Relations: A Policymaker Focus. Nova Iorque, Wiley, 1977.
105. WHITE, John. "The New International Economic Order: What is it?", in: International Affairs, 1978, nº4.
106. YAHUDA, Michael. "The Chinese View of a New World Order", in: Millenium:Journal of International Studies, vol. 7 (1978), nº1.
107. YOSHIHARA, Kunio. "Les Déterminants de l'Investissement Japonais en Asie du Sud-Est", in: Revue Internationale des Sciences Sociales, vol. XXX (1978), nº2.
108. ZORGBIBE, Charles. Les Relations Internationales, 2^e ed. Paris, PUF, 1978.